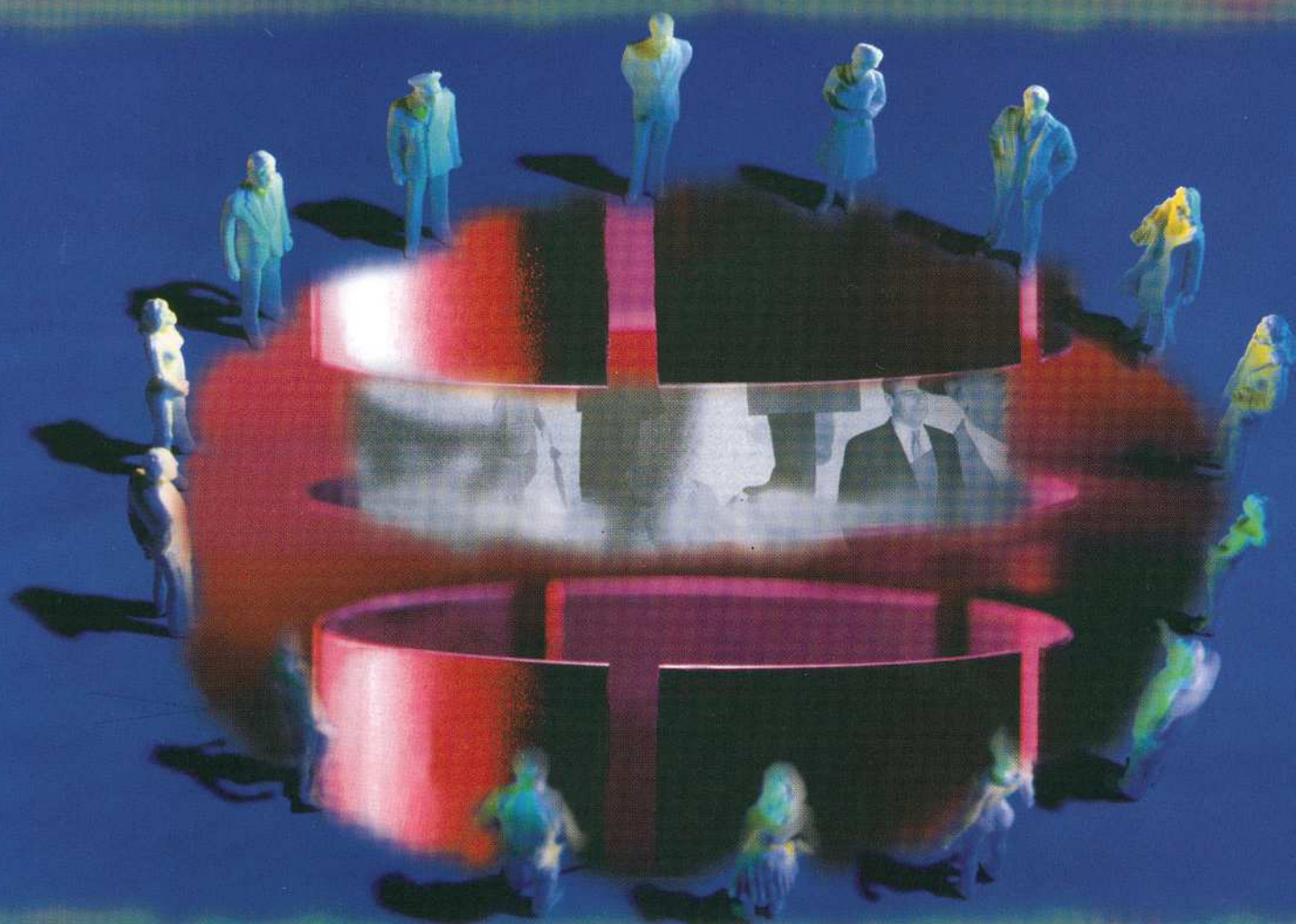


252

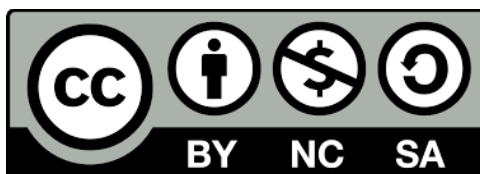
UNIVERSIDADE
AbERTA
PORTUGAL UNIVERSIDADE PÚBLICA
DE ENGENHARIA E ARQUITECTURA
www.univ-ab.pt
EM QUALQUER LUGAR DO MUNDO



ELITES E MOVIMENTOS SOCIAIS

ANTÓNIO MARQUES BESSA

ISBN: 978-972-674-547-1



António Marques Bessa

ELITES E MOVIMENTOS SOCIAIS

Universidade Aberta

2002

Capa: Esperança Marques

Copyright © **UNIVERSIDADE ABERTA** — 2002
Palácio Ceia • Rua da Escola Politécnica, 147
1269-001 Lisboa – Portugal
www.univ-ab.pt
e-mail: cvendas@univ-ab.pt

TEXTOS DE BASE; N.º 252

ISBN: 978-972-674-547-1



ANTÓNIO MARQUES BESSA

Nasceu em 1949, no Vale do Mondego, em Carapinheira, concelho de Montemor-o-Velho. Estudou no Liceu em Coimbra, licenciou-se pela UTL no então ISCSPU, em Ciências Sociais e Política Ultramarina, em 1973.

Doutorou-se na mesma Escola, agora Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) onde, depois de provas de agregação e concurso, se encontra como professor catedrático.

Ensina nesta área (elites) o curso de Mestrado em Ciência Política e trabalha também nas licenciaturas.

Colabora com a Faculdade de Economia da Universidade do Algarve e com o Instituto Superior Naval de Guerra.

Dedicou-se e ainda se dedica ao jornalismo, colaborando agora ocasionalmente na revista Episteme da UTL, Futuro Presente e Indústria.

Tem uma vasta obra publicada, em que se destacam sucintamente alguns livros que se referem a esta matéria:

- *Quem Governa?*, ISCSP, Lisboa, 1993.
- *A Arte de Governar*, ISCSP, Lisboa, 1995.
- *O Trabalho das Ideias*, ISCSP, Lisboa, 1997.
- *Utopia*, Europa-América, Mem Martins, 1998.
- *O Olhar de Leviathan*, ISCSP, Lisboa, 2001.
- *Introdução à Política* (3 vols.), Verbo, Lisboa, 2002, em colaboração com Dr. Jaime Nogueira Pinto.

Elites e Movimentos Sociais

1. A Questão da Elite

- 11 **O tema**
- 13 **Os factores da mudança**
- 16 **O conceito de elite: a visão da águia**
- 24 **Um homem tranquilo: conceito de classe política e de fórmula política**
- 25 **As questões da organização: Robert Michels**
- 27 **Há uma elite do poder? Wright Mills e seus continuadores**
- 30 **A ideia nova de Aloys Schumpeter**
- 32 **Um pouco de bom senso: Raymond Aron**
- 34 **As visões liberais: Dahl e os outros**
- 36 **Para uma tipologias das elites políticas**
- 41 **A transformação da elite política**
- 45 **As outras elites influentes**
- 53 **A acção das elites**
- 56 **Bibliografia utilizada**
- 63 **Bibliografia básica**
- 64 **Bibliografia aconselhada para saber mais**
- 66 **Lista de questões para os alunos pesquisarem. Perguntas para testarem o conhecimento básico adquirido**
- 66 **Conceitos-chave que devem ser adquiridos**
- 67 **A bibliografia própria do Capítulo**

2. Elites e Movimentos

- 71 **Dos movimentos sociais: em busca de um conceito**
- 78 **As cinco dimensões de análise dos movimentos**
- 79 *A visão de sociedade*
- 80 *Os recursos*
- 81 *A organização do movimento*
- 82 *Uma tendência para a acção*
- 84 *Os resultados*
- 85 **Tipologias dos movimentos**
- 89 **A migração de ideias nos movimentos sociais**
- 92 **Os movimentos tocam-se e tomam empréstimos**

95	Movimentos e elites
97	As funções dos movimentos
100	Elites e movimentos
103	Movimentos sociais e sociologia
105	Bibliografia utilizada
108	Bibliografia básica
108	Bibliografia aconselhada para saber mais
110	Lista de questões para os alunos pesquisarem. Perguntas para testarem o conhecimento básico adquirido
111	Conceitos-chave que devem ser adquiridos
111	Tarefas

3. Movimentos Sociais

115	Uma nota metodológica
117	Os movimentos de libertação nacional
123	<i>A descolonização</i>
126	<i>Modelos e dependência</i>
129	O movimento comunista internacional ou a busca da utopia
133	O movimento feminista
138	<i>O primeiro combate feminista: o sufrágismo</i>
142	<i>O avanço global do sufrágismo</i>
146	<i>O feminismo socialista</i>
152	<i>As últimas tendências</i>
153	Os novos movimentos sociais
159	Bibliografia utilizada
164	Bibliografia básica
165	Bibliografia aconselhada para saber mais
167	Lista de questões para os alunos pesquisarem. Perguntas para testarem o conhecimento básico adquirido
168	Conceitos-chave que devem ser adquiridos
168	Tarefas

*Aos meus leitores,
Aos meus alunos,
Aos meus amigos,
no espírito sempre
vivo e ousado que
é próprio da Universidade
e dos Universitários*

Página intencionalmente em branco

1. A Questão da Elite

Página intencionalmente em branco

Desde os tempos mais remotos, os teóricos fizeram tentativas para negar, fazer desaparecer ou atenuar, a oposição de interesses das diversas partes do agregado social. Geralmente estas tentativas repousam num raciocínio em círculo.

Vilfredo Pareto, *Mythes et Idéologies*

Creio que os que se aproximarem do *Trattato* com esta perspectiva interpretativa¹ compreenderão que longe de ser um campo amplamente lavrado, a obra continua ainda a ser uma mina não explorada.

Norberto Bobbio, *On Mosca and Pareto*

¹ O que Bobbio quer dizer em termos metodológicos é sublinhar uma frase de Pareto, que desencantou numa nota cuidadosamente escondida. A nota diz: “Todo o presente trabalho é uma busca da realidade que se encontra escondida nas derivações, que são reveladas a nós pelos documentos”. Pensa Bobbio que o que pode oferecer Pareto neste campo é uma crítica fundamentada às ideologias, numa perspectiva ainda não explorada. Neste ponto não se pode deixar de concordar com ele.

1.1 O Tema

Quando se começa um manual desta natureza o autor interroga-se sobre a metodologia a seguir e a ligação dos conceitos propostos, que relevam da Sociologia e da Ciência Política, à realidade social tal como a percebemos. Primeiro que tudo tem de fazer uma reflexão e perguntar-se, tal como o aluno:

- **Que há de comum entre estas duas noções que integram o título do livro?**

Pois o mesmo é dizer de que trata a cadeira a que o livro dá suporte. E o mesmo é perguntar pelos assuntos de que se ocupa esta disciplina aglomerada no que parecem ser dois chavões contemporâneos. Podemos estar tranquilos. Seguramente são duas noções que se desenvolvem na Sociologia e que, por mão de diversos autores encontraram um caminho até aos dias de hoje com grande poder explicativo e interpretativo. É ainda seguro que continuarão a mobilizar o pensamento sociológico e político por muitos mais anos. Os conceitos estão no centro de diversas disciplinas das Ciências Sociais e encontram-se também na sociologia política, na politologia e mesmo no campo amplamente compreensivo das relações internacionais.

A segunda diligência desta averiguação consiste em situar os conceitos no seu devido lugar, já que se disse que eles são comuns e estão relacionados. Então para que servem? Há um ponto que está há longo tempo assente na politologia e na sociologia e que é a verificação de que as sociedades não são estáticas. Por muito que gostemos de acreditar que tudo muda e na afirmação de que quanto mais muda maiores são as probabilidades de que tudo permaneça na mesma (uma frase ouvida em toda a parte, da aldeia à cidade), a verdade é que há mudança e ela afecta as próprias estruturas da sociedade e a consistência das nossas visões do mundo e da vida. Em certas alturas parece

ótimo que nada muda: mas só para determinadas camadas sociais: outras estão ansiosas por uma mudança que lhes acarrete vantagens, que percebem como possíveis de alcançar desde que se removam certos obstáculos de ordem social ou política.

Na realidade as sociedades mudam e é verdade que nunca nos podemos banhar no mesmo rio, segundo o aforismo de um inteligente grego: Heráclito. As sociedades seguem o seu curso, estão submetidas a influências, chocam febres revolucionárias como nos diz o teórico político americano Crane Brinton, conhecem inúmeros conflitos, mas no curto prazo mudam e no longo prazo mudam ainda mais. A utopia da sociedade imutável, o *Império Imóvel* de Alain Peyrefitte², a sociedade imaginária dos *Khmer vermelhos* no Camboja, são amplos fracassos que nos aconselham não só a pensar as vias da mudança como a acompanhar e a pensar a mudança social numa base de realismo sociológico, mesmo dentro do quadro de um certo neopositivismo, a que não é estranho o pensamento influente, a nível metodológico, de Karl Popper.

² Seria bom ler, neste momento introdutório à dinâmica das sociedades, o livro soberbo de: Alain Peyrefitte, *O Império Imóvel*, Gradiva, Lisboa, 1995.

A ideia da sociedade estática e perfeita foi um fantasma nocivo que atacou as mentes dos ocidentais que a ela cederam e a tentativa de colocar em marcha esses sonhos provou a conhecida frase do pintor espanhol Goya: “os sonhos da razão engendram monstros”. A utopia viveu perigosamente no coração dos europeus que a exportaram para todos os continentes, mas esse sonho infelizmente tem uma contabilidade paralela em cadáveres, sem que se tenha visto com esse terrível passivo sequer a ponta emersa dessa tal sociedade boa³. Não é possível ter sociedades paradas no tempo a rever-se nas suas estruturas imaginadas, impostas ou existentes⁴.

³ Ver: AA.VV., *O Livro Negro do Comunismo*, Quetzal Editores, Lisboa, 1999. Robert Conquest, um inquestionável investigador britânico, já tinha feito cálculos sobre o número de vidas que este sonho custou na área russa. Ver: Robert Conquest, *The Great Terror, a Reassessment*, Oxford University Press, Nova Iorque, 1990.

A sociedade de hoje já não é igual à sociedade de ontem. O rio correu para o mar. Empresas faliram, bares fecharam, homens e mulheres morreram, crimes ocorreram, crianças nasceram. Mudanças quiçá superficiais, na espuma dos dias, mas outras também estão a acontecer em diversos outros lugares decisivos. Revoluções ocorreram, mudança de planos económicos afectaram populações, a guerrilha alterou a vida de uma área, a bolsa caiu repentinamente e tornou muitos investidores mais pobres, a guerra afectou decisivamente um amplo espaço territorial. A mudança social é um facto contínuo, mais ou menos profundo, rápido, abrupto, imperceptível, mas real. Nunca estamos no mesmo ponto do rio, embora pensemos que sim.

⁴ Cfr. António Marques Bessa, *Utopia, Uma Visão sobre a Engenharia dos Sonhos*, Europa-América, Mem Martins, 1998. Trata-se de um estudo sobre a prossecução da utopia no mundo contemporâneo e da pouca probabilidade em executar um modelo ideal. Os fracassos são analisados. Também se produz teoria sobre a função das utopias.

Os sociólogos, antropólogos e politólogos perceberam o problema há longo tempo. Chegaram a criar modelos de evolução das sociedades baseados em factores que entenderam ser essenciais e mesmo a prever as sociedades futuras: a propriedade dos meios de produção e suas consequências como Karl Marx, o progresso da ciência como Auguste Comte, uma mescla de factores económicos e políticos como Walter Rostow, para não falar dos utópicos convictos que acharam ser possível criar sociedades boas de raiz, mas sempre sem

descurar o recurso à violência. Tais sociedades previstas estavam sempre dentro de muros e ninguém podia sair. Álvaro Ribeiro, um filósofo português, chamou a este desígnio de busca da sociedade final a vertigem do cárcere. Tais sociedades, desde as descritas em Herbert G. Wells, em Huxley, em Zamyatine, em Karel Kapek ou mesmo em Orwell, em Arthur Koestler, em Ernst Jünger ou Hermann Hess, arrepiam os cabelos do menos desprevenido. Mas estas previsões, umas autênticas *utopias*, na senda de Platão e de Thomas Morus, outras, autênticas *distopias*, como celebrizou no nosso tempo Philip K. Dick, só serviram para demonstrar a falibilidade dos sustentáculos teóricos do diagnóstico da mudança.

As sociedades efectivamente mudam, mas para onde é que vão? Não é curioso notar que os grandes grupos de pensamento das sociedades mais ricas, grupos pagos pelos seus governos para pensar a mudança nas sociedades dos inimigos, não foram pura e simplesmente capazes de prever a queda do Muro de Berlim e muito menos a implosão da União Soviética? Não é de estranhar que só depois é que fossem reunir bocados para construir a história das coisas acontecidas.

Os cientistas sociais não podem responder a isto. Podem sim tentar individualizar factores de mudança, grandes forças que se encontram envolvidas na pressão para a conservação daquilo que está e outras forças que se encontram apostadas em mudar para o desconhecido. As sociedades são como os navios: flutuam num mar ignorado e é preciso alertar que não são os sociólogos ou outros auto-encartados conhecedores do humano que constituem o grupo dos que sabem o que está a acontecer e aliás o caminho que se está a tomar. Muitas vezes ficam tão surpreendidos como o homem da rua. Na realidade, embora Comte tivesse falado dos engenheiros sociais ainda não se viu nenhum com capacidade de previsão.

O que se tem visto são revolucionários voluntaristas que querem mudar as sociedades por diversas razões e passados alguns anos parece que pouco conseguiram face à imensa capacidade de resistência das estruturas profundas, que resistiram ou subsistiram aonde menos se podia prever. No fundo as Sociedades dos homens continuam a ser grandes mistérios que fogem sistematicamente à previsão, ao modelo, ao esforço voluntarista de um grupo determinado, ao fanático líder de curta duração. Ele passará, deixará uma memória, mas a herança vai-se paulatinamente esbatendo. Áreas afastadas nem sequer ouviram nada real, senão rumores, de tais augustos personagens.

1.2 Os factores da mudança

O que fica assente ante o olhar distanciado do antropólogo ou do sociólogo é que as sociedades mudam. Mas mudam porque são introduzidos novos

factores ou porque velhos vectores conheceram uma transformação. Por isso existem mudanças sociais enormes por pressão externa (o caso do Japão de 1870) a que se costuma chamar erradamente modernização da sociedade (ou seja, ocidentalização), mas que tem a ver com a forma como os factores novos são recebidos e encaixados na estrutura da sociedade. E há mudanças que derivam de uma dinâmica interna, predominantemente endógena, um processo assente numa multiplicidade de factores, que vão de elementos técnicos e processos de produção até às transformações de mentalidades provocadas por mudanças nas estruturas morais e religiosas. O que nos interessa neste campo é o papel de dois grandes factores de mudança social que sempre se revelaram como factores centrais de mudança e que a história de todas as sociedades revela de um modo ou de outro.

As alterações significativas que ocorrem ou ocorreram nas sociedades, depois de uma análise cuidada, apontam para diversas forças que se combinam na conjuntura, mas com frequência o que se encontra na origem da transformação é a acção dirigista das elites sociais, por um lado, e o impacto político e social dos movimentos sociais, por outro.

Não significa esta afirmação que outros agentes não possam ser reconhecidos. O actor individual, o herói, pode conseguir mudanças substanciais. A história e o mito celebram essas façanhas. O cinema do nosso tempo entrega-se a esse exercício com grandes rendimentos. O Herói não morreu com o tempo e com as doutrinas do anti-herói como provou a bilheteira de *Gladiator*. Um número de cineastas que desde George Lucas apostaram no paradigma, a começar aliás na percepção fulgurante do cinema soviético com Sergei Eisenstein autor de *Ivan, o Terrível*⁵, têm conhecido êxito assinalável.

O herói nunca morrerá como sinal de mudança e provocador de uma realidade social melhor, porque segundo a análise cuidada de Carl Jung, um homem das profundidades mentais, das análises subtis dos nossos fundos psico-estruturais, o protagonista está implantado no mais profundo do inconsciente. Não nos devemos espantar com o sucesso dos filmes brutais de heróis solitários protagonizados por Schwarzenegger ou Van Damme, ou o êxito de séries como a *Guerra das Estrelas*, os *Imortais* ou outras semelhantes. É óbvio que se decalca um modelo e que antecipadamente também se sabe o seu impacto junto do público. Carl Gustav Jung deu uma explicação simbólica da acção humana com base em arquétipos geneticamente implantados e nunca deixou de nos interpelar profundamente. E o herói lá está, na sua lista primordial. Daí também ainda a sua popularidade nos dias de hoje, perfeitamente merecida e a solicitar uma visita, que será sempre uma ida às cavernas ancestrais do nosso imaginário de espécie⁶.

Segundo Carlyle, que dedicou um poderoso ensaio ao herói, com uma inteligência perversa ele conseguiu encontrar este tipo de homem em diversos

⁵ Ver: Sergei M. Eisenstein, *The Film Sense*, Faber and Faber, Londres, 1986.

⁶ Ver Carl Gustav Jung, *O Homem e os seus Símbolos*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1990.

sectores: ele é Maomé, mas também Cristo e Buda, é Gengis-Khan, mas também Napoleão ou Lenine, é Camões, mas também o Gama ou Cabral. Ou seja: Carlyle entende que o factor individual é precioso na acção de mudança. Indivíduos singulares, devido a circunstâncias especiais, inauguram uma nova linha de acção no mundo e alteram substancialmente as sociedades onde tiveram a sua origem e mesmo outras aonde chegaram, eles mesmo ou os seus seguidores.

Não é deste tipo de mudança que nos vamos ocupar, que mereceria um estudo à parte e deveras interessante. O que nos vai ocupar são os vectores globais de mudança, como indica o título do livro: primeiro as elites sociais na sua globalidade e pluralidade e particularmente as elites políticas, e depois os movimentos sociais, que se tornaram autênticos protagonistas neste último século da mudança institucional.

Na realidade, as elites sociais pelo seu poder e influência tanto podem impedir a mudança como tentar desencadeá-la. Nem sempre são uma força positiva como se torna claro no comentário de um mercantilista espanhol, González de Cellorigo, que desesperado face ao estado de coisas do seu país exclamava: “os que podem não querem e os que querem não podem”. Um epitáfio, aliás, que se pode colocar na campa de uma sociedade, como comentou oportunamente o historiador italiano Carlo Cipolla. Ele escreveu com toda a acuidade esta conclusão que merece ser meditada nesta instância: “Uma vez que se inicia a decadência há ainda gentes optimistas que negam teimosamente a realidade, mas o número dos que se dão conta do que está sucedendo aumentará de forma progressiva. Então alguns tentam racionalizar os acontecimentos e constróem teorias gerais em torno dos factos. A teoria de Vico dos fluxos e refluxos da história foi apresentada depois da decadência da Itália no século XVII. As teorias de Toynbee formularam-se na Inglaterra do século XX. Outros fogem de generalizações e concentram-se sobre situações específicas. É notável verificar quão relativamente numerosas são as pessoas que em impérios decadentes foram capazes de fazer um diagnóstico acertado e receitar uma cura sensata. Mas não é menos notável o facto de que as manifestações sensatas permaneçam em geral estéreis porque, como disse energicamente González de Cellorigo, quando observava impotente o declinar da Espanha, “quienes pueden no quieren y quienes quieren no pueden”⁷. Todavia é a essa minoria que assiste o controlo da sociedade nas altas instâncias, as decisões em última mão, o poder de fazer ou não deixar fazer. Parece que será de grande utilidade estudar as elites sociais numa primeira fase e verificar o seu poder de influência, estudar os meios de que dispõem, teorizar a sua acção e avaliar o que podem e não podem fazer. E centrar a atenção sobre a elite política que é de longe a elite decisora⁸.

É assim que a introdução a estas matérias, depois de um excuro sobre a mudança que é permanente, se torna obrigatório começar por compreender, no sentido weberiano, o conceito de elite, a tipologia da elite, os utensílios da elite, o impacte da elite nas sociedades.

⁷ C. M. Cipolla e Outros, *La Decadencia Económica de los Imperios*, Alianza Universidad, Madrid, 1973, p. 26.

⁸ Procurei demonstrar este aspecto para a definição nas políticas externas dos Estados em: António Marques Bessa, *O Olhar de Leviathan*, ISCSP, Lisboa, 2001.

1.3 O conceito de Elite: A Visão da Águia

O conceito de elite foi formulado sistematicamente pelo economista e sociólogo italiano impertinente Vilfredo Pareto (1848-1923). Economista treinado, sociólogo, interessado nos fenômenos sociais que queria estudar com rigor positivista, reconheceu a existência, nas sociedades, de grupos qualificados em alto grau nas diversas áreas e que por isso mesmo constituíam o ápice dessa massa verticalmente disposta. Neste sentido existiriam diversas elites sociais em grupos restritos: a elite dos jogadores de futebol, a elite dos professores universitários, a elite dos assassinos, a elite dos tenistas mundiais, a elite dos grupos religiosos, a elite dos militares, a elite dos homens que se dedicam inteiramente à política, a elite dos homens de negócios e assim por diante.

Mas quem lhe chama impertinente é Julien Freund, outro impertinente no pensamento europeu e que parece ter encontrado nos Estados Unidos quem se solidarize com ele e fique impaciente com as biografias clássicas mais que conhecidas e hostis, nomeadamente a de Franz Borkenau⁹ e a de Guy Perrin¹⁰, à qual recorre, e que passou por tese de doutoramento na universidade onde Pareto ensinou. É de entender liminarmente que Julien Freund, cirurgicamente, e Simona Draghici, dão conta do recado sem necessidade de ir ao discípulo mais conhecido ainda vivo, o velho e reputado professor Giovanni Busino¹¹. Pareto ainda vive e recomenda-se numa infinidade de textos que os mediócras não podem apagar no seu afã de destruição de um pensamento alternativo. Busino, por seu lado, teve o cuidado de explicar o pensamento do autor e ao mesmo tempo dar uma visão das novas correntes num livro de grande influência (*Elites et Elitisme*), mas que parece também ter sido esquecido¹². Uma antologia de bolso foi publicada pelo prestigiado professor S. Finner, em 1966, que nos aconselhava a olhar para Pareto “não como o mais pequeno autor dos que propuseram grandes visões sobre a conduta humana muito distintas das naturalmente vigentes ao tempo, mas sim como um autor que propriamente ofereceu os materiais para uma revolução científica, de que saíram novas teses características do nosso tempo”¹³. É curioso notar que o novelista britânico Aldous Huxley leu-o com todo o cuidado e isso valeu-lhe uma fina reflexão sobre a democracia que ainda hoje deveria ser revisitada¹⁴.

A elite, nele, tem uma definição altimétrica. Em cada sector a elite integra os melhores: os que alcançaram superiormente os escalões da carreira. Por conseguinte a sua concepção está desprovida de considerações valorativas. Não se pergunta como é que aqueles indivíduos chegaram ali. Verifica-se quem está apenas. Sem comentários sobre a sua bondade ou maldade, a sua competência ou incompetência. Quem só consegue roubar uma carteira e é apanhado merece zero. Quem se apodera de uma fortuna, e impunemente, merece 20.

Pareto pensou que a elite mais importante em termos de mudança social era a elite política, ou seja, os homens que detinham o poder político e que lutavam

⁹ Franz Borkenau pode ler-se em: Franz Borkenau, *Pareto* (publicado em inglês em 1936), Fondo de Cultura Económica, México, 1978.

¹⁰ Ver: Guy Perrin, *Sociologie de Pareto*, PUF, Paris, 1966. Parece uma tese de mestrado.

¹¹ Cfr. Julien Freund, *Pareto*, Plutarch Press, Washington DC, 1986. Notas e tradução de Simona Draghici.

¹² Cfr. Giovanni Busino, *Élites et Elitisme*, PUF, Paris, 1992. Melhor biografia pode-se encontrar em Giovanni Busino, *Pareto Oggi*, Il Mulino, Bolonha, 1991.

¹³ S. E. Finner, *Vilfredo Pareto – Social Writings*, Pall Mall Press, Londres, 1988, p. 8.

¹⁴ Cfr. Aldous Huxley, *Sobre a Democracia e Outros Estudos*, LBL, Lisboa, s. d.

de algum modo para o conquistar ou manter. Na verdade estes homens tomavam as decisões mais importantes e era difícil encontrar um grupo tão importante quanto este.

Chegou a dividir esta elite política em duas facções: em *elite governante*, isto é, aquela que detém verdadeiramente os mecanismos do poder, e a *elite não governante*, que é a que se encontra numa posição alternativa, à espera de uma oportunidade de chegar ao poder legalmente. A oposição política, de facto, tem a sua elite (os seus altos dirigentes) e a elite governante tem as suas faces visíveis e a sua hierarquia de posições, que acaba sempre por ser conhecida devido à exposição aos meios de comunicação.

Pareto pensou que a luta entre estas duas elites se faria à custa da mobilização das massas através dos votos e cada uma das facções da elite política teria de fornecer razões para chamar a si as simpatias, uma vez que as coisas do poder se resolviam nas urnas de voto e não através da luta armada, como antigamente. Estas elites buscavam a sua legitimidade através do sufrágio popular. A competição pelo voto popular por parte das elites políticas obrigá-las-ia a desenvolver ideologias de suporte, atractivas, e suficientemente fortes para dividir o eleitorado. Às ideias, crenças e projectos que cada facção exhibe e a que nós actualmente chamamos ideologias, Pareto chamou *derivações*, o que remete para conceitos da matemática em que ele se tinha treinado. As derivações saíam de um fundo psicológico inerente à elite considerada. Poderiam variar ao longo do eixo dos tempos, mas manteriam uma certa consistência porque corresponderiam a um fundo básico inalterável a que ele chamou *resíduos*.

O problema dos resíduos

Ora os resíduos, que são fundos estruturais da psicologia dos homens, quer das elites, quer das massas, integram diversas categorias, mas no plano da acção relevante para a mudança só fundamentalmente dois têm interesse para uma análise detalhada:

- a) ou são resíduos favoráveis à mudança, o que ele chamou *instinto das combinações*, e cuja presença cria homens versáteis, especuladores, ambiciosos, pouco enraizados, internacionalistas, pouco interessados no uso da força mas sensíveis a acordos que lhes dêem tempo: numa imagem antiga que evoca as antigas e ilustres fábulas, corporizavam o tipo *raposa*;
- b) ou são resíduos favoráveis à conservação e portanto opostos à mudança e tais resíduos foram denominados *resistência dos agregados*. A seu parecer, muitos homens têm fortes convicções, estão

enraizados, são patriotas, optam pela poupança e pela segurança, têm conceitos de honra e fidelidade aos seus chefes e são sensíveis à ideia de nação. E para preservar o seu agregado social não hesitam em usar a violência e outros meios duros que o tipo raposa não quer usar. Não quer dizer que sejam homens violentos ou coléricos: usam a força de que dispõem sem grandes considerações éticas em termos de conseguir uma finalidade que entendem ser superior. Esta figura consolidaria as características do tipo *leão*.

Estes dois resíduos fundamentais explicariam as lutas pelo poder, a persistência no poder, a perda do poder, a adesão das massas e as próprias *derivações*, que não passariam afinal de modos de apresentação das derivações de cada grupo na conjuntura.

Ele forneceu uma imagem inultrapassável destes dois grandes grupos de pessoas: *raposas* inclinadas à negociação, à especulação, ao encontro de soluções vantajosas e *leões*, que estão inclinados para o uso da força, mesmo da violência, se a entenderem necessária, e que no plano económico manifestam as suas tendências no cultivo da poupança e na hostilidade à inflação.

Nesta perspectiva as ideologias não têm que ser verdadeiras: têm é que ser mobilizadoras das massas na conjuntura vivida e é impensável, na sua teoria, que qualquer ideologia seja autenticamente verdadeira: ela é sempre um apelo ao apoio, ao voto, à adesão ao projecto da elite política. Por isso Pareto coloca-se como um dos principais críticos do valor das ideologias em si mesmas. “Raposas” e “Leões” forjam as suas próprias derivações (ideologias) e são estas e só estas que variam no tempo das nações.

A massa, por seu lado, divide-se segundo as suas inclinações: uma parte é conservadora e enraizante, outra é desenraizada e progressista, segundo os resíduos dominantes. Para ele, estes dois tipos são constantes em todas as sociedades e segundo a sua predominância assim também as elites são sustentadas e permanecem no poder. Todavia, a massa permanece massa e a elite, elite. A massa é, de certo modo, instrumental para o governo da elite e é chamada à “participação” para ratificar escolhas predeterminadas.

A história das sociedades era, afinal, no seu célebre aforismo, um cemitério de elites. Elas faziam a história e eram os agentes da mudança significativa. A massa, escravos, proletários, camponeses, ou cidadãos, não tem alternativa: é remetida para uma função de aplauso. Delicia-se com os vencedores que julga que fez. Eles, por sua vez, jogam o grande jogo do poder.

Em termos modernos poderíamos dizer que as elites políticas desfrutam de um poder enorme: decidem as políticas públicas e isso significa afectar decisivamente a mudança da sociedade e de cada indivíduo em particular. Discriminam positiva ou negativamente e isso pode verificar-se sem lupa.

Pareto ainda nos brindou com uma teoria da grande mudança – a revolução. Compreende-se facilmente que se a elite política em conjunto se torna excessivamente fechada, velha, caduca, pouco operativa, acumula fora de si, nas massas, indivíduos descontentes que têm vontade de ascender ao poder político. Se permanecem insolitamente insensíveis a esses aspirantes, acontece que estes acharão uma maneira de desalojar os dirigentes e ocupar os seus lugares. A atitude inteligente é integrar os ambiciosos, dar-lhes oportunidades na arena. A atitude menos inteligente é fechar todas as entradas e reservar todos os bons lugares para uma oligarquia de interesses e de famílias que se perpetuam nos órgãos de poder. Pensou Pareto que tal posição é insustentável porque a elite envelhece, degenera, muda para pior, e torna-se vítima de uma ideologia nova que a desaloja. A *contra-elite*, inserida nas massas, com um programa mobilizador, acabará por romper o dique através de conluios com a elite não dirigente, de golpe militar em aliança com facções militares ou até mesmo de uma revolução, e sentar-se nos palácios dos que perderam tudo e já tinham deixado de perceber o povo e os próprios mecanismos do poder. Numa onda desta ordem de grandeza até uma parte significativa da própria elite não dirigente, mas conivente, pode desaparecer num banho de sangue.

A Circulação das Elites: Mudança e Revolução

A elite política deveria, no seu diagnóstico, renovar-se periodicamente com sangue novo e as caras mudarem para benefício do equilíbrio e da estabilidade. Esta atitude de abertura das elites a novas vocações é não só excelente como penhor de estabilidade e paz. O contrário chamará a revolução. E isso já seria outra história. A teoria da necessidade histórica da revolução, bem conhecida, como a teoria da circulação da elite, ilustra bem, há mais de cem anos atrás, a visão de um homem que pensou que o agente da mudança não era nem poderia ser a classe social, nomeadamente o proletariado, como teorizou Karl Marx, mas sim a elite política¹⁵.

Se não há consensos, nem integração dos novos valores com aspiração ao poder no Grande Sistema, aparece uma elite subalterna, que tem de atrair a massa, suscitar o descontentamento dos governados e organizá-los para derrubar os dirigentes. Os dois actos aqui considerados (preservar o poder e conquistar o poder) suscitam, no ponto de vista paretiano, derivações que escondem os objectivos e racionalizam os resíduos e os interesses.

A elite governante usa astúcia e força como meios privilegiados. “Em toda a história, aparecem consentimento e força como meios de governo”, e dado que é impossível obter um consentimento total, o uso da força torna-se inevitável¹⁶. “Afastadas as excepções, que são poucas e duram pouco, há por toda a parte uma classe governante pouco numerosa que se mantém no poder, em parte pela força, em parte pelo consentimento da classe governada, que é muito mais numerosa”¹⁷.

¹⁵ Toda a teoria pode ser lida em Vilfredo Pareto, *Traité de Sociologie Générale*, Droz, Genève, 1960, (vol. 12 das obras completas publicadas sob a direcção de Giovanni Busino). Em seguida este livro será citado nos sítios adequados pelo número dos parágrafos da edição de Busino, da editora Droz.

¹⁶ Vilfredo Pareto, *Traité de Sociologie Générale*, Op. cit., §2251.

¹⁷ Vilfredo Pareto, *ib.*, §2244.

O consentimento obtém-se por meio da difusão de derivações com eco nos governados. Os resíduos enraizantes dão vida a uma ideologia conservadora, nacionalista, unitária, suporte para uma elite política predominantemente do tipo leão face a uma massa do mesmo tipo. Justificará sacrifícios e cultuará as raízes e os valores históricos, os grandes mitos fundacionais, o que normalmente tem eco nas massas governadas. A religião, as leis, os mitos, a moral, têm função conservadora e são úteis à elite dirigente na sua busca de consentimento popular.

Quando as derivações não são suficientes, nem mesmo o progresso económico e a melhoria em matéria de bem estar da população, os governantes usam a força¹⁸. A força em Pareto não se confunde com a apologia da violência e do irracional, como pretendem alguns analistas da sua obra. A força é a aplicação de meios institucionais na justa medida da sua utilidade e dentro de fins limitados. Surge na sua sociologia como um factor importante do jogo pelo poder, que por um lado garante a sobrevivência de uma ordem e por outro dita a queda de uma elite. O uso criterioso da repressão, que ele anota com exemplos dispersos em toda a obra, conserva as uniformidades de tal sorte que por detrás de qualquer organização social se observa a presença da força, que enquanto não se degrada em violência tem um papel altamente positivo, contrário à desagregação dos materiais sociais.

A força, portanto, não se identifica com a brutalidade pura e simples, com um arco de aplicações ilimitado, com a repressão gratuita e sem sentido. Sempre que tal acontece, Pareto fala de elites governantes débeis e fracas, que à sombra da violência estão perto do fim e semeiam anarquia. “Não se deve confundir – anota – violência e força. A violência acompanha frequentemente a debilidade. Tem-se visto indivíduos e classes que perderam a força e que para se manterem no poder tornaram-se cada vez mais odiosos pela violência irracional que põem em prática”¹⁹. A violência parece-nos, no seu pensamento, estar ligada ao uso cego, excessivo e frequente da força de uma forma socialmente inútil²⁰. Os seus resultados não são encorajadores visto que promovem fins contrários aos desejados.

Quando a elite governante perde capacidade para utilizar a força, sacrificando o seu uso nos altares das crenças humanitárias, perfilhando a teoria de que o governo da razão é suficiente em si mesmo ou até subscrevendo a não violência, Pareto supõe que se está na fase descendente. A incapacidade manifesta para usar a força cirurgicamente, em intervenções contadas e limitadas, revela uma elite inconsistente que baqueará perante outra que não hesite em a usar, não recuando perante a própria violência. Assim, a força torna-se um elemento de uso, não de abuso, com influência preponderante na vida das elites. Não há dúvida que Pareto faz depender a sua utilização das personalidades de tipo leão e é justamente por essa razão que esse tipo deve estar representado de algum modo numa elite de mérito, onde a aplicação

¹⁸ É de notar, a este propósito, que só o crescimento da riqueza a um ritmo superior ao da população garante uma melhoria efectiva para os mais desfavorecidos, pois a repartição será sempre desigual.

¹⁹ Vilfredo Pareto, *Les Systèmes Socialistes*, Droz, Genebra, 1978, tomo I, p. 37.

²⁰ Cfr. Vilfredo Pareto, *Traité de Sociologie Générale*, Op. cit., § 2176 e §2196.

da força se pensasse em termos científicos, ou seja, contrabalançando os efeitos úteis com os prejudiciais. Ainda se pode, com Dino Fiorot, verificar que se a continuidade da elite governante descansa no doseamento inteligente de força e consentimento, na verdade também se deve ter em conta os modos como pela força se gera consentimento²¹.

Porém o veículo de eleição para o consentimento é a astúcia, cujos resíduos pertencem à classe residual do tipo raposa. Pareto coloca o problema deste modo: “Para impedir a violência ou para lhe resistir, a classe governante usa a astúcia, a fraude, a corrupção, em poucas palavras, o governo passa dos leões às raposas. A classe governante curva a cabeça diante da ameaça da violência, mas apenas cede na aparência ou procura evitar um obstáculo que não pode superar de modo franco. A longo prazo, tal procedimento actua poderosamente sobre a selecção da classe governante, aonde só raposas serão chamadas, afastando-se os leões. O que conhece a arte de debilitar os adversários com a corrupção, de recuperar com fraude e engano o que parecia ter cedido à força, é óptimo entre os governantes”²².

A classe governante astuciosa torna-se difícil de deslocar, sobretudo se principia a absorver no seu seio os indivíduos destacados da massa, que têm dotes políticos semelhantes ou que estão dispostos a chefiar acções violentas. “A classe governada, que deste modo fica sem guia, sem artifício, sem organização, é quase impotente para instituir algo que seja duradouro”²³. A elite desmonta antecipadamente qualquer hipótese de desafio proveniente de uma organização de massas, o que não isenta do uso de derivações adequadas, que é o único processo de manipular os resíduos.

Astúcia, força e ideologias, combinam-se numa tríade de preservação do poder, que visando o controlo das massas tem por meta a neutralização do sal das massas, isto é, a contra-elite potencial, que do estrato não selecto drena força para alimentar as suas ambições.

É oportuno avaliar o que pode ela fazer neste modelo complexo. Ora, tem também à sua disposição as três armas que usa a elite. Num primeiro plano, as derivações poderosas, que Pareto assemelhou a utopias mobilizadoras. Para desafiar elites da classe leão, entrincheiradas na força e na ordem, as elites subalternas de tipo raposa exibem metas atraentes e metafísicas. “Os homens – considera Pareto – gostam de consolar-se das misérias do presente construindo mundos imaginários²⁴.” É neste sentido que analisa a contribuição de Karl Marx e as teorias revolucionárias: para ele são meras derivações de uma elite emergente, que parte ao assalto de uma elite governante debilitada.

Outras elites emergentes são as elites nacionais, verdadeiras contra-elites, que se foram formando na Europa no seio dos Grandes Impérios, dotadas de base étnica, e que lançaram movimentos independentistas e uma ideologia

²¹ Dino Fiorot, *Il Realismo Politico de Vilfredo Pareto*, Edizioni di Comunità, Milão, 1969, p. 197; e ainda: Vilfredo Pareto, *Traité de Sociologie Générale*, Op. cit., §2244.

²² Vilfredo Pareto, *Traité de Sociologie Générale*, Op. cit., §2178.

²³ Vilfredo Pareto, *Traité de Sociologie Générale*, Op. cit., §2179, p. 1387.

²⁴ Vilfredo Pareto, *Mythes et Idéologies de la Politique*, Droz, Genève, 1984, p. 158. Por aqui se vê também que a famosa distinção de Karl Mannheim entre ideologia e utopia não é original. Pareto tinha-a já sublinhado. Para Karl Mannheim ver: *Ideologia e Utopia*, Guanabara, Rio de Janeiro, 1986.

²⁵ Cfr. A. Kappeler (Ed.), *The Formation of National Elites*, European Science Foundation, New York University Press, Dartmouth, 1991.

nacionalista dirigida contra o governo geral. O seu sucesso, em muitos casos, sublinha o acerto da sua estratégia²⁵.

Pode-se criticar Pareto porque parece ignorar o funcionamento de outros agentes, nomeadamente outras elites para lá dos homens do poder e dos que o disputam, mas para o seu tempo a sua leitura foi uma lufada de ar fresco, uma contestação a teorias muito enraizadas, uma verdadeira inovação que não conheceu o devido impacto por causa do êxito de Karl Marx e da sua explicação totalista, adoptada por um poderoso Estado revolucionário, em 1918. Pareto não teve essa sorte e por isso vegetou em francês e italiano até ser traduzido para o inglês pelo grande sociólogo Talcott Parsons, que por fim lhe fez justiça com a edição de *Mind and Society*, o que lançou as suas ideias para o debate do tempo.

Actualmente ele continua a ser estudado e reapreciado, nomeadamente através da edição da sua obra completa, editada em Genebra, na livraria Droz, sob a cautela de um discípulo muito capaz, o professor Giovanni Busino. Mas não são só teses e interpretações da mudança social que não podem passar sem o seu contributo. Num estudo que fiz sobre a teoria da elite verifiquei que ninguém passava sem o visitar e eu não me limitei a isso: revisei-o nos seus lugares centrais e disso só colhi benefícios²⁶.

²⁶ Cfr. António Marques Bessa, *Quem Governa? Uma Análise Histórico-Política do Tema da Elite*, ISCSP, Lisboa, 1993.

Na verdade Pareto disponibilizou novos instrumentos de análise ao tempo em que o marxismo parecia ser a única explicação da mudança social. Esses conceitos concentraram-se numa densa análise não só da elite governante, mas também da elite não governante, como facções da elite política e da contra-elite. O seu método, muito ilustrativo, pode seguir-se em dezenas de livros que estão disponíveis em língua francesa devido aos cuidados do professor Busino. Têm-se apon-tado como essenciais o seu *Tratado de Sociologia* e o livro *Os Sistemas Socialistas*, que apesar de tudo são obras conhecidas em certas irmandades do conhecimento sociológico. Estes enormes manuais, que demonstram a sua habilidade e persistência em matéria de pensamento, encontram-se disponíveis na editora referida, a Droz de Genève.

²⁷ Cfr. Vilfredo Pareto, *Faits et Théories*, Droz, Genève, 1976; *Mythes et Idéologies*, Droz, Genève, 1984; *La Transformation de la Démocratie*, Droz, Genève, 1970.

Quero avisar qualquer estudante incauto que os livros mais provocativos não são estes. Eu começaria por ler *Faits et Théories*, *Mythes et Idéologies*, e *La Transformation de la Démocratie*. Os tais livros impertinentes e pequenos, do final da vida, mas que valem tudo porque revelam os seus escritos de combate, tardios e cheios de ironia, onde as suas teorias já se encontram ao serviço da interpretação que faz das lutas sociais²⁷. Para os pesados sobra o *Traité*, fica o *Systèmes Socialistes*, fica enfim o *Curso de Economia Política*. Mas que ninguém se engane: numa investigação sobre *quem é quem*, nomeadamente, sobre quem é o aristocrata Vilfredo Pareto, volto a sugerir, a partir da minha investigação, que os escritos periféricos, sem preocupações metodológicas, sem interesse demonstrativo, saídos daquilo que ele poderia

classificar como derivações, são os mais interessantes para os dias de hoje. Quase que falamos conosco. O difícil é experimentar. Mas depois de começar a ler os nossos amigos começam a perguntar porque é que não temos tempo para as festas agendadas. É um pouco como aconteceu com os livros de Frederick Forsyth de que dizia Jean David, “Você não consegue prestar atenção a mais nada. As suas noites estarão comprometidas. A sua família vai-se queixar”²⁸. É certamente um *marketing* da novela, mas o produto justifica desde os anos 80 o que se pode fazer neste preciso momento: oferecer derivações parietanas. O homem não pode viver sem sonhos.

Nada pode fazer-nos espantar se um conjunto de autores de ficção, que lidam com problemas de sociedades em mutação, em poderosas utopias, sociedades de evasão, com derivações de grande profundidade, conhecem um sucesso fora do comum. Refiro-me especificamente a autores prolíficos e firmados mundialmente, e não só ao que se costuma chamar depreciativamente literatura de aeroportos, como Raymond Feist, e as suas belas construções que vão perdurar como os livros de Tolkien, a marcar um tempo de seriedade e de honra; David Gemmel e o seu mundo heróico de branco e negro; Stephen Donaldson e os seus mundos paradoxais e dúbios; David Eddings e as suas sagas em mundos muito compreensíveis; George R. Martin, que do pouco em que começou se veio a revelar um bom contador de histórias e mesmo Anne Rice e os seus vampiros humanizados ou Stephen King e a inteligente maneira de criar o clima propício para o medo.

Estes, entre muitos outros, porque o filão é vasto e está muito aberto à imaginação, são exemplos que uma sociologia da compreensão não pode deixar de estudar como faria Pareto²⁹. O mercado é constituído por milhões de consumidores. E até Paulo Coelho descobriu isso com a sua novelística primitiva, que logo que comparada com qualquer um destes mestres, baqueia no invisível. O mesmo acontece com o francês Christian Jacq, que face a tal escrita, ele que quer ser o intérprete de um saber arcano, regressa logo ao seu lugar. Mas onde vamos pesquisar estas novas direcções do espírito? Em nota imediata ficam as referências essenciais donde poderão encontrar e deduzir outras referências. Milhares de livros nesta área específica são produzidos para um público que os espera e desespera quando tardam. E tal fenómeno é um indicador bastante importante do que já se chamou *fuga ao real*. E será neste contexto que as obras novas terão que ser lidas, consideradas e analisadas.

O professor Gaetano Mosca infelizmente não se pôde evadir com estes livros que talvez o tivessem deliciado, mas é um pouco cínico a pensar no tempo frutuoso que se desenrolava ante si. Um professor de Direito siciliano que finalizava a sua análise da sociedade e dos grandes factores de mudança, viria a disputar a prioridade na descoberta da elite com Pareto e parece que se dedicaram um ódio de estimação, coisa totalmente compreensível entre grandes académicos. Tal como hoje em dia. O seu nome é modesto, mas as suas

²⁸ Cfr. Frederick Forsyth, *Le Quatrième Procole*, Livre de Poche, Albin Michel, Paris, 1994. Ver a contracapa e se possível ler uma das mais interessantes novelas da Guerra Fria.

²⁹ Os livros mais interessantes vão por ordem de importância e de possível leitura se ela acontecer: Raymond E. Feist, *Magician*, HarperCollins Publishers, Londres, 1996; David Gemmel, *Sword in the Storm*, Corgi Books, 1999; Stephen Donaldson, *The Chronicles of Thomas Covenant*, DelRey, Nova Iorque, 1986; Jacq, conhecido pelos romances sobre os faraós, tem um livro mais enigmático: Christian Jacq, *A Viagem Iniciática ou os Trinta Graus da Sabedoria*, Pergaminho, Lisboa, 1999; Brian Aldiss, *Helliconia*, HarperCollins, Londres, 1996; Robert Jordan, *The Eye of the World*, Tor, Nova Iorque, 1990; Stephen King, *Different Seasons*, The Viking Press, Nova Iorque, 1982. Clive Barker, *Everville*, HarperCollins, Londres, 1994. Anne Rice, *Servant of the Bones*, Arrow, Londres, 1997 (um livro fora do esquema dos vampiros, a que ela nos tinha habituado numa série de grande sucesso); George R.R. Martin, *A Game of Thrones*, HarperCollins, Londres, 1997: uma série que promete, como tantas outras em que podemos seguir a produção dos autores de grande audição internacional.

O que interessa no nosso campo pedagógico é que os alunos podem inventariar. Assim: percebem o que é vender! Todos os mais interessantes autores descobriram estas dimensões do mercado o que só pode ajudar a provar duas coisas: Freud ou Pareto. Nunca Marx.

teorias correram mundo. Gaetano Mosca foi o homem que apontou o dedo ao mesmo problema resolvendo-o de diverso modo e também foi traduzido.

1.4 Um homem tranquilo: o conceito de classe política

Gaetano Mosca partiu de uma observação qualificada que a sua vida de professor de direito lhe facultara. Não devia nada à economia e estava atento à política que se fazia sob os seus olhos na Itália. Estudava História e essa base fornecia-lhe elementos suplementares. Foi rápido a concluir pela existência de um grupo especial que detinha o poder e o usava, fazendo todo o possível para o manter. Criou designações especiais para cada elemento que isolava na sua análise e chegou a uma grande conclusão que pode estar disponível para os dias de hoje e ainda ser útil.

Fundamentalmente Mosca pensou que toda a sociedade era dirigida por um grupo qualificado a que chamou *classe política dirigente*. Descartou as classificações antigas em monarquias, aristocracias e democracias como tipologias de pouco alcance. O que interessava é que em cada um destes regimes lá estava um grupo governante escalonado do mais importante ao menos importante, pouco interessando que se chamasse monarquia, aristocracia, democracia ou república³⁰. Para ele, é sempre um núcleo que dirige a sociedade e esse núcleo é composto por uma classe política dirigente, caracterizada por um núcleo duro, e por uma classe periférica dependente que executa com legitimidade as decisões do núcleo. Mosca identifica o núcleo duro, que pode variar no tempo devido a purgas e mortes, e um círculo externo de pessoas nomeadas que participam no poder como executantes. A massa lá está como destinatária das decisões³¹.

³⁰ Mosca deixou isso claro na sua História das Ideias Políticas, que traça a esta luz. Ver: Gaetano Mosca e G. Bouthoul, *Histoire des Doctrines Politiques*, Payot, Paris, s.d.

³¹ Cfr. Gaetano Mosca, *Ciò che la Storia Potrebbe Insegnare*, A. Giuffrè. Milão, 1978.

Como consegue a classe política dirigente manter-se no poder? A resposta é paretiana: através de uma *fórmula política*, que o povo aceita porque acredita nos núcleos essenciais do discurso político do grupo. Também aqui não interessa que a fórmula seja verdadeira: interessa que funcione, ou seja, que tenha credibilidade junto do povo. Destinatário das ordens e decisões do grupo dominante, o que se reveste de grande relevância é o grau de aceitação das ideias e crenças que o grupo difunde junto da população votante. Em termos modernos teríamos de falar de *marketing* político. Em termos da época teríamos de pensar nos três tipos de legitimação criados por Max Weber, que dão fundamento ao exercício do poder. Nas sociedades antigas a justificação é tradicional (tradições, magia, religião, integram um padrão que é suficiente para o grupo que governa); nas sociedades modernas vigoraria o tipo burocrático-racional (o império da lei, a hegemonia das normas, os governantes como executores de um legalismo que levaria à criação de uma burocracia com os

seus códigos próprios); finalmente o tipo carismático, cuja fundamentação é a qualidade do personagem que é o dirigente (capacidade de convencer, combater, dominar), o que nos leva a considerar para estas tarefas personalidades fortes. Mas para Mosca tudo são fórmulas que devem ser vistas sem paixão ao longo da história e mesmo nos momentos conturbados do presente. O real, é o poder acumulado na classe política e a capacidade de exercitá-lo na sociedade.

Ele pensou que as defesas dos homens comuns face ao poder das classes políticas residiria sobretudo na capacidade intrínseca de instituições sociais poderosas capazes de bater o pé a decisões governamentais pouco esclarecidas e até nocivas para a sociedade e para o seu desenvolvimento. De algum modo ele pensava no equilíbrio ao bom modo liberal.

Em sociedades sem instituições fortes, a classe política está habilitada a fazer o que quer, nomeadamente sugar todos os bens do Estado sem sequer uma acusação formal, a assassinar opositores sem ter que dar explicações. Os tribunais, a Igreja, os empresários, pura e simplesmente não existem ou têm uma existência virtual. O Estado ocupa todo o horizonte. É curioso dizer que ele chamou a este mecanismo de fortificação da sociedade civil, *defesa jurídica*. E isto vindo de um homem que ensinou direito e que deveria pensar que a defesa estaria nos tribunais e nos códigos publicados é bem indicativo que ele dissesse que tais instrumentos não chegam. Ao contrário, entendeu, em sentido realista, que a defesa estava nas instituições fortes, num meio social esclarecido e interveniente, enfim, numa cidadania vivida que daria eco a uma força capaz de equilibrar as decisões da classe política.

Há todo o interesse em mostrar que Mosca não utiliza o termo *classe política* em termos de classe. Quer identificar um grupo que detém o controle dos meios políticos e não pode deixar de apontar para os que detêm o poder (classe política governante) e para os que se encontram afastados do essencial desses mecanismos (classe política não governante). As duas facções compõem a classe política de um país, uma minoria que se especializou no poder.

Também Mosca ganhou grande visibilidade com a sua tradução em inglês, que é o livro mais acessível, porém mais pobre³². As ideias essenciais aí se encontram bem explicadas e não deixaram de ter impacto na Sociologia do nosso tempo, a principiar pela polémica que manteve com Pareto para aclarar as prioridades nas ideias sobre estas matérias.

³² Cfr. Gaetano Mosca, *The Ruling Class*, Greenwood Press, Westport, 1980.

1.5 As questões da organização: Robert Michels

Robert Michels, cientista de diversas pertenças ideológicas, introduziu na discussão dois conceitos assassinos: *organização* e *oligarquia*. Ele conhecia

o trabalho anterior nesta área e tinha publicado nas revistas que Max Weber dirigia na Alemanha. Não era um debutante. Quando começou a escrever mostrava-se um socialista convicto, mas logo que se meteu em estudos mais profundos foi para demonstrar que um partido tão democrata como o social-democrata alemão do seu tempo era regido por uma oligarquia que se perpetuava na direcção do partido através dos mais diversos tipos de truques. O livro tornou-se a justo título famoso, mesmo a merecer entre nós teses de mestrado sobre o autor e edições sucessivas em diversos países³³. A descoberta era verdadeiramente inacreditável e levou Michels a outras investigações.

³³ Ver: Robert Michels, *Sociologia dos Partidos Políticos*, Universidade de Brasília, Brasília, 1982.

Das suas observações empíricas derivou a lei que ficou conhecida como *lei de ferro da oligarquia*. Ou seja: todos os partidos, todos os Estados, enquanto organizações estão submetidos a uma regra de ferro. A minoria dirigirá inexoravelmente a maioria e esta não terá alternativa.

³⁴ Cfr. Robert Michels, *Antologia di Scritti Sociologici*, Il Mulino, Bolonha, s. d.

O segredo da dominação da minoria sobre a maioria é a *organização*³⁴. A minoria está organizada, trabalha estruturadamente, colabora em acções comuns, distribui postos, esboça planos, põe em marcha estratégias. A maioria carece de liderança, no fundo, a massa, que pode ser impressionante, na realidade, no momento da verdade, conta como uma pessoa individual contra a organização. A massa passa a ser operativa só a partir do momento em que tem os seus “dirigentes”. Como a maioria está desorganizada, essa é a sua fraqueza permanente. Não é preciso pensar muito para perceber que antes de qualquer acção concreta individual tudo está perdido. A organização é uma máquina que tritura o indivíduo isolado.

Um sociólogo russo, Ostrogorski, já se tinha dado conta deste problema em Inglaterra e viajou para os Estados Unidos – a sociedade do futuro, o viçoso tronco da democracia plena que se conhecia pujante desde a viagem de Alexis de Tocqueville – para provar que aí tudo era limpo. As suas conclusões são catastróficas, desilude-se profundamente com o que vê (corrupção, compra e venda de votos, a importância dos caciques (*bosses*), negócios escuros e muito mais coisas que se podem listar a partir da leitura do seu livro). O que mais o impressionou foi a perfeição do que chamou *máquina*. A máquina era para ele a estrutura partidária interna sem cuja concordância nada se podia fazer: alimentada por grossas somas geria a democracia americana de um lado e do outro das linhas ideológicas vigentes nos partidos que se defrontavam. Viu duas máquinas e dois símbolos que se combatiam, mas que no terreno operavam do mesmo modo. A sua abordagem mereceu estudos ponderados e ele reavaliou os seus materiais em cartas que trocou com amigos nomeadamente com o embaixador britânico James Bryce, que lhe chega a prefaciar o seu estudo. O livro permaneceu no index até que alguns estudiosos começaram a interessar-se por ele³⁵.

³⁵ Ver a este propósito um estudo português sobre o assunto: Sandra Balão, *A Fórmula do Poder. Elite, Democracia, Partidos e Corrupção Política no pensamento de Moisei Ostrogorski*, ISCS, Lisboa, 2001.

Tudo nos indica que Moisei Ostrogorski ficou muito impressionado com o que tinha descoberto no seio da democracia e da competição entre partidos,

mas não se esperaria outra coisa de um homem tão treinado: ele descobriu os refinamentos da organização. A organização passa a ser o motor de qualquer promoção e os chefes da organização verdadeiros criadores e destruidores das cabeças dos partidos³⁶.

Michels e Ostrogorski complementam-se na análise de uma situação emergente. O poder político está à mercê do sufrágio individual. A massa votante pode ser arrebanhada e fidelizada, entontecida e comprada, estimulada e desestimulada. O campo dos combates foi entendido e eles deram a sua contribuição sublinhando o papel da *organização* ou da *máquina*. Máquina que no fundo é uma sofisticada organização.

Teria morrido Michels no pensamento universitário? De modo nenhum. Uma tese de referência é sem dúvida a escrita por Conceição Teixeira, que faz o estado da arte quanto a este autor tão polémico como perturbador. Como ela diz, com segurança, o que interessava a este investigador das coisas sociais era “a formação de uma oligarquia em qualquer agregado sociopolítico”³⁷.

As elites assim criadas sentem-se legitimadas e procederão, segundo os seus programas, psicologia, e métodos de lidar com os votantes, a uma acção que afectará toda a sociedade. Basta lembrar que são elas que determinam as políticas públicas, ou seja, a maneira de gastar o orçamento geral do Estado. E isto não é pouco. É muitíssimo.

Que diremos então do Estado nesta óptica? Segundo Michels está sempre sob o domínio de uma oligarquia, ou seja, um pequeno grupo de profissionais. Segundo Ostrogorski na mão de uma coisa que ele chamou misteriosamente a máquina, mas que se encarregou de desmontar com custos deveras pesados para as suas próprias crenças. No fundo, o futuro era a máquina e não a liberdade das pessoas ou a participação ou a cidadania plena e consciente.

1.6 Há uma elite do poder? Wright Mills e seus continuadores

Outra abordagem é do influente autor americano Wright Mills. Muita gente lamentou que ele tivesse morrido cedo, mas nos anos em que viveu ele produziu vertiginosamente. Não é por acaso que a ele pertence a expressão “elite do poder”, aliás, título de um livro seu de ruptura, *A Imaginação Sociológica*, que todos passaram a usar como coisa adquirida não sabendo bem donde³⁸.

Foi em nome desta imaginação que Mills desencadeou uma investigação sobre a elite política dos Estados Unidos. Ele conhecia todos os outros autores

³⁶ Cfr. Moisei Ostrogorski, *Democracy and the Organization of Political Parties*, Haskell House Publishers, Scarce Books, Nova Iorque, II vols., 1970.

³⁷ Conceição Pequito Teixeira, *Robert Michels. A Teoria e a Política da Democracia*, ISCSP, Lisboa, 2000, p. 191.

³⁸ Cfr. C. Wright Mills, *The Sociological Imagination*, Penguin Books, Harmondsworth, 1973.

³⁹ Cfr. C. Wright Mills, *The Marxists*, Dell, Laurel Edition, Nova Iorque, 1962.

⁴⁰ Cfr. C. Wright Mills, *The Power Elite*, Oxford University Press, Nova Iorque, 1966.

alternativos e até bem demais os campos teóricos marxista-leninista como Karl Marx, Edouard Bernstein, Trotsky, Lenine, Estaline, Mao Tse-Tung, Nikita Khrushchev, Che Guevara e outros, a que dedicou um livro de cariz interpretativo. Ele afirmava então a respeito dessa obra inesperada: “tentei ser objectivo, mas não reclamo ter sido independente (*to be detached*)”³⁹. Liminarmente a sua diligência é pessoal, detalhada, baseada em pormenores e intuições, mas nem por isso menos rigorosa. O seu livro final, que lhe trouxe não só fama como ainda reconhecimento, *The Power Elite*, carregava um novo conceito para o debate que se inaugurara anos atrás com as teses desagradáveis de Pareto⁴⁰.

Nesse livro, hoje uma obra lida frequentemente e com razão, ele explica que em certas circunstâncias forma-se uma elite nacional que integra as famílias de diversos círculos do poder. Ao longo do tempo podem-se notar predominâncias, mas o todo dominante segue a sua vida. Para os Estados Unidos, em concreto, este aglomerado de grandes famílias conheceu diversas hegemônias. Nos tempos de crise, a elite militar assumia o comando; nos tempos de bonança a elite financeira e dos grandes advogados das grandes companhias eram os protagonistas. A elite propriamente política, ou seja, aquela que ocupa a cabeça dos órgãos do Estado, formada pelos deputados, senadores, Presidente e seu *staff*, tinham pouca coisa a dizer: entravam no esquema geral desenhado substancialmente pelas outras elites do poder.

A ideia final que nos transmite é que os políticos profissionais têm pouco peso desde a II Guerra Mundial e que as decisões se concentram em núcleos mais restritos, nomeadamente na alta área financeira e na indústria sofisticada e ligada ao poder militar.

Foi uma ideia que também desenvolveu um produtivo teórico americano conhecido pelas suas posições pouco ortodoxas e que tem mexido até aos dias de hoje. Foi o primeiro a falar da importância da *tecnoestrutura* e do *complexo militar industrial* nos Estados Unidos num livro já esquecido (*O Novo Estado Industrial*). Foi embaixador na Índia, mas o que o deu a conhecer foram as suas ideias pouco convenientes. Estamos a falar de John Keneth Galbraith e do papel decisivo que ele atribuía à estrutura técnica na sua sociedade, à sua coerência e às suas intenções. Escusado será dizer que o complexo fazia a mudança social, produzia a investigação, controlava o governo e impedia a mudança se a achasse nociva nos seus centros de decisão. Vale a pena regressar aos seus textos mais antigos e contrapô-los aos mais recentes e ver-se-á que pouco mudou com ele ou com o seu parceiro de aventuras intelectuais, Noam Chomski⁴¹.

⁴¹ Cfr. John Keneth Galbraith, *O Novo Estado Industrial*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968. Mais recente: John Keneth Galbraith, *A Anatomia do Poder*, Difel, Lisboa, 1983.

Mills pode ser acusado de tudo, mas de uma coisa não pode: ele apontou a existência de uma *elite do poder* nos Estados Unidos com facções espe-

cializadas, que alternativamente iam tendo relevância segundo a conjuntura. Mills também descortinou o papel das beldades e dos mitos da indústria do divertimento, pagos a preços exorbitantes: servem para dourar o sistema, mas não têm poder real. Ficam bem nas convenções, participam apoiando um candidato, mantêm de um modo antigo, mas paradoxalmente novo, o sistema social. Trata-se de adornos para consumo interno e externo, mas não conseguem “entrar” no círculo íntimo dos que mandam.

Para ele, a elite do poder tem a capacidade de decidir a evolução das políticas públicas e do seu impacte na vida dos cidadãos. Seria, em última instância, o grande agente de mudança e de conservação.

Atrás dele estão hoje operativos sociólogos da classe de Domhoff, que perseguem de outra maneira o sonho americano: identificar os agentes verdadeiros do poder e descortinar os agentes da mudança⁴². Mills queixou-se sempre de quebra da cidadania e da responsabilidade civil. Os americanos teriam vendido a alma à elite do poder e teriam perdido a capacidade de tomar o destino em suas mãos. As suas fortes associações civis e movimentos sociais tinham caído no descrédito e na inacção deixando campo livre ao desinteresse dos indivíduos que se passaram a preocupar com pequenas coisas do seu dia a dia, excepto com os grandes assuntos da República que sobram afinal para um contado número de pessoas muito qualificadas ou muito bem colocadas.

A justificação deste poder é simples: assenta em bases institucionais. Os homens fortes encontram-se nos lugares intocáveis, de topo, com as consequentes ligações e conivências. A fórmula política é neste sentido a democrática. Os eleitores são chamados ao sufrágio e escolhem uma elite política, todavia nada têm a dizer sobre quem é ou deve ser a elite do poder, porque a este clube restrito se chega pela herança familiar da fortuna, pelos contactos com os bem colocados e pela herança militar familiar.

Mills pode ter tido um olhar demasiado assassino sobre a sua sociedade, mas homens que seguiram a sua pista, leram as suas observações e mantiveram cadernos de campo, continuaram a afirmar a mesma coisa. É notável a este respeito o belíssimo livro de ensaios coordenado por William Domhoff e Thomas R. Dye, nomeadamente a sua terceira parte “Organizations and Power Theory”. Aí se diz que a elite do poder é “o conjunto de indivíduos que são os actores individuais na estrutura do poder. Porque a ordem social mantida pela estrutura do poder é estratificada, com grandes desigualdades de riqueza e rendimento, é também um sistema de dominação organizada, e a elite do poder usará frequentemente a intimidação e coerção sobre os seus críticos e oponentes, se necessário”⁴³.

⁴² Cfr. William Domhoff, *The Powers That Be, Process of Ruling Class Domination in America*, Vintage Books, Nova Iorque, 1979.

⁴³ Cfr. William Domhoff e Thomas R. Dye (Ed.), *Power Elites and Organizations*, Sage Publications, Beverly Hills, 1987, p. 9.

1.7 A ideia nova de Aloys Schumpeter

Joseph Aloys (1883-1950) era um homem que na Áustria ocupara o lugar de ministro da economia, mas dotado de uma vastíssima cultura histórica. Era severo consigo mesmo. Quando as coisas se tornam complicadas há quase sempre nos Estados Unidos uma universidade para acolher gente pensante que se tornou de algum modo incómoda no seu país. Aloys foi ministro da economia da Áustria e preocupou-o como bom socialista a evolução do capitalismo. Parte do seu estudo fora da Europa é sobre o capitalismo e, efectivamente, essa deriva levou-o inexoravelmente a considerar o papel da elite política ou da classe dirigente.

Que conclui Schumpeter depois de anos e anos nos Estados Unidos? A sua contribuição fez avançar as vacilantes opiniões de uns quantos professores que até aí ainda não tinham tido ninguém no terreno e com uma capacidade teórica fenomenal.

A primeira observação desagradável foi a de que o capitalismo se reorganizava. Não se poderia esperar o seu colapso. Tinha uma dinâmica própria e o empresário entregue a si mesmo produzia e reconvertia o sistema. O empresário livre tornou-se pedra de toque da mudança, da transformação e da adaptação da sociedade capitalista aos desafios que se iam perfilando no futuro. É um abandono seguro da teoria marxista e más notícias para os teóricos europeus do fim do capitalismo, que abundavam então e que alinhavam pelos escritos de Lenine.

A sua segunda tese defendia que a elite económica não se devia meter na política porque lhe faltava não só o treino mas sobretudo a vocação, no que concorda fundamentalmente com as conclusões de Max Weber. O comando económico, sem aura, não pode ser transferido para a área do poder político, específico da liderança. Os grandes homens de negócios mantêm-se ligados a uma classe anti-heróica que se move segundo padrões de razoabilidade. Podemos ter a certeza de que ele os conheceu e que fala do que observou. Daí o grande interesse do seu livro que para nós não é a conhecida *História da Análise Económica*, mas sim o belíssimo e pensado livro que também é um tributo a Pareto. De facto, *Socialismo, Capitalismo e Democracia* continua a solicitar a nossa visita aos lugares do pensamento em primeira mão. Os assuntos são ponderosos, as teses fortes a argumentação cerrada, mas que é que isso importa se quisermos aprender com ele?⁴⁴

⁴⁴ Cfr. Joseph A. Schumpeter, *Capitalisme, Socialisme et Démocratie*, Payot, Paris, 1972.

Mas mais interessante é a sua teoria da classe que promove as alterações nas sociedades, a tal elite de que temos vindo a conversar. Aloys pensou que ao longo da história se verificava uma certa continuidade e que isso era bom. A velha aristocracia recebia arrivistas dos negócios, mas mantinha gente sua no topo. A ruptura provocaria acefalia: uma classe sem experiência a lidar

com um país desconhecido. Onde se verificou tal ruptura, a elite compósita, que se chegou a formar e a exercer poder em alguns países, não conseguiu fazer carreira e daí alguns fracassos. Aloys entendia como outros, mesmo Pareto, que os dirigentes nacionais deveriam ter, por um lado, uma base aristocrática-conservadora e, por outra, o grupo de arrivistas, ricos e progressistas. No fundo, leões e raposas.

Em terceiro lugar o que ele viu com grande preocupação foi a constituição do que ele chamou os *políticos profissionais*. É indubitavelmente um conceito novo que ele utiliza para descrever uma classe de pessoas que se dedica inteiramente à política, descurando tudo o resto e até as suas profissões. Trata-se da constituição de políticos a tempo inteiro, dependentes do seu emprego político e desejosos de o conservar. A sociedade capitalista teria criado a oportunidade para a constituição de um novo grupo moderno de gente adstrita aos assuntos políticos, e tal gente não é mais nem menos que o político a todo o tempo, um tipo de pessoa a quem este clássico do pensamento económico não presta confiança e critica duramente, como já vamos ver, mostrando que são incapazes de desenvolver o interesse nacional.

Que pretende o político profissional? Aloys sabia o que ele queria obter a partir da sua experiência e da sua observação nas democracias. Tempo. Tudo se regula por tempos, por reacções do público, que pela sanção do voto derruba uma facção e eleva outra. Quem desfruta o poder não está para isso. Joga na onda, cede aqui, cede ali. Reprime acolá, beija em outro lado. A elite governante de profissionais não pode deixar de ser medíocre e timorata. Busca a sobrevivência acima de tudo e não o serviço público. Foi útil Aloys ter levantado esta *lebre* porque ela acabaria por definir tecnicamente a democracia não como uma ideologia, uma forma de vida, uma utopia da classe dirigente, mas apenas como “um processo técnico de seleccionar uma oligarquia de políticos profissionais”. Ele pensou que a nova fórmula deixaria passar arrivistas, indivíduos sem qualidades, interesseiros, em suma, indivíduos sem preparação para a tarefa da direcção do Estado, e isso instituiria um sistema em que deixaria de ser possível tutelar os interesses das sociedades a longo prazo. A sua desconfiança face às elites burguesas do capitalismo já estava instalada. A desconfiança quanto à nova classe do capitalismo e das democracias já estava definida no quadro de uma grande análise social e que já era anterior a textos que devem ser lidos com atenção⁴⁵.

Um regresso a Michels? A Pareto? Talvez à realidade que a sociologia conhece, mas pretende sistematicamente ignorar para fazer passar a mensagem da grande utopia. A felicidade barata e para todos.

Queremos uma mensagem deste poderoso pensador? E a democracia, então, onde fica em tudo isto? Trata-se de um resíduo da acção humana. É simplesmente um processo técnico, asséptico nos países mais desenvolvidos, pelo

⁴⁵ Cfr. Aloys Schumpeter, “As Classes Sociais num Meio Economicamente Homogéneo”, in J. Schumpeter, *Imperialismo e Classes Sociais*, Zahar, Rio de Janeiro, 1961, pp. 127-195. Também: Joseph Schumpeter, *Diez Grandes Economistas*, Alianza. Madrid, 1971.

qual os cidadãos escolhem dirigentes. O governo do povo, para o povo e pelo povo, nunca existiu. Todos os anteriores analistas o tinham dado de barato. O que interessa é que ele, um socialista convicto, fizesse o mesmo baseado na observação. Tal é a acrimónia a que chega que nem se preocupa com a vontade popular porque tinha observado os grupos de pressão no trabalho quotidiano, as pressões e o recrutamento nos partidos. Escreve num importante parágrafo saído do seu íntimo pensamento, aquilo que resume esta matéria: “Estes *dei ex machina* são capazes de modelar e mesmo criar, em larga medida, a vontade do povo”⁴⁶.

⁴⁶ Joseph Schumpeter, *Capitalisme, Socialisme et Démocratie*, Op. cit., p. 347.

1.8 Um pouco de bom senso: Raymond Aron

Raymond Aron (1905-1983) foi um sábio do Ocidente. Os livros que deixou constituem uma linha regular de intervenção nas questões mais importantes do mundo e da Europa e sem ele estaríamos mais pobres. Tinha uma linha judaica que o libertou no sentido de escrever com liberdade fora dos censores habituais. Admirou Pareto a quem consagrou um grande ensaio e não pôde deixar de caminhar para averiguar a importância das elites. Aceitou a palavra dos antecessores e deu-lhe continuidade. Prestou atenção a Karl Marx, mas o que lhe moldaria o pensamento seria a leitura de Pareto para quem escreveu o prefácio à edição francesa do *Tratado de Sociologia*. Professor, ensaísta, polemista, um dos últimos grandes *nexialistas* europeus com George Dumézil, Ernst Jünger, Carl Gustav Jünger, Karl Popper, Konrad Lorenz, André Malraux, uma geração que se finou, fez tudo quanto pôde com uma versatilidade e inteligência que não podemos deixar de admirar.

No muito que deixou em forma escrita o que nos vai interessar é a sua visão da elite. Um europeu tão lido, tão experimentado, o que pensaria do problema, que é de facto o cerne da direcção das sociedades? Ora, liminarmente, ele sabe que existe uma elite dirigente como Pareto tinha descoberto. O que lhe acrescenta são as observações da sua grande experiência e a vida em sociedades diferentes. É por isso que devemos revisitá-lo.

Aron observou sobretudo dois tipos de sociedade: as totalitárias como a antiga sociedade soviética e as sociedades democráticas como a sua em França e as restantes na Europa e América. A reflexão sobre a industrialização destas sociedades e as suas chefias levou-o a formular dois tipos de elite:

- a) *A elite dividida*, que é característica da sociedade de matriz europeia. A elite política está formada por facções que se opõem. Isso passa-se com as elites económicas, com as elites ideológicas e com as elites políticas, que se batem competitivamente no terreno. Na realidade, toda a elite social está dividida. Não podemos então falar de uma

elite única e integrada: o que o panorama social oferece é a divisão e o combate em todos os patamares em que as elites sociais existam e tenham vida. Cada uma busca superar a outra numa competitividade legal, pacífica e conhecida. As regras do jogo que presidem nesta arena são amplamente conhecidas e as exceções à regra (golpes de Estado, rebeliões, pronunciamentos) não impedem que as regras sejam uma referência. Um grande pluralismo reina na sociedade e as divergências são aceites como alternativas credíveis. Aron pensava que este é o melhor modelo de sociedade gerado na história⁴⁷.

- b) *A elite unificada*, que é característica das sociedades totalitárias. A elite social encontra-se unificada, sem fraccionamentos, mas sobretudo a elite política está coordenada, sem possibilidade de lutar em facções organizadas pelo controlo do poder político. Por outro lado, todos os meios de produção são controlados por ela, que conhece reajustamentos através de lutas intestinas e purgas⁴⁸.

Analisemos cada uma destas categorias. A elite dividida é uma formulação histórica de sociedades que desde cedo caminharam para a autonomia dos poderes sociais. Elites dirigentes, em diversos sectores, contribuem para a direcção da sociedade. A conflitualidade no seu seio e entre elas é habitual, mantendo-se o conflito num nível não violento. Por um lado, afirma-se o poder espiritual, assumido por aqueles que dizem a verdade, guardam os valores, interpretam e ajuízam. Aí se integrariam sacerdotes, intelectuais e líderes carismáticos de massas. Paralelamente existe um poder político que incorporaria dirigentes de partidos em articulação com altos funcionários e chefes militares, área que reúne os que têm a incumbência do exercício efectivo do poder. Finalmente aparece uma terceira elite, a elite económica que integra os que dirigem a economia, indivíduos como os gestores, a que aludira James Burnham⁴⁹, os dirigentes sindicais e os capitalistas.

A pluralidade torna-se evidente e ela estrutura-se sobre funções básicas da sociedade. Aron, contra a corrente do seu tempo, defendeu a autonomia da elite política face à elite económica e à elite cultural. A hegemonia na classe política tende a favorecer quem enfrenta com sucesso o juízo popular em eleições. Por isso, os militares e altos funcionários são relegados para uma posição secundária.

Os dirigentes, embora se possam entender entre si, e ele não nega que haja vantagens reais no seio desta categoria, têm de ganhar de facto o seu eleitorado e têm o limite na crítica da sociedade pluralista onde fazem política. A legitimação pelo voto popular e os controlos populares fazem deste tipo de elite política a mais desejável, segundo o analista francês.

A elite unificada provém de outros fundos históricos. Constitui-se em sociedades onde a educação das largas massas não se encontrava feita e onde

⁴⁷ Cfr. Raymond Aron, *Novos Temas de Sociologia Contemporânea. Luta de Classes*, Editorial Presença, Lisboa, 1994. Ver ainda: Raymond Aron, *L'Opium des Intellectuels*, Calmann-Lévy, Paris, 1957.

⁴⁸ Raymond Aron, *Démocratie et Totalitarisme*, Gallimard, Paris, 1965.

⁴⁹ James Burnham entendeu que a futura elite seria uma elite de gestores, de tal modo inevitável que ele descreveu a sua marcha em *The Managerial Revolution*, Greenwood Press, Westport, 1972.

o atraso económico não dera origem a um poder económico alternativo. A sociedade não tem experiência histórica pluralista e as elites alternativas não tiveram oportunidade de se constituir.

A Rússia é um bom modelo porque fornece esse vector histórico. A sua sociedade só conheceu as liberdades individuais num pequeno espaço de tempo que medeia entre a reforma de Peter Arkadevitch Stolypin, que iniciou a verdadeira revolução económica em 1906 como primeiro ministro, logo assassinado em 1911, e a revolução soviética de 1918, que repôs a situação anterior: uma férrea ditadura, em que elite governante, instalada num partido único, detinha todos os meios de produção e, mais que tudo, definia as orientações ideológicas que a todos cumpria seguir. Tal elite dirigente, uma autêntica classe dominante, porque não tinha concorrentes dentro do Estado, nem na sociedade, foi duramente observada por críticos internos, que cunharam um nome para ela: *nomenklatura*⁵⁰.

⁵⁰ Cfr. Mikhail Voslensky, *Nomenklatura, Os Privilegiados na URSS*, Bertrand, Lisboa, s.d. Também: Mikhail Voslensky, *Les Maîtres de la Nomenklatura*, Pierre Belfond, Paris, 1989.

⁵¹ Cfr. Milovan Djilas, *La Nouvelle Classe*, Calmann-Lévy, Paris, 1955.

Na Jugoslávia de Tito, um antigo camarada, Milovan Djilas, fazia as mesmas observações: verificava que no espaço que pretensamente haviam libertado da tirania dos capitalistas e que se tinha tornado o território dos eslavos do sul, se tinha instalado confortavelmente uma nova classe, que usufruía de todos os privilégios⁵¹. A sua descoberta classificou-o como dissidente e conheceu o cárcere. A desintegração posterior da Jugoslávia, entre guerras que vitimaram milhares de pessoas, demonstrou bem a solidez da construção de que se orgulhavam os senhores da *nomenklatura* jugoslava, em Belgrado.

Em todas as sociedades dirigidas por um único partido que coordenava a vida e os sentimentos privados, na tradição de George Orwell, apareceram intelectuais do regime que foram capazes de romper a barreira e descobrir ou a Nomenklatura ou a nova classe, segundo as terminologias então usadas. Trata-se na verdade de classes dominantes, em sentido estritamente marxista, ou seja, um grupo estruturado e conivente que possui todos os meios de produção e o controlo da ideologia, obtendo para si todos os benefícios das posições cimeiras.

Como disse Aron, “A União Soviética também tem uma classe política (...). A classe política organiza-se num partido único, que reserva para si o monopólio da acção do Estado”⁵².

⁵² Raymond Aron, *En Defensa de la Libertad*, Argos-Vergara, Barcelona, 1977, p. 80.

1.9 A visão dos liberais: Dahl e os outros

Seguramente que a visão dos teóricos das elites não inviabiliza a democracia. Tão só esclarece a sua natureza e aponta o principal motor da história, ou seja, da mudança. O grupo dirigente e o grupo perdedor debatem os seus

direitos à captura dos órgãos do poder através de eleições competitivas. O facto de existirem classes políticas organizadas, nas democracias, não impede que outras se organizem para o mesmo fim e se apresentem ao voto popular segundo o *marketing* em voga.

Robert Dahl, um sociólogo americano, tentou mostrar, em primeiro lugar, num livro clássico, que ainda hoje se deve ler⁵³ que empiricamente não se poderia provar a existência da elite. A sua segunda diligência foi provar que o poder se encontrava muito partilhado entre grupos, que se bloqueavam mutuamente, através de estudos que levou a cabo em cidades que ele estudou profundamente. A sua teoria, assim, assenta fundamentalmente em estudos de comunidades, mas parece provar que em localidades americanas identificadas, as forças estão repartidas por grupos que se vigiam, colaboram ou opõem. No fundo ele concorda com Talcott Parsons, quando este se apercebe de que não há elite do poder: há poderes. De facto, Parsons, faz uma distinção clara entre poder e influência como se iria ver em Lasswell e Kaplan. Naquilo que ele descreve como *subsistema político*, o poder é o mesmo que o dinheiro no subsistema económico, a influência no subsistema normativo e as fidelidades no sistema das relações pessoais. O poder político usa a força para afastar as ameaças (*deterrence*), a influência serve para atrair as pessoas para as perspectivas desejadas (*persuasion*) e as fidelidades obrigam a uma ajuda que não pode ser recusada (*activation of commitments*). Daqui decorre que os três subsistemas se enfrentam e se completam. O governo tem apenas uma capacidade generalizada de ligar estes subsistemas para fins colectivos tidos como legítimos.

Todavia o poder está distribuído desigualmente. Parsons entendia que a quantidade de poder que cada um poderia exhibir dependia da proximidade do topo. Estratificação, é certo, mas também, em certa medida, uma hierarquia ligada por meios de persuasão. Contra Mills defendeu que o poder é um agente, entre outros, a criar e desencadear os acontecimentos sociais⁵⁴.

A elite do poder fica esbatida. A sociedade está munida de diversas barreiras e há poderes formados com capacidades específicas. A elite política só pode coordená-las como um facilitador.

Robert Dahl, tal como o seu conterrâneo, conclui que cada grupo de poder, para realizar as suas finalidades, deve obter a cooperação de outros grupos. A democracia seria portanto uma *poliarquia*, isto é, um sistema político onde diversos poderes jogam para alcançar os seus objectivos e onde todos são necessários uns aos outros numa trama sempre em mudança⁵⁵. Mesmo no sistema político, a diversidade de partidos e a facilidade da crítica revelam que não existe concentração de poder.

Dahl, como já se disse, utilizou para base de experiência uma cidade pequena, Newhaven, e muitos sociólogos entenderam que de uma tão restrita obser-

⁵³ Cfr. Robert Dahl, *Qui Gouverne*, Colin, Paris, 1971.

⁵⁴ Cfr. François Chazel, *La Théorie Analytique de la Société dans l'Oeuvre de Talcott Parsons*, Mouton, Paris, 1974.

⁵⁵ Cfr. Robert Dahl, *Après la Révolution, L'Autorité dans une Société Modèle*, Clamann-Lévy, Paris, 1973.

⁵⁶ Giovanni Busino, *Revue Européenne des Sciences Sociales*, Cahiers Vilfredo Pareto, Droz, Genève, 1988, p. 165.

vação pouco se poderia concluir para os Estados Unidos. É neste sentido que Giovanni Busino escreve: “O modelo de Dahl não me parece transponível de Newhaven para os Estados Unidos. A complexidade do sistema social americano não pode ser explicado a partir de observações feitas numa cidade de cerca de 20 000 pessoas”⁵⁶. Mesmo a sua observação de democracia, a poliarquia já aludida, segundo a qual a elite política apenas coloca em movimento os mecanismos segundo os quais os diversos interesses dos grupos são realizados, será de facto a forma final de democracia ou uma forma de democracia, como interpreta Busino?

1.10 Para uma tipologia das elites políticas

Depois das diversas abordagens, sem prejuízo de que outras se poderiam acrescentar, é natural que se tente chegar a uma tipologia das elites políticas, para lá da herança dos clássicos e dos modernos, combinando-as em algum sistema que cubra a realidade observada. Esta é uma proposta pessoal, devidamente fundamentada e que já foi ensaiada no terreno em diversos estudos.

Sem se pretender apresentar uma tipologia definitiva, pois qualquer uma delas reflectirá obrigatoriamente o estado dos conhecimentos na matéria, parece por enquanto que a perspectiva de Aron é ainda a chave para abordar a questão, o que se destaca pela recorrência que a ele fazem as classificações mais recentes, quer na Europa, quer na América.

O que fica na sombra, como em muitas outras sistematizações, é a situação da *contra-elite*, da *elite social não política* e os *graus de mobilidade*. Tendo em atenção também estas três dimensões poderíamos enunciar quatro tipos puros:

- a) *elite unificada com centro coordenador exclusivo*;
- b) *elite tendencialmente unificada com centro coordenador*;
- c) *elite fragmentada*;
- d) *elite consensualmente dividida*.

Para esclarecer estas categorias que aqui ficam torna-se necessário recorrer à descrição. Diríamos que a primeira abarca as situações em que a elite social se encontra coordenada pela elite política, estando esta submetida à organização de uma instituição poderosamente dotada, seja um Partido Único, o Exército ou uma Igreja. A coordenação implica a obediência a um credo, exige ortodoxia, de modo que o poder político-social emana de um estrato restrito. É um caso que identificamos como a materialização de uma *classe dominante*, que não tolera a existência de contra-elite e se apodera de todos

os recursos sociais. Os dissidentes são liquidados ou severamente reprimidos. A unidade de interesses, credos e metas, não elimina a competição entre sectores, mas esta faz-se por disputas internas dentro do aparelho central. A elite não governante não tem expressão e todo o campo social se encontra coberto pelas emanções burocráticas de um gigantesco aparelho, que se desdobra consoante as necessidades de controlo e ocupação de postos.

A mobilidade ascendente, que nos primeiros tempos pode ser substancial, com a instalação definitiva da elite, pode diminuir de forma a impelir o modelo para a oligarquia gerontocrática, segundo selecção cooptativa. Resulta numa estrutura desconfiada face à novidade, discriminadora, conservadora de privilégios, consciente de si mesma e da utilidade da força para a sua conservação.

Os exemplos desta categoria encontram-se na antiga URSS, na China, observaram-se na República Democrática Alemã, na Bulgária, e arquetipicamente na Roménia, onde se realizou um moderno sistema de nepotismo⁵⁷. Mas tal modelo é ainda útil historicamente para compreender o antigo Egipto, as teocracias fundiárias e fundamentalistas, a Turquia de Kemal Atatürk, a Alemanha nacionalsocialista, se bem que a sua realização em sociedades avançadas exija a presença de uma civilização industrial, meios de comunicação rápidos e uma importante polícia das ideias.

Os regimes totalitários ou teocracias messiânicas envolvidos numa «grande missão» tendem a gerar uma elite impermeável e nepótica, depois de uma primeira fase de formação, em que a mobilidade se revelara um factor chave.

A segunda categoria difere da primeira porquanto o centro coordenador fracassa ou nunca esteve interessado na monopolização de toda a realidade social. Áreas significativas da elite social escapam à vigilância e aí se desenvolve uma contra-elite em *sectores não-políticos*. Ainda que falte uma elite não governante formal (ela torna-se, de facto, contra-elite) é impossível eliminar a contra-elite disfarçada no sector cultural, no sector religioso, no sector tecnológico, e, além disso, sobrevivem elites respeitadas em áreas fortes, impossíveis de abater. Isto significa que a elite política dotada de grande controlo político e algum controlo social tem que gerir com força e astúcia uma situação que a pode vir a vitimar.

O modelo polaco até à queda do regime imposto por Estaline é arquetípico⁵⁸. Mas a antiga Checoslováquia, a Jugoslávia de Tito, o Chile de Pinochet, o Japão da era Meiji, são exemplos que cabem dentro do quadro exposto. Também Portugal de Salazar⁵⁹, a Itália fascista, a Espanha de Franco e, em geral, os regimes autoritários e semi-autoritários, realizam este modelo de elite, que pode coexistir com uma ampla mobilidade vertical. A sua elite política muito disciplinada tem um sentido dos limites, quer porque conheça

⁵⁷ Cfr. Mark Almond, *Decline Without Fall, Romania under Ceausescu*, Institute for European Defence and Strategic Studies, Londres, 1988. Para as elites políticas de coordenação total, sem concorrentes ou competidores, ver o estudo clássico: Karl Wittfogel, *Le Despotisme Oriental*, Éditions de Minuit, Paris, 1964.

⁵⁸ Cfr. Tadeusz Jarski, *A Troubled Transition, Poland's Struggle for Pluralism*, Institute for European Defense and Strategic Studies, Londres, 1990.

⁵⁹ Cfr. Jaime Nogueira Pinto, *Portugal, os Anos do Fim*, 2 vols., E & F, Lisboa, 1976-1977. Para a Itália ver: Renzo de Felice, *El Fascismo. Sus Interpretaciones*, Paidós, Buenos Aires, 1976.

bem as suas capacidades, quer porque se auto-imponha fronteiras éticas, abandonando por consequência o projecto de coordenar e até instrumentar toda a elite social relevante – que é a tentação perene da elite ambiciosa num sistema totalitário.

A sobrevivência de elites sociais desenquadradas e mesmo de sombras de uma contra-elite são sinais suficientes para declarar que há uma *classe dominante* suficientemente integrada para reconhecer os seus interesses, mas também limitada por forças sociais no terreno que não integra no seu seio.

A noção de *classe dominante* alarga o conceito de classe política ou elite política. De facto, este conceito marxista representa um alargamento da elite, política tendencialmente unificada a esferas da elite social não política, que com ela colaboram num planeamento útil a todos. Elites da banca, da indústria, da propriedade agrária, da Igreja, das Forças Armadas, podem articular-se coerentemente como forças nucleares da elite política e oferecer uma frente comum ao observador atento. E, ao contrário, a elite política pode surgir como uma expressão da elite económica, fundada na posse da terra, do comércio, da banca, da indústria, da tecnologia – e tal elite mais ou menos coerente nem por isso deixa de ser parte de uma classe dominante, agora com um núcleo coordenador fora da elite política formal, pois será do núcleo duro da classe dominante que sairão as orientações para a classe política. Este caso específico tem-se podido observar em diversos países da América Latina, onde os governos militares não raramente exprimiam os interesses da classe dominante. Também se pôde verificar que elites políticas que decidiram enfrentar os grandes interesses instalados, desmantelando-os, tiveram pouca duração porque foram derrubadas por um golpe militar. Nestes casos, o que se vê como “elite política”, não passa de um instrumento vendido ou domado pela elite dominante. Não tem existência autónoma. É dependente dos padrões que existem na elite social como grupo coerente de ricos.

Estas possibilidades só recomendam estudos no terreno, levantamento de modelos, como se tem feito para o crescimento económico em cada país e por épocas, de forma a deixar claro o verdadeiro estatuto da elite política no seio da classe dominante, se bem que para todos seja admitida a dificuldade metodológica de tal aventura.

A terceira categoria surge no pólo oposto das anteriores. É um modelo em que existem grupos de elite política altamente competitivos e pouco sensíveis aos valores coordenadores do quadro da competição. As contra-elites podem optar pelo terrorismo e ter forças armadas, enquanto sectores importantes da elite social (dirigentes religiosos, coordenadores patronais) intervêm activamente pressionando os grupos políticos dirigentes, que frequentemente incluem a elite militar. A elite política compõe-se e recompõe-se segundo as vicissitudes das forças efectivas no terreno e não raro o sistema acaba domi-

nado por uma elite militar com colaboração de diversas elites sectoriais e a oposição de elites políticas ideologicamente divididas e carentes de força.

A ficção da força das elites políticas profissionais mede-se aqui pela sua incapacidade para travar os sectores militares e pelo êxito destes em oferecer algumas vezes a imagem exterior de uma elite política tendencialmente unificada. As lutas internas no próprio núcleo da elite governante só conseguem revelar o elevado grau de dispersão e conflitualidade das elites nacionais, incapazes de chegar a um consenso, que no fundo seria a institucionalização, a longo prazo, de regras de jogo para seleccionar a elite governante e a oferta dum estatuto à elite não governante. Neste esquema, quem tem força ou pensa que a tem, joga-a sempre, passando por cima das frágeis regras copiadas de modelos estrangeiros.

A elite fragmentada, que deixa supor a hegemonia da pura força instituída nas Forças Armadas, é uma categoria conveniente para investigar os problemas de estabilidade e desenvolvimento nos países do Terceiro Mundo e um modelo que oferece uma resposta às interrogações de Samuel Finner sobre o poder efectivo dos Exércitos nas sociedades⁶⁰.

Vastas áreas geográficas sem tradição política demo-liberal que contenha a força institucionalizada e mesmo a força crua do grupo armado oferecem a imagem de elites governantes integradas por militares de carreira e contra-elites de dissidentes armados com prática de guerra, que visam a conquista do aparelho do Estado. As elites sociais são diminutas, a sociedade civil frágil, sobrevivendo nas universidades ou nas igrejas uma hipótese de limite às delapidações dos senhores da força. Podemos atribuir a esta situação o insucesso das sociedades, seguindo Hugh Thomas na análise da América Central, quando alude, como factor de desordem, ao contínuo fracasso dos dirigentes locais desde o advento da independência, em 1820⁶¹.

De facto, nestas sociedades descolonizadas a opção da aplicação da pura força tem uma tradição mais viva que aquela que os colonizadores tentaram implantar e que se concretizara por uma lenta evolução nas suas próprias sociedades metropolitanas. O desenvolvimento e afirmação de uma genuína tradição política de poder civil e de aceitação de amplos consensos entre as elites competidoras é a principal barreira ao protagonismo das Forças Armadas⁶².

Finalmente, terminamos a análise da classificação quadripartida com uma categoria que seguramente é polémica: a *elite consensualmente dividida*. Escolhemos o termo porque o tipo de Aron é insuficiente para dar a imagem da realidade das novas elites políticas do Ocidente desenvolvido, que só formalmente se podem considerar divididas. Na verdade existe uma elite política governante, uma elite não governante e mesmo uma contra-elite, que teoriza o fim do sistema e a implantação de um outro regime político,

⁶⁰ Cfr. S. E. Finner, *Los Militares en la Política Mundial*, Editorial Sudamerica, Buenos Aires, 1969, pp. 17 e sgs. É claro que esse poder também depende das linhas de força da cultura ou culturas políticas de governantes e governados. Ver para este ponto: Dennis Kavanagh, *Political Culture*, The Macmillan Press, Studies in Comparative Politics, Londres, 1972.

⁶¹ Cfr. Hugh Thomas, *Central America: Can Europe Play a Part?*, Institute for European Defence and Strategic Studies, Londres, 1987, pp. 11 e sgs.

⁶² Tal desenvolvimento encontra-se estudado para diversos países e hoje aparece teorizado nas doutrinas do desenvolvimento político. Uma coisa porém é segura: a tradição exige gerações para ganhar forma e se implantar. Ver, por exemplo, o valioso estudo, para os Estados Unidos da América: Richard Hofstadter, *The American Political Tradition*, Alfred Knopf, Nova Iorque, 1964.

normalmente utópico e totalitário, desfrutando mesmo assim de liberdade de propaganda e organização. A elite social não política é diversificada e distribui-se por um amplíssimo leque, cobrindo as principais funções da sociedade, onde ocorrem conflitos por causa da oposição de interesses entre as organizações sectoriais.

A elite política neste modelo profissionaliza-se, institucionaliza a circulação no poder e aceita, como escreveu Schumpeter, o juízo do voto popular para sancionar os governantes. Apresenta-se de facto dividida por ideologias e doutrinas político-sociais, mas acima de tudo, está dividida em organizações competitivas – os Partidos – que tendem a monopolizar toda e qualquer função política e funções adjacentes na sociedade, nomeadamente no aparelho económico. É nesta monopolização que a elite política estabeleceu um profundo consenso, tão estável como o que respeita à alternância e o que impõe a lei da competição dentro das estruturas de cada organização ou máquina partidária. Assim, partidos com pouco filiados arrogam-se a representação do todo social e capturam as funções político-económico-sociais da comunidade, distribuindo entre si os cargos disponíveis.

Num ponto limite, tal modelo evolui para a figura da partidocracia, ponto em que parte da elite social já se encontra aliada ou integrada nas máquinas partidárias, cobrindo estas todos os sectores relevantes da sociedade, com um acesso sem paralelo a recursos financeiros quase inesgotáveis. É o tempo do compadrio, do toma lá, dá cá. Não fora pela existência de liberdades para a contra-elite e para as elites sociais fiéis às suas funções sectoriais, o modelo aproximar-se-ia perigosamente da primeira categoria, apesar das divisões ideológicas e mundivisões distanciadas, por estas não contarem muito, representando demasiado frequentemente a parte apelativa do voto popular, o *marketing* da facção da elite.

Estes pontos extremos são reconhecidos para a Itália por autores insuspeitos e tal degradação é que tem vindo a suscitar, modernamente, a busca de outras formas de representação política fora dos partidos como recomendou Ostrogorski no século XIX⁶³. A selecção pelo voto popular, ainda que mecanismo amplamente aceite, torna-se, por causa deste omnímodo peso da elite política, investida de poder económico, meios de comunicação de massa, meios organizativos, uma pobre imagem da soberania popular, justificando a exprobração de Rousseau. Também Oswald Spengler notara esse caminho: «Já hoje, escreveu, o poder muda de casa, e dos Parlamentos translada-se a círculos privados; as eleições, do mesmo modo, convertem-se, entre nós, numa comédia, tal como na Antiga Roma»⁶⁴.

A aparente estabilidade deste modelo de elite consensualmente dividida faz com que uma parte da contra-elite seja absorvida e obrigada a aceitar o sistema e suas regras. É exemplo comprovativo o destino dos partidos comunistas

⁶³ Cfr. Giuseppe Galasso, *Poder e Instituições em Itália*, Livraria Bertrand – Instituto Italiano de Cultura em Portugal, Lisboa, 1984, pp. 391 e sgs.

⁶⁴ Oswald Spengler, *La Decadencia de Occidente*, 2 vols., Espasa-Calpe SA, Madrid, 1966, vol. II, p. 540.

européus em França, Espanha, Portugal, Itália e países nórdicos, que de hipotética força revolucionária, alternativa global à elite política e ao sistema, se transformaram em peças do sistema que convém preservar para lhe dar vigor. Mesmo em Estados onde a história recente do Partido estava manchada por crimes bem conhecidos, como em Espanha, não foi difícil integrar a organização no grande conjunto e articular a sua elite partidária com a restante elite política. Só franjas despidiendas materializam a autêntica contra-elite, mas essa é normalmente acusada de terrorismo e efectivamente marginalizada, se não se remeter à nobre tarefa de divertir a opinião pública. É curioso ainda notar a migração de políticos profissionais de partidos extremistas para partidos moderados. A Ideologia não era assim tão decisiva. Parece que importava mais a carreira, no Sistema.

O modelo é portanto animado por políticos profissionais, de extracção predominantemente civil, que vão assumindo paulatinamente soluções cada vez mais técnicas para os seus objectivos – que se resumem em prosseguir nos postos conquistados. Não admira que as plataformas se repitam, que o discurso se assemelhe e que as bandeiras difiram. Ostrogorski, no seu estudo sobre a democracia dos Estados Unidos, já tinha extraído as principais ilações do modelo, mas estava longe de ter verificado as suas versões mais atraentes, que dispensam o que então chamara «bandidos políticos», visto tais funções centrais poderem ser desempenhadas, com vantagem, por políticos profissionais sem cadastro oficialmente registado.

1.11 A transformação da elite política

Tanto Mosca como Pareto intuíram a debilidade de uma minoria estritamente fundada na herança e na cooptação. A permeabilidade do grupo dirigente pareceu-lhes a condição da sua sobrevivência e tal atitude explica a abertura de Mosca à renovação através das instituições democráticas. Contudo, nem todos os grupos dirigentes estão conscientes dessa necessidade e, por isso mesmo, a longo prazo a degenerescência torna-se inevitável, implicando uma reformulação previsível. O fim de ciclo observa-se na predominância dos tipos ‘raposa’, da habilidade e da astúcia, do compromisso e da corrupção, sobre a solidariedade, a virilidade, a honradez e a força. Concessões e consensos preparam o afastamento da minoria debilitada, que na decadência pensa ainda conseguir fazer perdurar a situação usufruída. Pareto explica que a queda resulta da «acumulação nos estratos superiores de elementos de qualidade inferior; que já não possuem os resíduos capazes de os manter no poder, e eles evitam o uso da força, enquanto se desenvolvem nos estratos inferiores os elementos de qualidade superior, que possuem os resíduos adequados ao exercício do governo e que estão dispostos a utilizar a força»⁶⁵.

⁶⁵ Vilfredo Pareto, *Traité de Sociologie Générale, Op. cit.*, §2057, p. 1305.

⁶⁶ Ver como exemplo: David Cannadine, *The Decline and Fall of the British Aristocracy*, Papermac, Londres, 1992.

⁶⁷ Cfr. Ernst Nolte, *El Fascismo, de Mussolini a Hitler*, Luis de Caralt, Barcelona, 1970.

⁶⁸ Informação qualificada sobre a questão alemã pode ver-se em: Karl Dietrich Bracher, *The German Dictatorship*, Penguin Books, Harmondsworth, 1988, pp. 342-358; e Ernst Nolte, *Les Mouvements Fascistes*, Calmann-Lévy, Paris, 1969.

⁶⁹ Cfr. Ricardo de la Cierva, *Historia del Franquismo, Orígenes y Configuración (1939-1945)*, Editorial Planeta, Barcelona, 1975.

⁷⁰ Cfr. Jesus Pabón, *La Revolución Portuguesa*, Espasa-Calpe, Madrid, 1945; Jaime Nogueira Pinto, *Portugal os Anos do Fim*, Op. cit. Com uma atenção especial às fórmulas políticas ver: António Pedro Ribeiro dos Santos, *A Imagem do Poder no Constitucionalismo Português*, ISCS, Lisboa, 1990. Continua a ser a melhor obra sobre a matéria.

⁷¹ Para outras formas violentas como a rebelião, a insurreição ou a revolta ver: Jacques Ellul, *Autopsia de la Revolución*, Unión Editorial, Madrid, 1973. Aqui se demonstra que a falta de projecto e organização compromete o sucesso, e a mudança não é possível.

⁷² Cfr. para o Japão: Paul Akamatsu, *Meiji-1868, Révolution et Contre-Révolution au Japon*, Calmann-Lévy, Paris, 1968.

⁷³ Para a transformação portuguesa continua a ser central uma obra de Oliveira Martins: Cfr. Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, 2 vols., Europa-América, Mem Martins, 1984.

Portanto, é pacífico nos clássicos que a elite se modifica, abrindo-se a outros elementos, transformando-se assim progressivamente ao longo do tempo, ajustando-se, presumivelmente, às circunstâncias, quer aos desafios externos, quer ao aparecimento de novas forças sociais que tentam ter representação política. É possível que a muitos observadores esta evolução da elite apareça como uma degradação real, ou seja, uma perda em termos de qualidade, e o próprio Pareto apontou como ponto de chegada, com pessimismo evidente, a «plutocracia demagógica». E, no entanto, a elite política reformula-se e adapta-se, o que poderia ser tomado como uma prova a seu favor. O excesso de adaptação, de consenso e, provavelmente, a falta de critério selectivo, acabam por originar uma minoria timorata, limitada, que a partir de determinados graus deixa de ser uma elite real: a sociedade está então à disposição da elite alternativa, se ela soube cultivar a ligação à massa e os valores do enraizamento, mantendo ante a força uma atitude cirúrgica⁶⁶.

O modelo herdado explica a mutação a longo prazo e a ruptura, e não faltam observações qualificadas de historiadores reconhecidos a sublinhar, com copiosos dados, as transformações da minoria dirigente, que regra geral suscitam críticas ou aplausos dos contemporâneos.

As alterações substanciais devem-se normalmente a acontecimentos revolucionários, se bem que elementos da elite anterior sejam poupados e incluídos na nova; mas sempre há uma importante reformulação em matéria de nomes e ideias. As clássicas revoluções de 1640 em Inglaterra, de 1789 em França, de 1917 na Rússia e de 1383 e de 1974 em Portugal, são prova suficiente. A revolução italiana de 1922⁶⁷, e alemã de 1933⁶⁸, a espanhola de 1931⁶⁹ e o golpe português de 1928 dão origem a uma profunda reformulação da elite política anterior, com outra e bem evidente elite governante⁷⁰.

São de facto as revoluções que continuam a operar as mais profundas alterações na elite política e até a convulsionar a elite social, pois outras alterações violentas da ordem costumam saldar-se por fracassos contundentes, quando não são capazes de desembocar numa guerra civil⁷¹.

As guerras internas e externas afectam-na de igual modo implicando súbitos ajustamentos: no primeiro caso basta lembrar a transição japonesa de uma situação dominada pelo Xogunato Tokugawa para a reforma Meiji, no decénio de 1860⁷²; no segundo caso é modelar Portugal, que depois da Convenção de Évora Monte de 1834 conhece uma nova elite política e económica que substitui e persegue a anterior, despojando-a das propriedades e dos cargos⁷³.

Exceptuando estas convulsões sociais, a elite política renova-se normalmente segundo a sua maior ou menor permeabilidade. Sendo uma dimensão importante, a permeabilidade não confere carácter, pois as elites tendem à defesa das ameaças exteriores uma vez instaladas e o recrutamento de novos membros, fora dos círculos dos conhecidos, não pode ser considerado como grande

prova de permeabilidade: trata-se ainda de um movimento de defesa, que integra para substituir membros caducos ou preencher necessidades sentidas.

De algum modo há que recompor as faltas para sobreviver. A inclusão de familiares, amigos, é um movimento natural já focado por Mosca, mas tal cooptação não basta, pois é necessário recompor pelo menos os estratos secundários e periféricos com indivíduos de valor ou que foram capazes de se impôr por meio da liderança de novas forças sociais. A longo prazo, as elites estáveis e instaladas observam uma certa abertura nas áreas periféricas e mantêm os núcleos com pequenas modificações.

A prova da permeabilidade tem que se ver em todo o sistema da elite, isto é, nas facilidades concedidas quer pela elite não governante, quer pela elite governante, à ascensão de novas chefias políticas⁷⁴. O balanço das experiências conhecidas não leva a formular o princípio da grande abertura. A regra da fronteira funciona normalmente nas elites do sistema e só dificilmente se observa qualquer benevolência para com a emergência, no sistema, de um novo grupo de poder.

Os estudos de campo sobre áreas nacionais publicitados por Czudnowski confirmam amplamente este ponto de vista, que retira à mobilidade a sua tradicional importância. De facto, as investigações sobre a *Grécia* feitas por Legg, sobre a *Alemanha* por von Beyme e S. Eldersveld, sobre a *França* por Cayrol e Perrineau e sobre a *Holanda* por Daalder e Van den Berg, para além de outras menos conhecidas, remetem-nos para a constatação de uma notável adaptação às modificações conjunturais de modo que a estrutura permanece quase intocável⁷⁵.

Tal tendência observada nas modernas elites políticas, quando combinada com uma grande impermeabilidade das elites instaladas a novos recrutados, traduz-se num desequilíbrio social que, a médio prazo, pode dar origem a uma nova reformulação da elite a partir da contra-elite formal ou disfarçadamente dispersa nas elites sociais não políticas.

Assim, os grandes factores de mudança agora autonomizam-se bem e as rupturas podem ser identificadas a partir das grandes crises com tradução violenta na vida social das Nações, ainda que o quotidiano e as convulsões sem projecto e organização pouco alterem a realidade⁷⁶. A constituição de forças novas na sociedade pelo aparecimento de funções assentes nas transformações económicas, técnicas, culturais e religiosas, gera usualmente tensões com a velha elite, que seguindo a sua tendência de imobilismo, se recusa a compreender as condições conjunturais em que vive e a encontrar remédio para a distância entre estatuto social e estatuto político. A sistemática recusa de entender as forças conjunturais vitimou não poucas elites contentes consigo próprias e crentes que eram portadoras de um voto de eternidade. A análise histórico-social mostra que esta ignorância é perigosa e que as elites políticas

⁷⁴ A prova da maior ou menor complacência tira-se facilmente. Basta reflectir na reacção da elite política portuguesa ao aparecimento da elite partidária do PRD, que passou por uma espécie de condenação universal. E ainda considerar a atenção dos grandes partidos a novos temas, susceptíveis de elevar uma elite nova: questões ecológicas, problemas dos reformados e idosos, questões da juventude, condição feminina, etc., que querem imediatamente absorver no seu programa.

⁷⁵ Cfr. M. Czudnowski (Ed.), *Does Who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies*, Northern Illinois University Press, De Kalb, 1982.

⁷⁶ As convulsões emotivas e espontâneas não constituem desafio à elite política. Ver: Roland Mousnier, *Fureurs Paysannes. Les Paysans dans les Révoltes du XVII Siècle (France, Russie, Chine)*, Calmann-Lévy, Paris, 1967; e também Michel Molat e Philippe Wolff, *Ongles Bleu, Jacques et Ciompi*, Calmann-Lévy, Paris, 1970. Também é útil reflectir na revolta dos estudantes em Pequim e no levantamento popular húngaro na então República Socialista da Hungria contra Janos Kadar.

duradoiras ou praticaram uma abertura inteligente ou governaram em condições técnicas e sociais quase imutáveis.

Para conferir uma sistematização às grandes linhas de transformação voltamos às categorias propostas que para isso manifestam utilidade. Quatro hipóteses se abrem desde logo:

- a) ***Varição da elite fragmentada***: as condições internas favorecem a instalação de um poder militar como centro coordenador e é a elite militar que aparece como núcleo aglutinador de elites sectoriais para uma nova etapa. A nova elite é tendencialmente unificada pelo centro militar, que disciplina as elites sectoriais e pode eliminar a elite política anterior, que formaria em liberdade uma contra-elite. A elite consensualmente dividida pode ser considerada desejável, mas ela é uma construção histórica de difícil imposição em áreas com outras tradições de poder⁷⁷. O percurso da Nigéria nos anos 80 e até 1991 ilustra este percurso, verificando-se esforços consideráveis por parte dos dirigentes militares no poder no sentido de criar uma elite política consensualmente dividida, mas vigiada por eles.
- b) ***Varição da elite consensualmente dividida***: atingindo a degradação partidocrática, a elite consensualmente dividida cria condições para a emergência de uma contra-elite que denunciará a confiscação do espaço sociopolítico por profissionais. A contra-elite pode ter eco entre a força militar, nos poderes económicos, religiosos e culturais, que paulatinamente tomam consciência deste problema de usurpação. No horizonte perfilam-se elites tendencialmente unificadas sob a disciplina da elite militar ou de uma elite partidária nova. Pode, todavia, restabelecer-se a situação anterior. O modelo destes percursos pode ser visto na evolução da Alemanha sob a República de Weimar, mesmo Portugal de 1910 a 1974.
- c) ***Varição da elite tendencialmente unificada com centro coordenador***: acentuando a impermeabilidade e ignorando novas forças sociais, este tipo de elite pode derivar para uma outra elite unificada sob um outro centro coordenador, bastando que a elite militar seja substituída e passe a um papel mais esbatido, mas a pressão das contra-elites é sempre no sentido de criar uma elite fragmentada que, em pouco tempo, se estabiliza numa elite consensualmente dividida. Este modelo segue o percurso descrito em b). A Espanha da restauração monárquica ilustra esta transição e Portugal, depois de 1975, também é um exemplo deste movimento.
- d) ***Varição da elite unificada com centro coordenador exclusivo***: sendo uma poderosa realização que pressupõe sociedades civis frágeis e elites sociais debilitadas, ela tem duas vias de transformação. Por

⁷⁷ Cfr. Pierre Rondot, *Pré-toriens au Tiers-Monde*, Calmann-Lévy, Paris, 1969.

um lado, o colapso da administração burocrática e a cisão da organização coordenadora central, provoca uma situação inquietante que pode levar à afirmação da elite militar. Esta possibilidade dá origem a uma elite tendencialmente unificada, disciplinada pelos poderes militares. A outra hipótese é a experiência dura do domínio de uma elite fragmentada, disposta ao combate e insensível aos necessários consensos.

A União Soviética e a Roménia, ilustraram esta trajectória, que dificilmente levará a uma elite dividida consensualmente, pois a falta de tradição de elites sociais fortes é uma condição amplamente negativa. As tradições antigas de elites consensualmente divididas, a existência de políticos profissionais dessa época, a inexistência de forças sociais, oferece a quem captura o poder ampla margem de manobra que sem esforço pode desembocar em c).

Este esquema interpretativo não esgota de forma alguma a realidade das transformações, mas propõe-se como uma heurística para as mudanças estruturais, que são sempre as mais observáveis, e uma dinâmica hipotética das quatro categorias atrás descritas.

Com a consciência da sua insuficiência, o que se pode acrescentar é que nas instâncias da investigação moderna os pesquisadores enfrentam-se com as mesmas dificuldades. E o que parece hoje assente é que há já dimensões estruturais irrecusáveis. Ou seja, as tentativas de sistematização não poderão ignorar que a compreensão da problemática passa por dimensões antagónicas definitivas como sejam os eixos organizadores de fragmentação/integração, de consenso/dissenção, de homogeneidade/heterogeneidade, que são alguns dos que se podem hoje em dia identificar com facilidade. E é por aqui que a teorização poderá avançar com novos estudos de campo, ajudando a expandir o conhecimento sócio-político neste espaço de reflexão que se quer aberto e polémico.

1.12 As outras elites influentes

As elites políticas não são os únicos agentes de mudança, embora o tema se revista de uma importância crescente na cultura pós-moderna como assegura Albertoni, cujo livro se recomenda vivamente⁷⁸. Todavia, também outras elites actuam no terreno com a sua eficácia costumada. Mas que elites podemos enunciar ou anunciar?

Efectivamente, a investigação demonstrou que há um conjunto de elites nas sociedades, para lá das elites políticas, que têm uma força especial para

⁷⁸ Cfr. Ettore Albertoni, *Doctrine de la Classe Politique et Théories des Élités*, Meridiens Klincksieck, Paris, 1987.

⁷⁹ Guy Rocher, *Sociologia Geral*, vol. 5, Presença, Lisboa, 1971, p. 19.

imprimir velocidade e mesmo criar factores de mudança. Vamos abordá-las e defini-las de modo a torná-las compreensíveis. Seguindo Guy Rocher, que representa (bem) uma posição sensata nestas matérias, estas elites compreendem “as pessoas e os grupos que, graças ao poder que detêm ou à influência que exercem, contribuem para a acção histórica duma colectividade, seja pelas decisões tomadas, seja pelas ideias, sentimentos ou emoções que exprimem ou simbolizam”⁷⁹. São elas que no tempo longo imprimem as orientações para a mudança e dão mesmo origem a movimentos sociais poderosos.

Tais elites poderiam seriar-se como se segue: elites tradicionais, elites carismáticas, elites simbólicas, elites ideológicas, elites tecnocráticas, elites económicas.

As Elites Sociais: uma perspectiva

As elites tradicionais fundamentam o seu poder em crenças que remontam a tempos distantes e inserem-se em estruturas sociais muito simples, isto é, em culturas não técnicas. Deste modo, os chefes tribais, os dirigentes da antiguidade, desde os Faraós do Egipto e Imperadores de Roma às monarquias europeias medievais, e os dirigentes étnicos, todos participam numa legitimidade antiga, numinosa, que lhes vem do alto, da tradição indisputável ou dos antepassados. As sociedades que dirigem têm tectos de produção, são predominantemente recolectoras, agro-pastoris ou nómadas. As actividades essenciais centram-se na terra e a cadeia hierárquica apodera-se dos excedentes para financiar a sua existência. De certo modo, a elite religiosa é também uma elite tradicional porque a sua autoridade se funda no numinoso e ainda numa tradição que vem dos princípios de uma Revelação Divina, mas ela soube transpor as fronteiras do desenvolvimento económico e viver nas sociedades modernas, sem recurso aos bens agrários⁸⁰.

⁸⁰ Ver: Max Weber, *Historia Economica General*, Fundo de Cultura Económica, México, 1983.

As elites carismáticas, para usar o termo que Max Weber popularizou no nível científico, fundam a sua autoridade em características especiais que possuem e são altamente valoradas pela sociedade. No fundo, o que centra tal tipo de elite é um homem, um chefe, dotado de carisma, que se rodeia da sua burocracia. Com a morte do chefe é quase seguro que a elite desapareça, a não ser que encontre um sucessor à altura. Durante bastante tempo a União Soviética conheceu uma sucessão de dirigentes impressionantes, visto que o terrível aparelho de selecção interno apurava chefias altamente depuradas. Quem chegava ao topo tinha de ter qualidades de um sobrevivente de jogos de guerra e jogos de azar. Lenine, Estaline, Nikita Khrushchev, são bons exemplos do modo de preservar uma elite carismática no poder político e social, porque conseguiram incarnar e personificar o próprio poder multifacetado da União Soviética.

Podem ainda encontrar-se na sociedade elites carismáticas que o são graças à sua própria categoria, como é o caso dos *brâmanes* na Índia, e elites carismáticas que dominam certos movimentos sociais, facções religiosas e movimentos políticos, nomeadamente no novo fenómeno dos movimentos fundamentalistas islâmicos e hindus.

As *elites simbólicas*, por seu lado, revestem-se do máximo interesse sociológico. Elas são integradas por indivíduos que representam para a sociedade um modo de agir, enfim, um estilo de vida. Se toda a elite é de certo modo parcialmente simbólica porque representa sempre algo por causa da sua função, a elite simbólica propriamente dita só funciona como símbolo. Assim, os grandes estilistas ditam a moda para uma grande parte das sociedades, os grandes artistas, nomeadamente na área do cinema e da canção, transformam-se em modelos para a juventude que vêm nos seus ídolos as qualidades que gostariam de ter, seguindo-se daí um mimetismo ou mesmo padrões imitativos de conduta. As caras mais conhecidas dos programas televisivos ganham uma relevância que ultrapassa de longe o homem comum. Os jogadores dos desportos mais apreciados pelas sociedades, como o futebol, o ténis, o basquetebol, tornam-se “estrelas” e desempenham o mesmo papel de referência. Esta elite de vedetas, que Wright Mills julgou decorativa e instrumentalizada pela elite do poder, talvez não o seja e vê-se com frequência, os políticos fazerem apelo aos artistas para integrar e dar um pouco do seu brilho às suas campanhas de angariação de votos populares. Este tipo de pessoas fornecem modelos às sociedades, apontam qualidades a cultivar, virtudes a desenvolver, produtos a usar, atitudes a ter perante o mundo e a vida. Como já se terá percebido, a elite simbólica carrega em si mesma a noção de juventude, beleza, tenacidade, desenvoltura, riqueza, fama, e a ideia de morte está totalmente abolida. Já é, aliás, utilizada no marketing político, onde indicam a orientação de voto útil, confirmando a sua posição na arena política.

As *elites ideológicas* são integradas pelos produtores de ideias: pensadores, intelectuais, letrados e universitários interventores, jornalistas influentes. Ao criarem ideias e sistemas tanto o podem fazer tendo em vista o reforço do sistema como a destruição do sistema político para o substituir por outro. Todos os utopistas se inserem nesta linha, porque buscaram de um modo verdadeiramente consistente oferecer sociedades alternativas melhores que aquela em que viviam ou então desenhar sociedades pavorosas (distopias) que não podiam deixar de ser identificadas como o lógico desenvolvimento das suas sociedades.

No caso das sociedades agradáveis encontram-se construções fundamentais como as de Platão (*A República*), e depois sequelas como as de Thomas Morus (*Utopia*), Campanella (*A Cidade do Sol*), Francis Bacon (*A Nova Atlântida*), Charles Fourier (*Théorie des Quatres Mouvements*), mas também inovações sempre condicionadas pelo génio grego, como as de Rousseau e

mesmo as do psicólogo americano B. Skinner. E porque não, como alguns advogam, não incluir nesta categoria os escritos mais delirantes do famoso Marquês de Sade, como o celebrado livro *Os Mil Dias de Sodoma e Gomorra?* Se a loucura de Fourier com a sua organização social detalhada em unidades chamadas falanstérios pode ser considerada, se a *Icarie* de Cabet pode receber tratamento, é anticientífico relegar Sade para a galeria dos monstros, que imaginaram sociedades absolutamente nefastas ou modos de vida social completamente fora dos princípios que regiam uma sociedade visível e historicamente acontecida. Talvez não seja difícil vir a gostar mais dos mundos de Sade que dos de outros nomes sonantes do socialismo científico, que prometeram mundos e fundos com os pais fundadores, fundos e mundos que se tornaram uma realidade claramente monstruosa com os instrumentalistas do leninismo, mas cujo passivo passou a ser do domínio público, depois da queda do Muro de Berlim. Era caso para se dizer como slogan: “a Marx sim, Lenine não”. O Marxismo-Leninismo é uma paródia⁸¹.

⁸¹ Ler: Lenine, *Que fazer?*, Teorema, Lisboa, 1975.

No caso das sociedades negativas são paradigmáticos os livros de George G. Wells (*A Terra dos Cegos*), George Orwell (*1984*), Aldous Huxley (*Admirável Mundo Novo*), Zamyatine (*Nós*), e uma inumerável legião de autores que explorou até à saciedade o conceito de distopia técnica a começar por Philip Kindred Dick e sem que se saiba aonde essa linha irá terminar⁸². Kindred Dick, mais conhecido pelo filme *Blade Runner* que pelas suas espectaculares novelas distópicas, não deve ser separado de Gore Vidal ou John dos Passos por causa do estilo: é precisamente pelos temas tratados com qualidade que K. Dick e outros têm que ser aceites como testemunhas do nosso tempo⁸³. A perspectiva destrutiva é visível, mas todo o encanto da construção enreda a inteligência para que ela fique amarrada ao modelo, que possui além do mais uma lógica intrínseca⁸⁴.

⁸² Para se familiarizar com K. Dick era bom começar pelos contos: Philip K. Dick, *Beyond Lies The Wub*, Grafton, Londres, 1990.

⁸³ Roger Zelazny, in Philip K. Dick, *Beyond Lies the Wub*, Grafton, Londres, 1990, pp. 12-16.

⁸⁴ Ver por exemplo: Philip K. Dick, *The Man in the High Castle*, Penguin Books, Harmondsworth, 1965.

Os soviéticos, checos e polacos, ao tempo da ditadura do proletariado, também se entregaram a este exercício como o provam os livros do checo Karel Kapek (*A Guerra das Salamandras, A Fábrica de Absoluto*), dos russos, irmãos Abramov (*Cavaleiros Vindos de Parte Nenhuma*), dos irmãos Strugatsky (*Stalker, O Miúdo, Prisioneiros do Poder*), do polaco Stanislas Lem (*Éden, Memórias Encontradas numa Banheira, A Voz do Dono*) e assim por diante⁸⁵.

⁸⁵ Ver por todos: António Marques Bessa, *Utopia, uma Visão da Engenharia de Sonhos*, Europa-América, Mem Martins, 1998.

O que significa isto? Significa que em sociedades concentracionárias se encontra uma voz literária para denunciar o sistema e que essa voz veicula a distopia. Uma vez que se vive na utopia, na sociedade perfeita, os interveientes da elite ideológica querem provar que se vive em distopia ou que se caminha nesse sentido. Mas também, que nas sociedades democráticas se encontram tendências fundas para autonomizar sociedades felizes ao estilo de Platão e seus seguidores, que aliás Karl Popper detestava, como fica amplamente provado no seu livro *A Sociedade Aberta e seus Inimigos*. Parece excessiva esta acrimónia de Popper contra Platão, separados por épocas, mas

também é preciso entender que em matéria de ideias não existe tempo: há contiguidade.

Que podem fazer então as elites ideológicas? Influenciar os modos de pensamento, como entendeu Antonio Gramsci, e preparar o caminho de uma nova ideologia ou de uma nova fórmula política triunfante, mobilizadora, capaz de derrubar a fórmula da elite dirigente. Neste sentido, funcionariam em aliança com a contra-elite. Gramsci chamou a estes intelectuais afectos ao novo príncipe (novo poder) os intelectuais orgânicos, destinados a destruir as bases e fundamentos ideológicos de elites enraizadas, como seja a religiosa, a militar e a política. A sua função crítica é deletéria e é preciso que o seja nesta conjuntura. As sociedades burguesas encontram-se defendidas no plano intelectual por diversos mecanismos de justificação e o que é preciso e urgente é desmontá-los. Entre eles está o Direito, a Religião, o conceito de Família, de Escola, o Serviço Militar e assim por diante, como nos haveria de especificar o francês Althusser. O melhor será a infiltração e o uso dos meios de comunicação de massa para alterar a cultura. Se há uma teoria de mudança social e política muito coerente vinda dos marxistas reflexivos é sem dúvida esta: as trincheiras intelectuais das sociedades capitalistas têm de ser derrubadas pelos intelectuais orgânicos situados nos mais diversos meios de influência, nomeadamente os meios de comunicação de massa, os quartéis, as universidades, as igrejas. Gramsci situa-se aqui como um dos maiores pensadores da mudança induzida através de um grupo selecto que deveria preparar as vias do novo príncipe, o partido comunista italiano⁸⁶. E por aí regressamos a um leninismo especioso que os comunistas italianos do aparelho não apreciaram de todo, a começar no seu chefe Palmiro Togliatti (1893-1964).

⁸⁶ Ver: António Gramsci, *Escritos Políticos*, 4 vols., Seara Nova, Lisboa, 1976-1977.

Noutra perspectiva, platónica, a elite ideológica rodeia o soberano e ajuda a governar segundo a sabedoria e o bem comum. É para onde se inclina Platão nos seus últimos dias (*As Leis*) e para onde tende uma grande elite intelectual habituada a receber do poder dádivas e a turiferar qualquer déspota como fez Voltaire, o irritado literato e enciclopedista, crítico dos tronos e dos deuses, e que por algumas moedas em prata da Prússia endeusou o seu Monarca, a quem escrevia encomiasticamente. E fê-lo, tendo assegurado como contra-partida, uma pensão do rei da Prússia. Mas este tipo de actividade persistiu, mantendo indubitavelmente a sua importância até à actualidade, o que justifica, por si só, uma clara e convicta “carta de recomendação” para a pós-modernidade. Os intelectuais podem ajudar o poder e defendê-lo, com as respectivas contra-partidas, e podem agir como um contrapoder e potenciar com ideias novas e uma fórmula ideológica nova, nomeadamente utópica, a contra-elite.

As elites ideológicas podem estar longe, ter o seu centro de decisão em outro país, mas isso não significa que não possam atingir o poder num Estado aparentemente estável. Um bom estudo de caso seria o Irão, sob o poder modernizante da dinastia do Xá Reza Pahlevi. A população predominantemente camponesa

pouco entendia da modernização e pouco beneficiava de tal processo. Segue-se daqui que o fundamentalismo chiita encontrou terreno acolhedor e os ideólogos chiitas pouco tiveram que fazer a não ser difundir a grande “boa nova”: o regime ia cair e um novo regime se iria levantar seguindo os ditames do Corão. E assim foi para espanto de muitos que não acreditam no poder ideológico e só se preocupam com o poder das armas, o propriamente político.

Ao contrário, o enfrentamento do general De Gaulle. Com as manifestações ideológicas gigantescas, de estudantes e trabalhadores no Maio de 1968, que o desafiaram no seu poder legitimado por eleições, enquanto chefe de Estado francês não hesitou em utilizar parte do seu exército estacionado na Alemanha para dominar os distúrbios em Paris, e manter assim o controlo do poder político, o que naquele contexto, significava o controle das massas.

De uma forma geral as elites ideológicas encontram-se também divididas. Uma parte serve os governantes e reforça-lhes a fórmula em que assenta a sua governação. Funcionam como Voltaire para Frederico da Prússia. Outra parte empenha-se no derrube do sistema de poder e apoia uma contra-elite, no seio da qual alguns elementos desta elite já se encontram. Funcionam como Vaclav Havel durante o regime comunista na Checoslováquia⁸⁷. Porém, há a assinalar que os intelectuais, os universitários e os religiosos, podem optar por uma visão fria dos acontecimentos e destacar-se da luta que se desenrola. Mas o mais certo é o investigador não encontrar casos significativos desta atitude. Com Estaline no poder, a elite ideológica russa e uma parte significativa da elite ideológica do Ocidente só sabia fazer uma coisa: aplaudir as megarealizações de um dos maiores assassinos de homens de todos os tempos. Essa bela unanimidade interna e externa nunca foi conseguida por Hitler, que pareceu sempre um monstro maior, mas como se sabe tudo depende de onde se olha e para onde se olha. Se *O Livro Negro do Comunismo* teve algum mérito foi certamente o de expor publicamente os custos em vidas humanas de uma vertigem de poder, que inicialmente fora uma vertigem utópica numa pobre terra de camponeses, provas que ninguém pode actualmente contestar.

Assim a movimentação e agitação das elites ideológicas parece não poder ser submetida a uma regra geral: elas optam entre os campos que se enfrentam na arena política. Torna-se necessário estudar diversos modelos para propor conclusões para cada um, o que valerá, depois desse trabalho de campo paciente, um esforço comparativo e teórico.

A Tecnocracia poderia vir a ser um Perigo?

As elites tecnocráticas são formadas por pessoas de reconhecida competência. São nomeadas para cargos públicos, ocupam lugares de destaque em empresas

⁸⁷ Sobre Václav Havel é indispensável ler a seguinte tese de mestrado: Marcos Farias Ferreira, *Autenticidade sobre a Balastrada. Václav Havel, ou a Dimensão Existencial de uma Política Antipolítica*, ISCSP, Lisboa, 2000.

privadas, passaram em concursos públicos em que é normal aferir a qualidade. Alguns autores pensam que a elite tecnocrática se resume aos altos postos do funcionalismo público, nos gabinetes dos ministros e nos altos postos da administração, mas ela alastra para os altos funcionários ou gestores de empresas privadas, de confederações e federações industriais, financeiras, e comerciais. Costuma-se referir este grupo de pessoas como “altos quadros”. No ponto de vista sociológico, estes quadros exibem uma autoridade racional-legal, como estabeleceu nos seus tipos Max Weber. James Burnham, um antigo trotskista, pensou que o futuro seria o de uma elite gestora desta natureza, visto que o capitalista estava sepultado sob os escombros da sua própria incompetência para gerir o mundo novo. O mundo dirigido por gestores é o que ele nos oferece como futuro, tal como Comte nos ofereceu um mundo utópico gerido por sociólogos. Burnham, no entanto, sublinhou que era uma questão de competências e que as exigências do mundo de negócios levaria fatalmente a uma revolução de gestores, ou seja, seriam eles, em última instância, a decidir sobre as firmas, por cima dos accionistas⁸⁸.

A tecnocracia e o medo que ela desperta encontra-se amplamente exposto em diversas obras a principiar nas distopias clássicas até às mais modernas, extravasando para a banda desenhada, onde seria de elementar prudência ler a série dedicada ao *Incal* e assinada por Jarodowsky e a série *Hans* assinada por Rosinski e Duchâteau⁸⁹. Mesmo a distopia não é aqui esquecida e para isso os álbuns de Christian-Bilal são a suficiente resposta ao problema da descrição fotoimagética de uma realidade inventada⁹⁰.

No ponto de vista académico, a elite tecnocrática teve imensos críticos que consideraram o seu poder excessivo e entre eles deve destacar-se Kenneth Galbraith que supôs existir uma conspiração entre esta parte da elite social e a elite militar e política, com o objectivo de sufocar os cidadãos. Ele designou esse aparelho como *tecnoestrutura* e controladora da sociedade. Pareceria uma antecipação do *Incal* de Jarodowski.

Há todavia um ponto firme que se deve colocar: a vida civilizada, altamente técnica, baseada em mecanismos especificamente desenhados e preparados para os fins que desempenham, não poderia existir sem esta elite. Quer gostemos, quer detestemos, o facto é como se lê: a partir de certo grau de complexidade desenvolve-se uma elite tecnocrática, que até pode não ter consciência da sua existência autónoma. Mas isso não impede que exista e que se possa conglomerar à volta de reivindicações salariais e de classe, e ganhar consciência do seu poder sobre a sociedade global.

Tais elites contribuem não só para a manutenção e funcionamento do sistema social como podem também injectar elementos de mudança. E isso é que é importante, para lá da sua perigosidade, insinuada pelos autores que entendem que qualquer um destes anos futuros estaremos nas mãos de robots. Neste

⁸⁸ Cfr. James Burnham, *The Managerial Revolution*, Greenwood Press, Westport, 1972.

⁸⁹ Note bem: os livros de banda desenhada encontram-se editados pela Meribérica/Liber, Lisboa. É um exercício educativo tentar observar as sociedades descritas e perceber as suas lógicas internas.

Contra os que afastam a banda desenhada do ensino, estou pelos que a incluem e com ela fazem progredir o entendimento dos mundos alternativos e as formas de pensar com autonomia.

⁹⁰ Remete-se novamente para as produções da Editora Meribérica/Liber. Refiro-me especificamente aos seguintes títulos: *A Caçada*, *As Falanges da Ordem Negra*, *A Feira dos Imortais*.

⁹¹ Clifford D. Simak, *À Chacunes Dieux*, Éditions Danoël, Paris, 1973.

⁹² Cfr. Pierre Boulle, *O Planeta dos Macacos*, Ulisseia, Lisboa, s.d.

⁹³ Cfr. AA.VV., in *Revue des Deux Mondes*, "Utopies", Paris, Abril de 2000: Também: Arrigo Colombo, *Utopia, Rifondazione de un'Idea e di una Storia*, Edizione Dedalo, Bari, 1997; Lewis Mumford, *Storia dell'Utopia*, Donzelli, Roma, 1997.

caso concreto é delicioso voltar a ler os livros dos obedientes robots de Isaac Asimov, conhecido pela sua série sobre os robots, mas também os livros de outros autores em que os robots, expressão da última técnica, se revoltam contra os seus senhores ou buscam soluções alternativas como se pode considerar em Simak⁹¹.

Macacos treinados e geneticamente modificados foram previstos por Pierre Boulle, que é um escritor de ficção. O livro diz pouco, mas os filmes de série a que deu origem dizem muito mais⁹². O que é preciso é procurá-los e visioná-los com o distanciamento necessário para perceber a crítica implícita.

No fundo, a elite tecnocrática, poderia um dia assenhorear-se dos poderes do Estado, visto que é ela que assegura, com as suas dependências a qualidade do quotidiano. Em suma, não se pode negar que tenha ambições políticas e o estado tecnocrático regido por parâmetros de eficiência e resultados, sem desperdícios, já estava na mente do sociólogo Auguste Comte⁹³.

Há uma Elite Económica?

Sem dúvida que sim. Tratemos então, por fim, da *elite económica*. Este grupo social foi objecto de diversos ataques de ideólogos que o consideraram responsável por todos os males das sociedades. Karl Marx considerou os capitalistas os exploradores e sugadores das mais valias das sociedades e entendeu que corporizavam uma estrutura fixa e conivente, como hoje entendem os herdeiros espirituais do neomarxismo como Balibar e Samir Amin. O que se sabe hoje é que não é tanto assim. Longe de constituírem um grupo coerente, consciente e conspirativo (o grupo dos três Cês), a nível nacional e global, como gostam de pensar os teorizadores da conspiração planetária, a elite económica é uma designação de conveniência: de facto, nas sociedades abertas os grupos económicos enfrentam-se, defrontam-se ou fazem fusões para competir em melhores condições e chegam a travar guerras de morte entre si. A disputa de proeminência no sector económico, o *takeover* hostil, a compra, a espionagem industrial, a absorção dos melhores gestores da concorrência, são alguns dos elementos que nos ajudam a compreender que a realidade é a competitividade. Lenine tinha percebido este ponto, mas pensou que a guerra entre os grandes capitalistas levaria à concentração, nuns poucos favorecidos, das grandes fortunas planetárias (o famoso imperialismo) com a eliminação dos restantes da arena, não se abrindo à hipótese de que a competitividade se efectua por níveis e segmentos de mercado, sobrando assim sempre espaço para empresários de segunda fila e ainda para inventores de novos negócios: o tal capitalismo criativo de que nos falou Schumpeter, que percebeu melhor a natureza do problema que estudava que aquele russo das estepes.

A elite dispõe da maior parte dos meios de produção pelo qual pode também ser descrita como *elite da propriedade*. Todavia a sua influência está para lá da propriedade dos meios de produção: pode financiar as facções políticas para que lhe forneçam garantias, pode criar os seus próprios políticos e lançá-los na arena, e mesmo, em certas circunstâncias, não recomendadas por Schumpeter, tomarem a cabeça de movimentos ou partidos, como faz agora, por exemplo, na Itália, Berlusconi ou fez, na América, Ross Perot há alguns anos.

Os grandes financeiros, grandes terratenentes, grandes industriais, que integram esta elite dividida e competitiva, têm um poder económico que ninguém lhes pode negar e uma influência política que é difícil de averiguar, mas é conveniente nunca esquecer que o principal proprietário de terras, imóveis, empresas, fundos financeiros é, pura e simplesmente, o grande patrão – o Estado.

Basta observar as atitudes da Federal Reserve americana e as alterações que provoca na vida económica de Estados longínquos. Observe-se com cuidado as operações de grandes empresas internacionais financeiras e o seu impacto na bolsa nacional, movimentando capitais de um mercado para outro, beneficiando de taxas favoráveis e de convites irrecusáveis.

Mas a elite económica ou da propriedade, como alguns gostam de se lhe referir, segundo autores como Ostrogorski, não se contentam com favores ocasionais depois dos seus cavalos vencerem a corrida para os órgãos do Estado. Querem recompensas, querem barganhas, e isso é um domínio que implica um entrosamento e um conluio entre esta elite e a elite da política devidamente eleita, democraticamente. Assim, ministros que saem dos seus postos dirigem-se para altos lugares na banca privada e na indústria. Dirigem-se ainda para empresas públicas que ajudam a arruinar ou a ter sucesso, consoante as suas capacidades de gestão. Do mesmo modo, dirigem-se das empresas para o Estado. Não há dúvida que um estudo sobre estas movimentações nos faria claramente entender, mesmo no nosso país, que estas duas elites estão curiosamente muito ligadas. Dinheiro e poder político. Porquê? Conivência, conluio? Nada estando demonstrado, a não ser factos isolados e avulsos, o que se pode fazer é recorrer às teorias já expostas ou fazer a difícil pesquisa no terreno, como Albertina Henriques teve a coragem de fazer sob a minha direcção, em anos de investigação no terreno específico e peculiar da Madeira⁹⁴. Afinal, terá Mills visto bem?

⁹⁴ Ver: Albertina Henriques, *Órgãos e Classe Política na Madeira*, CEH, Funchal, 1999.

1.13 A acção das elites

Correndo sempre o risco de ser sumário devemos apontar três funções às elites sociais, nomeadamente as políticas:

- a) tomada de decisão em última instância, quer em resposta, quer por iniciativa política;
- b) definição das situações;
- c) criação de modelos de imitação.

Não se coloca já em dúvida a capacidade da elite para tomar decisões políticas, económicas, militares e religiosas, que afectam toda a sociedade. O que se discute é quem é a elite e a sua formação e composição. Já se percebeu que as políticas públicas são a sua particular formulação. Já se percebeu que o Orçamento de Estado é o seu instrumento e o documento mais importante que um Governo pode emitir relativamente à sua sociedade, pois aí está consubstanciado o seu projecto de recolha de fundos (impostos) e o plano de despesas. Portanto, no que toca às decisões estratégicas não há maior protagonista. Pense-se na acção que as leis têm sobre a economia, os constrangimentos que criam ou as facilidades que possibilitam. Pense-se na política de impostos decidida pela elite política e no que isso representa para as famílias e a economia global. Enfim, em última instância, considere-se a guerra que a elite pode decidir fazer e manter, e no impacte desta decisão na economia, nas famílias e na sociedade.

Muitas vezes se tem ouvido a elite económica queixar-se de constrangimentos estruturais e reivindicar leis mais flexíveis. Frequentemente se tem falado contra o sistema de segurança social, demasiado pesado para o governo e as empresas. Protestos são normalmente veiculados por movimentos ambientalistas quando decisões governamentais instalam lixeiras, desenham estradas e pontes ou decidem da incineração de resíduos citadinos, acções que são vistas como um atentado ao direito à qualidade de vida de homens ou animais naquela zona específica, que vai ser afectada pela iniciativa governamental.

Mas o que é importante é notar que a elite não recua nas decisões tomadas e já em marcha, senão quando muito ameaçada por órgãos poderosos da sociedade civil. E como isso acontece pouco, a elite política sente-se com uma liberdade extrema de experimentar aquilo que entende ser bom para o país e a sociedade, e de tratar os protestos e cautelas vociferados em comícios como vozes dos sem voz.

Numa segunda instância a elite define as situações para o público. Através dos maquinismos que controla, nomeadamente na área da comunicação, ela pode passar a sua mensagem ao mesmo tempo que faz a interpretação do quadro político, do quadro internacional, do quadro económico e de qualquer quadro em que esteja interessada. Maquiavelismo? Certamente um pouco, mas a elite não pode estar à mercê de definições adversas. Tem que se antecipar e utilizar em pleno todos os seus recursos, que acabam por ser os recursos governamentais.

Como todo o negócio consiste em alimentar e manter estados de consciência, nele concorrem outras elites que buscam criar outros alternativos e eventualmente contrários às directivas do poder. Na linguagem de Pareto, as contra-elites tentarão dar novas ideias e desenhar um futuro mais radioso. A utopia está “à mão de semear” das elites ideológicas, das elites carismáticas, e os comportamentos humanos descansam nos modelos exibidos na pequena tela das elites simbólicas. O *marketing* percebeu há muito tempo a questão e é por isso que usa as elites simbólicas para vender produtos através de uma publicidade intensa e essa também é razão pela qual chorudos honorários são pagos aos que se tornaram, para as massas, símbolos sexuais, símbolos de elegância, símbolos de estilo de vida. O *marketing* político assumiu a mesma atitude, mas parte com grande desvantagem: os candidatos, frequentemente, não se adaptam, ou não conseguem assumir a sua condição de produto no mercado de votos. E isso é mau porque já não estamos na mítica democracia directa grega. Os maiores especialistas nestas matérias e que trabalham na mais gigantesca democracia do planeta, a americana, pensam que as operações em democracia são reais operações de gestão e gestão de imagem (*management*) e *marketing*. Pensemos na resistência de Clinton aos sucessivos escândalos com que foi confrontado e na guerra de pessoa a pessoa que os candidatos a Presidente costumam fazer. É tudo imagem para o consumidor ver, apreciar, valorar e decidir. A guerra não vale a guerra. A imagem sim!

Torna-se claro que as ideologias, as crenças, a fórmula política no dizer especioso de Mosca, é o campo de batalha porque é este vector que define o mundo e a vida, conquista ou afasta. É por isso que ideologia e utopia se têm que cruzar no tempo e chocar: a ideologia erigida em fórmula pelo poder, como justificação geral do exercício do poder por uns quantos; a utopia alçada pela contra-elite, pelos descontentes, pelos movimentos sociais. Este antagonismo parece ser inevitável a não ser que a sociedade tenha grande meios de integração dos descontentes.

Finalmente, a elite fornece modelos de comportamento, uma certa exemplaridade, nomeadamente as elites simbólicas, que exercem uma atracção sobre diversas camadas sociais, não dependendo para isso do seu posicionamento na pirâmide social. Os hábitos e estilos de vida podem ser imitados.

Mas a elite política também exerce essa função de modelagem. Os aspirantes aos campos do poder têm que se identificar com a facção da elite que escolheram seguir, devem servir, mostrar a sua utilidade e esperar as recompensas. Os estilos de vida são também, aqui, duramente afectados porque o movimento é para o conformismo não em sentido lato, mas em sentido estrito. Os mais velhos na hierarquia partidária podem, entre os novos, ser conhecidos por “dinossauros”, mas a verdade é que é difícil desalojá-los e é melhor

⁹⁵ Ver: Rui Mateus, *Contos Proibidos. Memórias de um PS Desconhecido*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1996.

⁹⁶ Cfr. Guy Rocher, *Sociologia Geral*, volume V, Presença, Lisboa, 1971, p. 37.

imitá-los e ser-lhes agradáveis. Lutas no seio de partidos, nomeadamente as narradas por Michels e sem plano teórico por Rui Mateus, no emergente partido socialista português, ilustram bem este ponto⁹⁵.

Porém, um facto fica adquirido. As elites são um poderoso factor de mudança. Curioso é notar que um autor muitas vezes colocado de lado como um coleccionador de ideias de outros, Guy Rocher, há muitos anos anunciava como grande conclusão do seu estudo sumário das elites esta famosa frase, que assenta perfeitamente aos nossos dias: “Poderíamos dizer que devido à proliferação das elites, a sociedade moderna traz em si mais fermentos de acção histórica e de mudança social”⁹⁶. E nisto, podemos hoje dizê-lo, sem medo de nos enganarmos, estava cheio de razão.

1.14 Bibliografia utilizada

AA.VV.

2000 “Utopies”, in *Revue des Deux Mondes*, Paris, Abril.

AA.VV.

1999 *O Livro Negro do Comunismo*, Quetzal Editores, Lisboa.

AKAMATSU, Paul

1968 *Meiji-1868, Révolution et Contre-Révolution au Japon*, Calmann-Lévy, Paris.

ALBERTONI, Ettore

1987 *Doctrine de la Classe Politique et Théories des Élités*, Meridiens Klincksieck, Paris.

ALDISS, Brian

1983 *Helliconia*, HarpperColins, Londres.

ALMOND, Mark

1988 *Decline Without Fall, Romania under Ceausescu*, Institute for European Defence and Strategic Studies, Londres.

ARON, Raymond

1957 *L’Opium des Intellectuels*, Calmann-Lévy, Paris.

1965 *Démocratie et Totalitarisme*, Gallimard, Paris.

-
- 1977 *En Defensa de la Libertad*, Argos-Vergara, Barcelona.
1994 *Novos Temas de Sociologia Contemporânea. Luta de Classes*, Editorial Presença, Lisboa.

BALÃO, Sandra Rodrigues

- 2001 *A Fórmula do Poder. Elite, Partidos, Democracia e Corrupção Política no Pensamento de Moisei Ostrogorski*, ISCSP, Lisboa.

BARKER, Clive

- 1994 *Everville*, HarperCollins, Londres.

BESSA, António Marques

- 1993 *Quem Governa? Uma Análise Histórico-Política do Tema da Elite*, ISCSP, Lisboa.
1998 *Utopia, uma Visão da Engenharia de Sonhos*, Europa-América, Mem Martins.
2001 *O Olhar de Leviathan*, ISCSP, Lisboa.

BORKENAU, Franz

- 1978 *Pareto* (publicado em inglês em 1936), Fondo de Cultura Económica, México.

BOULLE, Pierre

- s.d. *O Planeta dos Macacos*, Ulisseia, Lisboa

BRACHER, Karl Dietrich

- 1988 *The German Dictatorship*, Penguin Books, Harmondsworth.

BURNHAM, James

- 1972 *The Managerial Revolution*, Greenwood Press, Westport.

BUSINO, Giovanni

- 1988 *Revue Européenne des Sciences Sociales, Cahiers Vilfredo Pareto*, Droz, Genève.
1991 *Pareto Oggi*, Il Mulino, Bolonha.
1992 *Élites et Elitisme*, PUF, Paris.

CANNADINE, David

- 1992 *The Decline and Fall of the British Aristocracy*, Papermac, Londres.

CHAZEL, François

1974 *La Théorie Analytique de la Société dans l'Oeuvre de Talcott Parsons*, Mouton, Paris.

CIERVA, Ricardo de la

1975 *Historia del Franquismo, Orígenes y Configuración (1939-1945)*, Editorial Planeta, Barcelona.

CIPOLLA, Carlo. M. e Outros

1973 *La Decadencia Economica de los Imperios*, Alianza Universidad, Madrid.

COLOMBO, Arrigo

1997 *Utopia, Rifondazione de un'Idea e di una Storia*, Edizione Dedalo, Bari.

CONQUEST, Robert

1990 *The Great Terror, a Reassessment*, Oxford University Press, Nova Iorque.

CZUDNOWSKI, M. (Ed.)

1982 *Does Who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies*, Northern Illinois University Press, De Kalb.

DAHL, Robert

1971 *Qui Gouverne*, Colin, Paris.

1973 *Après la Révolution. L'Autorité dans une Société Modèle*, Calmann-Lévy, Paris.

DJILAS, Milovan

1955 *La Nouvelle Classe*, Calmann-Lévy, Paris.

DOMHOFF, William

1979 *The Powers That Be. Process of Ruling Class Domination in America*, Vintage Books, Nova Iorque.

DOMHOFF, William e Thomas R. DYE (Ed.)

1987 *Power Elites and Organizations*, Sage Publications, Beverly Hills.

DONALDSON, Stephen

1986 *The Chronicles of Thomas Covenant*, DelRey, Nova Iorque.

EISENSTEIN, Sergei M.

1986 *The Film Sense*, Faber and Faber, Londres.

ELLUL, Jacques

1973 *Autopsia de la Revolución*, Unión Editorial, Madrid.

FEIST, Raymond E.

1996 *Magician*, HarperCollins Publishers, Londres.

FELICE, Renzo de

1976 *El Fascismo. Sus Interpretaciones*, Paidós, Buenos Aires.

FERREIRA, Marcos Farias

2000 *Autenticidade sobre a Balastrada. Václav Havel, ou a Dimensão Existencial de uma Política Antipolítica*, ISCSP, Lisboa.

FINNER, S. E.

1969 *Los Militares en la Política Mundial*, Editorial Sudamerica, Buenos Aires.

1988 *Vilfredo Pareto-Social Writings*, Pall Mall Press, Londres.

FIOROT, Dino

1969 *Il Realismo Politico de Vilfredo Pareto*, Edizioni di Comunità, Milão.

FORSYTH, Frederick

1994 *Le Quatrième Procole*, Livre de Poche, Albin Michel, Paris.

FREUND, Julien

1986 *Pareto*, Plutarch Press, Washington DC. Notas e tradução de Simona Drahgici.

GALASSO, Giuseppe

1984 *Poder e Instituições em Itália*, Livraria Bertrand – Instituto Italiano de Cultura em Portugal, Lisboa.

GALBRAITH, John Kenneth

1968 *O Novo Estado Industrial*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

1983 *A Anatomia do Poder*, Difel, Lisboa.

-
- GEMMEL, David
1999 *Sword in the Storm*, Corgi Books.
- GRAMSCI, António
1976-1977 *Escritos Políticos*, 4 vols., Seara Nova, Lisboa.
- HENRIQUES, Albertina
1999 *Órgãos e Classe Política na Madeira*, CEH, Funchal.
- HOFSTADTER, Richard
1964 *The American Political Tradition*, Alfred Knopf, Nova Iorque.
- HUXLEY, Aldous
s.d. *Sobre a Democracia e Outros Estudos*, LBL, Lisboa.
- JACQ, Christian
1999 *A Viagem Iniciática ou os Trinta Graus da Sabedoria*, Pergaminho, Lisboa.
- JARSKI, Tadeusz
1990 *A Troubled Transition. Poland's Struggle for Pluralism*, Institute for European Defense and Strategic Studies, Londres.
- JORDAN, Robert
1990 *The Eye of the World*, Tor, Nova Iorque.
- JUNG, Carl Gustav
1990 *O Homem e os seus Símbolos*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- K. DICK, Philip
1965 *The Man in the High Castle*, Penguin Books, Harmondsworth.
1990 *Beyond Lies The Wub*, Grafton, Londres.
- KAPPELER, A. (Ed.)
1991 *The Formation of National Elites*, European Science Foundation, New York University Press, Darmouth.
- KAVANAGH, Dennis
1972 *Political Culture*, The Macmillan Press, Studies in Comparative Politics, Londres.

KING, Stephen

1982 *Different Seasons*, The Viking Press, Nova Iorque.

MANNHEIM, Karl

1986 *Ideologia e Utopia*, Guanabara, Rio de Janeiro.

MARTIN, George R. R.

1997 *A Game of Thrones*, HarperCollins, Londres.

MARTINS, Oliveira

1984 *Portugal Contemporâneo*, 2 vols., Europa-América, Mem Martins.

MATEUS, Rui

1996 *Contos Proibidos. Memórias de um PS Desconhecido*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

MICHELS, Robert

s.d. *Antologia di Scritti Sociologici*, Il Mulino, Bolonha.

1982 *Sociologia dos Partidos Políticos*, Universidade de Brasília, Brasília.

MILLS, C. Wright

1962 *The Marxists*, Dell, Laurel Edition, Nova Iorque.

1966 *The Power Elite*, Oxford University Press, Nova Iorque.

1973 *The Sociological Imagination*, Penguin Books, Harmondsworth.

MOLAT, Michel e Philippe WOLFF

1970 *Ongles Bleu, Jacques et Ciompi*, Calmann-Lévy, Paris.

MOSCA, Gaetano e G. BOUTHOU

s.d. *Histoire des Doctrines Politiques*, Payot, Paris.

MOSCA, Gaetano

1978 *Ciò che la Storia Potrebbe Insegnare*, A. Giuffrè. Milão.

1980 *The Ruling Class*, Greenwood Press, Westport.

MOUSNIER, Roland

1967 *Fureurs Paysannes. Les Paysans dans les Révoltes du XVII Siècle (France, Russie, Chine)*, Calmann-Lévy, Paris.

MUMFORD, Lewis

1997 *Storia dell'Utopia*, Donzelli, Roma.

NOLTE, Ernst

1969 *Les Mouvements Fascistes*, Calmann-Lévy, Paris.

1970 *El Fascismo, de Mussolini a Hitler*, Luis de Caralt, Barcelona.

OSTROGORSKI, Moisei

1970 *Democracy and The Organization of Political Parties*, Haskell House Publishers, Scarce Books, Nova Iorque, 2 vols.

PABÓN, Jesus

1945 *La Revolución Portuguesa*, Espasa-Calpe, Madrid.

PARETO, Vilfredo

1960 *Traité de Sociologie Générale*, Droz, Genève (vol. 12 das obras completas publicadas sob a direcção de Giovanni Busino).

1970 *La Transformation de la Démocratie*, Droz, Genève.

1976 *Faits et Théories*, Droz, Genève.

1978 *Les Systèmes Socialistes*, Droz, Genebra.

1984 *Mythes et Idéologies de la Politique*, Droz, Genève.

1984 *Mythes et Idéologies*, Droz, Genève.

PEYREFITTE, Alain

1995 *O Império Imóvel*, Gradiva, Lisboa.

PERRIN, Guy

1966 *Sociologie de Pareto*, PUF, Paris.

PINTO, Jaime Nogueira

1976-1977 *Portugal, os Anos do Fim*, 2 vols., E & F, Lisboa.

RIBEIRO DOS SANTOS, António Pedro

1990 *A Imagem do Poder no Constitucionalismo Português*, ISCSP, Lisboa.

RICE, Anne

1997 *Servant of the Bones*, Arrow, Londres.

ROCHER, Guy

1971 *Sociologia Geral*, Presença, Lisboa.

RONDOT, Pierre

1969 *Prétoriens au Tiers-Monde*, Calmann-Lévy, Paris.

SCHUMPETER, Joseph Aloys

1961 “As Classes Sociais num Meio Economicamente Homogéneo”, in *Imperialismo e Classes Sociais*, Zahar, Rio de Janeiro.

1971 *Diez Grandes Economistas*, Alianza, Madrid.

1972 *Capitalisme, Socialisme et Démocratie*, Payot, Paris.

SIMAK, Clifford D.

1973 *À Chacun ses Dieux*, Éditions Danoël, Paris.

SPENGLER, Oswald

1966 *La Decadencia de Occidente*, 2 vols., Espasa-Calpe SA, Madrid.

TEIXEIRA, Conceição Pequito

2000 *Robert Michels. A Teoria e a Política da Democracia*, ISCSP, Lisboa.

THOMAS, Hugh

1987 *Central America: Can Europe Play a Part?*, Institute for European Defence and Strategic Studies, Londres.

VOSLENSKY, Mikhail

1989 *Les Maîtres de la Nomenklatura*, Pierre Belfond, Paris.

s.d. *Nomenklatura, Os Privilegiados na URSS*, Bertrand, Lisboa.

WITTFOGEL, Karl

1964 *Le Despotisme Oriental*, Editions de Minuit, Paris.

1.15 Bibliografia Básica

ALBERTONI, Ettore

1987 *Doctrine de la Classe Politique et Théories des Élités*, Meridiens Klincksieck, Paris.

ARON, Raymond

1965 *Démocratie et Totalitarisme*, Gallimard, Paris.

-
- BESSA, António Marques
1993 *Quem Governa? Uma Análise Histórico-Política do Tema da Elite*, ISCSP, Lisboa.
- BUSINO, Giovanni
1992 *Élites et Elitisme*, PUF, Paris.
- DAHL, Robert
1971 *Qui Gouverne*, Colin, Paris.
- FINNER, S. E.
1988 *Vilfredo Pareto-Social Writings*, Pall Mall Press, Londres.
- MICHELS, Robert
1982 *Sociologia dos Partidos Políticos*, Universidade de Brasília, Brasília.
- MILLS, C. Wright
1966 *The Power Elite*, Oxford University Press, Nova Iorque.
- SCHUMPETER, Joseph A.
1972 *Capitalisme, Socialisme et Démocratie*, Payot, Paris.

1.16 Bibliografia aconselhada para saber mais

Para além da bibliografia citada ao longo do texto, ficam aqui referências centrais para investigação dos alunos.

- BESSA, António Marques (Coordenação)
1998 *Elites e Poder*, ISCSP, Lisboa.
- BIRNBAUM, Pierre
1994 *Les Sommets de l'État*, Seuil, Paris.
- BOTTOMORE, Tom
1973 *Elites and Society*, Penguin Books, Harmondsworth.

BRINTON, Crane

1957 *The Anatomy of Revolution*, Nova Iorque.

CZUDNOWSKI, Moshe M. (Ed.)

1983 *Political Elites and Social Change*, Northern Illinois University Press, DeKalb.

EISENSTADT, S. N.

1963 *The Political Systems of Empire. The Rise and Fall of the Historical Bureaucratic Empires*, Collier-Macmillan, Nova Iorque.

KARLEKAR, Hiranmay (Editor)

1998 *Independent India. The First Fifty Years*, Oxford University Press, Delhi.

KELLER, Suzanne

1963 *Beyond the Ruling Class. Strategic Elites in Modern Societies*, Nova Iorque, Random House.

LASCH, Christopher

1995 *A Rebelião das Elites e a Traição da Democracia*, Edidouro, Rio de Janeiro.

MEISEL, James H.

1958 *The Myth of the Ruling Class: Gaetano Mosca and the Elite*, Ann Arbor University of Michigan Press.

MISSIROLI, Antonio

1997 *Dove Nascono le Élites*, Reser, Roma.

PARRY, Geraint

1977 *Political Elites*, Allen and Unwin, Londres.

POWASKY, Ronald E.

1998 *Cold War, The United States and the Soviet Union, 1917-1991*, Oxford University Press, Nova Iorque.

SARTORI, Giovanni

1998 *Teoria de la Democracia*, 2 vols., Alianza Editorial, Madrid.

1.17 **Lista de questões para os alunos pesquisarem.**

Perguntas para testarem o conhecimento básico adquirido

- Procure identificar membros da elite social na sociedade onde vive. Na sua aldeia, na sua urbanização, na sua freguesia. Não vá para lá da freguesia porque a tarefa complica-se sem treino de campo.
- Trate de fazer uma lista de pessoas que lhe parecem pertencer à elite religiosa da sua terra. Verifique se se registam conflitos pelo poder no seio dessa comunidade. Um indício pode ser constituído por discussões sobre matérias ideológicas ou posturas frente aos ritos a observar.
- Faça uma listagem do que entenda ser a elite política nacional e confronte os seus dados com as teorias sociológicas explicadas ou estudadas por si em bibliografia anexa. No fundo é verificar quem é quem na vida política, mas com a continuidade suficiente para que caiba no conceito de político profissional.
- Analise o comportamento de alguns elementos da elite simbólica e verifique se tal comportamento corresponde ao previsto pela análise sociológica.
- Reflicta sobre a elite tecnocrática e tente descobrir, nas distopias publicadas em abundância, sobretudo no domínio do que se convencionou chamar ficção científica, as razões da acrimónia dos romancistas face ao novo mundo que está a emergir baseado no predomínio da técnica.
- Tente estabelecer um quadro de evolução das fórmulas políticas através da história das sociedades europeias, desde o apogeu do Antigo Regime. Tente perceber a sua função e veja se há alguma melhor que outra. Agudize os seus critérios e seja exigente.
- Que fórmulas políticas comporta o exercício do poder nas sociedades agro-pastoris? E nas sociedades ricas? E nas sociedades do segundo mundo? E nas sociedades do Terceiro Mundo? E nas sociedades do Primeiro Mundo?

1.18 **Conceitos-chave que devem ser adquiridos**

Pensadores clássicos: Quem é quem na sociologia das elites? Moisei Ostrogorski, Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca, Robert Michels, Aloys Schumpeter. Pensadores modernos: Wright Mills, James Burnham,

Raymond Aron, Giovanni Busino, Tom Bottomore, Wiliam Domhoff, Robert Dahl, Bobbio, Sartori. Elite social, elites sociais, elite do poder, elite política, elite política dividida, elite política unificada, elite política fragmentada, poliarquia. Limites metodológicos da poliarquia. Oligarquia e a sua relação com a organização. Classificações das elites sociais e políticas e seus autores. Fórmula política, ideologia, utopia, distopia. Relação entre a fórmula política e a elite. A proposta de Max Weber. A acção da elite na sociedade. A transformação das categorias da elite política. As sociedades sem elite são possíveis?

1.19 A bibliografia própria do Capítulo

Aqui os alunos encontram outra bibliografia mais complexa, que pode ajudar para certas investigações concretas. Torna-se sempre útil referenciar que é bom, nestas matérias, ler os clássicos directamente em vez de os conhecer por citações.

Pedagogicamente é defensável que um ou outro autor seja lido, nomeadamente um ou outro livro de Pareto, de Mosca, de Michels, de Mills, de Aron, etc., o que lhes daria uma perspectiva mais penetrante para a problemática aqui discutida. Não se quer com isto dizer que não se devam ler os modernos como Dahl, Bottomore, Giddens ou Domhoff, Busino e assim por diante. Todavia, é de salientar, que os melhores destes, leram os clássicos, que às vezes nem citam.

Página intencionalmente em branco

2. Movimentos Sociais e Elites

Página intencionalmente em branco

O facto “juventude” existe.
Mas quem são os primeiros que se dão conta dele?
Os adultos.
Penso que é preciso agarrar-se a esta realidade:
foram os adultos que produziram o fenómeno juventude,
partindo da existência sociológica de uma classe etária
desta juventude, que tem uma situação nova e indecisa.

Jacques Ellul, *Es Posible la Revolución?*

2.1 Dos movimentos sociais: em busca de um conceito

Como já vimos no ponto de vista metodológico, o primeiro plano consiste na fixação do conceito com evidente e lógica ligação à realidade. Ora, os movimentos sociais encontram-se actualmente enquadrados nas grandes áreas de estudo sociológico que se centram na investigação da mudança social e têm sido estudados desde os turbulentos anos 60 nos Estados Unidos, onde o sua acção teve uma rara visibilidade, em termos de protesto, de reivindicação de direitos, de exigência de mudanças substanciais nos diversos aparelhos da sociedade. Os tratados universitários que os ignoravam passaram a ver estes fenómenos de acção social com outros olhos. O facto não levou, no entanto, imediatamente, a considerar como objecto de estudo outros movimentos que se registaram na história, nomeadamente a revolta dos escravos em Roma, as cruzadas, a colonização e assim por diante.

No horizonte, mais bem definido, surgia o movimento laboral, assente em sindicatos e com o recurso à greve, e cujas conquistas eram difíceis de ignorar nos estudos sociais. E foi isso que despertou primeiramente a atenção dos académicos, porque as marchas operárias, os cartazes, as negociações, o conflito presumido, constituíam elementos que “enchiam o olho”. As massas operárias, segundo alguns pensavam, tomavam consciência da sua condição e movimentavam-se no caminho das reivindicações.

Todavia já se conhecia, desde o analista francês Gustave Le Bon, a acção das massas ou das multidões na História e ele foi dos primeiros observadores a anunciar a sua entrada triunfante e acção futura na mudança social a longo prazo. Por seu turno, o filósofo e político espanhol Ortega y Gasset confirmou aquelas observações e apontou para o protagonismo de uma classe não selecta na vida da sociedade, entendendo isso como um fenómeno de decadência. O palco social deixaria de estar entregue a um conjunto de pessoas selectas com códigos éticos e pensamento elevado, e seria invadido por gente comum que açambarcaria o protagonismo. O famoso livro que começou a ser publicado na imprensa madrilena a partir de 1926, e onde teoriza esse futuro, *La Rebelión de las Masas*, fez época, conheceu sucesso mundial e marcou

¹ Jose Ortega y Gasset, *A Rebelião das Massas*, Livro Ibero-Americano, Rio de Janeiro, 1971, p. 83.

² Ver: Gustave Le Bon, *Lois Psychologiques de l'Évolution des Peuples*, Flammarion, Paris, 1894. Também: Gustave Le Bon, *Psychologie des Foules*, PUF, Paris, 1964.

³ Cfr. "Manifesto of the Communist Party", in David Ferbach, *Political Writings*, vol. 1; *The Revolution of 1848*, The Pelikan Marx Library, Harmondsworth, 1973, pp. 62-98.

uma interpretação do que se esperava, merecendo até à actualidade uma visita muita atenta. No fundo, Ortega teorizava o fim da elite e a ascensão das massas. O homem típico era assim descrito: "O homem-massa é o homem cuja vida carece de projecto e caminha ao acaso. Por isso não constrói nada, ainda que suas possibilidades, seus poderes, sejam enormes"¹. Não alimentava ilusões.

Todavia o conceito de massa não se confunde com o de movimento social. A massa não tem organização, reúne-se por motivos efémeros e age por contágio e irracionalmente, e é por isso que pode ser tão destrutiva. O agregado é momentâneo, tem uma unidade mental frágil, predominantemente emotiva, que o torna irresponsável e lhe fornece ao mesmo tempo um sentimento de força incomensurável, capaz de desafiar perigos imensos, o que aliás convive com uma credulidade básica e uma acção instantânea. A duração é, na realidade, um facto decisivo: logo que cessa o motivo da movimentação, a massa dispersa-se e pode tornar-se vítima de quem perseguia².

Por seu turno, o movimento social constitui-se segundo objectivos criticamente definidos na conjuntura, aponta não raras vezes etapas para a realização do seu objecto e fixa uma organização. O exemplo mais paradigmático encontra-se na orientação do movimento comunista para quem o Manifesto escrito por Karl Marx e Engels representou um programa sagrado sobre o qual os intelectuais teceram as mais diversas interpretações, mas também sobre o qual alguns pragmáticos apressados introduziram releituras, mesmo cor-recções, segundo os seus interesses no momento, como Lenine e Estaline na Rússia, dando origem a uma monstruosidade teórica que venderam como marxismo-leninismo no espaço socialista; como Mao e seus herdeiros na China que ensaiaram outro portentoso golpe no marxismo original para criar uma versão chinesa da modalidade já ensaiada na Rússia, mas agora com camponeses; e mesmo Fidel Castro e seus amigos em Cuba, que provaram em definitivo a importância da guerrilha para chegar ao poder, isto é, de um grupo de profissionais³.

É interessante verificar que os últimos cinquenta anos do século XX provaram que o tempo não era das massas, como temiam LeBon e Ortega, mas que era dos movimentos, que passaram a cobrir todas as áreas que se podem identificar no campo da acção social.

O mais difícil é fazer uma lista abrangente de todos: há desde movimentos religiosos, culturais e laborais até movimentos políticos e económicos, que são movimentos clássicos, no sentido de que se pode escrever uma arqueologia das suas origens, mas eles acabaram por ceder passo a novos movimentos como os movimentos de libertação nacional, os movimentos sexuais, os movimentos anti-tabagistas, os movimentos ambientalistas, enfim, os movimentos racistas e anti-racistas, que cobrem segmentos de mercado, cujo quadro está aberto a novas formas de expressão.

A sociedade oferece crescentemente um mercado excepcional para qualquer tipo de movimento, para o que contribui decisivamente a liberdade de associação e a iniciativa individual e de grupo, que deixa de ter sentido em sociedades menos desenvolvidas e amordaçadas por diversas lençãos, que podem ser até uma tradição inquestionável porque sagrada.

Os movimentos laborais, que são dos mais antigos, merecem uma referência particular porque preencheram o debate no século XIX e extravasaram para o século XX, sempre com autores de peso como doutrinadores da sua acção, melhor, do que devia ser a sua acção política e social. Ou seja: os ideólogos dos movimentos apontavam o caminho da acção que julgavam acertada na conjuntura, mas as lideranças efectivas dos movimentos afastavam-se dessas orientações. Os primeiros passavam por ortodoxos, os segundos por revisionistas ou traidores, pura e simplesmente. Por exemplo: Marx e Engels forneceram um plano estrito de acção, mas o movimento operário na sua globalidade preferiu as conquistas graduais, uma estratégia recomendada por Edouard Bernstein: é o caminho longo que separa os ortodoxos minimalistas dos gradualistas revisionistas. Todavia, hoje não é possível, no ponto de vista da análise, reduzir o conceito de movimento social a este tipo de movimento, bem como fazer recuar todos os movimentos actuais a este modelo de enfrentamento que experimentaram os movimentos laborais nos séculos passados, esquecendo os movimentos com impacte na vida quotidiana do nosso tempo⁴.

Por isso não pode ser estranho que os Tratados de Sociologia e mesmo de Ciência Política começassem pelos anos 80 a autonomizar o tema, a insistir em estudos comparativos e monográficos. Ou seja: a tentar compreender os movimentos sociais, a sua complexidade e os modos como se articulavam com a sociedade global. A sociologia teve de libertar-se do preconceito novecentista de ver aqui um subproduto da luta de classes, ou seja, de encarar os movimentos enquanto instrumentos dessa eterna dialéctica esboçada por Karl Marx – o enfrentamento perene entre explorados e exploradores, trabalhadores e capitalistas – e assumir que eles eram um objecto de estudo em si mesmos, possivelmente independentes desta imposta oposição. De facto, seria redutor observar e estudar a acção das ordens religiosas medievais, dos movimentos milenaristas, do movimento sufragista, do movimento operário, do movimento feminista, do movimento gay, do movimento *new age*, do movimento abolicionista, das frentes diversas dos movimentos políticos, como simples elementos de um jogo a duas mãos: uns pelos exploradores, outros contra os exploradores, retirando de uma vez por todas autonomia às intenções expressas nos movimentos e à sua actuação efectiva no terreno. É de facto o que reconhece o respeitado especialista Raymond Boudon no seu *Tratado de Sociologia* ao afirmar que os movimentos sociais, actualmente, não merecem “apenas um tratamento distinto em virtude da sua complexidade, como representam para o sociólogo um objecto a parte inteira”⁵. Não pode admirar

⁴ Cfr. António Pedro Ribeiro dos Santos, *Movimentos Laborais e Constituição Económica*, ISCSP, Lisboa, 2000.

⁵ Ver: Raymond Boudon, *Tratado de Sociologia*, Asa, Porto, 1995, cap. 7 de François Chazel, p. 259.

esta atitude, que hoje segue sendo a perfilhada pelos autores que se ocupam mais directamente destas matérias e que vão ao terreno fazer investigação.

Se a autonomia do estudo de campo não parece estar hoje em jogo, já a definição compreensiva desta realidade concita diversas abordagens. Como vamos hoje definir “movimento social” face à sua diversidade manifesta, visto que cobre todos os aspectos da vida social conhecida? Haverá características em que possamos estar de acordo?

Estas interrogações fundamentais acabam por revelar que a batalha trava-se entre o que se poderia classificar como a posição reducionista, altamente especificante de características ideais para se reconhecer um fenómeno colectivo como movimento social e a posição aberta que tenta acolher neste tipo grupos de acção novos, com uma certa desorganização interna e mesmo efémeros.

Assim, deve-se começar pelas posições que hoje se assumem à volta de um conceito de movimento social e investigar o contorno do objecto de estudo que se tornou tão importante na sociologia da mudança societária.

Alguns autores pensam que os movimentos sociais são *estruturas de preferências*, que se apresentam como alternativas desafiantes ou alternativas para a mudança social. É uma atitude que representa bem a posição aberta. O conceito é vago e pouca utilidade operativa apresenta, porque se centra na formulação ideológica, sem atender aos recursos e à estrutura organizativa. Estes autores cedo perceberam que teriam que começar, paradoxalmente, por investigar as organizações dos movimentos. Bastaria ter meditado sobre a teoria da instituição de Maurice Hauriou para entender que as ideias precisam de homens organizados para as levar a cabo.

Ora, na definição de movimento social concorrem diversas ideias que se têm vindo a formular no campo das sociologias desde muito cedo. H. Blumer, por exemplo, nos anos 40, já compreendia que os movimentos que observava apresentavam um amplo espectro, por isso teorizou e escreveu que os movimentos são empreendimentos colectivos destinados a estabelecer uma nova ordem de vida⁶.

Para ele era importante a área dos conflitos nas sociedades industrializadas em que vivia e de que tinha experiência directa. Todo o sector devia ser analisado à luz destes conflitos que assumiriam significado segundo as interpretações que os actores assumissem num quadro que, em princípio, era neutral⁷. Por opção, só tomou em atenção os movimentos progressistas.

E então como considerar os movimentos reaccionários e passadistas, que queriam repor tudo nas formas antigas e que levaram a rebeliões paradigmáticas? Não tinham, pura e simplesmente, lugar. Que dizer então dos movimentos de camponeses na Alemanha, reprimidos pelos príncipes germânicos

⁶ H. Blumer, “Collective Behavior”, in M. Lee (Ed.), *New Outline of The Principles of Sociology*, Barnes and Nobles, Nova Iorque, 1946, p. 199.

⁷ H. Blumer, *Industrialization as an Agent of Social Change*, Aldyne de Gruyter, Nova Iorque, 1990.

com apoio de Lutero? Do movimento dos “Sem Terra” no Brasil ou dos “Unhas Azuis”, anti-maquinarria, na França de Napoleão III? Até dos movimentos restauracionistas, como se observou na Inglaterra depois da Guerra Civil de 1640, à morte de Oliver Cromwell (1599-1658), que deixou em aberto a chefia do Estado e que não estava à mão dos militares de então.

Mas Blumer percebeu a ideia de empreendimento e mudança social, embora se recusasse a entender os movimentos religiosos, tais como os milenarismos e os messianismos, como movimentos sociais. Na realidade, a atitude compreende-se, mas hoje não se justifica, sobretudo depois de se assistir à tomada do poder no Irão pelo movimento religioso chiita, que foi capaz de agitar as massas crentes, desestabilizar os equilíbrios criados e, por fim, derrubar o poder político laico no Irão, personalizado no Xá Reza Pahlavi (1919-1980).

Em *Human Societies*, Nolan e Lenski, sociólogos amplamente conhecidos e influentes no panorama da actual sociologia americana, precisam melhor o conceito, e deixam claro que para eles um movimento social é um grupo com ligações flexíveis (*loose-knit*), que pretende mudar a sociedade⁸. Permanece o conceito de mudança, está presente a ideia de organização. Já nos afastamos da estrutura ideológica e começamos a olhar para o terreno, mas sem grandes especificações. O que é certo é que o grupo necessita de recursos para levar a cabo as suas ideias. E isso é pacífico.

Cohen, em 1980, ofereceu uma outra definição: “um movimento social existe quando um grupo de indivíduos está envolvido num esforço organizado, seja para mudar, seja para manter alguns elementos da sociedade global”⁹. Há um franco adiantamento nesta conceptualização, pois passa-se a dar atenção aos movimentos que se desenvolvem contra a mudança. Esta verificação está presente em Horton e Hunt quando referem que o movimento social “é uma colectividade agindo com certa continuidade, para promover ou resistir à mudança na sociedade ou no grupo de que faz parte”¹⁰.

Igualmente aberta é a definição clássica que se recolhe no dicionário de Fairchild: “Movimento social é acção ou agitação concentrada, com algum grau de continuidade, que um grupo plena ou vagamente organizado, unido por aspirações mais ou menos concretas, segue segundo um plano traçado e orientando-se para uma mudança das formas ou instituições da sociedade existente ou para um contra-ataque em defesa dessas instituições”¹¹.

Para John Markoff, que estudou a influência dos movimentos sociais no movimento para a democratização, o movimento social “é um desafio aberto, colectivo, sustentado, aos modos dominantes de fazer as coisas”¹². Ou seja, Markoff estuda o fenómeno no sentido da mudança social e na perspectiva do impacte na sociedade, impacte traduzido em efeitos. Além disso sublinha a duração, já que se ocupa em estabelecer a sustentabilidade do

⁸ Nolan e Lenski, *Human Societies, An Introduction to Macrosociology*, McGraw Hill, Nova Iorque, 1999, p. 413.

⁹ Bruce Cohen, *Sociologia Geral*, McGraw Hill, São Paulo, 1980, p. 167.

¹⁰ Paul Horton e Chester Hunt, *Sociologia*, McGraw Hill, São Paulo, 1980, p. 403.

¹¹ Ver: Henry Pratt Fairchild, *Diccionario de Sociología*, Fondo de Cultura, México, 1966, p. 193.

¹² John Markoff, *Waves of Democracy. Social Movements and Political Change*, Sage, Londres, 1996, p. 23.

movimento, e o desafio, porque o movimento está contra algo de errado na sociedade global que os promotores e aderentes do movimento querem obviamente mudar.

Finalmente há que fazer uma referência obrigatória a Anthony Giddens, um dos mais famosos sociólogos ingleses da actualidade. Ele insiste em oferecer e defender uma definição aberta por causa da extrema variedade de movimentos na actualidade e das diferenças e características próprias que os autonomizam. Assim, para ele, um movimento social é “uma tentativa colectiva para desenvolver um interesse comum ou assegurar um objectivo comum através de acção colectiva fora da esfera das instituições reconhecidas”¹³.

Na verdade, os movimentos variam em dimensão, em objectivos. Muitos são legais, mas outros operam fora das leis da sociedade, de modo que o autor chega à conclusão que uma definição muito densa seria prejudicial para a caracterização formal deste fenómeno.

Uma corrente substancialmente diferente, restritiva, pouco compreensiva, está representada principalmente pelo sociólogo francês Alain Touraine, que num outro pólo, preferiu definir exaustivamente o movimento social, acentuando o sentido da acção e do conflito, dados logo pressupostos, prefigurando a definição reducionista. Segundo este prestigiado sociólogo francês, há exigências que se têm de verificar:

- a) acção conflitual provavelmente bipolar;
- b) actor de classe;
- c) acção com o fim de destruir o opositor de classe e dominar a criação da História¹⁴.

A definição é ambiciosa e exclui imediatamente um inúmero leque de movimentos, sobrando espaço para os movimentos de tipo laboral e classista. Alguns esclarecimentos se devem acrescentar ao modelo de Touraine: ele é, quer se goste quer não, tributário da dialéctica hegeliana, dos pares de opostos, e ainda da versão marxista da acção que se dirige profeticamente ao domínio e fim da história pela hegemonia de uma classe, horizonte teórico que continua motivador e enganoso como se comprovou ultimamente, no pólo oposto da ideologia, com as teorias gasosas de Francis Fukuyama, que apesar de ser o que eram conheceram ampla difusão, quiçá por isso mesmo¹⁵. Os movimentos nestas condições são relativamente poucos e aqueles que poderiam exhibir qualidades de movimento aos olhos do estudante treinado ou do estudioso despreconceituado são desclassificados porque não obedecem ao modelo.

Mais uma vez se observa que a realidade empírica não comove o teórico e que o modelo observante se impõe ao modelo observado. É provável que a ligação do movimento social a *actores de classe* (e que classe/classes?) tenha

¹³ Anthony Giddens, *Sociology*, 3.ª ed., Polity Press, Cambridge, 1998, p. 511. Pode consultar uma recente tradução publicada pela Fundação Gulbenkian. Todavia, é sempre melhor ler os originais na língua da publicação, evitando tanto quanto possível, a tradução. Familiariza-se com a língua e absorve os conceitos directamente do e com as palavras do autor.

¹⁴ Alain Touraine, *La Voix et le Regard*, Paris, Seuil, 1978, p. 104.

¹⁵ Francis Fukuyama pensou que o mundo convergia para a democracia liberal e que esta representava o fim da história, pelo menos da história política. Como vemos hoje, o teórico americano estava enganado. Ver: Francis Fukuyama, *O Fim da História e o Último Homem*, Gradiva, Lisboa, 1992.

levado à esterilidade o conceito de Touraine, demasiado rígido para ir ao terreno, já que o terreno oferecia movimentos que não se podiam enquadrar na sua definição (movimento antinuclear, movimento estudantil, movimento ambientalista e assim por diante).

E mesmo a ideia de empreendimento contra o sistema social, que está presente em uma certa visão utopista, vai encontrar-se tão longe quanto em Lee, quando no seu Dicionário se apresentavam os movimentos sociais como “empreendimentos colectivos para estabelecer uma nova ordem de vida”. Ele garantia que os movimentos se desencadeavam face a uma situação de inquietação e que derivam o seu poder, por um lado, da motivação de insatisfação face à forma corrente da vida, e por outro, dos desejos e esperanças de um novo esquema ou sistema de viver”¹⁶. Não se pode dizer ou garantir que Lee tivesse tido uma perspectiva muito fechada quanto a este assunto.

¹⁶ Alfred McClung Lee (Org), *Princípios de Sociologia*, Herder, São Paulo, 1962, p. 245.

Os movimentos têm de ter, naturalmente, uma base de apoio, que lhes forneça os recursos de que necessitam para os objectivos fixados. Mas na realidade, antes dos recursos, antes das contabilidades, dos cálculos de vigência, eles já estão em marcha e é por isso que mobilizam os recursos. A não ser que sejam lançados de cima, criados a partir de uma base de apoio que lhes prepara o caminho grande, os quadros, o financiamento, e o resto. Mas neste caso, não estaríamos face a um movimento genuíno, mas sim a uma organização privada ou de Estado, que deseja assumir para os seus fins a forma de movimento. E esta distinção é importante num mundo em que cada vez mais a contra-informação é a arma por excelência da acção política e mesmo da acção económica.

Correndo os riscos em que todos se envolvem ao escrever manuais e ao propor uma definição compreensiva, poder-se-ia descrever hoje o movimento social como um *empreendimento colectivo, legal ou ilegal, que visa um objectivo de mudança ou de resistência no campo social, organizando recursos materiais e humanos para esse fim, e que dura no tempo.*

Isto significa que o movimento se institui como grupo, que depois mobiliza uma parte da sociedade em que evolui, que desenvolve em maior ou menor grau uma organização que assegura os contactos entre os elementos, coordena as acções, recolhe os fundos e estuda os métodos mais eficazes de acção na rua da cidade ou no campo. Além disso, a duração tem importância porque nos mostra a que insatisfações, injustiças percebidas ou contradições sociais ele responde ou pretende responder. A vinculação a contextos históricos, interesses de classe, manutenção ou alteração da situação social em aspectos particulares ou globais, serão sempre elementos a ter em conta na compreensão de cada movimento em particular.

Na realidade, não podemos manter a discussão iniciada nos anos 70 entre a teoria dos recursos e a teoria neomarxista. A primeira entendia o movimento

e o seu sucesso como resultado da capacidade de mobilização e criticava quem sugerisse outras origens como, por exemplo, a desorganização social e o colapso de estruturas sociais, fenómenos que, em conjunto, colocavam uma grande quantidade de pessoas em situação delicada, logo susceptíveis de seguir lideranças e ideias. A segunda entendeu que o factor essencial era a ideologia, que a primeira passava por alto. Se na interpretação marxista clássica os movimentos mais não eram que uma expressão da luta de classes, agora, os novos movimentos sociais, numa interpretação actualizada, mais não são que uma expressão da luta contra as grandes desigualdades sociais, o domínio dos meios de comunicação de massas, e outras facetas desagradáveis da sociedade pós industrial. Nesta linha o sociólogo e filósofo alemão Jürgen Habermas pensou que todos estes movimentos, desde a revolta dos estudantes, o feminismo, o pacifismo, até ao ecologismo e outros novos movimentos, não eram senão sinais de uma revolta contra a excessiva dimensão do Estado moderno e a sua racionalidade burocrática, mesmo contra a intrusão desta máquina na vida íntima de cada pessoa.

É mais que ilusório pensar que estamos perante alternativas radicalmente antagónicas. A melhor abordagem metodológica para estudar os movimentos sociais e investigar as suas origens genéticas é através de monografias, e a partir desse material recolhido logo se apreciarão os caminhos a tomar. No fundo, talvez o que venha a interessar seja a perspectiva holística: abordar como um todo o objecto e buscar as diversas condicionantes genéticas, ou seja, originárias, sem dogmatismo, sem teorias antecipadas, sem hegemonia interpretativa. A maior parte das posições antagónicas cultivadas com primor por grandes líderes de escola, com o tempo, desfazem-se na complementaridade, como explicou na Física Heisenberg e nas ciências humanas Vintila Horia¹⁷.

¹⁷ Cfr. Vintila Horia, *Viagem aos Centros da Terra*, Verbo, Lisboa, s.d.

Portanto, em primeiro lugar está a abordagem ao movimento.

2.2 As cinco dimensões de análise dos movimentos

Fixado o conceito de movimento interessa verificar em que dimensões práticas ele pode ser investigado, estudado e descrito em termos científicos. Se tivéssemos que estudar um qualquer movimento, como deveríamos proceder no ponto de vista prático?

A esta pergunta formal que tem a ver com tarefas académicas de estudo, a resposta pode ser dada em cinco etapas, isto é, em cinco dimensões que coexistem e que devem ser aproximadas para se ter uma compreensão interpretativa ou explicativa do movimento. Sinteticamente buscar-se-ia apurar as dimensões que a seguir se apresentam, e tão exaustivamente quanto possível.

2.2.1 *A visão de sociedade*

É comum os movimentos desenvolverem uma imagem de sociedade, quer nos pontos onde a que existe deve ser corrigida, quer até a própria imagem de substituição. A ideia de mudança da sociedade, que se reporta um pouco à ideologia perfilhada, mas que pode só ter relação com uma doutrina incipiente é muito importante porque é guia para a acção. Na realidade, o movimento tem de apresentar finalidades e estas têm de ser estudadas. Hoje não é raro os movimentos possuírem um manifesto, onde se definem os objectivos a desenvolver bem como o corpo da doutrina política ou social em que o núcleo de promotores do movimento se pretende apoiar. O movimento da declaração de direitos humanos, que começa remotamente com formulações filosóficas de um conjunto de iluminados franceses que colaboram numa reflexão de clube, que passa pelas lojas maçónicas, que explode na revolução francesa, que continua desde aí a afirmar-se e a confirmar-se até ao nosso tempo, a ponto de motivar intervenções militares em regiões onde tais direitos não estariam a ser respeitados, é, em si mesmo, um paradigma. Esta visão do homem na Sociedade deu origem a que um poderoso fluxo de energias e de recursos fosse canalizado para fazer vingar nos Estados, mesmo a nível da Constituição, princípios que o movimento considerou básicos e dos quais não abdicou.

A visão pode também ser inspirada por uma grande Ideologia vigente no campo social e já há longo tempo instalada (e aqui se incluem mesmo as grandes utopias clássicas e modernas), que o movimento detém como própria, que partilha ou compartilha, o que definiria a sua fórmula política. Mas podem também existir linhas muito peculiares de natureza restrita e particularista. A visão da sociedade justa, por utópica que pareça, nunca pode ser esquecida, especialmente nos movimentos globalistas e claramente utópicos, que propõem sociedades alternativas, em que os homens podem ser felizes. Lembremos a este propósito o movimento anarquista, que raramente chegou a partido e que é responsável por inúmeras experiências tendentes a provar a bondade dos seus princípios de base. Embora as experiências conhecidas tenham corrido mal, isso em nada afectou a crença dos convictos. Platão desenhou com rigor a imagem de uma sociedade perfeita no seu livro *A República*, que Thomas Morus e muitos outros autores foram recapitulando até aos dias de hoje. Isso significa que a utopia como inspiradora da acção não está morta: continua viva e à espera que lhe peguem e ergam as suas bandeiras.

Por outro lado, há toda uma linha de movimentos que se podem caracterizar pela meta comum de preservar uma certa identidade, nacional, ideológica, racial, comunitária, religiosa ou linguística. Na verdade, também são estes fundamentos que decidem a mudança ou a conservação das estruturas e instituições sociais. Não pode admirar que motivem fortes movimentos

sociais. Os movimentos nacionalistas de que a história está cheia e que o nosso tempo reconhece assentam nessa base identitária. A própria ETA, bem conhecida entre nós, surge como um movimento nacionalista do povo basco, ainda que sem o reconhecimento, nas urnas, dessa representatividade. A organização do movimento, que o governo qualifica de terrorista, parece poder dispensar essa legitimidade, optando claramente pela violência. Ao fragmentar-se, a antiga Jugoslávia socialista, deu lugar a uma série de estados cuja legitimidade assentava em antigas reivindicações de índole religiosa, étnica e nacional. O conflito no Kossovo, que levou à intervenção armada da NATO, eventualmente para impedir a acção de retaliação dos sérvios, só provou que o nacionalismo estava vivo e que os albaneses e os sérvios tinham ampla consciência disso¹⁸.

¹⁸ Cfr. Paul Garde, *Vie et Mort de la Yougoslavie*, Fayard, Paris, 1992.

Quem acreditava que os movimentos nacionalistas tinham chegado ao esgotamento, ao ver o que sucedia nos Balcãs teve rapidamente de reconverter as suas ideias. A fragmentação da antiga União Soviética deu aso a observar que o nacionalismo continuava uma força activa, aglutinante e que era possível, a partir dessa plataforma, não só agir politicamente como criar condições para que amplas frentes se formassem no sentido de reivindicar territórios próprios e enfrentar o poder instalado, quando este era hostil às pretensões nacionalistas com base na etnia, na história e na religião.

2.2.2 *Os recursos*

Os movimentos têm necessidade, para se afirmarem no espaço social, de recursos materiais e humanos que mobilizam para os seus objectivos. O movimento tanto mais se afirma quanto mais recursos conseguir conquistar para o seu campo, ganhando apoios, reforçando a sua base económica e a sua projecção no mercado social. Daí que o financiamento seja um elemento a apurar e que o empenhamento dos militantes e recrutamento de capital humano sejam a outra dimensão a não perder de vista. O estudo de cada movimento em particular exige especial atenção para estes vectores. Do imposto revolucionário cobrado por movimentos de libertação, ao assalto a bancos, ao pagamento de quotas, à cobrança de favores políticos, tudo é possível. A variedade é a regra no financiamento de movimentos legais e ilegais. E nem só os movimentos ilegais detêm o monopólio dos financiamentos ilegais.

Porém, nesta matéria, se o financiamento é um assunto importante, há uma questão de fundo que deve ser compreendida: a relação entre os movimentos e as organizações. Os movimentos não existem no vazio social. Múltiplas formas de organização pululam, com poucos ou muitos membros, efeme-

ramente ou durando no tempo. Coleccionadores de borboletas ou relógios, clubes de bebedores de gin ou vodka, organizações de psicólogos ou de astrónomos, sociedades de jovens cientistas ou de velhos combatentes, círculos adeptos de desportos radicais, todos integram o tecido social.

Ora, os sociólogos têm concentrado a sua atenção nas inúmeras organizações que se dispersam pelo território social e que assentam a sua especificidade num leque imenso e inesgotável de finalidades. Acontece que certos movimentos descolam ou atingem o seu ápice por terem sido capazes de atrair para as suas actividades diversas organizações independentes. Examine-se, por exemplo, o movimento pacifista que se opunha, nos Estados Unidos, à guerra no Vietname. O movimento prosperou porque encontrou apoio numa variada gama de organizações, algumas até efémeras. Mas as pessoas convergiram para os seus desfiles, para os seus comícios, para as suas marchas de protesto, que constituíram os meios eficazes para desencadear um sentimento nacional contra a guerra, de forma a pressionar o Governo. Nota Horowitz que, à medida que o Movimento começou a ficar melhor organizado as demonstrações diminuíram em número mas cresceram em dimensão, tornando-se menor o nível de violência, o que indicava a presença de um controlo sobre a massa dos convocados¹⁹.

O actual movimento anti-terrorista, liderado pelos USA contra organizações militares ou para-militares marca, em 2002, o nascimento e maturação de um movimento político internacional, globalista, e coordenado pelo poder americano depois do desastre de 11 de Setembro de 2001. As dificuldades no Afeganistão e no Médio Oriente com o protagonismo constante de Israel, o que causa dificuldades na política europeia, nem por isso impede que os Estados Unidos se coloquem como os líderes de um movimento global de luta contra o terrorismo, também ele global.

¹⁹ Cfr. Irving Horowitz, *The Struggle is the Message*, Glendessary Press, Berkeley, 1970.

2.2.3 A Organização do Movimento

Realmente, a organização que paulatinamente se vai constituindo, é um elemento essencial. Todos os autores pensaram que a organização faz a qualificação do movimento. Se ela é débil, inexistente ou efémera, o movimento dificilmente superará os primeiros desafios. Por outro lado, uma organização estável, integrada, com autoridade, que pode aperceber-se da importância política da agenda do movimento, pode ser a responsável pela mudança de movimento para partido político. Por conseguinte, o movimento tem que ser analisado em termos de estrutura organizativa, numa abordagem que qualifique o modo da organização e o tempo em que se esboçou os seus começos. É, na realidade, o chamado efeito Michels, que retira o seu nome da famosa formulação teórica de Robert Michels, cujo pensamento já analisámos.

O grupo, o movimento, no seu convívio, na sua acção, tenderá inevitavelmente para se organizar e ao organizar-se produz uma divisão de tarefas entre quem manda e quem obedece.

Se existem movimentos efémeros, movimentos de fraca organização em que as cadeias da liderança não estão verdadeiramente tecidas, desenvolvem-se por outro lado movimentos que adquirem, rapidamente, uma capacidade organizativa devido ao tipo de recrutamento que asseguraram e, quando menos se espera, o movimento engendra um partido político. Considera-se, nessa altura, que os mesmos objectivos ou outros complementares e integráveis serão atingidos de uma forma superior com um partido político.

Basta pensar no movimento ambientalista, de longa maturação em diversos países, para se perceber que o objectivo resultou em certos países, cujas constituições e conjuntura política o permitiam, na construção de um partido Verde. Assim em Portugal, assim na Alemanha, mas não assim nos Estados Unidos.

Revisitemos o Movimento Fabiano em Inglaterra, que tomou o seu nome de um general romano conhecido pelas suas excelentes tácticas na guerra, Fabius Maximus. Inicialmente é um grupo de reflexão, fundado em 1884, uma sociedade de amigos, que pensa de uma maneira nova sobre a sociedade inglesa, mas rapidamente atrai intelectuais que entendem que o gradualismo é a estratégia para operar mudanças políticas e sociais na estrutura da sociedade. A sociedade fechada origina um movimento que incorpora membros que não estão na sociedade, mas que se identificam com os objectivos dela. Apesar de se manter muito selectivo, o grupo fabiano tornou-se no principal produtor de ideias para o partido trabalhista.

2.2.4 *Uma tendência para a acção*

O próprio termo movimento sugere que a acção é a sua essência. Todos se movem para agir de um modo ou outro. Assim os movimentos exibem esta característica de diversas maneiras: ocupação de áreas reservadas, marchas de protesto, vigílias face a instituições importantes na sua estratégia, propaganda na rua, nos meios de comunicação de massas, mesmo acções dramáticas cujo objectivo principal é obter tempo de antena nesses mesmos meios.

A violência não está afastada na escolha de meios. O movimento e a sua direcção podem entender que é o uso de uma violência cirúrgica (abate discriminado) ou de uma violência aleatória (ao acaso) que dará notoriedade ao pequeno agrupamento de vontades. A violência também responde a necessidades internas de distribuição de funções porque torna-se claro que os

movimentos não estão interessados em perder militantes. Movimentos nacionalistas como a ETA no país basco, em Espanha, embora sendo claramente minoritários, tal facto não os impede de pretender representar todo o povo e agir no seu suposto interesse com uma violência de tal ordem que conseguiu despertar o povo espanhol para manifestações anti-ETA e levar os principais partidos espanhóis a um pacto político anti-ETA, e que a Conferência Episcopal Espanhola invocando diferentes argumentos se escusou a assinar em fins de Fevereiro de 2001. A violência é também o apanágio do Hamas, o movimento chiita sediado no Líbano e que se dedica a desencadear acções militares contra Israel. O movimento Al-Quaeda, totalmente militarizado, pela boca do seu líder exige apenas que a diplomacia americana abandone Israel à sua sorte. Depois de operações complexas no Afeganistão é difícil prever que o poder americano abandone Israel para obter uma moratória de Bin Laden. A tendência para a acção parece ter sido mal escolhida sem ter em conta o poder de retaliação. Talvez, sem querer, Laden, tenha assinado a fundação de um movimento anti-terrorista mundial, porque as grandes potências não querem ter esse tipo de problemas: a imprevisibilidade e não a racionalidade do ataque.

Os movimentos revolucionários e anticolonialistas, como por exemplo o MPLA, em Angola, não hesitam em fazer purgas internas duríssimas, fuzilamentos sem julgamento, como denunciou recentemente a propósito da evolução do seu próprio partido o velho chefe de guerrilha Daniel Chipenda, que encabeçou a Revolta do Leste em 1974. Todavia, a UNITA, chefiada até ao início do ano 2002 por Jonas Savimbi, enquanto movimento armado, conseguiu sustentar uma longa guerra contra o poder de Luanda. O movimento comunista fez o mesmo: as doses de violência interna sobre a sociedade russa, depois da guerra civil, no auge do poder de Estaline, foram enormes. Desde as purgas internas que varreram os velhos bolcheviques românticos e levaram Trotsky a um exílio momentâneo no México (morreu assassinado por um agente de Estaline), até à concentração de pessoas por mera dissidência em campos de trabalho forçado, uma rede de locais que Soljenitsyn denunciou como um cordão de ilhas de repressão, a que chamou arquipélago Gulag, tudo foi experimentado²⁰.

Mas a história do movimento comunista fazia supor este desfecho por causa dos ódios de estimação e desconfianças que no processo de maturação do movimento operário se foram criando entre as facções com base nas personalidades e nas doutrinas, donde emergiram como resultado final, os marxistas, os anarquistas, os social-democratas, os socialistas e os leninistas. Isto significa que dada uma certa densidade de resistência a movimentos radicais, estes não hesitam em recorrer às armas em nome de uma fórmula política elaborada ou de uma crença forte sustentada por um líder carismático, no sentido weberiano. Significa também que movimentos habituados à

²⁰ Cfr. Alexandre Soljenitsyne, *L'Archipel du Goulag: 1918-1956*, 3 vols., Seuil, Paris, 1974-1976.

violência, certificados na desconfiança e na denúncia, uma vez chegados ao poder aplicam a receita dentro do grupo, que entretanto se constituiu em elite unificada, e não contentes com isso também ao povo que, supostamente, lideram para a utopia.

2.2.5 *Os resultados*

Qualquer movimento pode ser avaliado pelas suas realizações efectivas. Movimentos sociais subsidiados por organismos públicos não raro são obrigados a apresentar um relatório de actividades desenvolvidas no terreno social bem como o impacte na imprensa, que parece ser, aos olhos das autoridades, a melhor maneira de testar o modo como foram aplicados os dinheiros públicos. Esta dimensão nunca pode ser esquecida porque separa os movimentos que se aproximam da execução dos seus objectivos, daqueles que se afastam deles e até daqueles que os passaram a ignorar. O facto dos objectivos estipulados serem uma referência para avaliação não impede que o movimento, numa linha adaptativa mude de objectivos. E isso também é importante porque permite analisar, a partir de uma perspectiva diacrónica, o movimento do movimento.

A mudança de objectivos é outra análise que deve ser feita. A adaptabilidade dos movimentos à conjuntura leva a que os dirigentes possam, em troca de benefícios grupais ou particulares, inflectir o movimento e assumir outros objectivos, que não constavam na agenda inicial. Isto explica-se pela dinâmica do movimento e pela sua sobrevivência enquanto estrutura. Um movimento, por exemplo, criado expressamente para proteger as garças e criar condições para a sua reprodução satisfatória, uma vez desaparecidos estes animais tenderá a redefinir a sua estratégia e a conservar a organização que entretanto desenvolveu: escolherá, na sua lógica, a protecção de outro animal – sapos, lampreias, lobos e assim por diante.

Na verdade, Chazel faz o ponto da situação quando afirma, com conhecimento de causa, que o problema com que se enfrenta o movimento social e igualmente os estudiosos dos movimentos sociais, diz respeito a três temas, que são perfeitamente previsíveis: emergência, organização e ideologia, sem descuidar os aspectos microssociológicos que lidam com as unidades e as suas características. Torna-se necessário entender qual a situação de descontentamento que provoca a mobilização de recursos para enfrentar aspectos que se integram na macrosociologia. Em seguida, é imprescindível entender como é possível agir colectivamente, comunicar e estabelecer objectivos parciais e programados, bem como compreender a solidariedade que vigora no movimento. Finalmente, a ideologia, isto é, a mundividência, a linha orientadora do movimento, que decifra o mundo social em termos

de visão particularista e que a partir daí decide a sua intervenção. Em vez de pensar neste elemento como secundário é de toda a conveniência estudá-lo porque não raras vezes ele se revela o elemento chave da acção ao oferecer uma plataforma de coordenação para as actividades que vão sendo desenvolvidas²¹.

²¹ Cfr. Raymond Boudon, *Tratado de Sociologia*, Asa, Porto, 1995.

2.3 Tipologias dos movimentos

Seguindo o método é, concerteza, através de classificações ou tipologias que Max Weber colocou como uma metodologia específica para as Ciências Sociais, que iremos esclarecer ainda mais a natureza dos movimentos sociais.

Quem os abordou, que grelha de análise propõe? Uma classificação preliminar que se pode reproduzir sem risco de caducidade porque ela se refere ao fenómeno permanente do poder, encontra-se no velho manual de Broom e de Selznick, que fornecem uma pista, que vai ao cerne da questão.

Eles entendem que todo o movimento social pode ser classificado pelos seus fins e pelos seus elementos constituintes. Assim, o movimento sufragista feminino queria que o voto fosse concedido às mulheres, mas os elementos do movimento eram sobretudo mulheres de classe média; do mesmo modo se podem tipificar em fins, meios e elementos constituintes, os diversos movimentos estudantis, os movimentos anti-racistas e assim por diante.

Todavia há outro método de análise que podemos ver descrito no quadro:

Movimentos Sociais Classificados por Fins e Meios

Orientação	Valores	Normas de poder
Meios		
Poder	Socialismo revolucionário Movimentos terroristas	Anular proibições Conquistar objectivos
Persuasão	Social Democracia	Controle da natalidade, Sufragistas Ambientalistas
Participação	Comunidades utópicas Seitas	Movimento Laboral

Adaptado de Broom e Selznick, Harper and Row, 1977

Que se pode dizer para clarificar e esclarecer os fundamentos desta classificação?

Torna-se claro que a primeira divisão é entre movimentos orientados para valores e movimentos orientados para normas. Os movimentos orientados por valores são mais globais e promovem ou atacam referências sociais de alta importância: a vida, a democracia, Deus, a paz, o nacionalismo, o federalismo. Os movimentos orientados para as normas focam-se em fins mais estreitos. Desenvolvem-se para acabar ou introduzir uma determinada prática social, tal como a abolição de fumar em lugares públicos, o trabalho das crianças, a eliminação da prostituição ou do consumo de bebidas alcoólicas, a defesa do colibri, da iguana e assim por diante.

A estas duas variáveis somam-se outras três, que respeitam à natureza dos meios utilizados para chegar aos fins. As variáveis são, respectivamente, poder, persuasão e participação, que são retiradas com toda a propriedade de Turner e Killian, que identificaram estas dimensões como essenciais²².

²² Cfr. Ralph H. Turner e Lewis M. Killian, *Collective Behavior*, Prentice Hall, Englewood Cliffs, 1957, Capítulos 16-19.

Um movimento centrado no poder visa a conquista do poder político, e o movimento comunista e o movimento fascista constituíram exemplos deste tipo de movimentos orientados por valores e dispostos a usar para os seus fins o poder, mesmo o poder armado. Os movimentos que usam o poder como meio, mas que se orientam para as normas, tendem a usar o poder ilegalmente, pois buscam mudar as normas por pressão sobre os legisladores, com ameaças físicas e mesmo contratando pistoleiros ou contactando organizações mafiosas. Tendem a pensar que os fins justificam os meios e na realidade desenvolvem uma ética de fins, segundo a célebre classificação de Max Weber.

Só para exemplificar poderíamos remeter para a história do movimento americano *Anti-Salloon League*, para o *Klu-Klux-Klan* e em certa medida, hoje, para o movimento ambientalista que a organização *Greenpeace* diz servir e promover. É conveniente lembrar que os movimentos pacifistas, que proliferaram um pouco por todo o lado desde ao anos 60 do século passado, não hesitaram em deitar mão a meios violentos para validar os seus pontos de vista. Dizia-se então que os pacifistas se tornavam particularmente violentos, ou seja não-pacifistas, quando os criticavam ou se opunham à sua ideologia de base. É o tempo do célebre aforismo difundido pelas centrais da informação comunista e depois pelos próprios movimentos como uma descoberta sua: “mais vale ser comunista que estar morto” (*better red than dead*). Como se viu, tudo era teatro.

Os movimentos centrados no uso da persuasão tendem a usar a propaganda, a educação, o *marketing*, para difundir as suas mensagens. Movimentos exemplares neste sentido são o movimento sufragista das mulheres e o movimento para a igualdade racial nos Estados Unidos, que levou os negros, no século XX, a desfrutarem legalmente de uma igualdade de oportunidades que a guerra civil lhes tinha concedido muito antes, mas que a sociedade não

reconhecia plenamente. A guerra civil americana iniciada em 1861, travada por impulsão do Presidente Abraham Lincoln (1809-1865), do partido republicano, eleito sobre uma plataforma da não-extensão da escravatura no país, foi de facto uma guerra decidida na base da preservação da integridade territorial do Estado, como ficou claro no *Gettysburg Address* (1863), e acabou na libertação dos escravos nas áreas rebeldes através da *Emancipation Proclamation* (1863). A Acção expedita de Lincoln para preservar a unidade dos Estados Unidos, contribuiu para limitar a escravatura, e emancipou o negro, mas na realidade, o negro não conseguiu desfrutar dos seus novos direitos, nomeadamente o direito à igualdade de tratamento face ao branco. Isso seria um assunto para resolver mais tarde.

O movimento da social democracia, gradualista, evolucionário, partindo para ganhar vantagens para os operários também se pode integrar aqui. Se estes movimentos não parecem agressivos como os que se centram no uso do poder, a verdade é que tendem a alcançar mais eficazmente os seus fins sem destruir os direitos dos outros.

Os movimentos centrados na participação estão sobretudo interessados em recrutar membros para as suas finalidades, que regra geral não colidem com o funcionamento da sociedade global. O objectivo é criar um grupo coeso de pessoas que segue uma orientação valorativa. Exemplos destes movimentos encontram-se no passado em movimentos utópicos e hoje em movimentos de seitas religiosas, bem como em movimentos milenaristas como o actual New Age. Mas também em movimentos como os Alcoólicos Anónimos e os movimentos muito difundidos nos países anglo-saxónicos de *self-help* (ajude-se a si mesmo), que já possui uma intensa literatura publicada.

Há autores que defendem que a maioria dos movimentos que elegem a participação como instrumento para os seus fins são orientados por valores, pois tendem a criar comunidades de crenças e grande solidariedade, visto que a aceitação dos valores cria uma grande identidade, que sustenta e justifica a participação. Há, obviamente, nestes movimentos uma consequência: a sua especificidade e identidade, cumplicidade e estrutura de valores isola-os da sociedade e muitas vezes das próprias famílias e amigos, que passam a ser vistos como inimigos do movimento ou então pessoas indiferentes, que é imprescindível evitar, segundo regras que entretanto já teriam sido elaboradas.

Esta classificação abrangente pode ser contraposta a outra classificação moderna, que tende a integrar num grande leque todos os movimentos reconhecidos como tal pelos estudiosos de vistas mais largas e menos exigentes na definição. É preciso, no entanto, entender, que as classificações dependem sobretudo dos critérios metodológicos e que estes condicionam a maneira de arrumar os movimentos. Nem todos os autores têm obrigatoriamente de concordar uns com os outros, e os próprios estudantes, juntamente

com os seus orientadores, devem tentar encontrar novas vias de classificação, de debate e questionação num assunto tão aberto ainda, o que se revelará como uma aventura metodológica de grande utilidade científica.

Existem classificações que qualificaria de enumerativas e que se encontram tanto em Eva Lakatos como em Ribeiro dos Santos. Este tipo de classificação perde sempre em relação a tipologias ao estilo weberiano e isso porque a enumeração não cessa e fica ultrapassada pelas novas formas que acontecem na vida social. Ao contrário, os tipos, uma vez bem definidos, podem acolher as diversas originalidades. É certamente importante ter presente exemplos de classificação enumerativa. Começemos por Lakatos. Neste estudo encontram-se as seguintes categorias de movimentos: migratórios, progressistas, conservacionistas ou de resistência, regressivos, expressivos, utópicos, reformistas e revolucionários²³. As caracterizações são, grande parte das vezes, pouco seguras. Quanto mais as categorias classificativas crescem, maior se torna a dificuldade em definir as linhas de caracterização, como se verificará ao ler o livro.

²³ Cfr. Eva Maria Lakatos, *Introdução à Sociologia*, Atlas, São Paulo, 1997.

Ribeiro dos Santos, que se ocupou no seu livro, especificamente, de movimentos laborais, aceitando implicitamente a influência restritiva de Touraine, apresenta assim as suas categorias: movimentos nómadas, movimentos expansionistas, movimentos de fuga de indivíduos ou grupos de unidades agrárias de produção, movimentos de secessão, revoltas e motins, manifestações colectivas, deslocações e migrações, movimentos de resistência passiva, movimentos de associativismo, o exército proletário, a guerrilha revolucionária. É difícil enquadrar todas estes tipos em movimentos laborais e é facilmente detectável nesta abordagem enumerativa a falta de movimentos de grande implantação nas sociedades contemporâneas²⁴.

²⁴ António Ribeiro dos Santos, *Op. cit.*, p. 20 e sgs.

Passemos agora a examinar uma classificação de um passado recente, que nos recomenda o sociólogo inglês Anthony Giddens, e que a qualifica como uma das mais úteis em termos metodológicos e de entendimento dos movimentos. Ele teve a oportunidade de estudar diversas propostas de classificação antes da elaboração do seu *Tratado de Sociologia* e talvez de imaginar a sua, como profundo conhecedor das matérias de que se ocupa a Sociologia, sabendo de resto que a tipologia é, em si mesma, uma metodologia, isto é, o resultado de uma investigação. Porém, apesar disto, a classificação que propõe como exemplo de reflexão aos seus estudantes não é dele e pertence a David Aberle, que a expôs, em 1966, no seu livro *The Peyote Religion*. Ou seja: Giddens aceita e inclui nos seus manuais uma classificação com mais de 30 anos, o que também quer dizer que as boas classificações resistem ao tempo²⁵. Isto deve-nos alertar para o facto de que nem tudo o que é moderno e actual tem um valor absoluto. Aqui ou ali existem contribuições que os grandes especialistas não desdenham incorporar, porque as julgaram melhores que aquelas que poderiam engendrar.

²⁵ Cfr. Anthony Giddens, *Sociology*, *Op. cit.*

Aberle, então, distinguia quatro tipos de movimentos: os transformadores, os reformistas, os redentores e os alternativos²⁶. Vamos então esclarecer em que consistem as quatro categorias de Aberle, que as deve ter formulado num momento semelhante a Newton, quando a maçã lhe caía repentinamente na cabeça:

²⁶ David Aberle, *The Peyote Religion Among the Navaho*, Aldine Press, Chicago, 1966.

- Os movimentos transformadores visam mudanças catastróficas nas sociedades que podem recorrer a meios violentos: eles integram os movimentos revolucionários, os movimentos radicais, os movimentos milenaristas. Tais movimentos buscam no fundo instaurar uma nova ordem e uma nova sociedade.
- Os movimentos reformistas tentam alterar certos aspectos da ordem social que consideram, por vária ordem de razões, nefastos para a sociedade e particularmente para eles. Por isso tentam criar pressões de modo a alterar leis restritivas ou criar leis permissivas. Exemplos neste campo levar-nos-iam a apontar movimentos diversos: o sufragista, o abolicionista, o movimento em favor do aborto e assim por diante. O interesse é sectorial, a acção é gradualista.
- Os movimentos redentores e alternativos, na perspectiva de Aberle já não se ocupam de operar grandes ou pequenas mudanças na sociedade: ocupam-se da mudança nos hábitos do indivíduo. Os movimentos redentores tentam salvar as almas e fazer as pessoas abandonar uma vida vista como degradante e moralmente corrupta. A salvação do indivíduo enquanto ente é o objectivo. Os movimentos católicos, o movimento pentecostal, o movimento carismático, o movimento *new age* e mesmo o movimento *self-help* enquadrar-se-iam nesta categoria, bem como muitos outros.
- Os movimentos alternativos visam alterar certos hábitos do indivíduo, mas não querem uma mudança total. Igualmente interessados, no seu ponto de vista, pela integridade humana, tais movimentos vão desde o movimento para a proibição das bebidas alcoólicas ao movimento dos alcoólicos anónimos, desde os movimentos para a proibição das drogas até aos movimentos para a liberalização destas.

Afinal, Aberle, é capaz ainda de nos fornecer um quadro mais integrante e subtil desta realidade social do que os autores modernos que se debatem com pequenas questões.

2.4 A migração de ideias nos movimentos sociais

Por outro lado, os movimentos sociais têm a capacidade de passar as fronteiras. Se alguns têm características locais e se limitam à sua zona de

formação, outros, dado o leque de objectivos, suscitam movimentos semelhantes em outros países ou vão mesmo implantar-se neles. De certa forma pode dizer-se também que as táticas são replicadas. Pondo de lado movimentos que se replicam pura e simplesmente porque as condições estão maduras no país receptor ou porque existe um grupo interessado em promover o movimento (nesse caso os dirigentes formais importam fortemente tudo do país de origem), existem outros tipos de difusão.

Os casos mais destacados deste tipo primevo de replicação podem-se sumariar em alguns movimentos exemplares que apareceram e ganharam vida nos países anglo-saxónicos: o movimento anti-esclavagista, o movimento ambientalista, o movimento feminista, o movimento gay, o movimento pacifista, os movimentos abortista e anti-abortista, o movimento da correcção política, o movimento de protecção às minorias étnicas, o movimento dos direitos cívicos, o movimento democrático, enfim, toda uma série de movimentos que pela sua natureza específica encontraram eco e copiadorees globais nos mais diversos Estados. Aqui não está em causa a passagem global do movimento através das fronteiras, de que existirá abundante bibliografia, e mais exemplos: estuda-se, isso sim, a migração de elementos soltos, traços culturais, elementos culturais. E hoje torna-se fácil discernir um conjunto de percursos.

Nesta base costuma-se indicar três tipos de difusão: a replicação estrutural de circunstâncias sociais, a cópia da organização, a cópia de símbolos ou slogans. Vejamos em que consistem estes mecanismos.

A existência de estruturas sociais semelhantes em diversos países que se encontram no mesmo estágio de desenvolvimento leva a que surjam desafios semelhantes e lutas muito parecidas. As técnicas de combate laboral migram de um país para outro no seio do movimento laboral e no seio do grupo patronal. Giovanni Arrighi e Beverly Silver provaram este processo para a simples ocupação de fábricas de automóveis²⁷. A ocupação é rentável sempre que as caras linhas de produção estão concentradas e podem ser facilmente bloqueadas por pessoas motivadas. O *sit-down strike* (greve de sentados) começou no Michigan nos anos 30 e depois o processo conheceu uma rápida difusão e tornou-se geral na indústria automobilística. Reemergiu na Europa Ocidental nos anos 60, na Argentina nos anos 70 e nos anos 80 na Polónia e Brasil. A causa era a de que a indústria ia procurar lugares mais rentáveis de produção do carro, mas na realidade a sua tecnologia específica oferece a mesma vulnerabilidade em toda a parte. Pelo menos é o que pensa John Markoff, que analisou esta problemática²⁸. A greve representa um processo técnico idêntico, tal como o *lock-out*.

A estrutura organizativa também pode ser importada. Na realidade, no século XIX, no âmbito dos movimentos laborais, migraram e reproduziram-se estruturas organizativas ilegais, baseadas na célula, no secretismo e na acção

²⁷ Cfr. Giovanni Arrighi e Beverly Silver, "Labour Movements and Capital Migration: The U.S. and Western Europa in World-Historical Perspective", in Charles Bergquist (Ed.), *Labour in the Capitalist World Economy*, Sage, Beverly Hills, 1984, pp. 183-216.

²⁸ Cfr. John Markoff, *Op. cit.*, pp. 29 e sgs.

terrorista. Muito antes a Carbonária, um movimento complexo da Maçonaria, que deitava mão ao assassinio selectivo, difundiu as suas técnicas através das redes de lojas fiéis à mesma obediência em todo o mundo ocidental e monárquico. Mas não é preciso ir tão longe no tempo. Os movimentos cívicos, que viram a luz nos países europeus sob o domínio soviético, antes da queda do muro de Berlim e do colapso completo da URSS, tendo vedada a via para a edificação de um partido político, refugiaram-se numa forma organizativa que se difundiu em todos eles: o Fórum. Foi o Fórum Cívico na Checoslováquia, o Novo Fórum na Alemanha de Leste, o Fórum Democrático na Hungria.

No que toca a replicação de *slogans*, numa era de intensas comunicações, os movimentos aproveitam a criatividade de outros que se situam bem longe. A experiência chilena à volta de Salvador Allende, o malgrado Presidente do Chile, desenvolveu o slogan “el pueblo unido jamás será vencido”, que se aplicaria contra uma vasta frente do capitalismo nacional e internacional, bem como a uma burguesia interna atemorizada com as expropriações. O *slogan* aparece logo em Portugal na Revolução de 1974 como “o povo unido jamais será vencido” e conheceu versões semelhantes em outras sociedades. Isto quer dizer que nem tudo é genuíno nos movimentos nacionais. As capturas de rábulas são o comum, talvez até por aqueles mais imbecis, que não são capazes de inventá-las. Movimentos – imagine-se – sem *marketing*!

Com o avanço de todos os meios de comunicação de massas torna-se possível a importação maciça de modelos de interacção. Sidney Tarrow é talvez o autor que melhor entendeu este problema ao defender a existência de modelos de acção colectiva “modular”, isto é, que se ajustam a qualquer movimento²⁹. As ideias antigas podem voltar como avisou Pareto, as músicas podem ser as mesmas, os slogans podem evoluir pela tradução, mas o que fica é uma replicação pelas fronteiras. O facto dos movimentos terem hoje uma ampla rede de contactos e de se identificarem uns aos outros e ao mesmo tempo perceberem que devem agir concertadamente na cena global, decerto vai agir decisivamente na uniformização, que resulta da importação. Todavia, é de esperar que inventivos movimentos surjam sobre assuntos da agenda internacional em qualquer parte do globo com algo de original a transmitir. Um estudante destas matérias, a primeira tarefa que tem por diante, é manter-se actualizado e verificar o que está a acontecer no ambiente internacional, nesta área.

²⁹ Cfr. Sidney Tarrow, *Power in Movements: Social Movements, Collective Action and Politics*, Cambridge University Press, Nova Iorque, 1994, pp. 31 e sgs.

É interessante notar que o movimento dos independentistas de Timor contaminou a Indonésia, uma república feita de um rosário de ilhas sem a mesma cultura e sem tradições englobantes. Se o poder militar pode manter o silêncio sobre a diversidade, o facto é que o seu debilitamento e, por outro lado, a percepção por parte dos povos das vantagens da autonomia, criou uma dinâmica imparável que só a repressão sangrenta pode parar. Mas acções deste

tipo têm custos e o modelo timorense age actualmente como um estímulo para as outras nacionalidades ou etnogéneses, que pretendem defender a sua identidade da invasão de estranhos enviados por Jacarta como colonos. O Aceh percebeu a sua riqueza, outras zonas perceberam a sua especificidade. Será a Austrália o grande guardião da paz americana das Molucas ao Aceh? Só o tempo nos vai revelar o que nos aguarda naquele quadrante, que é pura e simplesmente o maior país muçulmano do mundo.

2.5 Os movimentos tocam-se e tomam empréstimos

Então fica claro que os movimentos tocam-se e tomam certas características uns dos outros por empréstimo e por imitação. Há interesse em verificar em que esferas acontecem os fenómenos de empréstimo e de imitação que segundo as regras do mercado internacional, tenderão a crescer e a interpenetrar-se devido aos crescentes contactos e à difusão audiovisual da informação.

Os sociólogos autonomizaram cinco formas de influência: a) ideias gerais, b) formas de acção, c) tipo de organização, d) slogans e e) símbolos.

No que toca às ideias gerais, que parece o capítulo mais interessante deste processo, sucede que em diversos centros as ideias formuladas e conhecidas num grande meio difusor podem ser adaptadas e trabalhadas, para serem logo difundidas na sociedade particular. No século XIX o grande movimento socialista conheceu diversas versões em países diferentes, mas os núcleos promotores dos movimentos iam todos beber a uma base marxista ou ao socialismo reformista. Isto quer dizer que se se podem encontrar movimentos que não conseguem eco, nada admira que outros o consigam em demasia. Tratavam-se de ideias sobre a organização da sociedade justa, da sociedade do futuro, do papel de classes inteiras neste gigantesco jogo hegeliano que se desenrolava numa História com fim. Movimentos diversos, que surgiram então, como facções do grande movimento, conheceram autonomia e desenvolvimento próprio. Na Rússia, o último país onde se deveria realizar a revolução socialista, no século XX, diversos grupos entendiam ser os verdadeiros representantes do pensamento marxista. O triunfo de Lenine só prova que a força que foi capaz de mobilizar, sem cedências aos outros grupos, era suficiente para tomar o poder e esmagar os concorrentes. Mas os chineses, com problemas teóricos, por falta de massa proletária, acabariam com Mao Tse Tung por teorizar a necessidade de incorporar o camponês como peça fundamental de um movimento comunista. Fidel Castro em Cuba, recebendo a ideia geral, pensou ser mais conveniente desafiar o governo com uma guerrilha que conduziu nas alturas da Sierra Maestra. Nem todas as grandes ideias se podem gabar de ter um percurso desta natureza. Muitas

desaparecem com os seus autores sem se terem transformado em armas de arremesso. Curiosamente, líderes ou figuras de proa deste movimento, puderam ir de país em país para expor as suas ideias e contribuir para a feitura da sociedade. Como não lembrar a este respeito Trotsky, Rosa Luxemburgo, importante na Alemanha e na Rússia, ou Ernesto Che Guevara, importante em Cuba e em toda a América do Sul? Mas com que impacto social? Acabaram como celebridades decorativas a ilustrar camisetas desportivas em (T-shirts), blusões, boinas ou cartazes nas salas de bares e nos salões da burguesia ou pior, como autores não lidos, nem compreendidos. Usados como ícones de uma cultura política notavelmente pobre, senão mesmo paupérrima.

As formas de acção, que são técnicas para lidar com os públicos, também podem ser copiadas ou mesmo ensinadas. No tempo de vigência da URSS, centros especializados em Moscovo, Praga e Berlim, ensinavam aos dirigentes dos movimentos de libertação as técnicas e as estratégias que deveriam ser implantadas no terreno, onde a guerra se desenvolvia.

Talvez as técnicas mais difundidas, até porque a televisão a isso ajudou ao dá-las a conhecer, sejam o *sit-in*, ensaiado por um grupo de negros nos Estados Unidos e depois adoptado pelos estudantes para diversas finalidades, a *resistência passiva* praticada na Índia britânica pelo resistente Gandhi, e a *greve de fome*.

Certas técnicas podem-se traçar até às suas origens duvidosas. O *sit-in* parece ter sido ensaiado por diversos grupos de negros desde os anos 50 em pelo menos quinze cidades, mas foi o de 1960, em Greensboro, Carolina do Norte, que chamou a atenção.

Na África do Sul, a resistência passiva foi ensaiada nos princípios do século XX por trabalhadores indianos. Gandhi colheu essa experiência e depois de a experimentar na África do Sul passou-a à Índia, com êxito. Impressionantes manifestações de resistência passiva, nos anos 20 e 30 do século passado, puseram em cheque a Administração britânica, que não sabia como lidar com esta tática.

O modelo de Gandhi passou a constituir uma referência nos mais diversos movimentos de contestação à ordem pública e foi incorporado no arsenal de métodos a utilizar. Filmes que se fizeram sobre a figura do líder indiano ajudaram a radicar o modelo de resistência passiva como uma das melhores estratégias de enfrentamento de fracos contra fortes e armados, o que quase nos remeteria para o *modelo de minimax* de Rapoport. Este modelo explica que entre dois contendores muito desiguais existe sempre um ponto em que é possível negociar, ou seja, encontrar o ponto de equilíbrio por desgaste do mais forte, mas com fortes perdas do mais fraco. Esse ponto é justamente o momento em que o grande jogador regista um mínimo de ganhos com um

³⁰ Ver: Ralph Dahrendorf, *Relaciones Internacionales*, Paidós, Buenos Aires, 1975.

máximo de perdas e o jogador mais fraco faz um registo de um máximo de perdas com um mínimo de ganhos. Mas esse mínimo de ganhos, que é um máximo na história da sua resistência, incomoda o grande jogador, que começa a ter perdas mínimas, o que o obriga a repensar. Daí surgirá, se o tempo conservar esse equilíbrio difícil, um tempo favorável à negociação: é o tempo em que os ganhos do maior jogador custam cada vez mais caro³⁰.

O modelo, que é um paradoxo, funciona de facto. A técnica de resistência passiva, da guerrilha utilizada pelos movimentos de libertação, demonstra que estes souberam explorar este ponto de ruptura dos fortes e dominantes.

Aldon Morris investigou o modo como a tática da resistência passiva se introduziu no movimento do direitos civis na América nos anos 50. Ele descobriu que elementos de uma organização familiarizada com as técnicas de Gandhi (*The Fellowship of Reconciliation*) estiveram muito activos: entrevistavam os líderes e forneciam-lhes o modelo, organizavam conferências nas igrejas, preparavam *workshops* e disseminavam panfletos e manuais. Na realidade, afirmavam estar a adaptar o modelo indiano de sucesso às condições americanas que então se viviam³¹.

³¹ Cfr. Aldon D. Morris, *The Origins of Civil Rights Movements: Black Communities Organizing for Change*, Free Press, Nova Iorque, 1984, pp. 157-166. Ver também: Richard Gregg, *The Power of Nonviolence*, Schocken Books, Nova Iorque, 1966.

As estruturas organizativas e os símbolos também podem ser transferidos entre movimentos. O processo inventivo numa área pode ser compreendido em outra e adaptado passado pouco tempo. Adaptação e imitação, são modos como estas inovações se transmitem e ganham terreno, embora a tradição desempenhe também um papel não despreciando.

A tradição é ainda uma grande fonte de inspiração, nomeadamente se é veiculada historicamente por movimentos que tiveram um papel preponderante na feitura da história. Os pequenos movimentos neonazis e neofascistas importam a estrutura simbólica e organizativa do passado do partido nacionalsocialista alemão e do partido fascista italiano, do mesmo modo que os partidos comunistas absorvem e conservam o arsenal de imagens e heranças de organização do partido bolchevique da Rússia. A cópia é a solução mais adequada porque evita a imaginação e radica na história, que remete para os sentimentos de identidade grupal. É de prever que estas atitudes se mantenham e que o insucesso das experiências referenciadas não fira de nulidade as expectativas. De facto, na atitude individual, pensam os psicólogos sociais que o que mais conta é a dimensão afectiva, a adesão espiritual, a opção emocional, e se for assim não é tão simples como isso proibir as importações do passado, de movimentos mortos, mas que ainda assustam os vivos. O professor António Damásio auxiliar-nos-ia nesta tarefa ao demonstrar que o homem não é um ser racional integral, mas que age segundo uma inteligência emocional, ou seja, instruída (e afectada) pela emoção. Mas Pareto, sem tanta investigação, já tinha concluído o mesmo muito antes.

2.6 Movimentos e elites

Moisei Ostrogorski defendeu, um tanto antes de Robert Michels e mesmo de Gaetano Mosca, que tendencialmente a vida política das sociedades se encontrava dominada pelas máquinas dos partidos instalados. Os dirigentes dos partidos tenderiam a manter-se e a recorrer a todos os estratagemas para continuar no poder. Advogou então a criação de partidos temporários para evitar a degradação da vida política. Na verdade, estes partidos temporários, consolidados na base de interesses efémeros, mais não seriam que movimentos ocasionais de fraca densidade emocional e de muito fraca organização. Como o mal a combater era a organização partidária instalada e dominante, Ostrogorski pensou que partidos deste teor nunca cairiam na mão de uma qualquer máfia, salvando-se assim a democracia ou a ideia que ele tinha da democracia.

Não prestou porém a devida atenção aos movimentos que no seu tempo se desenvolviam e também não notou que muitos deles se dotavam de uma organização. Ou seja, que os seus partidos temporários estavam a nascer sob a forma de movimentos sociais. Na realidade, como faria notar mais tarde Robert Michels é a organização que dá eficácia ao partido, ao grupo, ao movimento. É a condição indispensável do triunfo. A isso chamam os sociólogos americanos o “efeito Michels”.

Mas será que os movimentos podem prescindir da organização? E se a instalarem até onde poderão ir? Estas duas perguntas legítimas colocam-nos no cerne do debate. Já não se pode dizer com Giddens que a linha divisória entre movimento e organização formal é nebulosa porque os movimentos bem estabelecidos criam uma organização burocrática. Na realidade, mesmo antes de serem movimentos bem estabelecidos começam justamente por instaurar a organização.

Actualmente, os movimentos sociais e políticos têm estruturas organizativas e os que caminham para a sua afirmação na sociedade, quer legal, quer ilegalmente, também. A duração temporal e os objectivos ajudam a que a organização se afirme e se instale. E que do movimento se passe a outra instância, desafiando o poder e eventualmente conquistando o Estado. A história ainda recente do movimento polaco Solidariedade provou que um movimento laboral, assente numa organização formal, com fins específicos, pode alargar as suas ambições e levar os seus dirigentes ao poder. A história pessoal de Lech Walesa, um operário polaco que chegou a ser Presidente da Polónia, e dos intelectuais do movimento, provaram que dos enfrentamentos nos estaleiros navais de Gdansk (antiga Dantzig), da contestação ao poder político, se pode marchar para a luta política, combater outra guerra que é a conquista de votantes e por aí chegar aos órgãos do Estado.

É evidente que nem todos os movimentos podem dar este gigantesco salto, mas também é verdade que muitos o têm dado. Entre aqueles que o deram, dotados de poder financeiro, e que por consequência albergaram uma organização, esta produziu os efeitos esperados: criou dirigentes profissionais a tempo inteiro.

A organização produz a elite. Esta verificação aparentemente tautológica encontra-se repetida desde Mosca até aos nossos dias. Efectivamente, os movimentos que Giddens qualifica de transformadores e reformistas são os mais aptos a desenvolver burocracias para os seus fins, de modo que no seio das burocracias desponta uma nomenclatura. Essa elite disputará a chefia do movimento e conduzi-lo-á segundo os seus desígnios. É certo que os membros do movimento têm a hipótese de desafiar a burocracia ou mesmo despedi-la, mas tal hipótese é remota. Uma vez enquadrado, com líderes conhecidos e venerados, aos seguidores não resta alternativa, excepto serem “conduzidos” pelos emblemáticos chefes.

Mosca ofereceu um modelo para esta ascensão e para a compreensão da mudança social a partir destas bases. Ele entendia que a sociedade mudava pela pressão de novas forças sociais, que apareciam com protagonismo na área social. Essas forças desenvolviam-se por diversas razões: ora porque mudavam as tecnologias, se alteravam as regras do jogo político, se geravam rupturas no sistema de produção, ou porque entrava em campo uma nova religião.

Por causa de tais alterações no corpo social formar-se-iam grupos sociais com alguma coesão, capazes de pensar no poder político e desejar alterações naquela instância de modo a desfrutar de novas vantagens. E isso só se deveria conseguir, em regra, com a alteração da constituição política ou, melhor, pela alteração da representação política. A composição do Parlamento deveria mudar, a relação numérica entre deputados ser alterada. O modo de acção das novas forças sociais é que merece atenção.

Exemplos desta ordem são fáceis de encontrar: quando os operários passaram a ter um certo peso demográfico nos países da primeira industrialização criaram movimentos laborais e partidos, ganharam coesão e caminharam para a revolução em movimentos utópicos ou para a participação em movimentos evolucionistas e reformistas. A história do Trabalhismo na Inglaterra ilustra este ponto. O forte movimento sindical entendeu que era necessário um partido, e pelo partido, líderes operários entraram no Parlamento. O Parlamento inglês mudou a sua composição e o operariado, melhor, os seus líderes, passaram a fruir de um lugar no seu seio, com todas as vantagens de fazer parte da classe política.

Outro exemplo encontra-se no movimento feminista. Sem se autonomizar em partido, o movimento conseguiu lenta mas seguramente obter repre-

sentação política para as mulheres e inclusivamente no nosso tempo apresentar a teoria das quotas, para daí derivar o número de mulheres que devem ocupar cargos públicos, independentemente da sua competência. A participação das mulheres na vida operária e na administração, sobretudo no período das grandes guerras europeias, ofereceu uma plataforma para o movimento de libertação da mulher, que tem sofrido diversos reveses e retomas.

As forças sociais de que Mosca nos falou são realmente importantes para entender a mudança e perceber como ela chega à elite política. De facto, se a base social muda por alguma razão, o reflexo não se faz esperar. Não se trata de um automatismo, mas de uma flexibilidade. É de esperar que o novo grupo entenda a sua posição e a explore dentro de um tempo razoável, que é o tempo da tomada de consciência da sua singularidade, o tempo da criação da organização e o tempo da acção no terreno social.

Um dos movimentos mais recentes, o movimento dos ambientalistas, que se globalizou passando as fronteiras, desenvolvendo conceitos básicos de Terra única, de herança natural, de solidariedade total dos seres vivos num ambiente de todos, depois de algumas actividades iniciais, espectaculares, em defesa de certos animais, cujo dramatismo servia os media e os seus fins propagandísticos, chegou em muitos países à formalização em partido político, conquistando deputados e entrando inclusivamente no governo. Os partidos Verdes, como passaram a ser conhecidos, tornaram-se uma realidade e a natureza um capital que todos os outros partidos pretendem explorar em seu favor, mas de cujo valor se deram conta tarde demais. Foram novamente os movimentos que pescaram o tema, um tema novo, que depois seguiria para a agenda política com as consequências que conhecemos e podemos investigar em cada país.

2.7 As funções dos movimentos

De um ponto de vista geral, segundo a teoria funcionalista, nenhuma instituição tem em si a sua razão de ser, mas assenta a sua viabilidade social no seu contributo permanente para a sociedade global, ou seja, a função que assegura para a continuidade da vida comunitária. É pouco dizer só isto na senda de um velho mestre como Bronislaw Malinowski. A antropologia corrente não digeriu entre nós os seus fantasmas estrangeiros e nem fez as pazes com os clássicos a começar por Sir J. G. Frazer, de que nada sabe, e a terminar nas velhas aquisições como Margareth Mead³². Mas o termo função permaneceu e isso já não é pouca coisa.

Mas nada disto nos deve meter medo na aventura do conhecimento avançado. Começamos com a questão do conceito de função, que migrou da biologia

³² Não faz nada mal voltar a ler o esquecido Sir John Frazer: J. G. Frazer, *La Rama Dorada*, Fondo de Cultura Económica, México, 13.ª ed., 1991. Edição original de 1922, *The Golden Bough*, MacMillan, Nova Iorque. É um livro que levanta questões que se prolongam até aos dias de hoje como se pode ver em: Keith Thomas, *Religion and the Decline of Magic*, Weidenfeld and Nicolson, Londres, 1977, onde Sir John Frazer é novamente chamado a depor.

para a antropologia e daqui para as restantes ciências. Entendeu-se que em qualquer sociedade nada existe por acaso: se surge um movimento social certamente vem preencher um oco. A Lei Seca nos Estados Unidos desencadeou o tráfico do álcool, porque beber *whisky* era uma necessidade sentida pelas diversas famílias e clubes de convivência. A lei não resistiria a um entendimento colectivo imposto pelo movimento de abstémios, que não eram tão fortes para impor indeterminadamente esse estado de coisas. O muito famoso sociólogo Robert Merton aludiu a essa questão com grande serenidade e demonstrou a reversibilidade de certas leis impostas por movimentos excessivamente puristas num dado momento do tempo, justamente por causa da necessidade de preenchimento de certas funções. A lei não suprime a função social na estrutura social. A lei busca que a função não seja preenchida esperando que a função desapareça por si. As funções, mesmo aquelas que muitos entendem ser perigosas para a vida social têm o mau gosto de ser muito persistentes³³.

³³ Ver, por exemplo, o manual histórico do autor: Robert K. Merton, *Social Theory and Social Structure*, 3.ª ed., Free Press, Nova Iorque, 1968.

É por isso que é de todo o interesse examinar de que modo as funções se exercem neste contexto. Os movimentos, como se viu, não aparecem no vazio, não se materializam de qualquer modo. Preenchem ocos, ocupam áreas. Desenvolvem temas com maior ou menor eco na população, mas é certo que não vingam sem apoio na sociedade. Pode-se dizer sem receio de errar que o movimento é um sintoma da sociedade em certo estado e num certo tempo.

Classicamente são atribuídas três funções aos movimentos: uma função de mediação, uma função de esclarecimento da consciência colectiva, e uma função de pressão.

Começemos pela primeira função: a de mediação. Os movimentos com afirmação, instituídos, com direcções conhecidas, negociam as suas reivindicações junto do poder, tentam fazer perceber as suas ansiedades e dificuldades. Por outro lado, são mediadores relativamente aos seus membros porque os enquadram, ou doutrinam, enfim, os socializam. Se se quiser pensar no movimento ecologista verifica-se facilmente esta função e dupla mediação: ao mesmo tempo que consciencializa os seus apoiantes crescentes, trata de dialogar com o poder ou mesmo chegar a ter poder. Classicamente os movimentos desempenham esta função desde o movimento das Sufragistas e mesmo das primeiras rebeliões de escravos e camponeses.

A segunda função diz respeito à função de esclarecimento. De facto, identificada uma fractura social, um problema ignorado pelo poder, e tendo pegado aí o movimento, ele vai tratar de lhe dar publicidade, de o ventilar, de o fazer entrar nas casas das pessoas. O movimento sindicalista criou junto da sociedade a ideia de que os operários estavam a ser explorados. Doutrinas apro-

priadas foram veiculadas então em abono deste movimento a começar pelo marxismo e a acabar no socialismo e na social-democracia, até mesmo nas cartas encíclicas de uma dinastia de Papas que começa com Leão XIII e tem hoje em dia exemplo de continuidade lógica nos amplos textos de João Paulo II. As sociedades consciencializaram-se de que o operário não vivia bem e tinha problemas. As doutrinas ajudaram a entender os modos como a questão poderia ser resolvida. A frente e movimentos anti-nazis ilustram ainda este problema: quem não conheça nada da Alemanha antes de 1918 é todos os dias ilustrado com as barbaridades dos dirigentes. O movimento sionista ocupou-se disso e tem várias instituições a funcionar para que tal coisa não seja esquecida nem entre os alemães, nem na Europa. A sua sorte neste Continente, até atingirem o seu Estado – Israel – vai ser sempre lembrada como uma parte do seu próprio mito de origem, que se pode deteriorar ao ver o modo como tratam os povos arabizados e muçulmanizados, nomeadamente os palestinianos. Os movimentos, por consequência preenchem esta função de consciencializar a seu favor, de capitalizar, a opinião pública: é uma tarefa que lhes incube. Na realidade seria absurdo que o movimento se afastasse das técnicas de comunicação de massas e de persuasão.

A terceira função é uma função de pressão. Ela já foi abordada mas convém ser tratada de forma independente. O movimento tem os seus objectivos, as suas metas, e busca realizá-las. A pressão sobre os homens do poder é uma forma especial de lhe dar efeito. A pressão sobre pessoas com autoridade em áreas onde o movimento é forte, é outra. As pressões podem ser exercidas através de violentas movimentações de rua, através de discretas conversas de *lobbying*, através de campanhas de imprensa e de meios de comunicação, através da ameaça física às pessoas e suas famílias. A função de pressão deve ter um entendimento alargado: não se confina, como é evidente, à legalidade, porque vai para lá disso. Move-se não só nos corredores da influência política e social, como também nos *bas-fonds*. Os movimentos de libertação nacional usaram e usam o rapto e a guerrilha; os movimentos de resistência que se formaram na Europa sob ocupação nacionalsocialista depois de 1939 escolheram um amplo leque de instrumentos, que foram desde a organização de um braço armado até pequenas operações de sabotagem. O IRA, que se assume como um movimento de libertação da Irlanda do Norte, recorreu ao assassinato, a atentados e a operações de guerrilha urbana, sem descurar a movimentação de massas simpatizantes, tal como a ETA faz hoje em dia.

A pressão, que parecia ser um monopólio do Estado e de certas organizações mafiosas, de sociedades estruturadas de criminosos, desde há muito que faz parte do arsenal de armas dos movimentos. Por um lado, conseguem ter suficiente audição a ponto de pressionar a elite governante, por outro têm suficiente força para mobilizar apoiantes em actos de rua, que, convenhamos, numa democracia, é sempre preocupante para o poder.

2.8 Elites e movimentos

Parece claro que os movimentos podem organizar-se e estruturar-se, operacionalizando as suas condições de acção no terreno de eleição, criando por conseguinte os seus dirigentes. Outro ponto de vista é a atitude das elites políticas face aos movimentos emergentes. *Que fazer?* E esta foi a pergunta fundamental de Lenine que, ao resolvê-la, deu uma outra orientação ao movimento comunista, bastante longe daquela que Karl Marx tinha estabelecido.

Nestes casos poucas possibilidades de opção restam para a elite política governante:

- a) Eliminar ou proibir o movimento; perseguições policiais, investigações, denúncias e prisões ficam na ordem do dia. O movimento torna-se ilegal por decreto governamental ou por decisão política de um órgão do Estado. Exemplo claro: o caso Movimento Fundamentalista Argelino, a FIS, depois das eleições, em que ganhou nas urnas. Movimentos tidos como muito desafiantes, que são entendidos como cobertura de partidos proibidos, sofrem o mesmo tratamento. Foi o caso dos movimentos democráticos em Portugal durante o regime dominado por Salazar, nomeadamente do MDP. Depois da Revolução de 1974 foram os movimentos de resistência à comunização do país que foram objecto de intensa perseguição. Como exemplo, tomemos o MDLP (Movimento Democrático de Libertação de Portugal) liderado directamente pelo então ex-chefe de Estado e ainda general António de Spínola. Há de facto, um modo de lidar com movimentos contestários que não varia muito com as latitudes e longitudes. O poder designa o que pode ser tolerado e o leque que deve ser eliminado ou congelado. Mas, como já se disse, esta nunca foi a melhor estratégia social. Não se congela a mudança: adia-se.
- b) Absorver o movimento e integrar parte dos seus dirigentes, isto é, a sua elite mais agressiva, inteligente e activa; é uma acção acertada que requer ponderadas decisões por parte da elite governante. Um dos casos mais interessantes é a absorção dos líderes dos movimentos operários nas elites políticas de modo a fazer funcionar os próprios movimentos laborais como correias de transmissão dos partidos. Este exemplo serve para muitos outros movimentos que foram desarmados justamente pela integração dos seus líderes por uma elite atenta, que preferiu conquistar a paz social atribuindo ao Movimento lugares no Governo e no Parlamento. O movimento *Solidariedade* na Polónia é um caso paradigmático.
- c) Fazer concessões aos movimentos sem integração na elite. Trata-se de uma tática várias vezes ensaiada e que dá resultados espectacular-

res. Os movimentos que pedem algumas coisas, que são decifradas em bens ou serviços específicos, e que não sendo anti-sistema, podem ser satisfeitos com concessões concretas. A negociação é a metodologia destas cedências que, note-se, são sempre cedências, qualquer que seja o nome que se lhes pretenda dar. O caso protagonizado pelos movimentos ambientalistas pode enquadrar-se aqui. A elite aprecia as chamadas de atenção e tenta contentar líderes agressivos com concessões modestas. O caso da localização das fábricas de incineração e das lixeiras em Portugal, são bons exemplos de como podem reagir as populações devidamente enquadradas num movimento chefiado por intelectuais.

- d) Ignorar o movimento; é uma posição que implica uma avaliação do movimento como inerte, ou seja, sem implicações políticas e por conseguinte, sem interesse para a elite. Às vezes é aqui que se registam os mais trágicos enganos: o que parecia sem interesse ganha uma visibilidade excessiva e passa por isso mesmo a ter uma importância política garantida. Exemplo: a questão dos verdes, o movimento ambientalista, os movimentos religiosos armados, os movimentos de libertação. Nunca se sabe de antemão se o movimento que temos diante dos olhos é ou não relevante em termos políticos, isto é, em termos de distribuição do poder político.

Na realidade há uma inabilidade contínua na relação das elites políticas com os movimentos, que com o tempo se tem vindo a curar. Deve-se observar cuidadosamente como as elites políticas governantes tratam os movimentos minoritários de raiz étnica, os movimentos sexuais, os movimentos operários de última geração. Com pinças.

A ideia parece consistir em não incomodar, não fazer ondas, absorver. Mas nem sempre foi assim. Movimentos claramente contestatários do poder foram perseguidos e os seus líderes assassinados ou mantidos em cativeiro. Pensemos no método seguido pela elite espanhola em relação ao movimento separatista armado nas terras bascas. Tentou negociar, chegou ao limite, passou ao assassinato selectivo e regressou à resistência vigilante. A elite entende que não é possível a integração dos líderes e por isso não cede terreno. Tem experimentado vários métodos, entre os quais há inegáveis sinais de terrorismo de Estado praticado pelos socialistas então no poder.

Na África do Sul o movimento desencadeado pelos líderes negros com apoio nas Igrejas foi decisivo para as negociações de 1992, que se traduziram num novo equilíbrio do poder e num novo sistema político em que os brancos, outrora dominantes, passaram a constituir uma minoria, reconhecendo a regra da maioria, típica do movimento democrático.

Experiência diferente foi a Vendeia depois da revolução Francesa de 1789. Se é certo que grande parte do campesinato se entusiasmou com as ideias dos revolucionários que os libertavam da submissão aos aristocratas, nesse recanto da França aconteceu precisamente o contrário. Movimentos de resistência ao poder de Paris, por causa das leis religiosas entretanto decretadas, chegaram a deter tropa regular e irregular sob ordens de famosos comandantes e travaram-se batalhas para apurar os vencedores. O governo teve de colocar a Vendeia a ferro e fogo, e iniciar pela primeira vez na Europa a prática do genocídio, queimando casas, matando mulheres e crianças, segundo os ditames de uma estratégia que se orientava para implantação do terror. Só o golpe de Estado de Napoleão e a sua sagaz política religiosa acabou com a rebelião da Vendeia.

Para lutar contra a metrópole na América do Sul, no século XIX, as elites coloniais tinham que ter o apoio do campesinato e dos escravos que deveriam pegar em armas. A libertação era o mínimo que podiam prometer. A vitória sobre a Espanha significou a libertação dos escravos.

Mas, por outro lado, os movimentos anti-esclavagistas nos Estados Unidos, inspirados num humanismo cristão, tiveram que lutar denodadamente contra interesses instalados na sociedade sulista e por fim resolver a questão numa guerra civil, não directamente ligada ao problema da escravatura, mas imbricada com a prevalência de elites na direcção do Estado: as sulistas cultivadas e baseadas nas suas grandes propriedades que produziam algodão e adeptas do livre cambismo e as nortistas mais ruralistas, proteccionistas e com indústrias artesanais, portanto, preocupadas com a concorrência. A guerra resolveu tudo³⁴.

³⁴ Para este tema ver: Robin Blackburn, *The Overthrow of Colonial Slavery, 1776-1848*, Verso, Londres, 1988; David Brion Davis, *The Problem of Slavery in the Age of Revolution, 1770-1823*, Cornell University Press, Ithaca, Nova Iorque, 1975; Seymour Drescher, *Capitalism and Antislavery: British Mobilization in Comparative Perspective*, Oxford University Press, Londres, 1987.

Prova Ostrogorski e outros investigadores da extensão do direito de voto para lá da razoabilidade novecentista, que era o voto censitário, que militou nesse movimento de extensão do direito cívico o interesse de elites conservadoras ou de elites progressistas que, alternadamente, estiveram em governos, onde se aperceberam da vantagem dessa extensão de direitos, interpretando-a como vantagem para si próprias, o que talvez nunca o tivesse sido. No século XIX, no Chile, a concessão do direito de voto aos camponeses foi determinada pela ideia de que eles iriam apoiar os grandes fazendeiros da sua região, que sobre eles tinham grande autoridade, reforçando assim o partido conservador. A ideia de cacique está subjacente.

Portanto, as elites políticas estiveram atentas aos movimentos sociais. As elites mais inteligentes souberam identificar e acolher os dirigentes de movimentos prometedores e operar as modificações por eles defendidas, mas as mais resistentes ou impenetráveis não tiveram essa sensibilidade. Tal atitude, no ponto de vista político e mesmo no ponto de vista sociológico não parece ser a melhor solução porque o movimento, uma vez

estudado, certificado, interpretado, deve corresponder, funcionalmente, a uma carência sentida por muitos cidadãos. Esta é uma boa razão política para não os ignorar.

Resta-nos uma pergunta. Porque se têm difundido tanto os movimentos? Dos poucos movimentos conhecidos na história clássica até às centenas de movimentos que invadiram o século XX e seguem no nosso, que se passou? Serão os movimentos veículos excepcionais para a acção na área do social?

As perguntas são legítimas e devemos encontrar uma resposta. Sidney Tarrow pensa que a aceleração se deve à difusão rápida da informação e às novas formas de comunicação, que afectam verdadeiramente a formação dos movimentos, a sua reprodução e o seu êxito³⁵. De facto, hoje em dia, o acesso simultaneamente a fontes de informação comuns permite a um largo espectro da população mundial partilhar e sentir-se envolvida numa acção que entende necessária e justa. Ao mesmo tempo, a comunicação rápida num meio social determinado torna a acção étnica, o nacionalismo, uma mensagem aglutinadora para a acção³⁶. Causas que pareceriam sem interesse, ganham uma relevância enorme por causa do emprego criterioso dos novos meios. Pense-se, por exemplo, na contestação à globalização. Se a globalização pode ser entendida como um movimento social e político, não há dúvida que o movimento anti-globalização se está a espalhar por todos os países desenvolvidos graças justamente aos meios sofisticados de comunicação. O mundo como aldeia global, transformação anunciada pelo grande clássico McLuhan há algumas dezenas de anos, tornou-se uma realidade e são os movimentos que dela se beneficiaram imediatamente³⁷. Nas sociedades da informação os movimentos deitaram mão a toda a panóplia do mundo da comunicação, servindo-se conscientemente dos instrumentos que lhes permitem aceder ao protagonismo, ao recrutamento e à acção de massas, que no fundo é uma acção tendente a influenciar o poder e, ao mesmo tempo, chegar ao seu público-alvo.

Entre nós poderíamos meditar no movimento pró-Timor e naquilo que desencadeou em termos de solidariedade. As relações quentes, em termos de Tönnies, superaram as relações frias ou racionais. Repentinamente, os portugueses, enquadrados politicamente, queriam fazer “alguma coisa por Timor”. Este era um assunto que merecia aqui estudo cuidado.

2.9 Movimentos sociais e sociologia

Os movimentos sociais interpelaram a Sociologia em diversos caminhos. Primeiro que tudo demonstraram que a esfera da acção social tinha mais protagonistas que os esperados: as classes, os partidos, as organizações, as

³⁵ Cfr. Sidney Tarrow *Struggle, Politics and Reform: Collective Action, Social Movements, and Cycles of Protest*, Western Societies Paper, 22, Cornell University Press, Ithaca, Nova Iorque, 1989.

³⁶ Cfr. Benedict Anderson, *Imagined Communities: Reflection on the Origin and Spread of Nationalism*, Verso, Londres, 1991.

³⁷ Cfr. o clássico livro de Marshall McLuhan, *Understanding Media. The Extensions of Man*, McGraw Hill, Nova Iorque, 1964. É este autor que pela primeira vez desenvolveu o conceito de aldeia global para significar o mundo, apercebendo-se de uma revolução técnica que só muitos anos mais tarde se tornou evidente, quando todos os autores começaram a tratar dos benefícios e custos da globalização.

elites e assim por diante. Os movimentos sociais exigiram uma atenção especial para si mesmos e, portanto, fizeram avançar a análise sociológica para outras áreas. Jacques Ellul, comentava que não era preciso ser muito esperto para perceber que nos anos 70 os Estados Unidos estavam a ser submetidos à pressão de diversos movimentos, a intensas correntes de agitação. Não há dúvida que isso suscitou grande interesse nos meios da análise social e entre os investigadores do *State Department*. Do lado de cá do Atlântico, em França, Ellul enumerava os fenómenos: “a agitação feminina (de que se fala pouco) para a libertação total da mulher. A agitação de estudantes e da juventude em geral com a criação tanto de Universidades Livres, como de movimentos pacifistas ou grupos políticos extremistas. Revolta dos excluídos, quer dizer, daqueles que não beneficiam dos desenvolvimentos e melhorias da sociedade norte-americana. (...) Finalmente, os três aspectos mais espectaculares são os *hippies*, os movimentos negros e as novas formações políticas”³⁸. Ele tentou também entender o movimento da contracultura protagonizado por intelectuais e subproletariado.

³⁸ Jacques Ellul, *Es Posible la Revolución?*, Unión Editorial, Madrid, 1974, pp. 221-222.

Em segundo lugar a sua investigação acabou por demonstrar a fragilidade da teorização da sociologia, que havia descurado conceitos interpretativos na sua herança teórica. Salientam alguns autores, mesmo Giddens, que o movimento feminista, forneceu à sociologia um arsenal novo de conceitos que passam pela discussão de conceitos novos, tais como *sociedade patriarcal*, e que colocaram no debate moderno da disciplina assuntos de sexo e poder, que lhe eram estranhos.

Outro exemplo flui do movimento da contracultura nos Estados Unidos e que colocou Ellul, contra o analista oficial do fenómeno, o bem conhecido Theodore Roszack, a dizer que “se quiséssemos dividir os Estados Unidos em dois grandes grupos, teríamos que colocar de um lado patrões-operários-empregados e do outro os subproletários, intelectuais e funcionários. Mas Roszack não entende esta revolução cultural, pois é um avatar da cultura cristã”³⁹.

³⁹ Jacques Ellul, *Op. cit.*, p. 246.

Ellul, que tem uma visão francesa, não aceita a visão de Roszack, que entendia, à altura, que se estava a desenvolver um movimento de contracultura, ou seja, de contestação dos valores e hábitos tipicamente americanos. A dicotomia, para ele, era outra. Prova-se por esta via, claramente, como os movimentos comoveram os analistas universitários e intensificaram o debate, às vezes com comentários ácidos como este do respeitadíssimo protestante Ellul, mas fazendo sempre avançar a análise.

Dentro de uma interpretação aberta, o conhecimento das coisas e da sociedade, avança com as disputas, as críticas, o debate. E ao contrário, o fideísmo, só contribui para a esterilidade do pensamento científico. Se há controvérsia, tanto melhor porque não é do pântano que emerge a interpretação explicativa, antes do vulcão e da sua lava que sai das entranhas da terra, do fogo do pensamento livre.

2.10 Bibliografia utilizada

ABERLE, David

1966 *The Peyote Religion Among the Navaho*, Aldine Press, Chicago.

ANDERSON, Benedict

1991 *Imagined Communities: Reflection on the Origin and Spread of Nationalism*, Verso, Londres.

ARRIGHI, Giovanni e Beverly Silver

1984 “Labor Movements and Capital Migration: The U. S. and Western Europa in World-Historical Perspective” in Charles Bergquist (Ed.), *Labor in the Capitalist World Economy*, Sage, Beverly Hills.

BERGQUIST, Charles (Ed.)

1984 *Labor in the Capitalist World Economy*, Sage, Beverly Hills.

BLACKBURN, Robin

1988 *The Overthrow of Colonial Slavery, 1776-1848*, Verso, Londres.

BLUMER, H.

1946 “Collective Behavior”, in M. Lee (Ed.), *New Outline of The Principles of Sociology*, Barnes and Nobles, Nova Iorque.

BLUMER, H.

1990 *Industrialization as an Agent of Social Change*, Aldyne de Gruyter, Nova Iorque.

BOUDON, Raymond

1995 *Tratado de Sociologia*, Asa, Porto.

HAZEL, François

1995 Cap. 7, in Boudon, Raymond, *Tratado de Sociologia*, Asa, Porto.

COHEN, Bruce

1980 *Sociologia Geral*, McGraw Hill, São Paulo.

DAVIS, David Brion

1975 *The Problem of Slavery in the Age of Revolution, 1770-1823*, Cornell University Press, Ithaca, Nova Iorque.

DRESCHER, Seymour

1987 *Capitalism and Antislavery: British Mobilization in Comparative Perspective*, Oxford University Press, Londres.

ELLUL, Jacques

1974 *Es Posible la Revolución?*, Unión Editorial, Madrid.

FAIRCHILD, Henry Pratt

1966 *Diccionario de Sociología*, Fondo de Cultura, México.

FERBACH, David (Ed.)

1973 “Karl Marx. Political Writings”, vol. 1, *The Revolution of 1848*, The Pelikan Marx Library, Harmondsworth.

FRAZER, J. G.

1991 “La Rama Dorada”, Fondo de Cultura Económica, México, 13.ª ed.. Edição original de 1922, *The Golden Bough*, MacMillan, Nova Iorque.

FUKUYAMA, Francis

1992 *O Fim da História e o Último Homem*, Gradiva, Lisboa.

GIDDENS, Anthony

1998 *Sociology*, 3.ª ed., Polity Press, Cambridge. Há em alternativa uma recente tradução publicada pela Fundação Gulbenkian.

GREGG, Richard

1966 *The Power of Nonviolence*, Schocken Books, Nova Iorque.

HOROWITZ, Irving

1970 *The Struggle is the Message*, Glendessary Press, Berkeley.

HORTON, Paul e Chester Hunt

1980 *Sociologia*, McGraw Hill, São Paulo.

LAKATOS, Eva Maria

1997 *Introdução à Sociologia*, Atlas, São Paulo.

LE BON, Gustave

1964 *Psychologie des Foules*, PUF, Paris.

1894 *Lois Psychologiques de l'Evolution des Peuples*, Flammarion, Paris.

LEE, Alfred McClung (Ed.)

- 1962 “New Outline of The Principles of Sociology”, Barnes and Nobles, Nova Iorque, 1946. Editado no Brasil como *Princípios de Sociologia*, Herder, São Paulo.

MACLUHAN, Marshall

- 1964 *Understanding Media. The Extensions of Man*, McGraw Hill, Nova Iorque.

MARKOFF, John

- 1996 *Waves of Democracy. Social Movements and Political Change*, Sage, Londres.

MERTON, Robert K.

- 1968 *Social Theory and Social Structure*, 3.^a ed., Free Press, Nova Iorque.

MORRIS, Aldon D.

- 1984 *The Origins of Civil Rights Movements: Black Communities Organizing for Change*, Free Press, Nova Iorque.

NOLAN e LENSKI

- 1999 *Human Societies. An Introduction to Macrosociology*, McGraw Hill, Nova Iorque.

ORTEGA Y GASSET, Jose

- 1971 *A Rebelião das Massas*, Livro Ibero-Americano, Rio de Janeiro.

RIBEIRO DOS SANTOS, António Pedro

- 2000 *Movimentos Laborais e Constituição Económica*, ISCSP, Lisboa.

SOLJENITSYNE, Alexandre

- 1974-1976 *L'Archipel du Goulag: 1918-1956*, 3 vols., Seuil, Paris.

TARROW, Sidney

- 1989 *Struggle, Politics and Reform: Collective Action, Social Movements, and Cycles of Protest*, Western Societies Paper, 22, Cornell University Press, Ithaca, Nova Iorque.
- 1994 *Power in Movements: Social Movements, Collective Action and Politics*, Cambridge University Press, Nova Iorque.

THOMAS, Keith

- 1977 *Religion and the Decline of Magic*, Weidenfeld and Nicolson, Londres.

TOURAINE, Alain

1978 *La Voix et le Regard*, Paris, Seuil.

TURNER, Ralph H. e Lewis M. KILLIAN

1957 *Collective Behavior*, Prentice Hall, Englewood Cliffs.

2.11 Bibliografia Básica

CHAZEL, François

1995 Cap. 7, in Boudon, Raymond, *Tratado de Sociologia*, Asa, Porto.

ELLUL, Jacques

1974 *Es Posible la Revolución?*, Unión Editorial, Madrid.

MARKOFF, John

1996 *Waves of Democracy. Social Movements and Political Change*, Sage, Londres.

MERTON, Robert K.

1968 *Social Theory and Social Structure*, 3.^a ed., Free Press, Nova Iorque.

TOURAINE, Alain

1978 *La Voix et le Regard*, Paris, Seuil.

2.12 Bibliografia aconselhada para saber mais

Note bem que esta bibliografia mínima, para além daquela que foi explicitamente citada e que se considera básica, serve de introdução a um estudo mais aprofundado do fenómeno dos movimentos sociais. Nela se encontra uma bibliografia remissiva para outras fontes e ainda livros gerais e livros especializados. E isto porque em cada manual o estudante é confrontado com uma bibliografia do autor. Os alunos podem ter uma visão global numa rápida consulta a um manual, que não pode evitar este tema, mas devem também considerar a hipótese de estudar um livro especializado, que lhes dará informações mais detalhadas sobre dimensões específicas e, mais que tudo, a visão particular do autor sobre este problema.

A distribuição entre autores, hoje clássicos, de meados do século passado, e autores da actualidade é intencional: assim se pode acompanhar o movimento da análise sociológica e o significado cada vez mais importante dos movimentos sociais para a Sociologia. O tema tem vindo a crescer e a afirmar-se, e isso não é difícil confirmar nos manuais, que tendem a colocá-lo no centro das suas teorizações.

ABENTHROD, W.

1970 *Historia del Movimiento Obrero Europeo*, Estela, Barcelona.

CARVALHO FERREIRA, J. M. e outros

1995 *Sociologia*, McGraw Hill, Lisboa.

DALTON-Kuechler

1992 *Los Nuevos Movimientos Sociales*, Alfons el Magnánim, Valencia.

DRAKEFORD, Mark

1997 *Social Movements and their Supporters*, Palgrave Press, Londres.

EYERMAN, Ron e Andrew JAMISON

1991 *Social Movements*, Polity Press, Londres.

GARNER, R.

1996 *Contemporary Movements and Ideologies*, McGraw Hill, Nova Iorque.

GELNER, Ernst

1998 *Nacionalismo y Naciones*, Alianza Editorial, Madrid.

HEBERLE, R.

1951 *Social Movements. An Introduction to Political Sociology*, Appleton-Century-Crofts, Nova Iorque.

McADAM, Doug (Ed.)

2000 *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*, Cambridge University Press, Cambridge.

MAHEU, L.

1995 *Social Movements and Social Classes*, Sage, Londres.

MESADO, Guillem

1994 *Los Movimientos Sociales en las Sociedades Industriales*, Eudema, Madrid.

NEVEU, Erik

2000 *Sociologie des Mouvements Sociaux*, La Découverte, Paris.

PORTA, Donatella della e M. DIANNI

1999 *Social Movements. An Introduction*, Blackwell, Oxford.

SCOTT, A.

1990 *Ideology and the New Social Movements*, Unwin, Londres.

WILSON, J.

1973 *Introduction to Social Movements*, Basic Books, Nova Iorque.

ZIRAKZADEH, C.

1997 *Social Movements in Politics. A Comparative Study*, Longman, Londres.

2.13 **Lista de questões para os alunos pesquisarem. Perguntas para testarem o conhecimento básico adquirido**

- Que é um movimento social?
- Porque existe tanta diferenciação nas definições de movimento social?
- Porque se classificam os movimentos sociais?
- Como é que Giddens aborda a classificação dos movimentos sociais?
- Quais os mecanismos de difusão dos movimentos sociais?
- Como se exportam os movimentos sociais?
- Qual o efeito da organização nos movimentos?
- Pode-se falar da formação de uma elite num movimento social?
- Que movimentos têm possibilidade de transformação ou mutação?
- Porque é que os movimentos se transformam e modificam?

-
- As elites políticas podem agir sobre os movimentos? De que modos?
 - As elites políticas podem quedar-se indiferentes ao desenvolvimento dos movimentos sociais?
 - Porque é que actualmente existem tantos movimentos sociais?
 - Qual o efeito dos movimentos sociais na Sociologia, no nível teórico?

2.14 Conceitos-chave que devem ser adquiridos

Movimento social. Conceptualização diversificada. A acção das multidões. Definições de movimento social. A vantagem das abordagens de largo espectro. Organizações e movimentos em acção. A opção de Anthony Giddens. Os modos de classificação. Movimentos transformadores, movimentos reformadores, movimentos alternativos. Porque se classifica. Quem classifica. Qual a melhor classificação. Migração de movimentos. A globalização e a passagem de fronteiras. Empréstimo de traços. A organização e efeito de Michels. Ostrogorski e a ideia dos partidos temporários. A transformação dos movimentos em partidos. A luta pelo poder político e os movimentos. A elite política e os movimentos sociais: formas de intervenção. A funcionalidade dos movimentos sociais. A multiplicidade dos movimentos: as causas. A importância teórica dos movimentos sociais para a sociologia actual. Cultura e contracultura.

2.15 Tarefas

- Faça uma monografia de dez páginas de um movimento social que mereça a sua simpatia. Siga as regras que foram enunciadas. Especifique o que investiga. Avalie o seu alcance e êxito no futuro.
- Entreviste um membro convicto de um movimento sobre os temas que estudou. Investigue o seu grau de envolvimento, as suas motivações, avalie a organização do movimento, classifique o movimento e enquadre-o no que acabou de estudar.
- Investigue um movimento que deu origem a um partido em Portugal e descubra as causas que o levaram a dar esse salto. Repare que ainda existem movimentos ecologistas que não se transformaram em partido. Esses movimentos podem ter interesse como contraponto à sua investigação.

-
- Estude e descubra como se formou e desenvolveu o movimento republicano português e como derrubou a Monarquia.
 - Repare no seu ambiente social. Estude os movimentos existentes no terreno. Sirva-se da teoria que apreendeu e aplique-a numa busca empírica. Distinga nesse trabalho, cuidadosamente, Partido e Movimento. Tenha sempre em atenção o objecto de estudo e a metodologia.

3. Movimentos Sociais

Página intencionalmente em branco

A Reforma é por vezes considerada
como um movimento progressivo.
Começou certamente como tal,
pois começou com o humanismo.
Mas nos anos da luta, da guerra ideológica,
o humanismo em breve foi esmagado.
Os grandes doutores tanto da Reforma,
como da Contra-Reforma, bem como os seus
sequazes clericais, eram essencialmente
conservadores:
e conservaram muito mais da tradição medieval
do que estavam dispostos a admitir.

H. R. Trevor-Roper, *Religião, Reforma e
Transformação Social*

3.1 Uma Nota Metodológica

As palavras do historiador Trevor-Roper sobre o movimento da Reforma, num tempo duro para a Europa, é bem o exemplo daquilo com que temos de lidar. Não há movimento que não tenha sobre si as opiniões de historiadores, antropólogos, sociólogos, economistas e psicólogos. É quase impossível chegar a um movimento em primeira mão, a não ser que seja um movimento muito obscuro, que tenha começado os seus primeiros passos num bairro periférico e que ainda não tenha tido a hora sagrada de chegar à comunicação social com as suas teses, tal como o acompanhado na Índia por Jo Freeman¹.

Porém, como complemento indispensável a este manual, numa vertente prática, torna-se fundamental, nesta última parte, estudar alguns dos movimentos modernos mais significativos, que afectaram a vida da sociedade, quer em aspectos do quotidiano, quer mesmo nas relações políticas. O seu sucesso transformou-os em exemplos para os outros e eles mostraram que a sociedade se pode transformar por dentro, por pressão inteligente ou acção persistente destas forças sociais, como tinha ensinado Gaetano Mosca, ao mostrar que nem só os partidos compreendem toda a realidade política. A sua teoria das forças sociais é bastante avançada e já explicava como forças organizadas não partidárias podiam pressionar os partidos e o governo e provocar mudanças profundas nas sociedades.

Para exemplificar o que foi dito basta pensar no movimento sufragista que obteve para as mulheres o direito de voto; no movimento operário, que conseguiu um estatuto novo para os assalariados; no movimento ecologista, que tem vindo a consciencializar os cidadãos do planeta de que há só uma Terra e que é preciso preservá-la; nos movimentos de libertação nacional, que conseguiram recuperar a soberania para os autóctones; no movimento

¹ Jo Freeman, *The Politics of Woman Liberation: a case study of an emerging social movement and its relation to the policy process*, Blackwell, Londres, 2000.

dos direitos cívicos, que afectou profundamente a sociedade norte-americana; nos movimentos políticos como o fascista e comunista, em que certamente se reconhecem as sementes de partidos que jogariam, um pouco antes dos meados do século XX, o destino de milhões de homens; enfim, ultimamente, no movimento anti-globalização e nos movimentos fundamentalistas.

Torna-se claro que só uma metodologia assente em estudo de casos deixa bem vincada a ideia de que os movimentos afectam duradouramente as estruturas sociais. Por um lado, reflectem a sua força na lei e, por conseguinte, fazem a lei mudar; por outro pressionam sobre os governos e obtêm concessões; e ainda, por outro, em casos concretos, podem dar origem a partidos e a governos.

Também tem que se entender que não se pode aqui, neste manual, estudar todos os movimentos representativos, mas tão só especificar orientações de estudo através dos exemplos oferecidos aos estudantes.

E, em primeiro lugar, temos de assentar os estudos numa metodologia – e é o macroscópio, esse utensílio invisível que vamos discutir, que é no fundo um complexo de planos de observação científica.

O estudo dos movimentos

Mesmo que nos apeteça aplicar um vasta grelha de classificação de movimentos, como se estabeleceu e discutiu no segundo capítulo, é bom ter sempre em mente que os movimentos podem ser classificados por fins específicos ou pela sua natureza. Daí falarmos em movimentos políticos (que visam alterar relações de poder), movimentos religiosos (que visam difundir uma crença ou combater outra), movimentos económicos (que defendem uma orientação económica), movimentos raciais ou étnicos (que pretendem preservar a identidade de uma etnia ou combater uma concorrente étnica), e assim por diante.

Na realidade, costuma argumentar-se que os principais movimentos, em princípio, ou são políticos e dizem respeito à esfera do poder, ou são religiosos e dizem respeito à esfera das crenças. Se se disfarçam e vestem roupagens diversas o tempo encarrega-se de mostrar a sua verdadeira natureza. Isto significa que é preciso uma atenção especial à génese e dinâmica do movimento e evitar cair na tão conhecida dualidade de opostos: *movimentos conservadores* e *movimentos progressistas ou revolucionários*, que colheriam na sua atitude face aos valores prevaletentes a designação apropriada.

No ponto de vista da metodologia a aplicar é fundamental não empobrecer a grelha de análise, nem cair em dualismos simplificados, que só agradam

porque são fáceis. Como já se disse, e repetiu, o campo está aberto à investigação e é com análise empírica que se poderá fazer avançar este decisivo campo do saber sociológico tão directamente ligado à mudança social e à mudança cultural. Ignorar esta verificação e persistir em considerar os movimentos sociais como aspectos periféricos do estudo da sociedade é um erro colossal e o certo é que o Mundo mudou.

Por isso mesmo é que vamos acompanhar o desenvolvimento de alguns movimentos paradigmáticos, que foram decisivos para a mudança social e política da conjuntura e que ainda continuam a afectar as sociedades e o mundo. Breves monografias, mas indispensáveis para, pelo menos, perspectivar esses movimentos nos seus principais momentos, o que chega para entender a sua relevância e apreciar o seu impacto, que é o objectivo deste capítulo final, serão fundamentais.

Também é de levar em linha de conta que as monografias sobre os movimentos podem ser realizadas segundo este método de critério-analítico, investigando as origens, sem descurar os protagonistas envolvidos no processo de criação e liderança. Portanto a dimensão denominada genética, que se apura pela história do movimento, é necessária.

Começamos, então, por um tipo de movimento decisivo para o desenho do mundo do século XX: os movimentos de libertação nacional. Uma vez que se desenvolveram em diversos espaços geográficos movimentos de libertação, aqui não se tratará de um movimento específico (como, por exemplo, o Movimento de Libertação de Angola, MPLA), mas sim da matriz dos movimentos.

3.2 Os Movimentos de Libertação Nacional

Os movimentos de libertação nacional são, de facto, movimentos políticos. Nesta grande categoria inserem-se movimentos que se iniciaram no século XIX com o advento e difusão da ideologia nacionalista, perdurando até ao presente momento, um tempo em que o UCK luta na Macedónia pela autonomia e integração dos albaneses numa grande Albânia; em que os Tigres do Elam, na ilha de Ceilão, combatem pela independência do Norte; em que a ETA em Espanha procura por todos os meios arrancar a independência dos bascos ao governo de Madrid; e em que a OLP, na Jordânia, sob a direcção de Yasser Arafat, pretende impor a retirada dos israelitas e o desmantelamento dos colonatos dos judeus em terras árabes ou, melhor, arabizadas.

Mas movimentos independentistas armados, de contornos semelhantes espalham-se pelo mundo, actuando em cenários problemáticos como:

Cabinda, Filipinas e Indonésia, Estados caracterizados, por um lado, pela natureza de arquipélago de definição geográfica muito complexa e, por outro, por uma grande diversidade étnica, condições de longe propícias à fragmentação cultural. Logo que se iniciem sinais de fraqueza do Governo central o caldo de cultura está à temperatura ideal para o desenvolvimento dos movimentos nacionalistas de raiz étnica ou religiosa. Na área, depois do sucesso do movimento independentista de Timor ter mostrado a valia da resistência armada a uma potência militarizada e controlada em certas instâncias pelas forças militares, não podem deixar de proliferar mais movimentos independentistas. A Indonésia enfrenta, em meio de uma crise económica e social, no norte da ilha de Sumatra, o movimento de libertação do Aceh (GAM – *Movimento Aceh Livre*), que luta desde meados dos anos 70 pelo estabelecimento de um Estado islâmico separado, portanto, não indonésio. A região do Aceh é rica em petróleo, o que motiva a forte repressão, mas o governo central para lá deste problema tem que responder às pretensões autonómicas em Irian Jaya, a Papua indonésia, que conhece um movimento nativista papua de contornos autonómicos, para além de ter que resolver, também os conflitos étnicos que estalaram nas ilhas Molucas entre cristão e muçulmanos, e que deram origem a movimentos radicais armados.

As Filipinas, por seu turno, começaram a sentir o peso de um movimento separatista islâmico armado e instalado numa pequena ilha vulcânica (Basilán), com 300 mil habitantes. Aí está sediado o movimento Abu Sayyaf, que diz lutar pela instalação de um Estado islâmico no arquipélago.

A periferia da actual Federação Russa, onde as tropas russas se enfrentaram com dificuldades inesperadas para impor a ordem de Moscovo a povos que não querem mais estar na Federação por razões de ordem étnica, religiosa, cultural e nacional, é também uma área de problemas, como bem ilustrou Rajan Menon². Moscovo contará, no entanto, com algum tempo de tolerância para regular os seus assuntos ao abrigo da frente anti-terrorista chefiada por Bush.

Talvez o movimento mais recente se deva atribuir à acção do Rei Simeão II da Bulgária, que pretende aceder ao poder no seu país utilizando uma via pacífica. Falou nestes termos: “Hoje declaro os meus objectivos: fundar e liderar um movimento em nome de uma nova ética na política, de novas decisões em economia, de novas ideias e novos líderes. Com este discurso declaro a fundação do Movimento Nacional Simeão II”³. O Movimento ganhou apoiantes com uma rapidez excepcional e venceu as eleições legislativas na Bulgária, em Junho de 2001. Simeão II tornou-se, na sequência de eleições livres, primeiro-ministro da Bulgária, mostrando claramente que um movimento político pode triunfar sobre partidos convencionais.

Por estes exemplos colhidos um pouco como amostra, em todo o globo, verifica-se que os movimentos políticos continuam a surgir e a desafiar a

² Ver: Rajan Menon e Graham Fuller, “Russia’s Ruinous Chechen War”, *Foreign Affairs*, Março-Abril de 2000, vol. 79, n.º 2, pp. 32-44.

³ Ver: *The Economist*, 9-15 de Junho de 2001, p. 44.

ordem estabelecida. E diz-se que são movimentos políticos porque o seu objectivo é deter poder político próprio sobre um território, excluindo dele o antigo detentor ou obrigando a elite governante a partilhá-lo. Tanto o movimento de Simeão II como os Movimentos de Libertação Nacional são, pois, movimentos políticos em sentido estrito.

A Génese dos Movimentos de Libertação

No fim da Segunda Guerra Mundial as potências coloniais, que se tinham envolvido nas hostilidades, saíram fortemente abaladas do longo conflito e os seus dirigentes não conseguiram enfrentar a vontade de independência de poderes locais de regiões que até aí estavam política e militarmente controladas. As lideranças político-militares locais tinham emergido e a dura guerra entre os seus colonizadores deu, às elites autóctones educadas, a consciência de que aqui eles não eram invencíveis. A Guerra transformava-se de fim de um mundo eurocêntrico em começo de uma nova ordem mundial, com o seu cortejo de ajustamentos.

O problema mais grave verificava-se no Oriente, onde a invasão japonesa expulsou a administração colonial europeia para colocar em seu lugar governos locais, em nome de uma libertação promovida pelos nipónicos. Derrotado o Japão em 1945, ficaram em pé os governos delineados pelos antigos invasores e os movimentos de resistência aos novos invasores, que desde a sua chegada se começaram a formar. Os governos instalados já se tinham apercebido de que podiam governar sozinhos, sem patrocínio europeu, e os movimentos de resistência descobriam que com mais pressão podiam chegar a governar. Enfrentando-se com uma resistência inesperada a uma restauração colonial, a Holanda deu a independência à Indonésia logo em 1946, e em 1947 a Inglaterra, com problemas semelhantes e sem capacidade para lidar com eles, procedeu do mesmo modo com as suas colónias da Ásia: Índia, Paquistão, Ceilão e Birmânia.

Porém, nem tudo iria ser tão pacífico. A França entendeu que era possível conservar as suas colónias na Indochina e por isso foi levada à guerra. A tradição independentista era anterior ao fim da guerra. Em 1941 fundara-se a Liga para a Independência do Vietname, com Ho Chi-Minh e Vo Nguyen Giap, tendo como objectivo a luta contra a França de Vichy, o poder colonizador mas submetido a Berlim, e ao Japão, isto é, o Eixo e os seus aliados. Em 1945, em Hanói, proclamava-se a República Democrática do Vietname. A França só pôde apoderar-se do Vietname do Sul, contida nas suas ambições pelos nortistas, que contestaram o seu regresso ao terreno. Mas o núcleo político do Norte conduziu uma oposição armada durante nove anos, que acabou na derrota dos franceses, em 1954, na batalha de

⁴ Como introdução ao problema das guerras coloniais deve ler-se: Daniel Moran, *Wars of National Liberation*, Cassel, Londres, 2001.

Dien Bien Phu. Os acordos de Genebra de 1954 deram a independência ao Vietname⁴.

Todavia, os americanos, já no quadro da guerra fria, instalaram-se em Saigão, reforçaram a elite e o governo do Sul em nome do anticomunismo e da vigilância sobre a União Soviética e seus aliados. Em 1960, no Norte, foi fundada a Frente de Libertação Nacional e no território do Sul estruturou-se o movimento de resistência e libertação que se articulava com o governo do Norte. A guerra de guerrilha contra o sul começou a envolver cada vez mais a potência americana, que a partir de princípios dos anos 70 principiou a ter contra si a sua própria opinião pública. Sem saídas rápidas para a vitória que ansiavam, os americanos chegaram às conversações de cessar fogo, de 1973, em Paris, e principiam a retirar progressivamente. Com o fim da retirada, o governo do sul foi incapaz de parar a ofensiva dos guerrilheiros (vietcong) e das tropas regulares de Hanói. A 30 de Abril de 1975 o exército do Norte entra em Saigão.

Depois de duas longas guerras o Vietname era unificado sob a direcção do Norte e verificava-se o triunfo da estratégia que envolveu um movimento de libertação articulado com a força militar de um Estado estabelecido⁵.

⁵ Cfr. General vo Nguyen Giap, *Vietname, da Resistência à Vitória*, Brasília Editora, Porto, 1969.

Efectivamente, nos anos 58 e 60, no quadro da Guerra Fria – que opôs uma coligação liderada pelos Estados Unidos à esfera chefiada pela antiga União Soviética – surgem os movimentos de libertação em África, de inspiração marxista, e que visavam a expulsão dos colonizadores. A este amplo movimento, a que as potências colonizadoras tentaram opor-se sem sucesso, chamou-se a segunda vaga da descolonização, pois surge cronologicamente depois da independência dos territórios do Oriente. Na realidade, as duas potências-chave, os Estados Unidos e a União Soviética, embora por razões diferentes, apoiavam os esforços dos movimentos de libertação africanos, treinando-os e equipando-os; e a França e a Inglaterra, que partilhavam a maior parte dos territórios do continente negro, não se puderam opor à grande vaga. Depois de alguns episódios de violência foram cedendo as suas posições a elites autóctones.

A França, com um grande contingente populacional na Argélia encarou este território de forma especial, resistindo ali durante anos. Mas a derrota da França na guerra pela conservação da Argélia (1958-1962) face a uma guerrilha imposta pela Frente de Libertação Nacional, não só encerrava um ciclo de longa resistência à pressão dos movimentos armados, como também apontava para uma conclusão política clara. A decisão do chefe de Estado francês, general De Gaulle, de ceder e concluir o que ele chamou a paz dos bravos, era um sinal para todos os outros poderes que ainda persistiam em manter hegemonias metropolitanas fora da Europa. Sopravam, como então se dizia, os novos ventos da história⁶. Os governos que insistiram em outra

⁶ Cfr. Xavier Yacono, *Les Étapes de la Décolonisation Française*, PUF, Paris, 7.ª ed., 1994.

estratégia tiveram de pagar um preço elevado e entre eles temos de mencionar Portugal, o último país a retirar, depois de uma guerra muito longa, que deixou marcas indeléveis em gerações de combatentes em ambos os campos e seus descendentes, e mesmo nas instituições políticas⁷.

A Influência do nacionalismo

Os movimentos nacionalistas e a criação das jovens nações no século XIX são dois fenómenos profundamente ligados⁸. Efectivamente, até se vislumbrar as virtualidades do Estado-Nação, o Império composto de diversos povos assim como um Povo dividido em diversos Estados e formas políticas não só era concebível como podia existir pacificamente. No século XIX, na Europa, diversas áreas geograficamente consideráveis estavam nestas circunstâncias. Os germânicos viviam em algumas dezenas de Estados, mas antes da chegada de Napoleão tinham centenas de entidades políticas. Os italianos estavam sob o domínio de diversas soberanias entre as quais se destacavam os Estados Pontifícios e o rei do Piemonte. Já, ao contrário, no Império russo viviam diversos povos eslavos e asiáticos e no Império Austro-Húngaro checos, eslovacos, germânicos, croatas, bósnios, austríacos e húngaros eram obrigados a conviver. No Império Otomano passava-se a mesma coisa: gregos, albaneses, búlgaros, sérvios, turcos, sírios, libaneses, palestinianos, iraquianos e outros viviam sob a autoridade da Sublime Porta.

O Império Britânico no seu vasto espaço, para lá dos problemas étnicos, defrontava-se de há longa data com as aspirações dos católicos da Irlanda submetidos a uma discriminação inadmissível. A resposta dos irlandeses católicos ainda hoje se faz sentir, mas não podemos deixar de mencionar o movimento nacional de resistência que se originou na incompreensão britânica, segundo Alan O'Day⁹.

Tornava-se difícil para estas entidades sobreviver num clima político que privilegiasse a unidade etno-linguística e que insistisse que a cada unidade devia corresponder um Estado dotado de soberania. E foi isso o que a ideologia nacionalista fez na Europa ao misturar a tradição romântica e popular dos germânicos, que dava uma atenção especial ao povo e aos costumes; com a herança ideológica francesa da revolução de 1789, que privilegiava a França e os seus interesses, mas enquanto nação. A ideia de nação já estava em marcha há algum tempo antes de Johann Gottlieb Ficht (1762-1814) escrever os seus famosos *Discursos à Nação Alemã* (1807-1808).

Deste modo, nas diversas áreas geográficas problemáticas criaram-se movimentos de tendência nacionalista: unitaristas na Itália e na Alemanha, separatistas nos Impérios multiétnicos. Os nacionalistas reivindicavam dos

⁷ Para ter uma ideia desta guerra portuguesa é bom consultar ou ler o belo e cuidado livro de Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, *Guerra Colonial*, Notícias, Lisboa, 2000.

⁸ Cfr. Ernest Gellner, *Nações e Nacionalismo*, Gradiva, Lisboa, 1993.

⁹ Cfr. Alan O'Day, "Ireland's Catholics in the British State, 1850-1922", in Andreas Kappeler (Coordenador), *The Formation of National Elites*, New York University Press, Dartmouth, 1991, pp. 41-75.

¹⁰ Cfr. Krzysztof Pomian, *L'Europe et ses Nations*, Gallimard, Paris, 1990.

¹¹ O caso da Itália é particularmente interessante e acompanha-se com facilidade em: Paul Guichonet, *L'Unité Italienne*, PUF, Paris, 6.^a ed., 1996.

¹² Cfr. Hagen Schulze, *Estado e Nação na História da Europa*, Presença, Lisboa, 1997.

¹³ Cfr. Jean-Baptiste Duroselle, *L'Europe de 1815 à nos Jours*, PUF, Paris, 9.^a ed., 1996.

Impérios centrais o reconhecimento da sua especificidade como nação com base na língua própria, nas tradições antigas, na etnia diferenciada, nos interesses diferentes, e os Impérios ocupavam-se na tentativa de destruir essas características, os símbolos identitários e esmagar os movimentos¹⁰. A nação era entendida como um bem supremo e que a ela deveria corresponder um Estado de modo a protegê-la e reforçá-la. Os povos repartidos por muitos Estados argumentavam do mesmo modo: não fazia sentido a mesma cultura, a mesma tradição, a mesma identidade histórica estar dividida por diversos poderes políticos, porque isso só enfraquecia a nação: neste caso aspirava-se a uma via unitária que criasse um Estado forte para um povo dividido por ambições mesquinhas de lideranças de vistas curtas. A Bélgica separa-se da Holanda; a Sérvia agita os Balcãs com um movimento pan-eslavo, tendente a criar à volta de Belgrado um Estado dos eslavos do Sul (uma Jugoslávia); a Alemanha cria-se a si mesmo a partir da acção do Estado da Prússia; a Itália torna-se um reino a partir do esforço diplomático e guerreiro do Estado do Piemonte; a Polónia busca um caminho para a estatalidade, depois de ser anexada pelo Império russo, um sonho que só será concretizado no fim da Primeira Guerra Mundial¹¹.

O princípio do século XX, logo na paz imposta segundo o articulado do Tratado de Versalhes, que pôs fim à I Guerra Mundial, deu sequência a este enorme movimento. O Presidente Wilson, um dos beligerantes na guerra, que tinha poder para impor o seu particular ponto de vista, acreditava nas virtudes do princípio nacionalista. Com os seus aliados, a França e a Inglaterra, desmantelou os três Impérios perigosos para a paz e criou mais Estados na Europa de Leste e Central, nos Balcãs e no Médio Oriente, à custa de severas amputações nos territórios e populações outrora controlados por Berlim, Viena e Ancara¹².

Os movimentos autonómicos triunfavam em 1918, encontravam reconhecimento a nível da política internacional e impunham distribuições novas no mapa. Surgiam novas realidades soberanas como a Jugoslávia e a Checoslováquia. Mas tornaram a triunfar em 1945 com a derrota do Eixo e quem pensou que esta linha de pensamento ficava sepultada nos escombros da guerra enganou-se¹³.

O nacionalismo tem raízes muito fortes e os movimentos que lhe dão corpo identificam-se de uma forma muito especial com o povo e a geografia. Muitos autores, ao considerarem a China dos nossos dias e a sua vontade de poder, de recuperação territorial, e de afirmação no campo internacional, identificam ali um poderoso movimento nacionalista que moldou o marxismo e o leninismo para criar um Estado Chinês e deu ao povo um novo sentimento. Os movimentos patrióticos tinham sido no passado muito comuns na China e a *guerra dos boxers* ilustra bem essa faceta; por outro lado, a ocupação estrangeira foi difícil de esquecer e suscitou uma reacção nacionalista que encarnou no partido comunista chinês. O mesmo se pode dizer da Rússia hoje, onde é

aparente o fortalecimento do sentimento nacionalista que surge em movimentos políticos e partidos, que começam a reclamar para Moscovo o lugar que lhe é devido e a colocar estratégias no terreno no sentido de aglutinar, de novo, os povos periféricos, perdidos pela implosão da União Soviética.

Apesar de Eric Hobsbawm pensar que os movimentos nacionalistas se encontram em declínio juntamente com os Estados-Nações e deixar a mensagem de que uma nova racionalidade pode fazer perder importância ao facto de ser alemão, inglês, judeu, italiano, ele cautelosamente deixa estas palavras: “Seria absurdo afirmar que este dia já está próximo. Porém espero que possa, pelo menos, ser imaginado”¹⁴. Não há, de facto, dados políticos e sociais para poder afirmar que o recuo já começou. Ao contrário, como se disse, há sinais de recuperação em pontos diferentes do mundo, até com formas muito virulentas. As profecias respeitantes ao seu fim vêm de longe, mas gerações de historiadores e sociólogos vêm-no renascer em novos doutrinadores, novos movimentos, novos líderes e novas reivindicações.

¹⁴ Eric Hobsbawm, *A Questão do Nacionalismo. Nações e Nacionalismo desde 1780*. Terramar, Lisboa, 1998, p. 181.

3.2.1 A Descolonização

A nova vaga de criação de Estados, nações jovens como começaram a chamar-lhes, tem origem na descolonização europeia. As colónias não foram abandonadas sem resistências das metrópoles, que chegaram a sustentar longas guerras coloniais, mas o êxito da revolta das colónias contra as metrópoles assentou em movimentos de libertação, que conseguiram congregar elites pensantes e educadas, que se souberam rodear de prestígio, cultivar relações internacionais de interesse e, por outro lado, ganhar algumas capacidades de combate.

Alguns destes grupos assumiram mesmo o nome de movimento. Neste caso estão concertada, na área colonial portuguesa, o Movimento para a Libertação de Angola (MPLA), o Movimento para a Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), mas mesmo quando no início tomam o nome de Frentes de Libertação, como Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) ou Frente de Libertação Nacional na Argélia francesa (FLN), não deixam por isso de ser movimentos ainda. Todavia a conhecida FLN saiu como uma fracção do Movimento pelo Triunfo das Liberdades Democráticas, criado em 1937 e que ainda chegou a participar em algumas eleições. A FLN só aparece depois de alguns dirigentes terem verificado que a via para a independência não podia ser alcançada eleitoralmente.

Os movimentos de libertação seguiram praticamente o mesmo padrão. Uma elite instruída, muitas vezes nas escolas superiores da metrópole, constitui um núcleo que elabora uma ideologia independentista. Progressivamente

recruta pessoal nos quadros da administração colonial, intelectuais, estudantes, chefes tradicionais e membros das profissões liberais, que vai instruindo no sentido que quer conferir à acção tida por necessária com vista à libertação. Inicialmente, não se espera grande receptividade por parte da população tradicional e de chefes receosos, mas os nacionalistas, concluindo que não vai haver uma via pacífica para a independência, constituem milícias armadas, passam à guerrilha e constituem santuários em áreas remotas da colónia: atacam os colonos, as empresas, utilizam o terror como arma específica e esperam por resultados, enquanto multiplicam os seus contactos no exterior de modo a obter ajuda de potências rivais da metrópole.

A metrópole responde com o envio de forças militares e inicia-se uma guerra que assenta na guerrilha e na contra-guerrilha, em operações psicológicas de ambos lados, na doutrinação das populações e no envolvimento internacional. Os movimentos de libertação, que já podem ter passado a partido, apostam no cansaço do colonizador, e só fazem a guerrilha para desgastar a força da metrópole, quer na metrópole, aonde chegam os mortos e onde se paga o esforço de guerra, quer na colónia, que sofre o impacto da violência. Os resultados verificados até ao fecho do século XX provam que as metrópoles não foram capazes de dar uma resposta eficaz aos movimentos de libertação e que eles acabaram por triunfar¹⁵. Como escreveu, apropriadamente, Alain Gandolfi a respeito da luta entre o Estado ou as autoridades e os movimentos: “A própria natureza do movimento é chegar aos seus fins, frequentemente sem olhar aos custos. A guerra Estado-MLN é geralmente uma guerra total”¹⁶.

No processo de libertação, frequentemente, avulta e assume auréola de mito fundador o chefe carismático que fundou o movimento ou conduziu as operações, não raro militares, que terminaram na vitória. Basta pensar em alguns nomes como Kwame Nkrumah (1909-1971) no Gana; Leopold Sedar Senghor no Senegal; Julius Nyerere (1922-1999) na Tanzânia; Sam Nujoma na Namíbia; Habib Bourguiba (1903-2000) na Tunísia; Ahmed Ben Bella na Argélia; Mondlane (1920-1969) e Samora Machel (1933-1986) em Moçambique; Amílcar Cabral (1924-1973) na Guiné; Jomo Kenyata (1891-1978) no Quênia; Mohandas Gandhi (1869-1948) na Índia; Ahmed Sukarno (1902-1970) na Indonésia, Nelson Mandela na África do Sul, para ter uma ideia do que se quer significar.

Verifica-se que os chefes carismáticos inspiram os movimentos de independência e depois disso servem-lhes de símbolo. Algumas vezes tornam-se primeiros Chefes de Estado para logo de seguida serem assassinados ou depostos. Os primeiros a dobrar a potência colonial ganharam influência sobre os mais jovens que olhavam para eles à procura de liderança. Por exemplo, Nkrumah como teórico radical influenciou poderosamente Modibo Keita, que foi Presidente da Federação do Mali entre 1959-1960 e Presidente do Mali entre 1960 e 1968. São, de certo modo, pais fundadores de um

¹⁵ Para Portugal é de extremo interesse ler a tese de um investigador das nossas guerras coloniais e que pretende explicar a durabilidade da resistência de Lisboa à acção armada dos focos independentistas. Ver: John P. Cann, *Contra-Insurreição em África: O Modo Português de fazer a Guerra, 1961-1974*, Atena, S. Pedro do Estoril, 1998. Também se deve ter em consideração a tese de Rui Azevedo Teixeira, *A Guerra Colonial e o Romance Português*, Editorial Notícias, Lisboa, 1998.

¹⁶ Alain Gandolfi, *Les Mouvements de Libération Nationale*, PUF, Paris, 1989, p. 75.

projecto nacional que o tempo se encarrega de demonstrar não ser fácil de concretizar¹⁷. Outros antigos líderes vivos reflectem, hoje em dia, uma sabedoria que assenta na pacificação dos sentimentos. O que fez na África do Sul, o líder da resistência Nelson Mandela, logo após o seu triunfo, favorecendo a paz e a reconciliação, faz hoje com surpresa o líder argelino Ahmed Ben Bella, na sua idade avançada, confirmando que “o espírito humano está presente em toda a parte e que não se pode desesperar dele”, o que é um antídoto contra o ódio¹⁸. Mas já não procede assim Robert Mugabe, no Zimbabwe, que prefere uma tática de enfrentamento de raças como grande estratégia para a sua própria reeleição, colocando em perigo a economia do país¹⁹.

Todavia, nos movimentos de libertação coabitavam diversas facções, com projectos diferentes para a era póscolonial. E uma vez atingido o triunfo cedo começou em certas áreas a luta pelo poder na jovem nação, cada grupo tentando encontrar um meio para derrotar o adversário, não recuando face ao tipo de guerra que já haviam experimentado com o colonizador. Angola e Moçambique conheceram esta situação desde a sua independência, a Guiné-Bissau experimenta enormes dificuldades para encontrar um caminho de paz depois dos horrores da guerra colonial, mas o mesmo sucede na Serra Leoa, na Libéria, no Congo, no Sudão, e ainda num rosário de Estados e pequeníssimos Estados, que seria fastidioso enumerar. Os conflitos que se apoderaram da sociedade descolonizada têm muito a ver com os modelos políticos que se erigiram em dogma de partido, e estes estão relacionados com a ideologia que os movimentos transportavam e que, depois de transformados em partidos, se tornaram ideologia de Estado, com tudo o que isso implica no modo de ver a sociedade, nos confrontos de facções e no modelo económico imposto. De facto, a ideologia importada não é estranha ao que aconteceu e acontece. Os líderes foram educados num tipo de pensamento totalitário que não admite contestação, educados ainda em interpretar a vontade do povo através do Partido, e educados finalmente em resolver violentamente as dissensões dando-lhes o aspecto de confrontos de orientações político-económicas no seio do partido e do Estado. A aceitação aberta das contradições sociais e das opções das massas expressas por voto livre parece sempre estranho a quem estudou e foi educado no Leste ou em Cuba. Mesmo a reciclagem não cura: as ideias ficaram e continuarão a gerir as mentes, bem como a luta política entre uma pequena elite, que poderíamos classificar como camarilha de antigos e novos camaradas.

Actualmente, ao reflectir sobre a situação da Nigéria, um gigante económico adiado, a revista muito independente e pouco conformista *The Economist* escrevia que as razões do desastre estão na descolonização: “segundo J. F. Ajayi, um historiador nigeriano, os nigerianos não sentem qualquer tipo de ligação para com os seus líderes. O poder colonial britânico entregou o poder político não a autoridades tradicionais, que eram vistas como detendo alguma legitimidade, mas a médicos, advogados e a uma horda de literatos que

¹⁷ Cfr. Alain Gandolfi, *Op. cit.*

¹⁸ Cfr. *Manières de Voir*, n.º 58, Julho-Agosto de 2001, p. 18.

¹⁹ Ver: *The Economist*, 8-14 de Dezembro de 2001, p. 41.

²⁰ Ver: *The Economist*, 15-21 de Setembro de 2001, p. 43.

desempenhou bem o seu papel na burocracia e no exército ingleses e que agora fazem a classe dirigente da Nigéria. (...) Desde a independência, em 1960, o país foi saqueado por generais venais ou desgovernado por civis do mesmo género. Muito poucos políticos demonstraram interesse pelos problemas das pessoas comuns²⁰”.

Mas só na Nigéria?

3.2.2 Modelos e Dependência

Se tudo começou sob o signo dos “amanhãs que cantam”, como escreveu o agrónomo francês René Dumont, decénios passados deparamo-nos com os “presentes que choram”. Ou seja: os resultados ficaram longe das expectativas neste grande movimento em que se entrecruzam descolonização e libertação, em movimentos compensatórios.

Como as colónias se encontravam na esfera das potências ocidentais, foi difícil evitar que os líderes optassem pelo modelo socialista e em certos casos pelo leninismo puro e duro. Se bem que a diplomacia dos Estados Unidos se esforçasse por ajudar materialmente movimentos de libertação que até combatiam os seus aliados na Nato, raramente conseguiu influência duradoira nas elites que caminhavam para o controlo dos novos Estados. A ideologia mais comum dos movimentos de libertação teria que ser o anti-colonialismo e a luta contra o imperialismo, último estágio do capitalismo, teorizado por Lenine. Os soviéticos estavam com vantagem e exploraram-na a fundo, colonizando com os seus conceitos os novos dirigentes. Ensinaram-lhes quem era o inimigo (o capitalismo na sua fase imperialista) e disseram-lhes quem era o amigo (o pólo socialista libertador dos oprimidos)²¹.

²¹ Para uma apreensão rápida destes ensinamentos é útil ler: György Lukács, *O Pensamento de Lenine*, Dom Quixote, Lisboa, 1973, pp. 53-81.

O capitalismo, com o conseqüente individualismo, também não era interessante para os teóricos da negritude, que cultivavam uma imagem pré-colonial de comunidade de bens e de gestão planificada. O campo dos socialistas russos era o mais atractivo e isso ditou o modo que seguiram as primeiras experiências económicas, que acabaram no desastre.

Os modelos para que convergiram parecem ser três, notando sempre que do ponto de vista metodológico o modelo tem apenas validade explicativa:

a) A sul-americanização

Neste modelo protege-se e promove-se uma elite económica autóctone do novo regime, e que tem influência política também. Os empreendimentos são livres, mas só as elites sociais, quadros e alfabetizados, é que têm

oportunidades. A sociedade tradicional, longe da cidade, é pouco afectada, os camponeses vivem mal e é possível que as cidades cresçam irracionalmente com círculos concêntricos de pobreza e doença, alimentados pela afluência de tribalizados e destribalizados do campo. O resultado é sempre a falta de integração e a perda do projecto nacional original.

O fosso entre o povo e a elite económica e política alarga-se, os estilos de vida separam-se, e uma camada de muito ricos e altos funcionários contrasta com um povo atrasado e pobre. A sul-americanização pode conviver com um sistema político de partido único ou de vários partidos e, como é óbvio, instala uma nova dependência das metrópoles ricas, porque as ligações ao mercado internacional e a economia de exportação passa pela elite político-militar instalada.

Alguns modelos podem ser contestados, a partir do interior, por movimentos de guerrilha, que se ocupam em denunciar a situação, que concluem pela viabilidade da luta armada e que ao fim de algum tempo de instalação e acção podem chegar a controlar uma importante parcela de território como acontece com a FRAC na Colômbia e o *Sendero Luminoso* no Peru, a UNITA e a FLC em Angola. Se procurarmos exemplos deste tipo de reacção encontramos uma série de movimentos armados que do tempo da Guerra Fria aos dias de hoje contestaram e contestam as elites governantes, instaladas depois da descolonização.

Quem integra estes movimentos revolucionários, normalmente qualificados por quem tem o Poder, como terroristas armados, bandidos, narcotraficantes, são pessoas que não estão integradas minimamente no Sistema Político instalado, que não conseguem benefícios dele e que vêem enriquecer anormalmente quem está no poder ou na sua órbita. Os miseráveis desertam para estas guerrilhas desesperadas e perseveram de modo a serem reconhecidos internacionalmente e poderem desfrutar de um estatuto.

b) O dirigismo

O novo poder pode optar por uma planificação central, pela propriedade do Estado, e por colocar em marcha um sistema político centralizado com base num partido único, como modo de se defender dos novos laços da dependência. Único intermediário entre o povo e os dirigentes, o partido torna-se o senhor da Economia e da Política. Sem dúvida que as grandes famílias do poder armado e do poder político, reafirmadas pela luta armada, serão o eixo central do projecto e é extremamente difícil não enriquecerem empobrecendo o país, como verificaram sucessivas gerações de investigadores, a começar em René Dumont, quando redige o autêntico libelo final: *África, Acuso!*, depois de ter escrito, enquanto agrónomo experimentado, uma série de análises dos processos em marcha²².

²² Cfr. René Dumont, *África Acuso!*, Europa-América, Mem Martins, s.d.

²³ Cfr. Sven Rydenfelt, *Crise nas Economias Socialistas*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1987. Nada se alterou significativamente, em termos de resultados finais, nesta área geográfica, depois deste livro essencial, como provam anualmente os relatórios do PNUD.

²⁴ Franco Montoro, in *Leituras de Política Internacional*, Universidade de Brasília, Brasília, 1982, pp. 182-183.

No fundo, os dirigentes são os donos do Estado, com uma liberdade imensa de dispor dos seus recursos e impor as suas regras. A planificação levou a desastres económicos que Sven Rydenfelt teve oportunidade de analisar em alguns países africanos de forma detalhada, centrando-se nas suas políticas públicas, nomeadamente as do foro económico²³.

Franco Montoro escreveu “centralização de funções e gigantismo burocrático são características do modelo político dominante do Terceiro Mundo. (...). Só o governo central domina e manda. Os demais apenas obedecem”²⁴.

O dirigismo, que passou de moda depois da queda do muro de Berlim, donde saiu como única superpotência os Estados Unidos, talvez dê lugar nos países onde foi ensaiado, a um modelo democrático ou a um sulamericanizado. Os resistentes agrupam-se nos dedos de uma mão e esta opção tem ainda modelos vivos no Vietname, em Cuba com Fidel Castro e na China Popular com a sucessão de dirigentes que dão forma a uma autêntica gerontocracia, que nem por isso deixa de lado a hipótese de ensaiar novas formas económicas com a proverbial cautela chinesa nas zonas de comércio livre e nas colónias integradas, como Macau e Hong-Kong.

c) A democracia

Ninguém pode afirmar que os novos modelos políticos saídos da descolonização não consigam chegar a uma democracia estabilizada. Cabo Verde é um exemplo de como se pode fazer essa mudança, mas Cabo Verde dispunha de elites muito qualificadas, de uma massa educada até ao ensino secundário e de forças sociais capazes de estabelecer um sistema político democrático, baseado em partidos verdadeiramente alternativos, que aceitam os resultados do sufrágio e lhe dão seguimento. O país acabou com o sistema político alicerçado no partido único e no dirigismo, e reconheceu o valor de um sistema aberto e pluralista.

Em África, as condições para implantar uma democracia real, assentam nas mesmas bases: torna-se necessário contar com uma população educada, com um clima económico de rendimentos crescentes, com elites tolerantes e suficientemente desapegadas do poder ao ponto de reconhecer a vitória de um partido adversário, que floresceu, entretanto, depois da abolição do sistema de partido único. As forças armadas deveriam observar sempre um estatuto de não intervenção nas questões políticas e acatar também o veredicto do sufrágio, que as colocam na dependência de elites políticas civis e alternativas.

Sabemos como é difícil um desiderato de tal ordem, porque o que predominam são modelos mais ou menos ligados ao dirigismo e à via da sulamericanização. Todavia, trabalhar para que as coisas sejam diferentes, para que um clima de progresso económico se instale nas sociedades descolonizadas,

não é uma utopia. Basta que os dirigentes coloquem como primeiro ponto da sua agenda o bem-estar do seu próprio povo, por quem dizem ter lutado contra a metrópole e os seus representantes, deixando entretanto de se colocarem eles mesmos e suas famílias extensas no topo da tabela, que é uma nova Nomenklatura como tinham os países do bloco soviético e, paradigmaticamente, a URSS.

É difícil não acompanhar Franco Montoro quando ele conclui que o caminho nesta via significa, no plano económico, a quebra da dependência das grandes empresas transnacionais que ditam o modelo económico vigente e a aplicação de “modelos voltados para a realidade de cada país, para a produção de bens que sejam de real necessidade da população”²⁵.

²⁵ Franco Montoro, *Op. cit.*, p. 187.

3.3 O Movimento Comunista Internacional ou a Busca da Utopia

Tem interesse também considerar o movimento comunista internacional, que é outro movimento político que marcou a Europa e o mundo desde as teorias de Karl Marx até aos dias de hoje. O movimento comunista pode definir-se pelos meios e pelos fins, mas os seus objectivos são tão característicos, que são suficientes para caracterizar a empresa.

O grande responsável pela criação da ideologia “guia” dos grupos que se juntaram neste movimento foi Karl Marx, ele próprio fundador da primeira organização destinada a coordenar a acção comunista no mundo.

Os objectivos derivavam da teorização de Marx: tratava-se de implantar no mundo sociedades igualitárias, onde o Estado e a propriedade privada estivessem abolidas. “De cada um segundo as suas capacidades, para cada um segundo as suas necessidades” seria o lema desta sociedade onde já não existiriam classes sociais. De facto, a ideia central residia em abolir a exploração que tinha caracterizado todas as sociedades do passado, segundo a análise marxista. Os proprietários da terra, do capital fixo, do capital financeiro, organizaram desde o início da vida social uma repartição desigual dos resultados da produção, criando uma classe específica de explorados: escravos, operários, proletários, que se podem caracterizar em conjunto pela ausência de propriedade e formando eles próprios uma classe de exploradores. O mundo conheceu sempre a luta de explorados contra exploradores, mas o sentido da história e a sua marcha inexorável apontava para o fim do grupo explorador e para o nascimento de uma sociedade de iguais.

Os grandes actores deste drama seriam os trabalhadores, a esmagadora maioria da sociedade, que a seu tempo conquistaria o Estado e aboliria a propriedade, fonte de todas as desigualdades, inaugurando deste modo tempos novos e

radiosos. Marx encarou a acção dos trabalhadores como um conjunto de movimentos espontâneos a que a necessidade histórica daria sentido e eficácia. O documento básico das suas intenções é o *Manifesto*, onde expõe sistematicamente a sua concepção que em breve se espalharia e se tornaria decisiva, tanto na criação do movimento comunista, como na promoção da mudança numa série de sociedades localizadas em todos os continentes²⁶.

²⁶ Cfr. Lilly Marcou, *Le Mouvement Communiste International, depuis 1945*, PUF, Paris, 1990.

O Manifesto é, inicialmente, uma plataforma da Liga Comunista, uma associação de trabalhadores, exclusivamente germânica, e mais tarde internacional. No Congresso de Londres de 1847, Marx e Engels ficaram com o encargo de redigir o programa teórico e prático para um partido. O manifesto, escrito em alemão em 1848, foi impresso em Londres e conheceu imediatamente várias traduções²⁷. O aparelho teórico estava ali e o movimento comunista podia começar.

²⁷ Ler o texto e as diversas introduções ao Manifesto na edição crítica de David Fernbach: Karl Marx, *The Revolution of 1848*, Political Writings, vol. 1, Penguin Books, Harmondsworth, 1973, pp. 9-99.

Assim, o movimento aparece como uma tentativa de reunir os diversos grupos comunistas instalados em diversos Estados, bem como as organizações do operariado, numa plataforma comum de modo a agir no sentido da História, tal como Marx tinha decifrado que ele iria evoluir.

O primeiro marco é sem dúvida a Primeira Internacional, denominada *International Working Men's Association*, criada em Londres em 1864, liderada por Karl Marx, e progressivamente erodida pelas contradições internas que se verificavam entre as facções aí reunidas, com preponderância para as posições tomadas pelo russo Mikhail Bakunine (1814-1876). Apesar de Engels defender, que até ao seu estertor em 1876, ela deixara a classe operária diferente, o facto é que a sua existência salientou que os representantes dos diversos organismos e movimentos operários tinham posições contraditórias. No Congresso de Haia, em 1872, Bakunine, assumidamente um anarquista, opôs-se a Marx e foi expulso.

A ideia de uma Internacional ficou assente com a experiência marxista e o fracasso da primeira tentativa só encorajou a que se organizasse uma Segunda Internacional, desta vez em Paris, em 1889, com objectivos semelhantes. A Internacional colapsou com o início da guerra em 1914, pois os seus componentes mostraram-se mais nacionalistas que internacionalistas. Os partidos socialistas apoiaram blocos diferentes, segundo as suas nacionalidades, e isso marcou o fim de uma plataforma comum de luta contra o grande capital. Isso deveria ter sido suficiente para mostrar que os impulsos nacionalistas, a territorialidade, o patriotismo, se se quiser, é uma força a ter em conta no internacionalismo. Ignorar como os homens são de verdade, operários e burgueses, não parece sadio para levantar uma organização internacional. O fracasso, todavia, não ensinou ninguém, excepto os soviéticos, que aprenderam com a experiência e passaram a controlar as Internacionais que iam paulatinamente criando, segundo os seus interesses nacionais.

Assim, a Terceira Internacional foi o Komintern, criado em Moscovo, por Lenine, em 1919, um ano depois do fim da Primeira Guerra Mundial. O objectivo continuava a ser o mesmo: criar a plataforma aceitável para coordenar o movimento comunista. Integrada fundamentalmente por partidos comunistas ela serviu a política externa de Moscovo, e com Estaline tornou-se num instrumento da sua acção no exterior. A sua realização mais visível foi a intervenção na Guerra Civil de Espanha, onde colocou em combate as Brigadas Internacionais, com cerca de 60 000 voluntários, entre Outubro de 1936 e Outubro de 1938, ano em que estas se retiraram do país. Limitada, nas suas finalidades, à posição de uma coordenadora de partidos comunistas e a uma propagadora da mensagem estalinista, a Internacional foi dissolvida em plena guerra, em 1943. Tratava-se de uma operação do governo soviético, afinal, de uma prova de boa vontade face ao governo dos Estados Unidos, cujo Presidente, Roosevelt, considerava indispensável o auxílio à URSS para conter o nacional-socialismo. Com necessidade de empréstimos e armas, Estaline considerou a abolição do Komintern como uma moeda de troca.

O movimento internacionalista prossegue com o que se pode considerar as duas quartas internacionais. A criada por Trotsky em Périgny, em França, em 1938, e a criada em Moscovo, em 1947, o Kominform. A Internacional trotskista não teve consequências sociais ou políticas de monta e serviu de tenda ao longo dos tempos para agrupar facções, partidos e movimentos de esquerda revolucionária quase sem expressão e com projectos diversos.

O Kominform é outra questão e o seu alcance é importante porque serve outra vez o interesse internacional da URSS como pátria do socialismo²⁸. Fundado por Estaline como um “Bureau” de Informação, teve como objectivo a coordenação da política e da propaganda dos partidos comunistas da Bulgária, Checoslováquia, França, Hungria, Itália, Polónia, Roménia, União Soviética e Jugoslávia. A organização moveu-se de Belgrado para Bucareste, depois da expulsão da Jugoslávia em 1948, que defendia com Tito o direito a uma linha própria. Na realidade, sob a capa de servir o movimento internacionalista do comunismo, o Kominform serviu a política externa da URSS, promovendo a agitação no Ocidente e coordenando a acção dos partidos comunistas nacionais nos grandes Estados Europeus, ao modo de “Quintas Colunas”. A frustração política a que levou começou por se manifestar na reacção de Tito na Jugoslávia e num certo mal estar nos partidos comunistas europeus, mais pensantes e menos ortodoxos.

Os ideólogos russos salientavam entretanto a grande ajuda da União Soviética ao movimento comunista e entre estes autores não se pode esquecer o ideólogo oficial Suslov, que nos deixou o ponto de vista ortodoxo²⁹. A extinção da organização em 1956, depois da reaproximação de Tito, demonstrou também que ela não servia para controlar completamente a Europa Oriental. Basta pensar na rebelião da Hungria em 1956, depois de anos de imposição do

²⁸ Cfr. Lilly Marcou, *Le Kominform, le Communisme de Guerre Froide*, Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, Paris, 1977.

²⁹ Cfr. Mikhail Suslov, *La Lutte du PCUS pour la Cohésion du Mouvement Communiste Internationale*, Presses de l'Agence Novosti, Moscovo, 1964.

modelo comunista, para entender o fundo de inquietação que lavrava entre os jovens camponeses e universitários.

Depois, a primavera de Praga em 1968, uma tentativa de autonomia da dependência do centro moscovita, uma vontade política de viver e rever o seu próprio modelo político e económico, teve de ser dominada nas ruas com o exército dos países do Pacto de Varsóvia. Na Polónia, sucessivas ondas de rebelião dos trabalhadores em 1980 e 1981, provavam que o desassossego continuava. Por fim, com a chegada ao poder de Gorbachov em Moscovo e o fracasso do golpe conservador de Agosto de 1991, o próprio partido comunista da URSS via-se ilegalizado.

Mas até este momento como viveu o movimento comunista depois do fim do Kominform? Justamente por meio de Conferências de partidos comunistas. Primeiro, entre 1957 e 1969 com Conferências Internacionais, em que se procuravam plataformas para a acção mundial, e entre 1969 e 1976 com Conferências Regionais.

Este período do movimento ficou conhecido como a Era das Conferências. Na ausência de uma estrutura organizativa máxima, como os soviéticos tinham colocado em acção com as duas internacionais, o movimento experimentava um modelo que já tinha dado resultado em outros campos. Mas, em 1976, tornava-se claro para os partidos, que a via não podia ser aquela: ou competiam na arena nacional, segundo as regras democráticas, buscando votos e modernizando-se, ou então pouco se poderia fazer no espírito do internacionalismo proletário.

Pode-se dizer que a última tentativa do movimento antes do colapso da URSS foi a elaboração de uma plataforma europeia de acção baseada numa nova apresentação do comunismo. Italianos com Enrico Berlinguer e espanhóis com Santiago Carrillo apresentaram novas ideias, em que se destaca a aceitação formal das regras do jogo democrático e a estratégia de assalto ao poder, através de uma elaborada acção sobre os intelectuais e a cultura. A esta plataforma chamou-se eurocomunismo³⁰.

³⁰ Cfr. Santiago Carrillo, *L'eurocomunisme et l'Etat*, Flammarion, Paris, 1977.

Com ele, os comunistas redescobriam o teórico italiano Antonio Gramsci, que tinha já recomendado esta estratégia no Ocidente, reconhecendo-a como a mais adequada; revalorizavam as suas concepções de combate cultural apontado à mudança cultural que se deveria dar na superestrutura e aceitavam a sua estratégia de tomada do poder político na Europa Ocidental.

O fracasso desta plataforma ditou, de facto, a derrota do plano na Europa, provocando conseqüentemente um extremo conservadorismo na sede, em Moscovo, o que desencadearia o fim daquilo que pretendia ser a URSS: constituir o eixo da roda.

A sociedade utópica de iguais a que Marx consagrara o seu esforço continua longe de ser alcançada. Os Estados que aplicaram a receita da abolição da propriedade privada, completaram-na com uma centralização e uma burocratização sem paralelo. O atraso económico é hoje visível e de um modo geral pode verificar-se que os povos submetidos ao modelo imposto pelos parâmetros moscovitas viviam pior que o Ocidente: a utopia afastava-se do seu horizonte à velocidade do som.

A sua viragem para a democracia liberal não foi também uma receita milagrosa, pois falta experiência económica, quadros treinados, produtividade e capital financeiro. Restaram, face a nós, sociedades frágeis, empobrecidas, desesperadamente em busca de um mundo melhor. O que lhes fora prometido desapareceu e os estilhaços dos sonhos alimentados pelas gerações do pós-guerra ainda se sentem ancorados em revivalismos políticos de novos partidos que, no Leste europeu, agruparam de um outro modo os comunistas. Só que, agora, não podem beneficiar do estatuto de partido único identificado infalivelmente com a vontade do povo e senhor indisputado do Estado. Têm de concorrer na arena política e isso torna os partidos ex-comunistas menos internacionalistas e menos capazes de dar seguimento ao movimento comunista, que teve a sua época de ouro depois do fim da Segunda Guerra Mundial, com a ascensão da URSS a potência mundial num mundo bipolar.

Se o movimento retomar alguma importância terá que voltar às Conferências Internacionais, pois não existe já nenhum império capaz de pagar a máquina necessária a organizações como o Komintern ou o Kominform, a não ser que a China decida liderar uma nova etapa. E isso não está na agenda, por enquanto.

3.4 O Movimento Feminista

O Movimento Feminista é um movimento social que procura, através das diversas formulações ideológicas que assumiu ao longo do tempo, alcançar a igualdade de direitos para a mulher, conquistando um estatuto igual ao masculino no campo político, social e económico, isto é, a liberdade para poderem decidir sobre os seus padrões de vida e sobre as suas carreiras profissionais³¹. É comum, no movimento feminista, a perspectiva de que a sociedade se encontra estruturada de modo a beneficiar política, económica e socialmente o homem, em detrimento da mulher. Portanto, a perspectiva de fundo consiste em redefinir os papéis sociais do homem e da mulher nas sociedades contemporâneas, e desenvolver estudos académicos neste sentido para pressionar este mesmo entendimento.

Como foram e são diversas as teorias utilizadas para explicar essas desigualdades e para apontar um caminho no sentido de as corrigir ao longo dos anos

³¹ Cfr. Juliet Mitchell e Ann Oakley (Ed.), *What is Feminism?*, Pantheon Books, Nova Iorque, 1986.

de combate, tal é a distância entre os primeiros combates e os combates do nosso tempo, que são especificamente diferentes dos iniciais, é aquilo que procuraremos averiguar. O que se pode verificar, seguindo a trajetória do movimento em diversos países, é que ele se foi alimentando com problemas que a conjuntura política e social ia suscitando até chegar a um ponto nos nossos dias, em que, com mais confiança e poder, o movimento prepara uma agenda. Quando se chega a esta fase, ou seja, quando o movimento estabelece uma agenda e a impõe através dos seus contactos nas instituições políticas, na comunicação social, em tudo o que mexe com as crenças implantadas, estamos face a estratégias gradualistas copiadas de Antonio Gramsci, o mais inteligente dos marxistas do último fim de século, na Itália, e que compreendeu o papel dos *media* para a destruição das ideologias tradicionais e a sua substituição por outras ideologias.

Hoje, em Portugal, pode ser exemplar este texto muito recente que se encontra publicado numa revista neutra dedicada à saúde: “Há uns anos, sexo e amor tinham obrigatoriamente de andar de mãos dadas no imaginário feminino. Era impensável uma mulher manter relações sexuais sem estar apaixonada, cria-se mesmo que, sem amor pelo parceiro, a mulher era incapaz de sentir desejo e prazer. Nada mais errado – adianta a revista. Não é indispensável que a mulher esteja apaixonada para ter prazer, pode perfeitamente viver – e vive-as – relações puramente sexuais, até há bem pouco tempo domínio exclusivo dos homens”³².

³² Ver: Revista *Farmácia e Saúde*, n.º 58, Julho de 2001.

Como se chegou a este conceito e a novos padrões de comportamento íntimo e mesmo social? Os movimentos abalam e alteram também as crenças implantadas e, de facto, o segundo elemento que caracterizou o movimento a nível global foi a chamada libertação da mulher, no ponto de vista da dependência sexual, encaminhando-se há anos para a reivindicação do direito ao corpo, ao prazer sexual próprio, e conseqüentemente ao aborto livre, gratuito e em qualquer momento da gravidez³³.

³³ Cfr. Christopher Lasch, *Women and the Common Life: Love, Marriage and Feminism*, W. W. Norton, Nova Iorque, 1997.

Para um Quadro Sintético da Posição da Mulher

Antes de mais e para que seja possível compreender as profundas mudanças que ocorreram na condição da mulher ao longo dos últimos decénios, é útil definir essa condição em épocas mais remotas, em que o papel do sexo feminino estava fixado em padrões mais ou menos invariáveis. Existem evidências arqueológicas que sugerem terem existido, durante o período paleolítico, civilizações organizadas segundo matriarcados, nas quais eram praticados actos de culto a deusas; mas alterações sociais ocorridas durante o período neolítico médio contribuíram para o desaparecimento da dominância feminina na religião e quiçá na esfera do poder político.

Na cultura material descoberta surgem estatuetas com representações masculinas e símbolos fálicos gravados na pedra ou modelados em argila. Desde os mais antigos registos escritos, nos alvares do neolítico, como nas civilizações mesopotâmicas, confirmou-se que essas sociedades passaram a adoptar divindades supremas masculinas e uma matriz patriarcal, segundo a qual as posições de liderança ficavam reservadas a homens, conservando as mulheres uma posição reservada a tarefas domésticas, como os cuidados com a casa, com os filhos, com a horta ou a economia familiar. A própria Bíblia, sobretudo no Antigo Testamento, revela a posição subordinada da mulher nas diversas fases da cultura hebraica: a obediência estrita ao marido e a fidelidade são as constantes sempre referenciadas. A poligamia, se existia, estava à primeira mulher algum poder sobre as outras mulheres e as escravas, esse reflectia-se apenas a nível doméstico.

Nas civilizações antigas, nos estratos aristocráticos, as mulheres que se moviam bem nos circuitos do poder e detinham considerável influência são conhecidas. Mas isso não impede que a condição geral fosse outra. Por isso, na Grécia clássica, a situação da mulher comum não conheceu melhorias significativas em comparação com a desfrutada nas civilizações anteriores, nomeadamente a egípcia e mesopotâmica. Ao homem era permitido o divórcio sempre que este fosse solicitado e sem necessidade de apresentação de motivos. As mulheres estavam restringidas ao espaço doméstico, casavam com a idade aproximada de 15 anos e sem possibilidade de escolherem o cônjuge. O divórcio só lhes era consentido perante a evidência de maus tratos.

No longo período romano, a mulher situou-se na dependência, submetida à tutela masculina no contexto de uma família claramente patriarcal. República ou Império pouco adiantaram ao seu estatuto sócio-político. Na época dos Deuses e depois na época cristã nada se altera, excepto para as mulheres nascidas na alta sociedade ou na família imperial.

No mundo muçulmano, criado pela Guerra Santa de Maomé, que conquistou e unificou toda a península arábica até morrer, a família manteve a sua estrutura patriarcal, exercendo o homem a tutela sobre a sua mulher, filhos, filhas, criados, escravas e escravos. Os ricos praticavam frequentemente a poligamia, ficando os pobres limitados à monogamia. O Islão nunca entendeu que se pudesse igualar uma diferença que a religião considerou abissal. As mulheres serviam o homem e deviam exhibir os sinais de pertença a uma família. Hoje a facção chiita, que triunfou no Irão, não só refere este padrão com base legal no livro Sagrado (Corão), como ainda impõe regulamentos próprios à vida das mulheres, que são remetidas para um papel acessório, em pleno século XXI. A experiência do regime talibã no Afeganistão ilustrou ainda melhor esta relação de estreita dependência.

Durante a época medieval na Europa, do século VIII ao século XV, a condição da mulher registou algumas modificações. Embora mulheres cultas e

³⁴ Ver: Régine Pernoud, *O Mito da Idade Média*, Europa-América, Lisboa, 1978.

poderosas, de famílias ilustres, pudessem ter tido relevância como nos mostra a historiadora francesa Régine Pernoud, o facto comum é que à mulher era reservada uma vivência essencialmente doméstica³⁴. A Igreja e a cultura dominante de matriz católica reconhecia-lhes claramente três funções básicas: ser boa mãe e esposa, dirigir os trabalhos domésticos e garantir a procriação. A própria religião cristã propunha que fossem recatadas, modestas, obedientes, sacrificadas, defensoras da honra familiar e educadoras dos filhos, mas afastando-as dos estudos.

Todavia os homens não teriam tido em grande conta estas normas porque foram constantes as relações fora do casamento monogâmico, quer nos altos estratos da aristocracia em que os bastardos reais desempenharam funções importantes, quer entre o povo. O adultério, como nas outras culturas, não era desconhecido e a prostituição florescia com a miséria dos mais pequenos e pobres. A mulher ideal deveria assemelhar-se à Virgem Maria, exemplo excelso, que se propunha ao povo, mas tudo indica que o povo, a aristocracia e mesmo o clero, não andavam muito interessados nesse modelo a não ser como figura de estilo. A subordinação continuava a ser um dado de base.

É certo que nas cidades comerciais do norte e sul da Europa floresceu uma burguesia de negócios, em que as mulheres arcaram com algumas responsabilidades acrescentadas. Mas marcadamente, salvo alguns retratos famosos de mulheres de famílias ricas, o centro de decisão continuou a ser da esfera do homem e o domínio da mulher, quando muito, estendia-se à criadagem, à organização das mansões para as festas, à preparação dos filhos para a apresentação à sociedade. A mulher na alta aristocracia comercial das repúblicas podia ser o par do seu marido, posar a seu lado, mas na verdade, a decisão não estava na sua mão. Nos outros estratos tudo era como antes.

Foi por isso que quase nos fins do século XVIII, durante a Revolução Francesa (1789), o filósofo e matemático Condorcet (1743-1749), comparou a condição social das mulheres do seu tempo com a dos escravos, reclamando o reconhecimento do seu papel social. Na sua obra *Equisse d'un Tableau Historique des Progrès de l'Esprit Humain*, Condorcet criticava fortemente a posição e papel da mulher na sociedade francesa, que assumia assim, nas suas palavras, uma história de subordinação. Mas a verdade é que a França revolucionária não estava preparada para estas novidades.

A França pós-revolucionária criou um clima favorável à proliferação de um conjunto de clubes femininos em Paris e em outras cidades de importância nacional, onde a liberdade e a igualdade da mulher eram debatidas Marie de Gouze (1748-1793), activista revolucionária e autora teatral, liderava um desses clubes. Na sequência das actividades do clube publicou em 1791 uma *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, decalcados da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, publicados pela Assembleia Nacional

em 1789 e pedra de toque da revolução. Gouze perguntava como é que com metade da população excluída dos direitos desfrutados pelo homem poderia haver igualdade. Na nova tradição libertária, Marie proclamou que a mulher nascia livre e devia permanecer livre e igual ao homem em direitos. A lei devia ser a expressão da vontade geral, isto é, da vontade de todos os cidadãos e de todas as cidadãs, agindo directamente ou por intermédio dos seus representantes. Mas a revolução não lhe foi propícia. O seu encarceramento e posterior execução sublinharam o fracasso das suas propostas. A Revolução ainda não entendia estas peculiaridades e em 1793 foi condenada e executada por ter traído as virtudes peculiares ao seu sexo. O governo encerrou os clubes, mas os clubes voltariam a abrir um pouco por toda a Europa, despertando sempre reacções adversas.

Com a primeira experiência negativa num clima francamente favorável aos direitos, a conquista da igualdade jurídica dos direitos e das liberdades tornou-se uma constante no espírito das mulheres cultas. Mas rapidamente se verifica que as conquistas das revoluções liberais não introduziam alterações no estatuto feminino. Os direitos do homem e do cidadão, difundidos pela Revolução Francesa, não se destinavam a toda a humanidade, mas tão somente ao *homem* e, na verdade, só a certos homens ricos, pois o voto foi condicionado pela pertença a um estatuto sócio-económico comprovado.

Também o Código Civil napoleónico, de 1804, em artigos bem delineados, reflectiu, por um lado, a racionalidade da revolução francesa e a base jurídico-política do Império, e por outro, impôs regras discriminatórias e recusou às mulheres o exercício de direitos civis, obliterando no Continente europeu horizontes esperados pelas mulheres.

É a partir desta situação de desigualdade frustrante para as mulheres educadas, das classes burguesas, que se desenvolve, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, no século XIX, o movimento feminista, tendo por finalidade a igualdade da mulher e a sua libertação da tutela masculina. O primeiro objectivo desse movimento foi a conquista do direito ao voto. Logo, uma meta política, que deveria assustar os políticos profissionais dado o impacte inesperado desse novo eleitorado.

A recusa compulsiva depois das revoluções liberais de 1820, 1830 e 1845, que aboliram os poderes aristocráticos – criando sociedades burguesas – em conceder os direitos cívicos às mulheres e nomeadamente o direito ao voto ofereceu a base para que o movimento feminista se estruturasse e assumisse a sua primeira bandeira: o **sufragismo**³⁵.

Pese embora à nota colocada na reivindicação sufragista, o feminismo nunca perdeu uma base reivindicativa mais vasta, porque para lá do voto exigia também mudanças sociais importantes, como o fim da discriminação das mulheres casadas, o acesso ao trabalho remunerado e à possibilidade da educação³⁶.

³⁵ Ver: Moisei Ostrogorski, *The Rights of Women*, Porcupine Press, Filadelfia, 1980.

³⁶ Cfr. Susan Brownmiller, *In Our Time: Memoir of a Revolution*, Dell Books, Nova Iorque, 2000.

3.4.1 *O Primeiro Combate Feminista: O Sufragismo*

Apesar da primeira revolução industrial mobilizar as mulheres para o trabalho fabril e fornecer condições para a sua igualdade política, o facto é que nem as transformações industriais, nem as revoluções o fizeram. Só as profundas modificações económicas e sociais ocorridas nos finais do século XIX, durante a segunda revolução industrial, estimularam a actividade dos movimentos feministas, não obstante os fortes condicionalismos com que se deparavam.

Nos países mais desenvolvidos, como na Grã-Bretanha dos finais do século XIX, um número crescente de mulheres pertencentes à classe média, com mais de 45 anos, permaneciam solteiras e tinham de cuidar de si mesmas. Já no início do século XX, 70,8 por cento das solteiras com idades situadas entre os 20 e os 45 anos, trabalhavam e eram remuneradas. Com estas responsabilidades e este peso económico não se compreendia porque é que não se encontrava reflexo paralelo na esfera política.

Este desequilíbrio entre estatuto económico e estatuto político foi diversas vezes responsável por revoluções bastante duras, como nos lembra o professor Crane Brinton e não admira que possa ter sido o combustível da acção das mulheres lideradas por uma elite educada³⁷.

³⁷ Cfr. Crane Brinton, *The Anatomy of Revolution*, Vintage Books, Nova Iorque, 1985.

Com o início da I Guerra Mundial, em 1914, as mulheres substituíram os homens alistados, nos seus locais de trabalho, assegurando a manutenção da linha de produção e os serviços. A consciência do seu valor social e da diferença de estatuto político intensificou a luta pela conquista de direitos, ao mesmo tempo que se registava uma diminuição da opção matrimonial como projecto de vida. Os objectivos permaneciam: direito de voto, acesso à educação e formação profissional, acesso ao mercado de trabalho, equiparação de sexos no domínio dos direitos no agregado familiar³⁸.

³⁸ Cfr. Aileen Kraditor, *The Ideas of the Women's Suffrage Movement 1880-1920*, Norton, Nova Iorque, 1981.

O Sufragismo na Grã-Bretanha

Importa nesta questão estudar o desenvolvimento do movimento na sociedade mais avançada do século XIX: a Grã-Bretanha. O país tinha iniciado a sua revolução industrial no século XVIII como provou num estudo pioneiro Paul Mantoux, recorrendo a mão-de-obra feminina para as indústrias têxteis que produziam fio e tecidos de algodão, e que se espalhavam velozmente dado o baixo investimento envolvido e os lucros esperados³⁹. Ora, já nos finais do século XVIII, em 1792, uma mulher irrequieta, Mary Wollstonecraft (1759-1797), escreveu uma obra controversa que iria marcar a grande tradição do feminismo britânico: *A Vindication of the Rights of Women*.

Trata-se de um livro-manifesto em que ela rejeita o absolutismo dos monarcas e estabelece uma correlação entre os excessos de poder da Monarquia com a

³⁹ Ver: Paul Mantoux, *A Revolução Industrial no Século XVIII*, Unesp, São Paulo, s.d.

tiranía dos homens sobre as mulheres no domínio doméstico. Reivindica a igualdade dos sexos, e a solução apontada para superar a situação de desigualdade é a educação das mulheres. Recorrendo à Escola, as mulheres alcançariam o respeito dos homens e conseguiriam exercer actividades remuneradas que lhes permitiriam a independência económica.

Mais de meio século depois, estas teses são revisitadas por John Stuart Mill e por sua esposa, Harriet Taylor Mill, que publicam, em 1869, uma obra intitulada *The Subjection of Women*, na qual o direito de voto é colocado no centro do debate feminista. Para o casal Mill, a subordinação legal da mulher constituía um erro e também um dos obstáculos mais importantes para o progresso humano. Através da abolição dos privilégios discriminatórios as mulheres superaríam a sua sujeição e alcançariam a emancipação. Esta obra alcançou um impacto significativo, tendo sido editada em dez países. Suscitou o interesse das mulheres mais instruídas e transformou-se numa peça chave para a expansão do movimento sufragista.

Em 1866 o Parlamento britânico foi confrontado com uma petição a favor do voto feminino assinada por 1500 mulheres, que foi liminarmente rejeitada. No rescaldo deste fracasso, no ano seguinte, as organizadoras da petição fundaram o primeiro movimento sufragista britânico: *National Society for Woman's Suffrage*, dirigido por Lydia Becker. Numa estratégia moderada o movimento foi introduzindo, ano após ano, sucessivas petições.

Em 1914 o movimento contava com mais de 100.000 membros, envolvidos em reuniões e campanhas de persuasão, mantendo uma estratégia de ordem e legalidade.

A ausência de resultados desta estratégia gradualista e moderada favoreceu o aparecimento de uma organização de carácter radical, o movimento *Women's Social and Political Union*, liderado por Emmeline Pankhurst (1858-1928) e cujos membros ficaram conhecidos pela designação de *suffragettes*, devido aos seus meios pouco ortodoxos de acção.

De facto, no primeiro quartel do século XX, o poder dos movimentos feministas na Inglaterra podia igualar-se ao desfrutado pelas organizações de mulheres na América. Marchas nas ruas e demonstrações de protesto seguiram-se. Em Junho de 1908 um encontro, em Londres, juntou meio milhão de mulheres envolvidas neste objectivo.

As primeiras vitórias consistiram na conquista do direito de votar para os conselhos municipais e para os condados. Mas as organizações feministas não se ficaram por aqui: organizam desfiles através de Londres, manifestaram-se junto ao Parlamento, frente aos Ministérios e incomodamente perto das residências dos ministros. São aplicadas tácticas violentas, com recurso a agressões, sabotagens e incêndios. Sucedem-se confrontos com a polícia e,

quando encarceradas, as *suffragettes* dão início a greves de fome. Nestes anos iniciais do século os movimentos feministas instalam-se por toda a Europa, Austrália e Nova Zelândia.

Durante a I Guerra Mundial este combate atenua-se tendo em vista o confronto duro a que a Inglaterra é submetida, mas ao mesmo tempo as mulheres são chamadas a ocupar o lugar de muitos homens no mercado de trabalho, alcançando justamente o que queriam: o reconhecimento dos seus méritos profissionais⁴⁰.

⁴⁰ Cfr. Barbara Bergmann, *The Economic Emergence of Women*, Basis Books, Nova Iorque, 1986.

Finalmente, no ocaso do conflito, em 1918, o Parlamento publicou a desejada lei. No entanto essa lei apenas permitia o voto de mulheres com mais de 30 anos, enquanto os homens podiam votar a partir dos 21. Dez anos depois, esta restrição foi abolida pelo *Equal Franchise Act*, uma lei que estabelece a igualdade reivindicada em matéria de idades para votar.

É curioso notar o declínio do feminismo depois desta conquista, mas pode-se explicar pelo envolvimento das mulheres em outras causas, longe do direito ao voto. A este propósito, interessa notar a observação aparentemente cínica de Anthony Giddens: “A conquista de iguais direitos políticos pouco contribuiu para ampliar a igualdade a outras esferas da vida das mulheres”⁴¹. É um comentário sarcástico e sagaz, mas nem por isso menos verdadeiro. O certo é que as mulheres tinham ganho um direito objectivo que não possuíam e por isso, pese embora todas as sagacidades sociológicas, foi de facto uma vitória para o movimento que buscava a igualdade de estatuto jurídico-político. O resto, que não podiam adivinhar, viria por acréscimo, mas nunca de graça, lembrando a famosa frase de que nada é de graça no terreiro social e económico. As mulheres teriam que perceber a força política que iriam deter numa democracia liberal.

⁴¹ Anthony Giddens, *Sociology*, Op. cit., p. 514.

Todavia, o sucesso na Inglaterra, que era uma economia avançada, não se repetiu no sul da Europa. Os países agrários e católicos eram hostis à implantação das ideias feministas e os movimentos não avançaram nessas sociedades. As suas reivindicações não raras vezes foram absorvidas pelo movimento socialista emergente. Tudo ficaria para mais tarde. Para entender este problema basta ler alguns estudos sobre o desenvolvimento do movimento em alguns países, como na Rússia, por exemplo, que é um bom modelo de observação⁴².

⁴² Cfr. Richard Stites, *The Women's Liberation Movement in Russia*, Princeton University Press, Princeton, 1991.

O Sufragismo nos Estados Unidos

As condições sociais e económicas dos Estados Unidos, predominantemente de religião protestante, eram favoráveis, desde logo, à reflexão das mulheres sobre a sua situação político-jurídica face aos homens. Não admira que aí

surjam as primeiras manifestações da vontade feminina, tanto mais que as líderes provinham da classe média, eram instruídas e abastadas.

O movimento surgiu associado a organizações protestantes que defendiam uma regeneração moral da sociedade e o fim da escravatura. A analogia entre a escravatura e a situação da mulher, a quem eram negados direitos, associada à crescente participação feminina em actividades de carácter humanitário e abolicionista, contribuíram para criar laços de solidariedade entre mulheres empenhadas em causas sociais e políticas.

O facto das confissões religiosas protestantes estimularem a leitura e a interpretação individual dos textos das Sagradas Escrituras propiciou a alfabetização de um número progressivo de mulheres e contribuiu decisivamente para a erradicação do analfabetismo feminino, já no início do século XIX. Assim, muito mais cedo do que na Europa, a sociedade norte-americana vê surgir, na classe média, um conjunto de mulheres instruídas que constituíram o núcleo propulsor do feminismo.

É por isso que o primeiro documento colectivo deste movimento, aprovado em Julho de 1848, no interior de uma capela metodista, é a *Declaração de Seneca Falls*, localidade do Estado de Nova Iorque, onde se reuniram cerca de 100 mulheres. Lideradas por Lucretia Mott (1793-1880) e Elisabeth Stanton (1815-1902), as mulheres reivindicavam a igualdade. Nesse documento é descrito o historial de submissões e vexações a que as mulheres estiveram e estavam submetidas, e através da denúncia dessas situações exprime-se uma filosofia feminista da história⁴³. É ainda de notar, em termos comparativos, que as feministas britânicas só se reuniram pela primeira vez em 1855 e apenas para exigir igualdade em matéria de direitos de propriedade, o que era muito limitado tendo em vista a primeira experiência americana.

⁴³ Cfr. Kathleen Berkeley e Randall M. Miller, *The Women's Liberation Movement in America*, Greenwood Press, 1999.

Ora, embora o movimento feminista norte-americano sempre se posicionasse a favor da abolição da escravatura, uma vez terminada a Guerra da Secessão com o triunfo do Norte e das teses abolicionistas, as mulheres não obtiveram nada de especial. Foi introduzida a tão desejada emenda à Constituição, que concedia o direito de voto aos escravos recém libertados, mas, paradoxo dos paradoxos, mantinha o impedimento do voto feminino. Numa reacção imediata foi criada a *National Women Suffrage Association* pela já mencionada líder Elisabeth Cady Stanton e Susan Anthony (1820-1906), que foi a primeira organização independente de confissões religiosas e de partidos políticos, passando a veicular o feminismo radical norte-americano, que tem eco nos dias de hoje.

Face à pressão das organizações de mulheres e do movimento feminista o governo colocou em marcha consultas populares, que foram realizadas em diversos estados federados e elas permitiram a aprovação do voto feminino, mostrando que o sentido da opinião pública tinha mudado. Foi assim no

Wyoming (1869), Utah (1870), Colorado (1893), Idaho (1896), Washington (1910), Califórnia (1911), Oregon, Arizona e Kansas (1912), em Nevada e Montana (1914). Em 1917, em Montana, pela primeira vez nos Estados Unidos, uma mulher, Jeanette Rankin, foi eleita para o Congresso.

Na sequência destas decisões políticas populares e da atitude de alguns Estados federados, em 1919, o Presidente Wilson jogou o seu peso na matéria: anunciou o seu apoio ao sufrágio feminino e a Câmara dos Representantes aprovou a 19.^a Emenda da Constituição Norte-Americana por 304 votos contra 90, sendo igualmente aprovada no Senado por 56 votos contra 25. Os Estados do Illinois, Wisconsin e Michigan, foram os primeiros a ratificá-la. O Estado do Tennessee dá, em 1920, a 36.^a ratificação necessária para a adopção final da 19.^a Emenda, estabelecendo a igualdade de direitos para ambos os sexos⁴⁴.

⁴⁴ Em contrapartida, o Estado de Maryland não ratificou a Emenda senão em 1941 e apenas em 1958 transmitiu o respectivo documento de ratificação ao Departamento de Estado.

O objectivo sufragista foi de facto o mais difícil de atingir, mas antes as mulheres ganharam o direito de dispor dos seus bens, os salários foram progressivamente aumentados, o divórcio foi contemplado e, de uma forma geral, a legislação foi melhorando a sua situação no mundo económico e no meio familiar. O meio político era outra coisa.

3.4.2 *O Avanço Global do Sufragismo*

Na Europa, a mobilização feminista foi ganhando força sobretudo nos países de ideologia liberal, onde as classes médias foram adquirindo um peso progressivo e uma educação superior.

Também em consequência da I Guerra Mundial, a Alemanha, Áustria, Checoslováquia e Polónia, foram submetidas a grandes reformas, que acabaram por abrir as portas ao voto feminino, sem que os movimentos feministas locais tivessem agitado muito a bandeira do sufragismo. Na Rússia, a revolução bolchevique de 1917 produziu efeito idêntico, embora o entusiasmo inicial de uma igualdade sem responsabilidades, da abolição da família, de um sexo livre, de uma troca de prazeres carnavais como exercício físico, cedesse passo a um puritanismo conservador nos tempos da estabilização do partido, sob Estaline e seus sucessores.

Nos países nórdicos, foram decisivas as ideias liberais e o peso social da mulher. Na Jugoslávia, Bulgária e Grécia, o peso do tradicionalismo, da religião ortodoxa, atrasou as modificações no estatuto jurídico e social da mulher, que continuou a ser vista na sua dimensão tradicional: casa, cozinha e filhos.

É ainda possível distinguir, na Europa, os países mais prósperos e de credo protestante, dos países mais conservadores e católicos. Nos primeiros, como a Grã-Bretanha e a Holanda, registaram-se fortes reivindicações sufragistas,

tendo-se alcançado o direito de voto mais cedo. Nos países católicos, como Itália, França, Espanha ou Portugal, o processo foi muito mais lento, tendo as reformas sido introduzidas, na maior parte dos casos, por iniciativa dos governos, num processo de imitação do que estava a acontecer fora de portas e que era já um elemento imprescindível do sentir da cultura europeia. Não se actualizar legislativamente no alinhamento era ficar para trás.

Em França, o movimento feminista organiza-se a partir de 1860. No entanto, as suas ligações com o republicanismo anti-clerical deu origem a que a maioria das mulheres, tradicionalmente ligadas à Igreja Católica, se colocassem à margem deste. Como figuras de relevo destacaram-se Nelly Roussel (1872-1922) e Madelaine Pelletier (1874-1939), pioneiras na discussão de temas como a liberdade sexual e o controlo da natalidade.

Em Itália, a situação caracterizou-se igualmente pela grande influência da Igreja Católica e a escassa mobilização feminina. A grande figura do sufrágio italiano foi Anna Maria Mozzoni (1837-1920), que se bateu, no seio do Partido Socialista italiano, contra a fraca convicção com que os seus colegas defendiam o sufrágio feminino. Claro que os seus colegas de partido, avançados em tudo, eram aqui muito conservadores: as mulheres eram para estar em casa, esperar pelo marido, cuidar da prole e velar pela administração doméstica. Por isso, tanto na Itália como na França, só após o final da II Guerra Mundial é que as mulheres puderam participar em eleições.

A experiência da hecatombe, fez reviver os efeitos da I Guerra Mundial, e as mulheres voltaram a desempenhar papéis chave, o que lhes deu consciência do seu valor e convenceu os legisladores da injustiça da discriminação a que estavam sujeitas.

Na Suíça, que se havia manifestado, após a França, como o segundo país a introduzir o sufrágio universal masculino, e estabeleceu a democracia directa no governo de alguns catões alpinos, acabou por ser o último dos países industrializados e democráticos a conceder às mulheres o direito de voto. A não participação da Suíça nos dois grandes conflitos mundiais, associada ao tradicionalismo no modo encarar as questões de género, terão contribuído para este facto. Em 1958 uma comuna concede o direito de voto e de elegibilidade às mulheres e em 1971 esses direitos são concedidos a nível federal. Curiosamente, ainda em 1990, o cantão de Appenzell-Russer Rhoden era compelido pelo tribunal federal suíço a colocar em vigor esses direitos, visto as mulheres se oporem a desfrutar de tais capacidades jurídico-políticas.

Por seu lado, as Nações Unidas assumiram o combate pela igualdade dos sexos, como uma das suas missões, nomeadamente a extensão, entre os seus membros, do direito da mulher ao voto. Assim, em 1952, foi aprovada a *Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher*, que propõe o fim de

qualquer discriminação que impeça as mulheres de participarem em eleições, em igualdade de direitos com os homens. Passados 20 anos, a grande maioria dos Estados representados havia já passado o conteúdo dessa Convenção para a ordem jurídica interna.

Não obstante o êxito generalizado nas civilizações ocidentalizadas do sufrágio feminista, há ainda países, como os de cultura islâmica radical, que continuam não só a negar o direito de voto às mulheres, como também a mantê-las num estatuto social e jurídico inferior. Trata-se obviamente de uma questão de cultura e o modo como esta distribui os papéis. Torna-se difícil entender nos diversos países de cultura islâmica a razão de ser destas práticas nascidas no Ocidente, mas é bom lembrar que as culturas e as suas estruturas não são iguais e que a civilização ocidental, recentemente marcada pela emergência da mulher livre choca frontalmente com os conceitos islâmicos, com as bases da cultura alicerçada nessas traves mestras.

Vejamos, em alguns países pioneiros e em outros menos susceptíveis à pressão das mulheres, o ano do acesso ao direito de votar.

Conquista do direito ao voto feminino em alguns países

1893 – Nova Zelândia
1902 – Austrália
1906 – Finlândia
1913 – Noruega
1915 – Dinamarca
1917 – Holanda e Rússia
1918 – Grã-Bretanha
1918 – Luxemburgo, Canadá
1919 – Alemanha, Áustria
1919 – Islândia, Suécia
1920 – Estados Unidos
1922 – Irlanda
1931 – Espanha, Portugal
1932 – Brasil, Uruguai
1944 – França
1945 – Guatemala e Japão
1946 – Itália e México
1947 – Argentina e China
1948 – Bélgica, Israel
1952 – Grécia
1971 – Suíça

Fonte: Britannica Encyclopaedia, 1999; Encarta, 2000.

Pelo quadro pode ter-se uma ideia do que sucedeu. Os países onde a discriminação feminina era praticamente desconhecida, até 1915 davam o direito de voto às mulheres. Razões diversas assistiam a esta decisão, nomeadamente nas antigas colónias britânicas, onde as mulheres eram um bem valioso e escasso. Os nórdicos tinham uma tradição de igualdade e por isso não foi necessário grande pressão. Na Suíça, pelo contrário, eram as mulheres que resistiam à concessão desse direito, pois queriam conservar a diferença e não se imiscuir em assuntos políticos. O triunfo do Sufragismo em 1918, na Inglaterra, depois de um combate político, desencadeou o mesmo processo em outros países, que imitaram com anos de diferença, a decisão de Londres. Em 1920, a opção dos Estados Unidos, que já era uma potência mundial afectou poderosamente os governos de outros Estados que alinharam por aquela decisão.

O Anti-Sufragismo

As sociedades manifestam sempre movimentos de resistência às transformações, sejam elas impostas ou propostas, inevitáveis ou simplesmente opcionais. Também o movimento feminista enfrentou resistências e falta de compreensão, de cariz variável, conforme a época ou a reivindicação em causa. De um modo geral, verificava-se alguma rigidez quanto aos papéis sociais atribuídos a cada sexo, sendo o terreno público atribuído ao homem e o terreno privado reservado à mulher. O desfazer dessas barreiras foi considerado pelos homens, mas também por muitas mulheres, como um perigo para a ordem social estabelecida. Embora alguns sacerdotes nos Estados Unidos proclamassem que o estatuto da mulher desagradava a Deus.

Na Grã-Bretanha chegou a formar-se uma associação feminina anti-sufragista, *Women's National Anti-Suffrage League*, fundada por uma escritora popular, Mary Ward, que entendia ser a pretensão igualitária desajustada ao tempo e apenas reivindicada por uma escassa minoria de mulheres.

Efectivamente, na concepção tradicional, às mulheres era concedido um estatuto quase angélico e eram consideradas “rainhas” do lar, ideia que muitos autores veicularam nos seus romances. Ainda em 1919, o senador francês Alexandre Bérard contestava nos termos comuns as proposições sufragistas perguntando se as mãos das mulheres estavam feitas para o pugilato da arena política e logo respondendo que mais que para colocar o voto na caixa, as mãos tinham sido feitas para serem beijadas carinhosamente, quando são de mães, amorosamente quando são de noivas. Seduzir e ser mãe – eis o segredo do mistério feminino segundo Bérard.

Este entendimento atravessou os séculos e contrapõe-se às conquistas do feminismo. O desprezo ou uma posição altaneira a respeito das mulheres

estende-se a uma longa lista de autores que Jérôme Duhamel sumariou, e que desde interpretar o seu carácter escondido até mesmo as suas acções, não as pouparam em nada. Os autores e personagens compendiados são surpreendentes porque aí se encontram autores reputados e homens muito considerados. Só para citar alguns podemos ler textos de: Baudelaire, Tolstoi, Mirabeau, Gérard de Nerval, Victor Hugo, Otto Weininger, Byron, Bonaparte, Honoré de Balzac, François Mauriac, Nietzsche, Jean Jiraudoux, Ambrose Bierce, Georges Clemenceau, Ferdinand Céline, Jules Romain, Alain, Henry de Montherlant, Sigmund Freud, Paul Valéry, Colette, Maurice Chevalier, Sacha Guitry, San Antonio, Jean-Paul Sartre, Emil Cioran, Salvador Dali, Georges Wolinski, Charles de Gaulle, Chirac e assim por diante. Vejamos Bonaparte: “A mulher só pode ser esposa ou mãe, senão é um monstro”. Vejamos Colette, que morreu em 1954: “As mulheres livres não são mulheres”. Paul Valéry comentava: “Deus criou o homem, mas não o vendo em suficiente solidão, deu-lhe uma companheira para que ele sentisse verdadeiramente a sua solidão”. Mitterrand teve esta tirada, também registada, “Felizmente que as feministas nunca me perguntaram se eu tinha lavado a loiça, pelo menos uma vez na vida. Teria que dizer que não e que não tinha intenção de o começar a fazer no Eliseu”. O filósofo francês, Alain, confessava: “sempre tive vontade de perguntar às mulheres com que é que elas substituem a inteligência”. Vamo-nos surpreender com De Gaulle “Um Ministério da Condição Feminina? E porque não uma Secretaria de Estado do Tricot?”. Talvez a mais brutal pertença ao famoso Clemenceau, que esteve à testa do Estado francês: “Não há homens impotentes, o que há são mulheres incompetentes”⁴⁵.

⁴⁵ Estas citações provêm todas da mesma fonte, que é abundante em referências. Ler: Jérôme Duhamel, *Les Perles des Misogynes*, Albin Michel, Paris, 2000.

Frases certamente duras, bem entendido, que não podem ser só remetidas para o reino da misogenia. Uma corrente antifeminista percorre ainda o tecido social, sem movimento social, mas com teóricos e críticos cínicos e sarcásticos. Mas daí resulta uma dialéctica de enfrentamento que faz falta nas sociedades que tornaram a correcção política um alto valor a preservar, como se tal atitude mental pudesse levar a qualquer lugar de inteligência, e não ao conformismo universal do coaxar no pântano, ao grito sem eco no deserto de ideias.

3.4.3 *O Feminismo Socialista*

Tal como já foi referido, os movimentos feministas foram progressivamente liderados por mulheres pertencentes à classe média, independentes e instruídas. Não obstante os movimentos feministas do período sufragista serem inter-classistas, nunca alcançaram uma profunda mobilização no campo das mulheres trabalhadoras. Na verdade, o mundo laboral apresentava as suas próprias discriminações contra a mulher, fazendo com que ela encarasse a

reivindicação sufragista apenas como uma pretensão burguesa, perante outras necessidades mais graves que a tocavam muito mais de perto, como a desigualdade de direitos laborais e a desigualdade de salários.

O problema agravava-se porque o partido comunista via a mulher como uma companheira de luta na guerra contra os capitalistas. Não exactamente igual a um membro masculino do partido, mas uma auxiliar neste grandioso plano. Quem desenvolveu teorias diferentes no partido perdeu, geralmente, posições na liderança. Isto não significa que no campo socialista as mulheres não se tivessem apercebido da sua diferença e da sua posição.

Flora Tristán (1803-1844) é considerada pioneira do feminismo socialista. Na sua perspectiva política, competia aos trabalhadores, vítimas de desigualdade e de injustiças, dar um exemplo de equidade e de justiça ao mundo, ao reconhecerem a mulher como sua igual e portanto dotada de igual direito aos mesmos benefícios.

Essa posição contrastava com as dos primeiros ideólogos do movimento laboral, como Lasalle e Proudhon, que defenderam que a igualdade dos sexos conduziria ao fim da instituição do matrimónio, à morte do amor e à ruína da espécie humana. Para as mulheres não caberia outra alternativa que a de serem donas de casa ou prostitutas.

No entanto, as bases do pensamento socialista sobre a problemática feminina foram estabelecidas por Karl Marx, Friedrich Engels (1820-1895) e Auguste Bebel (1840-1913), que escreveu o livro *A Mulher e o Socialismo*.

Efectivamente, na obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Engels equipara a dominação do homem sobre a mulher à dominação de classe. Para ele, tal como para Marx, a igualdade política de ambos os sexos era uma condição necessária para a plena emancipação da sociedade, e a libertação da mulher só seria possível com uma revolução socialista que destruísse o capitalismo. Portanto, a luta feminina deveria subordinar-se ou pelo menos unir-se à luta de classes, conduzida pela liderança revolucionária, obviamente masculina. No entanto, Auguste Bebel reconhecia que, para lá dos postulados teóricos, nem todos os socialistas defendiam efectivamente a igualdade dos sexos. Para muitos deles a mulher emancipada era tão antipática como o era o socialismo para os capitalistas.

Por outro lado verificava-se uma flagrante contradição entre a dinâmica “burguesa” do movimento sufragista em Inglaterra e nos Estados Unidos e o imperativo da revolução proletária, que transformava afinal o núcleo duro daquele movimento em inimigas de classe. Na prática, o ímpeto da mensagem e da organização das sufragistas “burguesas”, captava as simpatias das operárias, e uma das tarefas prioritárias dos socialistas foi a de tentar destruir essa aliança, muito mais perigosa do que a própria exploração feminina.

A dirigente comunista alemã Clara Zetkin (1857-1933), mulher de Bebel, foi porta voz da defesa do feminismo na Internacional Socialista, e cedo contribuiu para organizar a I Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, autonomizando e dando alguma consistência à actividade feminista dentro do campo socialista. Em 1910, durante a II Conferência, realizada em Copenhaga, apresentou a moção que converteu o dia 8 de Março no Dia Internacional da Mulher, reforçando a iniciativa das mulheres socialistas norte-americanas, que haviam escolhido desde 1909, o último Domingo de Fevereiro para realizar uma jornada nacional pela igualdade dos direitos cívicos.

Por entre diversos marcos da história do feminismo e na senda de um mito fundacional, a data escolhida celebra o dia 8 de Março de 1857, ocasião em que uma multidão feminina invadiu as ruas de Nova Iorque reclamando, entre outras coisas, o direito a 10 horas de trabalho diário.

Alexandra Kollontai (1872-1952), feminista bolchevique, que desempenhou funções ministeriais, durante seis meses, no primeiro governo de Lenine, reconheceu o rumo preocupante que levava a aplicação dos ideais feministas na União Soviética. A igualdade dos sexos tinha sido estabelecida por decreto, mas a chamada “ideologia patriarcal” permanecia inamovível. A sua *Autobiografia* e *A Nova Moral e a Classe Operária* reflectem os seus pontos de vista de completa emancipação da mulher e a sua revolta contra as leis da moral sexual e contra todas as formas de dominação exibidas pelo homem. Ela entrou em choque com as concepções de Lenine, que eram na realidade “patriarcais”. Daí a sua curta permanência naquele governo.

A aliança entre as teses feministas e as teses socialistas, apesar de se ter revelado um matrimónio agitado e mal sucedido, foi encontrando sempre as suas defensoras e protagonistas. Uma das mais recentes tentativas ocorreu nos anos setenta, com Roberta Hamilton, Zillah Eisenstein e Juliet Mitchell. Para elas as categorias analíticas do marxismo seriam cegas ao sexo e estabeleceriam uma clara distinção entre a “questão feminina” e a “questão feminista”. Consideravam ainda que o feminismo ignorava a experiência das mulheres trabalhadoras, emigrantes ou pertencentes a grupos étnicos diferentes do maioritário. Seguindo esta linha de pensamento, procuraram encontrar um paralelo entre análises de classe, de género e de “raça”. Uma diligência teórica que encontrou seguidores e que encheu as bibliotecas de livros, mas que conduz a um beco sem saída. A questão feminista é antiga e com raízes e prática política, enquanto a pretensa questão feminina nem tem tradição, nem prática, sendo no fundo um modelo de adequação teórico a um neomarxismo que ainda pretende fornecer quadros de análise para este género de questões⁴⁶.

Não pode ficar por mencionar a corrente freudo-marxista do austríaco Wilhelm Reich, criador da Associação Alemã para uma Política Sexual Proletária

⁴⁶ Cfr. Christina Hoff Sommers, *Who Stole Feminism? How Women have betrayed Women*, Simon and Schuster, Nova Iorque, 1995. Também: Ruth Rosen, *The World Split Open: How the Modern Women's Movement changed America*, Penguin Books, Londres, 2001.

(Sexpol) e cujas obras fundadoras tinham títulos sugestivos: *A Função do Orgasmo* (1927), *A Luta Sexual dos Jovens* (1932), *A Revolução Sexual* (1945). Mas as suas propostas ficaram sempre marginais nos meios comunistas a que se dirigia e que continuavam fiéis à moral leninista. Só muito tempo passado, nos anos 60, é que as ideias de Kollontai e Reich penetram nos partidos, muito depois de terem penetrado na sociedade global. Os chineses utilizaram justamente esta verificação na mudança de modelo de mulher nos Estados comunistas do Ocidente como um sinal de decadência e como prova da restauração do capitalismo.

O Feminismo na Segunda Metade do Século XX

Uma vez alcançadas as reivindicações sufragistas em muitos países, outros direitos se transformam em objetivos prioritários para as organizações feministas, como o direito de ter bens próprios durante o casamento, o direito de manter a cidadania original em caso de casamento com cidadão estrangeiro, o direito a um salário igual e a iguais oportunidades no trabalho. A Segunda metade do século XX vai conhecer a chamada segunda vaga do movimento feminista, também designado como movimento de libertação da mulher.

No início dos anos 50, Simone de Beauvoir (1908-1986) transforma-se em referência fundamental na Europa para uma mudança no movimento feminista. Nos dois volumes da célebre obra *Le Deuxième Sexe* (1949) dá uma resposta contundente e actualizada à questão de saber onde reside a desigualdade e a opressão. O êxito alcançado é assinalável e até certo ponto chocante, pela acutilância inesperada com que são abordados problemas até aí não tocados como os da liberdade sexual, da maternidade e do aborto. Reforçando o “escândalo” com que muitos receberam esta obra, o “Santo Ofício” proíbe a sua leitura aos fiéis de Roma.

Simone de Beauvoir tornou-se na escritora feminista mais lida em todo o mundo, com mais de dois milhões de exemplares vendidos em língua inglesa, permanecendo no topo das preferências dos leitores japoneses durante um ano, e com a tradução da obra num número invulgar de línguas. Passados 50 anos sobre a sua publicação, *Le Deuxième Sexe* suscita ainda a realização de comemorações.

Ainda em França, Gabrielle “Coco” Chanel (1883-1971) revolucionou a moda feminina, libertando a mulher do vestuário pesado a que havia sido obrigada nos decénios anteriores. É com Coco que se generaliza o vestuário desportivo e se populariza o uso das calças, entre o público feminino, mas Coco tem uma ideia muito específica sobre as mulheres, como já se viu.

Betty Friedman, autora da conhecida obra *The Feminine Mystique* (1963), contribuiu para a constituição de uma das mais poderosas organizações feministas dos Estados Unidos, a “*National Organization of Women*” (1966). Friedman protagonizou um feminismo liberal que se caracterizou por definir a situação das mulheres como uma desigualdade e não uma situação de exploração ou de opressão. Um dos seus principais objectivos era o de contribuir para o acesso da mulher ao mercado laboral, chegando a possuir uma secção do movimento destinada a formar ou a promover mulheres para o preenchimento de lugares públicos.

A NOW, como foi designada, aceitava a participação masculina na sua organização e enfrentou algum desgaste provocado pelo feminismo radical de esquerda, durante os decénios de 60 e 70. Acabou por conseguir reforçar o seu protagonismo.

O feminismo radical norte-americano desenvolveu-se sobretudo durante o período de 1967 a 1975, tendo como protagonistas Kate Millet e Sulamit Firestone, autoras de obras sobre sexualidade, que incluíam no seu arsenal teórico conceitos marxistas e conceitos psicanalíticos. No manifesto fundacional das “*New York Radical Feminists*” (1969), intitulado “*Politics of the Ego*” afirma-se que o objectivo da dominação masculina é o de obter satisfação psicológica para o seu ego⁴⁷.

⁴⁷ Cfr. Nancy F. Cott, *The Grounding of Modern Feminism*, Yale University Press, 1989.

O activismo dos grupos radicais atingiu a espectacularidade nas suas manifestações e actos de protesto, destinados a evidenciar o modo como a mulher era considerada como um objecto ou uma mercadoria, recorrendo a táticas como a queima pública de roupas íntimas, actos de sabotagem contra comissões de especialistas sobre o aborto, e muitos outros, com os quais atraíram a atenção dos meios de comunicação.

A tentativa de aplicação das teses igualitárias dentro das organizações radicais deu origem à permanência do debate e crítica internas que se tornavam profundamente desgastantes para as organizações. Como consequência desta autêntica voragem interna, grande parte das líderes foram expulsas dos movimentos que haviam fundado. O igualitarismo pode constituir uma fórmula ideológica para o combate político, mas torna inoperante qualquer organização que o ponha em prática⁴⁸.

⁴⁸ AA.VV., *Personal Politics: The Roots of Women's Liberation Movement in the Civil Rights Movement and the New Left*, Vintage Books, Nova Iorque, 1980. Ver obrigatoriamente: Flora Davis, *Moving the Mountain: The Women's Movement Since 1960*, University of Illinois, 1999.

Como se isso não bastasse, as teses da irmandade de todas as mulheres foram ainda confrontadas com problemas de classe e com o aparecimento da questão do lesbianismo e da homossexualidade masculina. Todos estes factores contribuíram para que os movimentos autenticamente radicais terminassem em meados dos anos setenta.

Uma vez terminado o feminismo radical, que tal como o feminismo socialista e o liberal tinham partilhado de uma concepção construtivista de género,

surge uma concepção essencialista designada como *feminismo cultural* ou do cultivo da diferença. Nesta concepção o objectivo já não reside na igualdade e na superação dos géneros, mas na afirmação e defesa da diferença sexual. Esta nova concepção encontrou acolhimento em movimentos norte-americanos, franceses e italianos.

Como se reparou, o feminismo cultural norte-americano engloba diversas correntes que colocam no mesmo plano a libertação da mulher com o desenvolvimento de uma contracultura feminina, que procura criar um mundo de mulheres para mulheres. Essa contracultura, que teve em Adrienne Rich uma das suas figuras de topo, pressupõe que a opressão sobre a mulher resulta da supressão da essência feminina e exalta tudo o que é feminino, denegrindo tudo o que é masculino. Seguindo uma linha de acentuação das diferenças entre sexos, este movimento veio a condenar a heterossexualidade, acusada de provocar a conivência com o mundo masculino, tendo sido imposta por este, e por apresentar o lesbianismo, como alternativa a esse desvio ou contaminação. Estas teorias excessivas levaram feministas e desviarem-se destas correntes ou como Cathy Young a escrever uma bela obra a que deu o título de *Ceasefire* (1999)⁴⁹.

O feminismo francês da diferença parte da dicotomia masculino/feminino para declarar a alteridade absoluta da mulher. Utilizando a psicanálise, faz uso da exploração do inconsciente como meio de reconstrução de uma identidade exclusivamente feminina. Trata-se de uma via para definir uma identidade separada da relação com o homem. Entre representantes desta corrente destacaram-se Annie Leclerc, Hélène Cixous e Luce Irigaray. O grupo “Psicanálise e Política” aparece nos anos 70 e torna-se na referência do feminismo francês, assume uma crítica violenta ao feminismo igualitário que pretende tornar a mulher semelhante aos homens, mas que permanece inoperante perante a dominação masculina, que é o tema mais forte do grupo.

As conquistas dos movimentos feministas no plano político e legal em cada país não deixaram de se reflectir nas organizações internacionais. Basta pensar na actividade desenvolvida pelas Nações Unidas na luta pelos direitos da mulher. É de referir obrigatoriamente a aprovação de mais 4 convenções, a saber: em 1956, “The Convention on Recovery Abroad of Maintenance”; em 1957, “Convention on the Nationality of Married Women”; em 1962, “Convention on the Consent to Marriage”; e em 1979, “Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women”. Em Dezembro de 1993 as Nações Unidas adoptaram ainda a “Declaration on the Elimination of Violence Against Women” e a partir de 1982 passou a funcionar um comité para a eliminação da discriminação contra as mulheres.

Em Portugal, como todos se recordarão, existiu um Ministério para a Igualdade e foi introduzida e debatida a questão das quotas das mulheres em

⁴⁹ Ver: Cathy Young, *Ceasefire*, Free Press, Nova Iorque, 1999. A perspectiva radical já era evidente no diário de uma militante bem conhecida. Ver: Farrar Strauss, *Manifesta, Young Women, Feminism and the Future*, Free Press, Nova Iorque, 2000. Melhor ainda em matéria de memórias: Susan Brownmiller, *Memoir of a Revolution*, Dell Books, Nova Iorque, 2000.

organismos políticos representativos, tomando-se isso como uma questão muito importante. Ao mesmo tempo as mulheres foram admitidas nas Forças Armadas e nas Forças de Segurança de muitos países, o que também se reflectiu em Portugal.

3.4.4 *As Últimas Tendências*

Ultrapassada a vitalidade que o feminismo manifestou nos anos 70, o decénio de 80 revelou-se bastante conservador, registando-se os impactos resultantes da queda do bloco socialista. Muitos êxitos haviam sido alcançados e muito ficava ainda por fazer; mas não foi possível congrega, de novo, grandes manifestações públicas em torno do ideário feminista. O feminismo sofreu profundas alterações, transformando-se em grupo de pressão, ou tornando-se mais institucional, com a criação de organismos governamentais dedicados à mulher. Nalguns casos, os lugares de relevo, tanto em partidos políticos como no aparelho de alguns Estados, foram ocupados por mulheres declaradamente feministas. A polícia e as forças armadas, áreas tradicionalmente reservadas aos homens, abriram também as suas portas às mulheres.

É claro que não é possível generalizar a experiência feliz de algumas mulheres no Ocidente, porque ainda há zonas do mundo onde a cidadania plena de mulheres, mas também dos homens, encontra sérios obstáculos.

Surgiram em muitas Universidades centros de investigação sobre as questões feministas, alcançando o estatuto académico para os seus métodos interpretativos da realidade social. Devido a isso e a um aumento exponencial da população feminina universitária, o pensamento feminista exerce uma influência poderosa em muitas áreas académicas, como a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia e a História, entre outras disciplinas.

Os objectivos feministas combinaram-se com outros, levando as mulheres a aderirem à condenação das armas nucleares, da pena de morte, ou a comprometerem-se com as ideologias ambientalistas. Surgiu mesmo um ecofeminismo, segundo o qual as mulheres possuem uma relação privilegiada com a natureza, resultando daí que o combate ecológico está associado à libertação da mulher. Esta relação está sustentada na fertilidade, elemento partilhado pela Terra e pelas fêmeas.

A influência do feminismo ficou marcada na nossa civilização e manifestou-se numa maior atenção aos direitos humanos, aos interesses femininos e num reconhecimento do direito à diferença, que se regista particularmente entre os meios de comunicação social.

Novos problemas sociais foram encarados de modo diferente, por um efeito lateral, como seja a atitude perante a SIDA ou perante os homossexuais. Do direito ao voto as mulheres fazem a longa marcha para estabelecer o direito ao corpo e a uma sexualidade livre de restrições, mas acompanhada de garantias económicas. O movimento “gay” sai da sombra sob o manto do feminismo, porque foi o feminismo, nas suas diversas formas, que alterou as mentalidades, criando no fundo uma tolerância ou mesmo o favorecimento face ao desigual, à tal alteridade sexual.

Nas sociedades ricas estes mecanismos podem funcionar e ir ainda um pouco mais longe, se entretanto outros grupos não reclamarem protecção e exigirem financiamento. Compreender-se-á que este é o caminho da atomização social, da criação da sociedade polifacetada, internacionalista e sem identidade, porque cheia de identidades, e todos os sociólogos estão curiosos por descobrir onde vai desaguar este rio. Nas sociedades pobres ou submetidas a regras religiosas ou políticas opressivas não é de prever que as mulheres comuns venham a ter uma liberdade de vida semelhante à do homem, nem que os movimentos de lésbicas e “gays” tenham qualquer tipo de reconhecimento, sendo antes uma marca de vergonhosa culpa que a sociedade inteira rejeita e muitas vezes pune.

3.5 Os Novos Movimentos Sociais

É importante ter a noção de que a análise de uns quantos movimentos históricos e de outros do nosso tempo não esgota a realidade da dinâmica social: tão só aponta pistas de investigação.

Mas há uma realidade que não pode deixar de interessar: o domínio dos novos movimentos sociais. A teoria dos novos movimentos sociais tem a ver com posições que se tomaram, desde os anos 70, nos Estados Unidos da América e na Europa. O trabalho de campo na América levou a considerar que os movimentos sociais e o seu sucesso estavam ligados directamente aos recursos que eram capazes de mobilizar para as suas finalidades. A teoria pode ser descrita como a teoria da mobilização de recursos e critica sobretudo perspectivas anteriores, que asseguravam que os movimentos nasciam em estruturas sociais desorganizadas e integravam sobretudo pessoas isoladas ou alienadas⁵⁰.

A teoria descarta, como já vimos, o papel de factores irracionais na génese e desenvolvimento do movimento ao mesmo tempo que não presta atenção ao papel da ideologia-guia do movimento. O movimento socialista, o movimento fascista, o movimento nacionalsocialista e mesmo o movimento talibã seriam incompreensíveis a esta luz.

⁵⁰ Doug McAdam (Ed.), *Comparative Perspectives in Social Movements. Political Opportunities, Mobilizing Structures and Cultural Framings*, Cambridge University Press, Nova Iorque, 1996.

Foi face a esta teoria que se formou na Europa, entre os investigadores e teóricos, outra perspectiva. A observação e estudo dos movimentos vinham muito afectados pela teoria marxista: esta atribuiu-lhe um papel na luta de classes, à volta da esfera económica, e nada mais: a dicotomia capitalistas contra proletários saltava para o campo das interpretações com toda a facilidade.

Como Bernstein e outros gradualistas, que tinham colocado de lado a revolução operária como modo de alcançar os seus objectivos, tinham explicado, este radicalismo irreconciliável tinha de ceder passo à negociação entre o movimento operário e as associações empresariais, em busca de cedências vantajosas para ambos lados. Até mesmo o Estado, frequentemente, interveio nestas negociações, sendo ele próprio, objecto, de uma parte na negociação porque era, ao mesmo tempo, um grande patrão. Ora, o atenuamento desta luta acabou, no Ocidente, num sistema de bem-estar, em que os operários e funcionários passaram a usufruir cada vez mais de garantias de emprego e de salários mais atractivos, de condições de trabalho mais dignas e apropriadas. Por outro lado, o Estado foi, muitas vezes, tomado pelo partido socialista, que introduziu reformas valiosas para os operários, não sem algumas vezes ter chegado ao controlo dos seus sindicatos e organizações de classe.

A observação desta mudança, que já era óbvia por volta de meados do século passado, levou à teorização dos novos movimentos sociais, à sua explicação, à sua interpretação e, finalmente, à sua natureza. Para estes teóricos a emergência dos novos movimentos sociais são formas de luta contra as desigualdades sociais, o domínio da comunicação social e outras características do sistema capitalista pós-industrial e do Estado de Bem-estar.

Estes movimentos, que parecem desenquadrados uns dos outros são, no fundo, exemplo dessas forças sociais profundas que demonstram uma grande insatisfação com o Sistema e o Sistema é a totalidade da sociedade politicamente organizada. Tais movimentos incluem o movimento feminista nas suas diversas facetas mais radicais e modernas, os movimentos de contestação de juventude, os movimentos pacifistas, o movimento ecológico, os restos do movimento anarquista, como ainda os movimentos de combate político que assentam na etnicidade e na raça, nomeadamente os movimentos armados, qualificados como terroristas, e o movimento de anti-globalização.

Há quem entenda que muitos destes movimentos têm uma explicação simples. Nas sociedades abastadas, as necessidades básicas foram colmatadas e muitas das supérfluas também. A obsessão pelo material tenderia a desaparecer e os indivíduos tenderiam a agir em função de metas não materiais: engrossariam movimentos religiosos já assentes ou criariam novos; entregar-se-iam a causas nobres que afectam positivamente toda a humanidade, enfim, dedicar-se-iam a finalidades mais sublimes. As sociedades deixariam progressivamente

a sua matriz material e desenvolveriam uma identidade pós materialista: interesse pela preservação da natureza, defesa da biodiversidade, combate às espécies transgênicas, protecção das formas religiosas, luta contra a uniformização do mundo, cultivo de valores como a liberdade, a igualdade, a solidariedade, o companheirismo, a amizade, o amor. Numa palavra, nasceriam focos de uma nova cultura entre os mais esclarecidos e abastados. Ora, estes interesses e valores entraram em choque com o que ainda resta de velho e material nas sociedades afluentes: daí os protestos, os motins, o desafio às autoridades que representam o velho mundo, o muro da velha cultura que deve ser deitado abaixo⁵¹.

O sociólogo alemão Jürgen Habermas pensa de outro modo. Todos os seus livros tentavam demonstrar que era possível estabelecer um vínculo político racional com o socialismo nas sociedades técnica e culturalmente adiantadas, constituindo assim os movimentos de protesto um combate por uma sociedade racional, paradoxalmente livre. Ora os movimentos sociais, raramente favoráveis ao poder, foram assim vistos como um protesto contra a extrema racionalização da burocracia do Estado e a sua enorme dimensão. Pensou que a intrusão do Estado na vida de cada um era uma razão mais que suficiente para suscitar uma onda de revolta, que poderia tomar forma num movimento destrutivo, como foi o movimento dos estudantes e os movimentos de combate político.

Por seu turno, Herbert Marcuse (1898-1979), que se tornou uma figura de referência da Escola de Frankfurt, (realmente denominada *Instituto para a Investigação Social*) juntamente com Theodore Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973)⁵², ensinou nos Estados Unidos algumas cadeiras nas Universidades de Harvard, Brandeis e San Diego, onde desenvolveu parte dos seus conceitos. No que toca aos movimentos sociais é de sublinhar que ele viu o movimento estudantil do seu tempo como uma elite alienada, que haveria de subverter as bases de uma sociedade que ele decifrava como opressiva, isto é, uma sociedade que satisfazia todas as necessidades e obrigava o homem a viver numa única dimensão: a do consumo. A opressão tinha origem no próprio ordenamento social que organizava um controlo total do indivíduo. Daí o seu famoso livro: *O Homem Unidimensional*, onde desenvolve esses conceitos⁵³.

Porém, as revoltas dos estudantes nos anos 60, nomeadamente em Berkeley e em Paris não lhe deram razão. Extinguiram-se sem deixar marcas, tendo depois os diversos movimentos estudantis praticado o seguidismo relativamente a partidos instalados no Sistema ou, se independentes, buscado a melhoria de condições da vida estudantil e dos seus dirigentes. É de notar que toda a Escola de Frankfurt se ocupou em desenvolver uma crítica à sociedade industrial, de diversos pontos de vista, e é por isso possível e provável que os homens que estiveram preocupados com os movimentos de

⁵¹ Enrique Larana e Hank Johnston (Ed.), *New Social Movements: From Ideology to Identity*, Temple Press, 1994.

⁵² Ver por exemplo: Max Horkheimer, *Critical Theory*, Herder and Herder, Nova Iorque, 1972.

⁵³ Cfr. Herbert Marcuse, *L'Homme Unidimensionnel. Essais sur l'Idéologie de la Société Industrielle Avancée*, Minuit, Paris, 1967.

⁵⁴ Ver: Zoltan Tár, *A Escola de Francoforte*, Edições 70, Lisboa, s.d.

⁵⁵ Zoltán Tar, *Op. cit.*, p. 50.

contestação ou os novos movimentos venham dessas matrizes ou tenham uma formação segundo essas linhas⁵⁴. A escola não deixou na sua teoria crítica da sociedade uma teoria geral, mas forneceu elementos para a desconstrução da sociedade pós-industrial. Como escreve Tár “a *Teoria Crítica* está imbuída de uma ideia de sociedade futura como uma comunidade de homens livres” e para chegar aí os autores foram sondando os movimentos do seu tempo⁵⁵. Sem grande êxito, de resto.

O Movimento Anti-globalização e o Terrorismo

⁵⁶ Peter Waterman, *Globalization, Social Movements and the New Internationalisms*, Nova Iorque, 2001.

Quem tem acompanhado o movimento anti-globalização pode dar-se conta da sua potencial violência bem assim como o conjunto de organizações que nele converge⁵⁶. Enquanto o movimento de globalização é apresentado e representado pelas altas autoridades institucionais do mundo como irreversível, interactivo, bom para todos, um movimento que conduzirá a uma nova ordem mundial mais justa e benéfica; o movimento de anti-globalização promove manifestações onde se agendam reuniões dos decisores mundiais ou das grandes organizações políticas e económicas. Sob ataque directo por multidões vindas de diversos países encontram-se as reuniões dos G8, do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional, dos organismos da ONU. Desde Novembro de 1999 os encontros que suscitaram a ira do movimento sincrético, que junta desde anarquistas até ecologistas e nacionalistas, podem ser enunciados e a lista é impressionante: encontros de Seattle em Novembro de 1999, nos Estados Unidos; de Davos em Janeiro de 2000; de Bangkok em Fevereiro de 2000; de Washington em Abril de 2000; de Goteborg e de Bolonha em Junho de 2000; de Salzburgo em Julho de 2000; de Praga e de Melbourne em Setembro de 2000; de Seul em Outubro de 2000; de Porto Alegre em Janeiro de 2001; de Nápoles em Março de 2001; de Montreal em Abril de 2001; de Honolulu em Maio de 2001; de Génova em Julho de 2001; em 2002 registam-se já os enfrentamentos de Porto Alegre (Fórum Social Mundial); de Nova Iorque (Fórum Económico Mundial); e de Barcelona (Cimeira Europeia).

A contestação iniciada em Seattle contra o encontro dos G8 expandiu-se e os contestários começaram a convergir para as cidades que albergassem qualquer conferência importante a nível do planeta. Em Génova, Julho de 2001, em Itália, ficou um rasto de violência na passagem do encontro dos megadecisores. As forças repressivas do Estado tiveram de ser utilizadas contra os manifestantes, que estão orientados por uma ideologia anti-globalista: não querem que o mundo se integre sob a égide destas instituições que julgam hegemónicas e desadequadas. Não desejam que as grandes companhias tomem conta do planeta, não querem a americanização e neste específico contexto do sentimento antiamericano não estão longe do sentimento das

populações islâmicas como se tem provado desde o atentado contra as Torres Gémeas e o Pentágono.

O problema da globalização e da reacção dos movimentos tradicionais bem como dos novos movimentos a este fenómeno não é de colocar de lado, e muitos autores têm elaborado recentemente, nesta área, os seus pontos de vista: basta considerar a antologia organizada por John Guidry⁵⁷. O primeiro-ministro inglês Tony Blair colocou assim a questão: “Então estas pessoas podem vir, podem promover motins, protestar nas ruas e lançar bombas de petróleo contra a polícia e depois, nós, os líderes democráticos, devemos concluir disso que nunca mais nos devemos encontrar. Penso que o mundo está maluco⁵⁸”.

O mundo pode estar efectivamente maluco como supõe Blair, mas não escapa hoje em dia a qualquer pessoa que o pesadelo na Rua 14, em 11 de Setembro de 2001 representa, por si só, um limite à marcha da globalização. Movimentos terroristas apetrechados e dotados de uma fé inabalável no destino sereno das suas almas podem criar infernos, utilizando justamente as redes da globalização⁵⁹. Na realidade, quiçá uma das forças a unir-se através das redes mundiais e a estabelecer nexos só agora suspeitados, tenha sido, justamente a força constituída pelos movimentos de contestação armada a poderes políticos. Uma rede que se auto-financia, cria campos de treino, desenvolve articulações e atinge objectivos, recrutando na exacta medida das suas necessidades.

A posição dos Estados Unidos, ao verificar a sua vulnerabilidade interna, ao assistir à destruição de imóveis emblemáticos do seu poder, parece ir no sentido de refrear de algum modo as facilidades de deslocação de capitais e pessoas, em que apostara numa época mais feliz e risonha. Se o principal agente da globalização temer os efeitos trágicos desta sobre a sua segurança interna, em que ficaremos em matéria de globalização⁶⁰? E a chamada globalização será apenas a mundialização do capitalismo e dos seus efeitos colaterais que descreve Gérard Vindt, de Vasco da Gama a Bill Gates, através de um atribulado mas vitorioso percurso⁶¹?

Às necessidades sentidas e pressentidas para travar esta globalização que não interessa aos poderes constituídos e muito menos à superpotência, respondeu a ONU no dia 28 de Setembro de 2001 com uma resolução histórica, no dizer do presidente do Conselho de Segurança, o francês Jean-David Levitte. O documento aprovado pelos 15 países do Conselho de Segurança e pelos 189 da Assembleia Geral declara o financiamento do terrorismo como um acto criminoso e exige aos Estados que congelem as contas de indivíduos e organizações suspeitas de ligações ao terrorismo. Por outro lado, lutar contra o financiamento do terrorismo é também uma prioridade dos G7, os sete países mais desenvolvidos do mundo, e da Rússia, que com eles integra o que se pode designar por G8.

⁵⁷ Cfr, John Guidry (Ed.), *Globalizations and Social Movements: Culture, Power and the Transnational Public Sphere*, Michigan University, 2001.

⁵⁸ Ver, *The Economist*, 4-10 de Agosto de 2001.

⁵⁹ Kriesi, Hanspeter e outros, *New Social Movements in Western Europe*, University of Minnesota, 1995.

⁶⁰ Ver: John Micklethwait e Adrian Woolridge, *A Future Perfect: The Challenge and Hidden Promise of Globalization*, Times Books, Nova Iorque, 2000.

⁶¹ Cfr. Gérard Vindt, *500 Anos de Capitalismo. A Mundialização de Vasco da Gama a Bill Gates*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2001. Claro que sobre esta mesma matéria encontra-se uma abordagem académica de alta intensidade e segundo a escola neomarxista em: Immanuel Wallerstein, *The Modern World-System*, Academic Press, Londres e Nova Iorque, 1980.

A revista muito conceituada *Foreign Policy* deu-se ao trabalho de identificar os principais erros ou falsas premissas dos anti-globalistas. Segundo o articulista seriam os seguintes: a ideia de que a globalização acarretaria o triunfo das gigantescas empresas mundiais; que destruiria o ambiente; que tornaria a geografia irrelevante; que seria necessariamente uma americanização; que implicaria a queda do nível de vida do operariado; que concentraria o poder em instituições não democráticas como é o caso da World Trade Organization (WTO); finalmente, que a globalização é irreversível. Estes erros comuns, segundo os analistas confundem toda a problemática e levam grupos muito motivados a agir sem conhecimento das coisas⁶². Mesmo em Portugal um balanço deste género foi tentado no âmbito de conferências que decorreram na Fundação Gulbenkian e que não é de todo inútil acompanhar⁶³.

⁶² Ver: *Foreign Policy*, número de Setembro-Outubro de 2001, pp. 16-26. Artigo de John Micklethwait e Adrian Woolridge. O que foi escrito sobre globalização e publicado nesta excelente revista encontra-se em: www.foreignpolicy.com. Para estudar o caso da anti-globalização ver: John Gray, *False Dawn, The Delusion's of Global Capitalism*, New Press, Nova Iorque, 1998.

⁶³ AA. VV., *Globalização, Desenvolvimento e Equidade*, Dom Quixote, Lisboa, 2001.

Uma recomendação final do autor para os leitores

Ao terminar este manual quero deixar uma palavra para os estudantes. Os professores estão saturados destes conselhos e é por isso mesmo que os endereço ao corpo discente. Porque os alunos levam-nas sempre como aligeiradas sugestões.

- Leiam uma parte selecta da bibliografia;
- Busquem temas novos nesta área, tão vasta para reflectir. O Pensamento, bem pesado, vale mais que o ouro mais fino;
- Não tomem as bibliografias como simples mostra da experiência universitária; ela é um instrumento de trabalho para mim e para si;
- Gostei de escrever este livro porque está no domínio dos meus conhecimentos. Mas ficarei ainda mais feliz ao saber que gostou, que pensou, que a linguagem foi acessível e, por favor, deixe-me conhecer isso por carta para a Universidade;
- Finalmente, faça-lhe uma recomendação: crie o hábito de pensar. Certamente um mau hábito, desencorajado, mas, note, é esse mesmo que eu quero encorajar pois que deve ser a preocupação emblemática de qualquer Universidade, em qualquer país.
- Pode contactar-me para abessa@iscsp.utl.pt.

3.6 Bibliografia utilizada

AA. VV

2001 *Globalização, Desenvolvimento e Equidade*, Dom Quixote, Lisboa.

AA.VV

1982 *Leituras de Política Internacional*, Universidade de Brasília, Brasília.

AA.VV

1980 *Personal Politics: The Roots of Women's Liberation Movement in the Civil Rights Movement and the New Left*, Vintage Books, Nova Iorque.

AFONSO, Aniceto e Carlos Matos GOMES

2000 *Guerra Colonial*, Notícias, Lisboa.

BERGMANN, Barbara

1986 *The Economic Emergence of Women*, Basis Books, Nova Iorque.

BERKELEY, Kathleen e Randall M. MILLER

1999 *The Women's Liberation Movement in America*, Greenwood Press.

BRINTON, Crane

1985 *The Anatomy of Revolution*, Vintage Books, Nova Iorque.

BROWNMILLER, Susan

2000 *In Our Time: Memoir of a Revolution*, Dell Books, Nova Iorque.

2000 *Memoir of a Revolution*, Dell Books, Nova Iorque.

CANN, John P.

1998 *Contra-Insurreição em África: O Modo Português de fazer a Guerra, 1961-1974*, Atena, S. Pedro do Estoril.

CARRILLO, Santiago

1977 *L'eurocomunisme et l'Etat*, Flammarion, Paris.

COTT, Nancy F.

1989 *The Grounding of Modern Feminism*, Yale University Press.

DAVIS, Flora

1999 *Moving the Mountain: The Women's Movement Since 1960*, University of Illinois.

-
- DUHAMEL, Jérôme
2000 *Les Perles des Misogynes*, Albin Michel, Paris.
- DUMONT, René
s.d. *África Acuso!*, Europa-América, Mem Martins.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste
1996 *L'Europe de 1815 à nos Jours*, PUF, Paris, 9.^a ed..
- FERNBACH, David
1973 “Prefácio a: Karl Marx”, *The Revolution of 1848*, Political Writings, vol. 1, Penguin Books, Harmondsworth.
- FREEMAN, Jo
2000 *The Politics of Woman Liberation: a case study of an emerging social movement and its relation to the policy process*, Blackwell, Londres.
- GANDOLFI, Alain
1989 *Les Mouvements de Libération Nationale*, PUF, Paris.
- GELLNER, Ernest
1993 *Nações e Nacionalismo*, Gradiva, Lisboa.
- GIAP, General vo Nguyen
1969 *Vietname, da Resistência à Vitória*, Brasília Editora, Porto.
- GIDDENS, Anthony
1998 *Sociology*, 3.^a ed., Polity Press, Cambridge. Há, em alternativa, uma recente tradução deste manual, publicada pela Fundação Gulbenkian.
- GRAY, John
1998 *False Dawn, The Delusion's of Global Capitalism*, New Press, Nova Iorque.
- GUICHONET, Paul
1996 *L'Unité Italienne*, PUF, Paris, 6.^a ed..
- GUIDRY, John (Ed.)
2001 *Globalizations and Social Movements: Culture, Power and the Transnational Public Sphere*, Michigan University.

HOBBSBAWM, Eric

1998 *A Questão do Nacionalismo. Nações e Nacionalismo desde 1780*, Terramar, Lisboa.

HORKHEIMER, Max

1972 *Critical Theory*, Herder and Herder, Nova Iorque.

KAPPELER, Andreas (Ed.)

1991 *The Formation of National Elites*, New York University Press, Dartmouth.

KRADITOR, Aileen

1981 *The Ideas of the Women's Suffrage Movement 1880-1920*, Norton, Nova Iorque.

KRIESI, Hanspeter e outros

1995 *New Social Movements in Western Europe*, University of Minnesota.

LARANA, Enrique e Hank JOHNSTON (Ed.)

1994 *New Social Movements: From Ideology to Identity*, Temple Press.

LASCH, Christopher

1997 *Women and the Common Life: Love, Marriage and Feminism*, W. W. Norton, Nova Iorque.

MANTOUX, Paul

s.d. *A Revolução Industrial no Século XVIII*, Unesp, São Paulo.

MARCOU, Lilly

1977 *Le Kominform, le Communisme de Guerre Froide*, Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, Paris.

1990 *Le Mouvement Communiste International, depuis 1945*, PUF, Paris.

MARCUSE, Herbert

1967 *L'Homme Unidimensionnel. Essais sur l'Idéologie de la Société Industriel Avancée*, Minuit, Paris.

MARX, Karl

1973 *The Revolution of 1848*, in *Political Writings*, vol. 1, Penguin Books, Harmondsworth.

McADAM, Doug (Ed.)

1996 *Comparative Perspectives in Social Movements. Political Opportunities, Mobilizing Structures and Cultural Framings*, Cambridge University Press, Nova Iorque.

MENON, Rajan e Graham FULLER

2000 “Russia’s Ruinous Chechen War”, *Foreign Affairs*, Março-Abril, vol. 79, n.º 2.

MICKLETHWAIT, John e Adrian WOOLRIDGE

2000 *A Future Perfect: The Challenge and Hidden Promise of Globalization*, Times Books, Nova Iorque.

MITCHELL, Juliet e Ann OAKLEY (Ed.)

1986 *What is Feminism?*, Pantheon Books, Nova Iorque.

MONTORO, Franco

1982 “Desenvolvimento mundial recente e seu impacto sobre as populações pobres do Terceiro Mundo”, in AA.VV, *Leituras de Política Internacional*, Universidade de Brasília, Brasília.

MORAN, Daniel

2002 *Wars of National Liberation*, Cassel, Londres.

O’DAY, Alan

1991 “Ireland’s Catholics in the British State, 1850-1922”, in Andreas Kappeler (Ed.), *The Formation of National Elites*, New York University Press, Dartmouth.

OSTROGORSKI, Moisei

1980 *The Rights of Women*, Porcupine Press Filadelfia.

POMIAN, Krzysztof

1990 *L’Europe et ses Nations*, Gallimard, Paris.

ROSEN, Ruth

2001 *The World Split Open: How the Modern Women’s Movement changed America*, Penguin Books, Londres.

RYDENFELT, Sven

1987 *Crise nas Economias Socialistas*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.

SCHULZE, Hagen

1997 *Estado e Nação na História da Europa*, Presença, Lisboa.

SOMMERS, Christina Hoff

1995 *Who Stole Feminism? How Women have betrayed Women*, Simon and Schuster, Nova Iorque.

STITES, Richard

1991 *The Women's Liberation Movement in Russia*, Princeton University Press, Princeton.

STRAUSS, Farrar

2000 *Manifesta, Young Women, Feminism and the Future*, Free Press, Nova Iorque.

SUSLOV, Mikhail

1964 *La Lutte du PCUS pour la Cohésion du Mouvement Communiste Internationale*, Presses de l'Agence Novosti, Moscovo.

TÁR, Zoltan

s.d. *A Escola de Francoforte*, Edições 70, Lisboa.

TEIXEIRA, Rui Azevedo

1998 *A Guerra Colonial e o Romance Português*, Editorial Notícias, Lisboa.

VINDT, Gérard

2001 *500 Anos de Capitalismo. A Mundialização de Vasco da Gama a Bill Gates*, Círculo de Leitores, Lisboa.

WALLERSTEIN, Immanuel

1980 *The Modern World-System*, Academic Press, Londres e Nova Iorque.

WATERMAN, Peter

2001 *Globalization, Social Movements and the New Internationalisms*, Nova Iorque.

YACONO, Xavier

1994 *Les Étapes de la Décolonisation Française*, PUF, Paris, 7.^a ed..

YOUNG, Cathy

1999 *Ceasefire*, Free Press, Nova Iorque.

Revistas consultadas

The Economist, 9-15 de Junho de 2001.

Manières de Voir, n.º 58, Julho-Agosto de 2001.

The Economist, 15-21 de Setembro de 2001.

Revista Farmácia e Saúde, n.º 58, Julho de 2001.

The Economist, 4-10 de Agosto de 2001.

Foreign Policy, Setembro-Outubro de 2001, pp. 16-26. Artigo de John Micklethwait e Adrian Woolridge. O que foi escrito sobre globalização e publicado nesta revista especializada encontra-se em: www.foreignpolicy.com.

3.7 Bibliografia Básica

AA.VV

1980 *Personal Politics: The Roots of Women's Liberation Movement in the Civil Rights Movement and the New Left*, Vintage Books, Nova Iorque.

DAVIS, Flora

1999 *Moving the Mountain: The Women's Movement Since 1960*, University of Illinois.

GANDOLFI, Alain

1989 *Les Mouvements de Libération Nationale*, PUF, Paris.

KRADITOR, Aileen

1981 *The Ideas of the Women's Suffrage Movement 1880-1920*, Norton, Nova Iorque.

LARANA, Enrique e Hank JOHNSTON (Ed.)

1994 *New Social Movements: From Ideology to Identity*, Temple Press.

McADAM, Doug (Ed.)

1996 *Comparative Perspectives in Social Movements. Political Opportunities, Mobilizing Structures and Cultural Framings*, Cambridge University Press, Nova Iorque.

MITCHELL, Juliet e Ann OAKLEY (Ed.)

1986 *What is Feminism?*, Pantheon Books, Nova Iorque.

RYDENFELT, Sven

1987 *Crise nas Economias Socialistas*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.

VINDT, Gérard

2001 *500 Anos de Capitalismo. A Mundialização de Vasco da Gama a Bill Gates*, Círculo de Leitores, Lisboa.

3.8 Bibliografia aconselhada para saber mais

ANDREE, Michel

2000 *Femmes Sexisme et Société*, PUF, Paris.

2001 *Le Féminisme*, PUF, Paris.

BUECHLER, Steven M. e F. Kurt CYLKE

1996 *Social Movements: Perspectives and Issues*, Mayfield Publishing Co. Nova Iorque.

CASTRO, Ginete

2000 *Radioscopie du Féminisme Américain*, Presses de Science Po, Paris.

COHEN, Robin e Shirin RAI (Ed.)

2000 *Global Social Movements*, Athlone Press, Nova Iorque.

COTT, Nancy

2000 *No Small Courage: A History of Women in the United States*, Oxford University of Illinois.

DECKARD, Barbara Sinclair

1983 *The Women's Movement. Political, Socio Economic and Political Issues*, Harper, Nova Iorque.

EVANS, R.

1980 *Las Feministas*, Siglo XXI de España, Madrid.

HIRATA, Helene, Françoise LABORIE e Helene LE DOARE

2000 *Dictionnaire Critique du Féminisme*, PUF, Paris.

KACZMAREK, Sylvie

2000 *Femmes et Feminismes d'Hier a Demain*, Erès, Paris.

KOBI, Silvia

2001 *Des Citoyens Suisses contre l'Elite Politique*, Harmattan, Paris.

KRIESI, Hanspeter, Ruud KOOPMANS, Duyvendek e GIUGNI

1995 *New Social Movements in Western Europe*, University of Minnesota Press, Londres.

MARCOU, Lilly

1977 *Le Kominform, le Communisme de Guerre Froide*, Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, Paris.

McADAM, Doug (Ed.)

1996 *Comparative Perspectives in Social Movements. Political Opportunities, Mobilizing Structures and Cultural Framings*, Cambridge University Press, Nova Iorque.

MICKLETHWAIT, John e Adrian WOOLRIDGE

2000 *A Future Perfect: The Challenge and Hidden Promise of Globalization*, Times Books, Nova Iorque.

NICHOLAS, Susan Cary e outros

1986 *Rights and Wrongs: Women's Struggle for Legal Equality*, 2.^a edição, Feminist, Nova Iorque.

O'BRIEN, Robert e outros

2000 *Contesting Global Governance: Multilateral Economic Institutions and Global Social Movements*, University of Cambridge Press, Cambridge.

PERNOUD, Régine

1978 *O Mito da Idade Média*, Europa-América, Lisboa.

RIBEIRO DOS SANTOS, António Pedro

2000 *Movimentos Laborais e Constituição Económica*, ISCSP, Lisboa.

TÁR, Zoltan

s.d. *A Escola de Francoforte*, Edições 70, Lisboa.

TEIXEIRA, Rui Azevedo

1998 *A Guerra Colonial e o Romance Português*, Editorial Notícias, Lisboa.

TOBIAS, Sheila

1998 *Faces of Feminism, an Activist's Reflections on the Women Movement*, Westview Press, Nova Iorque.

TOZZY, Michel

2000 *Syndicats et Nouveaux Mouvements Sociaux*, L'Atelier, Paris.

VINDT, Gérard

2001 *500 Anos de Capitalismo. A Mundialização de Vasco da Gama a Bill Gates*, Círculo de Leitores, Lisboa.

YOUNG, Cathy

1999 *Ceasefire*, Free Press, Nova Iorque.

WALLERSTEIN, Immanuel

1980 *The Modern World-System*, Academic Press, Londres e Nova Iorque.

3.9 Lista de questões para os alunos pesquisarem. Perguntas para testarem o conhecimento básico adquirido

- Que metodologia adoptaria para estudar um movimento social?
- Quais foram as questões de base do movimento feminista?
- Porque triunfaram os movimentos de libertação?
- Quais as razões que fundamentaram o movimento de descolonização?
- Que entende por novos movimentos sociais?
- Porque falhou o movimento comunista?
- Que entende por globalização?
- Porque se desenvolveram movimentos de anti-globalização e qual é a natureza deste movimento?

3.10 Conceitos-chave que devem ser adquiridos

Movimentos sociais emergentes, movimento de libertação nacional, descolonização, movimento comunista, internacionalismo, feminismo, novo feminismo, escola de Frankfurt, globalização, anti-globalização, metodologia para estudar movimentos.

3.11 Tarefas

- Faça uma pequena monografia de um movimento ecologista português.
- Procure distinguir as etapas da descolonização portuguesa e faça uma avaliação do seu processo.
- Investigue o movimento comunista e compare as promessas com os resultados alcançados.
- Descreva um movimento de protesto de que tenha conhecimento.

Matriz das epígrafes dos capítulos

Capítulo I

Vilfredo Pareto

1984 *Mythes et Idéologies*, Droz, Genebra, p. 261.

Norberto Bobbio

1972 *On Mosca and Pareto*, Droz, Genebra, p. 78.

Capítulo II

Jacques Ellul

1974 *Es Posible la Revolución?*, Unión Editorial, Madrid, p. 38.

Capítulo III

H. R. Trevor-Roper

1981 *Religião, Reforma e Transformações Sociais*, Presença, Lisboa, p. 142.

Composto e paginado
na **UNIVERSIDADE ABERTA**

1.^a edição

Lisboa, 2002

